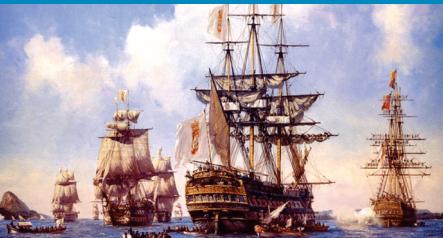


Revista da
Escola Superior de Guerra 80



Bicentenário
DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

1 8 2 2 - 2 0 2 2



**REVISTA
DA
ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA**
(Editada desde 1983)

**v. 37 n. 80
maio / ago. 2022**



Rio de Janeiro, 2022

Revista da Escola Superior de Guerra. —
v. 37, n. 80 (maio/ago.) 2022 — Rio de Janeiro: ESG, 2022.

maio / ago. 2022
ISSN 0102-1788

1. Ciéncia Militar. 2. Políticas. 3. Segurança Nacional.
4. Poder Nacional. 5. Estratégia.

CDD 320.981

Revista da Escola
Superior de Guerra

A Revista é uma publicação
quadrienal da ESCOLA
SUPERIOR DE GUERRA, do
Rio de Janeiro, com versões
digital (www.revista.esg.br) e
impressa em âmbito nacional e
internacional.

Comandante
General de Divisão
Adilson Carlos Katibe

Subcomandante
General de Brigada
Himario Brandão Trinás

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alexander Zhebit	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Rio de Janeiro, Brasil
Prof. Dr. Andrés de Castro García	Universidad Ibero Americana	Santiago, Chile
Prof. Dr. Antonio Jorge Ramalho da Rocha	Universidade de Brasília (UnB)	Brasília, Brasil
Prof. Dr. Carolina Sancho Hirane	Escuela de Gobierno y Gestión de la Universidad de Chile	Lima, Peru
Prof. Dr. Eduardo Munhoz Svartman	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Rio Grande do Sul, Brasil
Prof. Dr. Eli Alves Penha	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)	Rio de Janeiro, Brasil
Prof. Dr. Eliane Superti	Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)	Amapá, Brasil
Prof. Dr. Eurico de Lima Figueiredo	Universidade Federal Fluminense (UFF)	Rio de Janeiro, Brasil
Prof. Dr. Fernando da Silva Rodrigues	Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)	Rio de Janeiro, Brasil
Prof. Dr. Francisco Carlos Teixeira Da Silva	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Rio de Janeiro, Brasil
Prof. Dr. Guilherme Sandoval Góes	Escola Superior de Guerra (ESG)	Rio de Janeiro, Brasil
Prof. Dr. Héctor Luis Saint Pierre	Universidade Estadual Paulista (UNESP)	São Paulo, Brasil
Prof. Dr. Jaqueline Santos Barradas	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio)	Rio de Janeiro, Brasil

Prof. Dr. Jorge Calvario dos Santos	Escola Superior de Guerra (ESG)	Rio de Janeiro, Brasil
Prof. Dr. José Miguel Arias Neto	Universidade Estadual de Londrina (UEL)	Paraná, Brasil
Prof. Dr. Marcos Aurélio Guedes de Oliveira	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Pernambuco, Brasil
Profª. Drª. Maria Célia Barbosa Reis da Silva	Escola Superior de Guerra (ESG)	Rio de Janeiro, Brasil
Prof. Dr. Roberto Benavides Vizcardo	Universidad San Martin de Porres	Lima, Peru
Prof. Dr. Sérgio Luiz Cruz Aguilar	Universidade Estadual Paulista (UNESP)	São Paulo, Brasil
Prof. Dr. Valdimir Pirró e Longo	Universidade Federal Fluminense (UFF)	Rio de Janeiro, Brasil
Prof. Dr. Wanderley Messias da Costa	Universidade de São Paulo (USP)	São Paulo, Brasil

Conselho Editorial / Editores Convidados

Professor Doutor Eduardo Rizzatti Salomão

Professor Doutor Guilherme Sandoval Góes

Professora Doutora Maria Célia Barbosa Reis da Silva

Professora Doutora Lara Denise Góes da Costa

Professor Doutor Jacintho Maia Neto

Organizadora

Professora Doutora Maria Célia Barbosa Reis da Silva

Editora Executiva

Professora Doutora Maria Célia Barbosa Reis da Silva

Editora Adjunta

Professora Doutora Erica Simone Almeida Resende

Editor Assistente

Professor José Augusto Pereira da Costa

Tradutores

Professor José Augusto Pereira da Costa

Professora Bárbara Soares dos Santos

Estagiário Eduardo Jorge Fructuoso de Andrade

Revisores de Linguagem

Professora Doutora Maria Célia Barbosa Reis da Silva

Professor José Augusto Pereira da Costa

Estagiário Eduardo Jorge Fructuoso de Andrade

Revisora de Normalização das Referências

Bibliotecária Patrícia Imbroizi Ajus

Bibliotecário Antonio Rocha Freire Milhomens

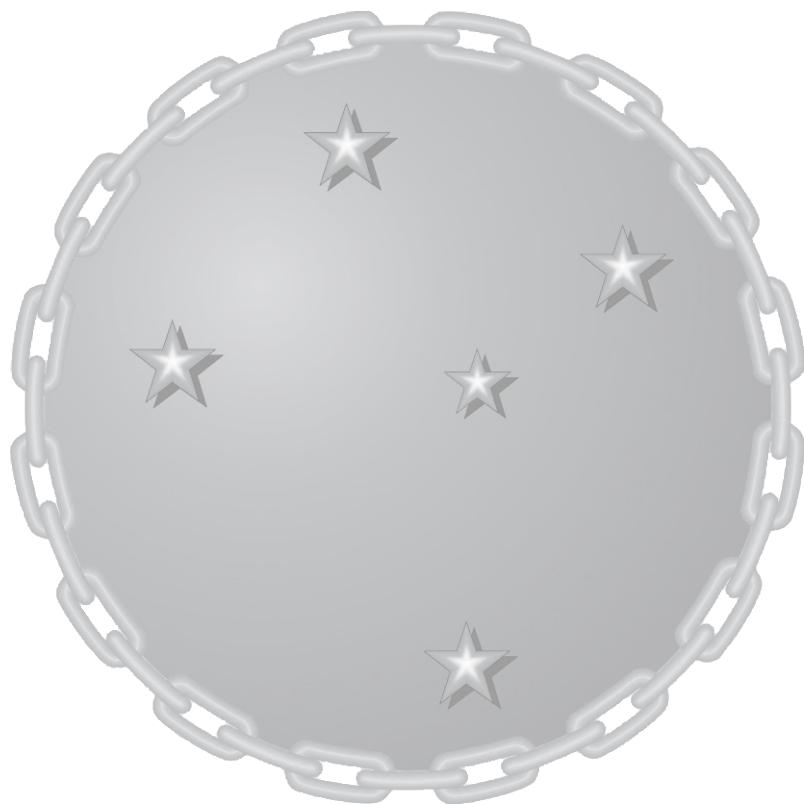
Diagramação Arte Final e Capa

Anério Ferreira Matos

Projeto, Produção Gráfica e Impressão

Gráfica da Escola Superior de Guerra

Os artigos publicados pela revista são de exclusiva responsabilidade de seus autores, não expressam, portanto, o pensamento da Escola Superior de Guerra.



SUMÁRIO

AS TRILHAS DE UM BRASIL INDEPENDENTE: 1822-2022	9
EDITORIAL	11
Fórum 1	
FORÇAS ARMADAS, CULTURA E SOCIEDADE NO CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA	15
<i>Editor Convidado: Eduardo Rizzatti Salomão</i>	
1 ENTRE O NARRADOR DA IMAGEM E OS DA HISTÓRIA: o quadro “A Pátria” e a primeira bandeira do Brasil República	19
<i>Jamylle de Almeida Ferreira</i>	
2 DOIS SÉCULOS DE IMAGENS E HISTÓRIAS: notas sobre a iconografia no patrimônio cultural de origem militar brasileiro	31
<i>Wilson de Oliveira Neto</i>	
<i>Francisco Alves César Ferraz</i>	
3 O TENENTISMO NA ESCOLA MILITAR DO REALENGO	40
<i>Fernando Silva Rodrigues</i>	
4 OS 18 DO FORTE DE COPACABANA: história e lugar de memória	51
<i>Andriete Cancelier</i>	
<i>Eduardo Rizzatti Salomão</i>	
Fórum 2	
BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA: geopolítica, fronteiras e soberania do Brasil no século XXI	62
<i>Editor convidado: Guilherme Sandoval Góes</i>	

1 200 ANOS DE INDEPENDÊNCIA: em busca de uma estratégia de Segurança Nacional para o Brasil. 65

Guilherme Sandoval Góes

2 O FLANCO LESTE DO ENTORNO ESTRATÉGICO DO BRASIL: o desafio securitário 94
do Atlântico Sul e do litoral da África

Paulo Fagundes Visentini

Fórum 3

**INDEPENDÊNCIA DO BRASIL, SEMANA DE ARTE MODERNA E LÍNGUA 109
PORTUGUESA COMO AFIRMAÇÕES IDENTITÁRIAS DA NAÇÃO BRASILEIRA**

Editora Convidada: Maria Célia Barbosa Reis da Silva

**1 ENTRE ANTIGOS E NOVOS PRINCÍPIOS POLÍTICOS: dilemas de Leopoldina, 113
a Princesa da Independência**

Lourdes de Almeida Barreto Belchior

Mary Del Priore

**2 2022: a emancipação política do Brasil (1822) e o início de libertação do 126
modelo eurocêntrico nas artes e na literatura (1922)**

Maria Célia Barbosa Reis da Silva

**3 À LUZ DA “GRAMATIQUINHA”: atualidade de Mário de Andrade no ensino 138
de língua materna 100 anos após**

Luiz Antonio Gomes Senna

Fórum 4

DIREITOS HUMANOS: 200 anos de avanços e recuos da cidadania do Brasil 157

Editora Convidada: Lara Denise Góes da Costa

**1 “JÁ RAIOU A LIBERDADE NO HORIZONTE DO BRASIL”: breves considerações 158
sobre igualdade jurídica, o Movimento de Independência Brasileira e a
Constituição de 1824**

Fernanda Duarte

Rafael Mario Iorio Filho

Ronaldo Lucas

165

2 BRASIL, DUZENTOS ANOS DE HISTÓRIA: entre particularismos e universalismos

Lara Denise Góes da Costa

Paulo M. d'Avila Filho

176

**3 O GLOBAL E O LOCAL: riscos e desafios das megafusões no setor
agroalimentar para a segurança alimentar no Brasil**

Ana Luiza da Gama e Souza

Leticia Helena Medeiros Veloso

Fórum 5

189

A TRAJETÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA DEFESA

Editor Convidado: Jacintho Maia Neto

190

**1 ESTADO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA HISTÓRIA DO BRASIL
INDEPENDENTE**

Frederico Lustosa da Costa

200

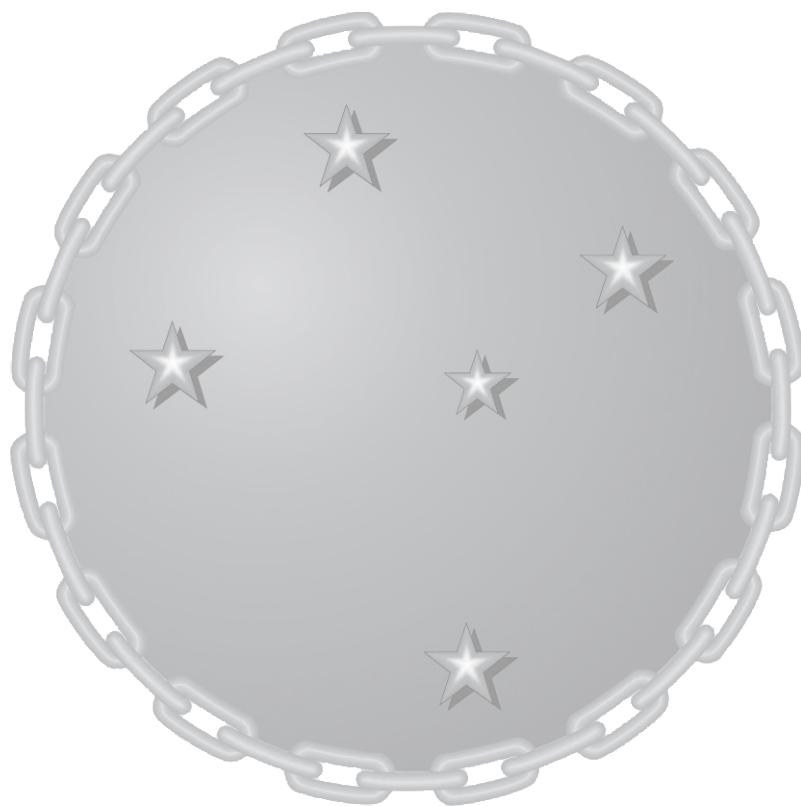
2 A ERA DA INSTANTANEIDADE E A GESTÃO CONTEMPORÂNEA

Paulo Roberto Motta

210

3 A GESTÃO DA DEFESA

Jacintho Maia Neto



AS TRILHAS DE UM BRASIL INDEPENDENTE: 1822-2022

A Revista da Escola Superior de Guerra, comprometida em revelar o Brasil no transcurso do alvorecer da independência até o seu maturamento como Estado Democrático de Direito, lança uma edição dedicada às impressões de acadêmicos da Escola e de outras instituições que com ela dialogam sobre esses 200 anos de avanços e recuos que compõem o nosso painel de país autônomo, soberano, de livre pensar e agir. Sob a forma de fóruns, cada grupo temático agrupa artigos cujos assuntos apresentam nossos traços identitários como Nação capaz de abrigar um povo múltiplo e dotado de pertencimento em um território continental.

Difícil foi a missão de contemplar, em uma edição formada por cinco fóruns, dois séculos de *Forças Armadas, Cultura e Sociedade no Centenário da Independência; Geopolítica, Fronteiras e Soberania do Brasil no século XXI; Independência do Brasil, Semana de Arte Moderna e Língua Portuguesa como afirmações identitárias da Nação; Direitos Humanos: 200 anos de avanços e recuos; A trajetória da Administração Pública e da Defesa no Brasil* – e de assuntos transversais aos propostos pelos fóruns.

São substantivas as obras que traduzem o país e sua gente. Esses chamados intérpretes do Brasil e dos brasileiros, ovacionados ou criticados, são lidos, relidos, resenhados, ressignificados e são o ponto de partida de outros escritos cujas imagens do passado, do presente e, talvez, do futuro se entreolham.

Na agenda da Independência, destacam-se movimentos antecedentes à Proclamação da Independência e que aceleraram o 7 de setembro de 1822 – decretos como o de 13 de agosto e de 2 de setembro de 1822, ambos clamando pela separação do Brasil de Portugal e assinados por Maria Leopoldina, estrategista, instada a chefe de Estado e a Princesa Regente interina na ausência do marido D. Pedro I, que tentava pacificar pendências políticas em diversos pontos do território.

O aniversário do bicentenário da Independência é um momento especial de convocar a sociedade brasileira para celebrar a efeméride e pensar o Brasil: planejando os rumos futuros, aclimatando os acertos ao tempo atual e passando a limpo problemas estruturais que afigem nosso povo desde sempre. É uma data simbólica e propícia para refletir e esboçar o Brasil que está por vir, um novo amanhecer em que o país seja protagonista de sua história.

Com efeito, nestes 200 anos de independência do Brasil, o grande desafio do estrategista pátrio é engendrar um projeto de desenvolvimento nacional

verdadeiramente autóctone e capaz de harmonizar, de um lado, a livre iniciativa e a abertura mundial do comércio e, do outro, a dignidade da pessoa humana e o sentimento constitucional de justiça.

Setembro de 2022 - Bicentenário da Independência do Brasil

General de Divisão ADILSON CARLOS KATIBE
Comandante da Escola Superior de Guerra

EDITORIAL

A socióloga argentina Elizabeth Jelín (2002) escreveu certa vez que os aniversários redondos de eventos históricos constituem momentos privilegiados em que o passado se torna presente, e em que rituais públicos de comemoração constroem e reconstruem memórias, historiografias e sentimentos sobre quem somos, de onde viemos e para onde vamos.

Data redonda sinaliza momentos em que diferentes atores expressam, interpretam, ressignificam e confrontam – seja no âmbito local, regional, nacional, e até mesmo internacional – sentidos de coletividade e pertencimento a algo maior que nós. As datas redondas são momentos simbólicos que materializam aquilo que o filósofo francês Ernest Renan chamava de “plebiscitos diários” necessários à construção da nação (RENAN, 1882).

O Bicentenário da Independência está na agenda deste ano e na pauta da *Revista da Escola Superior de Guerra*, que apresenta aos leitores cinco fóruns temáticos que levam à reflexão sobre o evento histórico da Proclamação da Independência do Brasil (1822), sobre as comemorações do Centenário (1922) e sobre os fios que entrelaçam outros eventos ocorridos ao longo dos 200 anos.

Inaugurando a revista do bicentenário, o fórum *Forças Armadas, cultura e sociedade no centenário da Independência* nos brinda com quatro produções que estimulam reflexões sobre a história brasileira, tendo como objeto temáticas que percorrem os símbolos da nação, imagens militares e o universo político-cultural da Primeira República, com destaque para o movimento tenentista. Com o olhar lançado sobre o universo militar e temas correlatos, foram convidados seis autores experimentados em produções acadêmicas ligadas ao escopo do fórum. É esse seletivo rol de pesquisadores, em ordem de apresentação dos artigos, Jamylle de Almeida Ferreira, Wilson de Oliveira Neto, Francisco Alves César Ferraz, Fernando Silva Rodrigues, Andriete Cancelier e o editor convidado Eduardo Rizzatti. Abordando o passado de experiência e o registro da história nacional, os autores lançam questões e inquietações sobre a memória nacional, a identidade militar, o simbolismo, a cultura e a política de um país em construção, conduzindo o leitor a pensar criticamente sobre o papel dos militares nessa jornada.

No eixo temático *Geopolítica, Fronteiras e Soberania do Brasil no século XXI*, os autores Guilherme Sandoval e Paulo Visentini buscam delinear as bases fundantes de uma possível Estratégia de Segurança Nacional para o Brasil, aí incluído o Flanco Leste do Entorno Estratégico do País. É nesse contexto que,

sob a égide das comemorações dos 200 anos da nossa Independência, urge ao estrategista pátrio formular a Grande Estratégia do Brasil, cujo imperativo categórico é posicionar o País entre as cinco maiores potências do planeta. Para tanto, partindo da condição especial de grande nação territorialmente satisfeita com suas fronteiras externas, impende ao Brasil construir seu projeto de desenvolvimento com base na resiliência e expansão dos seus núcleos estratégicos, aqui vislumbrados como os atores da tríplice hélice da inovação tecnológica, englobando as empresas, as universidades e o próprio governo. Ou seja, a ideia de núcleo estratégico projeta a imagem de todos aqueles segmentos econômico-financeiro-tecnológicos autônomos capazes de participar eficazmente da competição internacional, inserindo o País nas grandes cadeias globais de produção, conhecimento e valor.

O terceiro fórum, *Independência do Brasil, Semana de Arte Moderna e Língua Portuguesa*, como afirmações identitárias da Nação traça as veredas abertas da Independência do Brasil de 1822 até 2022. O artigo primeiro, de Lourdes Belchior e Mary Del Priore, versa sobre a importância de Maria Leopoldina – arquiduquesa da Áustria, a primeira esposa do Imperador D. Pedro I e Imperatriz Consorte do Brasil (1822 a 1826) – empoderada mulher que encantou os súditos brasileiros desde sua chegada ao Rio de Janeiro, assimilou o espírito de brasiliade e incentivou D. Pedro I a permanecer no Brasil e a proclamar nossa Independência. O segundo artigo, de Maria Célia Barbosa Reis da Silva, aborda o processo de decolonialidade das nossas artes: a ruptura com os modelos anteriores influenciados pelo eurocentrismo e a busca pelas nossas raízes culturais emanadas do povo, detentor das tradições, e a acepção da multiplicidade étnica, “macunaímica”, rica de nosso país. Todo esse instinto de nacionalidade – a aquiescência da convivência do antigo com o moderno, a incorporação e a relevância dos valores advindos de diferentes camadas sociais – foi contemplado por diversas manifestações artísticas e literárias na Semana de Arte Moderna, em fevereiro de 1922, durante o centenário da Independência. Arrematando o discurso do fórum, Luiz Antônio Senna discorre sobre a Língua Portuguesa Nacional, modificada pelo falar e enriquecida de sotaques e vocabulários advindos de todas as regiões do Brasil e dos povos que se entrelaçaram/entrelaçam em nosso território e que deixaram/deixam resíduos linguísticos no cotidiano nosso de cada dia.

O quarto fórum intitulado *Direitos Humanos: 200 anos de avanços e recuos* lança luzes sobre os passos e contrapassos das manifestações de proteção às liberdades individuais e à igualdade no acesso a condições mínimas de

subsistência, como moradia, educação, trabalho, alimentação e a salvaguarda de direitos a todas as religiões, conforme estabeleceu nossa Constituição de 1891, capítulo I, artigo 5, parágrafo VI. São três artigos que problematizam questões atuais acerca da segurança de direitos no Brasil. Fernanda Duarte, Rafael Iorio e Ronaldo Lucas trazem para debate, no primeiro artigo, o constitucionalismo e a Independência do Brasil sob a perspectiva jurídico-histórica, dando relevo aos óbices da transição do regime colonial para a sociedade brasileira. A segunda reflexão acadêmica, desenvolvida por Lara Denise Góes da Costa e Paulo M. D'Ávila Filho, mostra novas perspectivas de compreensão dos pleitos sociais da minoria e dos valores culturais integrados à dimensão normativa dos Direitos Humanos. O último artigo, assinado por Ana Luiza da Gama e Souza, apresenta os desafios da segurança alimentar no Brasil por meio da análise socioeconômica e propicia um balanço entre as dinâmicas globais de concentração do mercado de insumos e os avanços e retrocessos regulatórios no Brasil.

O último fórum intitulado *A trajetória da Administração Pública e da Defesa no Brasil* esboça o caminho da administração pública por meio de três modelos: patrimonial, burocrático e gerencial. Os artigos desse segmento encerram as reflexões sobre o bicentenário da Independência. Frederico Lustosa da Costa traça um breve panorama das transformações por que passaram o Estado e a administração pública brasileira nos anos iniciais de sua formação, delimitando três momentos: Brasil Colônia, Reino Unido e Brasil independente. Paulo Roberto Motta, no segundo artigo, reflete como o mundo globalizado e conectado, marcado pela velocidade e instantaneidade, tem afetado a separação da vida privada e da profissional das pessoas. As novas tecnologias geram novos desafios para a gestão pública. No artigo de encerramento, Jacintho Maia Neto contextualiza a gestão no setor de Defesa nas necessidades clamadas pela sociedade do nosso tempo: o suporte na área de segurança pública, o auxílio nas catástrofes naturais, o apoio aos grandes eventos e o combate a endemias/pandemias como a dengue e a Covid-19. A Escola Superior de Guerra, por meio de sua revista acadêmica, dedica o número 80, volume 37, à relevante celebração deste ano: o Bicentenário da Independência do Brasil.

A publicação desta edição contou com a colaboração de pesquisadores do corpo permanente da Escola Superior de Guerra, que foram convidados a organizarem fóruns temáticos conforme suas áreas de atuação, em colaboração com pesquisadores de outras instituições de pesquisa e de ensino. Os fóruns se debruçam sobre diversos temas: História do Brasil, Geopolítica, Cultura Nacional, formulação de Políticas Públicas de Direitos Humanos e de Administração

Pública da Defesa. Em comum, a proposta de pensar o Brasil neste Bicentenário, celebrando avanços, reconhecendo débitos com o passado, e identificando propostas que apontem para o potencial de uma nação que pretende ser o “País do Futuro”.

Boa leitura a todos!

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1891)]. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 24 de fevereiro de 1981*. Brasília, DF: Presidência da República, [201]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/carrige_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso: 22 ago. 2022

JELÍN, Elizabeth (Org.). *Las conmemoraciones: las disputas en las fechas “infelices”*. Buenos Aires: Siglo Veintuno, 2002.

RENAN, Ernst. What is a nation?, p. 41-55. In: ELEY, G.; GRIGOR, R. (Ed.). *Becoming national: a Reader*. New York: Oxford University Press, [1882], p. 41-55 1996.

FORÇAS ARMADAS, CULTURA E SOCIEDADE NO CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA

No Brasil, a virada para os anos 1920 foi marcada por uma era de transformações. A imigração em massa das décadas anteriores, a crescente industrialização e o fenômeno da intensa urbanização, notadamente em São Paulo e no Rio de Janeiro, mudaram as feições do país, inaugurando uma época que começava sob o signo dos desdobramentos da Grande Guerra europeia, consagrada pela historiografia como a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), e as nefastas consequências da Gripe Espanhola. Eram tempos de notáveis mudanças nos costumes, nas relações de trabalho, de crescimento da classe média urbana e do operariado e palco de recorrentes crises políticas.

O conjunto de transformações se impunha com mais evidência nas grandes cidades. Em contraste, chocava o atraso de um país com milhões de analfabetos, problemas graves de saúde pública, a persistência de relações sociais que remontavam ao período escravista e o predomínio político de velhas oligarquias a se revezar no poder. Na agenda de exportações brasileiras, o café ainda era predominante. A sensação de vertigem de quem olhava o país por inteiro era inevitável, como que experimentando um sentimento de aceleração do tempo nas metrópoles e a frustração com a lentidão do ritmo de mudanças nos municípios e povoados espalhados na vastidão do interior do Brasil.

Onde se situavam os militares nesse contexto? Protagonistas de primeira hora quando do advento da República, não era de se esperar que se recolhessem aos quartéis e aguardassem as consequências do período. Em *Forças Armadas e Política no Brasil*, José Murilo de Carvalho, ao abordar o papel dos militares na vida nacional em tempos da República Velha, cita passagem do editorial de *A Defesa Nacional*, de outubro de 1913, que, divergindo de colegas de farda defensores de postura estritamente profissional, afirmava: “O Exército precisa estar aparelhado para sua função conservadora e estabilizante dos elementos sociais em marcha e preparado para corrigir as perturbações internas, tão comuns na vida tumultuária das sociedades que se formam.” (2005, p. 41).

Como evidenciou Carvalho, o conteúdo do editorial contrastava com a ideologia do soldado profissional, defendida pela geração dos Jovens Turcos, justamente os fundadores da revista. Esses militares eram assim chamados em tom provocativo, fazendo alusão aos militares reformadores da Turquia liderados pelo Marechal Mustafa Kemal. Nesse grupo estavam oficiais oriundos de estágios em exércitos europeus, com destaque para a Alemanha, e outros militares a permanecer em solo pátrio, todos reunidos pelo entusiasmo da proposta de modernização das Forças Armadas brasileiras. Muitos dos “turcos” brasileiros defendiam não somente a profissionalização, mas recepcionaram a ideia do soldado-cidadão, assumindo como legítima a possibilidade de

intervenção de militares na política. Observado o editorial em retrospecto, o mesmo pode ser tomado como um prelúdio dos tempos agitados a se desvelarem na passagem da década.

Fruto da Grande Guerra assistia-se ao rearranjo de forças políticas no velho continente a afetar o ordenamento geopolítico mundial e a organização das forças bélicas. No campo militar, o emprego de novas tecnologias anunciou uma nova geração de armas a alterar os meios de o Estado fazer o uso da violência dita controlada. A predominante mecanização e o papel crescente do poder aéreo impactaram as demandas industriais, com fortes reflexos nas dinâmicas do capital e no modo de vida e na organização social de muitas nações. Vencido o Império Alemão, as preferências brasileiras recaíram sobre os vitoriosos, contratando-se a Missão Militar Francesa (1920-1940) para aplicar a desejada reforma na instrução do Exército nacional.

Sob o signo de uma era de mudanças, o ano de 1922 foi peculiar, marcado pelas comemorações do centenário da Independência, revestindo-se de caráter paradigmático porque concentrando acontecimentos que se converteram em marcos temporais de uma época. Se de fausto e comemorações eram tomados os grandes salões e exposições, houve quem pensasse criticamente os rumos da nação. Em São Paulo, ocorria a Semana de Arte Moderna, marcando um ponto de inflexão nas artes nacionais, com propostas a ofender certos pudores estéticos. Na caserna, os questionamentos às eleições de 1922 promoveram um clima de exaltação, acirrando os ânimos e evidenciando divisões entre o oficialato.

Anovidade era a manifestação de setores subalternos, com a predominância de tenentes e capitães na liderança dos rumos dos pronunciamentos ao longo dos anos 1920, com destaque para o levante da Escola Militar do Realengo e do Forte de Copacabana, em 1922, a Revolta Paulista de 1924 e a formação da Coluna Miguel Costa-Prestes (1925-1927), tendo como uma das pautas do movimento a adoção do voto secreto, a criação da justiça eleitoral e a remoção das antigas oligarquias do poder. Ainda no campo da política, em 25 de março de 1922, fundou-se o Partido Comunista do Brasil, posteriormente nomeado de Partido Comunista Brasileiro (PCB), autointitulado Seção Brasileira da Internacional Comunista, atraindo não poucos simpatizantes e muitos adversários aguerridos a identificar nos integrantes do “Partidão” agentes guiados por uma potência estrangeira. O ponto culminante dessa época pode ser identificado na Revolução de 1930, a inaugurar a Era Vargas, revelando-se verdadeiro divisor de águas. Muitos dos “tenentes” seriam atores políticos a definir os rumos dos anos seguintes, não raramente atuando em campos opostos. Do que se discorreu até aqui, pode-se vislumbrar como possível compreender o período sem nos debruçarmos sobre a história dos militares brasileiros, seus símbolos e expressões políticas?

Com esse cenário em vista, o fórum “Forças Armadas, cultura e sociedade no centenário da Independência”, da Revista da Escola Superior de Guerra, convida o leitor a apreciar quatro produções que abordam temáticas dedicadas a estimular o debate sobre a história e os símbolos da nação, tendo como foco principal as primeiras décadas da República e temas relacionados ao universo militar a se comunicar com centenário e o bicentenário da Independência.

A seção de artigos do fórum é aberta por Jamylle de Almeida Ferreira, com o texto *Entre o narrador da imagem e os da história: o quadro “A Pátria” e a bandeira do Brasil República*, abordando a relação entre a confecção da bandeira republicana e a representação oferecida pela obra de Pedro Bruno. A autora debate o conteúdo simbólico do quadro e desvela possibilidades investigativas no tocante aos personagens retratados, abordando questões ligadas à construção da identidade nacional, o discurso iconográfico subjacente, e questionando ocultações e mistificações em texto articulado com reflexões sobre a bandeira enquanto símbolo e o quadro enquanto representação política.

Wilson de Oliveira Neto e Francisco Alves César Ferraz nos oferecem o artigo *Dois séculos de imagens e histórias: notas sobre a iconografia no patrimônio cultural de origem militar brasileiro*. Os autores nos brindam com o exame da fotografia como bem patrimonial, propondo uma reflexão sobre seus significados e expressões, nos conduzindo pelo exame das imagens e o debate acerca de que a fotografia está longe de ser um registro fidedigno do passado, pois, como fonte histórica, está sujeita a usos diversos, revelando noções específicas de memória e história, e mesmo silêncios e manipulações.

O artigo seguinte, de autoria de Fernando Silva Rodrigues, intitulado *O tenentismo na Escola Militar do Realengo*, traz à pauta o movimento cuja denominação foi consagrada pela obra pioneira de Virgílio Santa Rosa, *O sentido do tenentismo*, de 1933. O autor aborda tema fundamental para se compreender as tensões experimentadas no processo de modernização profissional do Exército Brasileiro na primeira metade do século XX, percorrendo a reorganização do modelo de ensino adotado nas Escolas de Formação de Oficiais, a atuação da Missão Indígena na Escola Militar e a relação do ensino com as revoltas políticas inauguradas em 1922.

Andriete Cancelier e Eduardo Rizzatti Salomão encerram o fórum com o artigo *Os 18 do Forte de Copacabana: história e lugar de memória*. O texto é dedicado a interrogar as interpretações sobre o contexto que desencadeou a rebelião militar assumida como a gênese do tenentismo e a sua conversão em lugar de memória. Os autores retomam questões como a representatividade do movimento e os usos e abusos da construção memorialista acerca do episódio, consagrado como símbolo de uma geração de militares, assim trazendo ao debate um dos gestos políticos mais marcantes de 1922.

Os textos aqui apresentados nos estimulam a pensar qual país ocupou o

nosso passado e qual o papel dos militares nessa jornada, fazendo refletir sobre o presente e conjecturar o amanhã. São tantas questões e inquietações. Espera-se que, nos limites editoriais deste fórum, as linhas e entrelinhas de seus artigos estimulem o debate dessas questões. A todos, boa leitura!

Eduardo Rizzatti Salomão
Editor convidado

ENTRE O NARRADOR DA IMAGEM E OS DA HISTÓRIA: o quadro “A Pátria” e a primeira bandeira do Brasil República

Jamylle de Almeida Ferreira*

RESUMO

Ao comemorarmos o bicentenário da independência, propomos uma reflexão que toca a questão do processo de constituição da identidade nacional. O objeto é a polêmica representação da confecção da bandeira do Brasil Republicano como signo imagético na obra *A Pátria*, de 1919. Apesar de o autor do quadro não se comprometer com uma representação personalista e quantitativa, a cena ficou conhecida como a confecção do primeiro exemplar da bandeira republicana pela esposa e filhas de Benjamin Constant. Entretanto, diferente do que aponta a memória social construída e manipulada, a primeira bandeira do Brasil Republicano foi bordada por Flora Simas de Carvalho, que teria passado pela vida no anonimato, não fosse esse feito. A obra de arte se permite interpretar dentro de certos limites estabelecidos pelo autor. Para além dos que nela são evidenciados, o que representam os que são esquecidos?

Palavras-chave: Primeira Bandeira do Brasil Republicano; Identidade Nacional; Memória Social.

BETWEEN THE NARRATOR OF THE IMAGE AND THOSE OF HISTORY: the painting “A Pátria” and the first flag of the Brazilian Republic

ABSTRACT

As we celebrate the bicentennial of independence, we propose a reflection that touches on the issue of the process of constitution of national identity. The object is the controversial representation of the making of the flag of Republican Brazil as an imagetic sign in the work “A Pátria”, from 1919. Although the author of the painting did not commit to a personalist and quantitative representation, the scene became known as the making of the first copy of the Republican flag by Benjamin Constant’s wife and daughters. However, different from what the constructed and manipulated social memory points out, the first flag of Republican Brazil was embroidered by Flora Simas de Carvalho, who would have gone through life in anonymity had it not been for that feat. The work of art allows itself to be interpreted within certain limits

* Doutora em História Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisadora do Laboratório de Estudos de Sociedade e Defesa (LABSDEF) da Escola Superior de Guerra (ESG) e do Núcleo de Pesquisa Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas (NUTEMC) da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Contato: jamylle.ferreira@esg.br; <http://lattes.cnpq.br/3023365944188675>

established by the author. Beyond those that are highlighted in it, what do those that are forgotten represent?

Keywords: First Flag of Republican Brazil; National Identity; Social Memory

ENTRE EL NARRADOR DE LA IMAGEN Y LOS DE LA HISTORIA: la pintura “A Pátria” y la primera bandera de Brasil Republica

RESUMEN

Mientras celebramos el bicentenario de la independencia, proponemos una reflexión sobre el proceso de constitución de la identidad nacional. El objeto es la polémica representación de la confección de la bandera de Brasil Republicano como signo imagético en la obra A Pátria, de 1919. A pesar del autor del cuadro no se comprometer con una representación personalista y cuantitativa, la imagen es conocida como la preparación del primer ejemplar de la bandera republicana por la esposa e hijas de Benjamin Constant. Ocurre que, diferente de lo que apunta la memoria social construida y manipulada, la primera bandera de Brasil republicano fue bordada por Flora Simas de Carvalho, que pasaría anónima si no fuera este hecho. La obra de arte se permite interpretar dentro de ciertos límites establecidos por el autor. ¿Además de estos evidenciados, o que representan los que son olvidados?

Palabras clave: Primera Bandera de Brasil Republicano; Identidad Nacional; Memoria Social.

1 INTRODUÇÃO

No corrente ano, quando comemoramos 200 anos da Independência do Brasil, é interessante reavivar questões que giram em torno dos elementos que contribuíram para sermos um povo, mesmo com tanta diversidade e um enorme território.

Os símbolos nacionais e suas representações desempenham função de destaque nesse sentido, pois que cumprem importante papel na formação da memória social e identidade brasileira, contribuindo para o que Hobsbawm e Ranger (1984) chamam de a invenção da tradição.

Assim sendo, selecionamos um acontecimento histórico anterior que fez parte do processo que nos levou à independência: a Proclamação da República, de 1889. Propomos abordar a relação estabelecida entre a confecção da primeira bandeira do Brasil, nosso mais importante símbolo nacional, e a obra *A Pátria*, composição em óleo sobre tela, pintada em 1919 por Pedro Bruno – um pintor acadêmico da época –, permanentemente exposta no Museu da República, na capital do Rio de Janeiro e estampada com frequência em livros didáticos de história.

Ao transmitir uma mensagem, as obras de arte alcançam a cognição,

promovendo um sentido. Os signos imagéticos carregam significados indiciais, icônicos e simbólicos. De acordo com Citelli (2007), produzem valores, preceitos, ideias e, portanto, integram-se ao terreno das ideologias, formando uma relação de dependência entre esses elementos e induzindo a compreensão de significados implícitos.

A obra traduz um tempo, os processos que aquela sociedade estava atravessando, as informações que o pintor teve acesso, atinge o plano simbólico (representativo, figurativo) e possui um objetivo associado à construção da identidade nacional. Esse processo depende de muitos fatores:

A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que organizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão tempo/espacô. (CASTELLS, 2002, p. 23).

Os símbolos nacionais estão ligados a esse processo de construção e fortalecimento da identidade de um povo. Em sua obra, o autor do quadro utiliza o mais importante entre eles: a Bandeira Nacional.

O discurso iconográfico, apropriado por intérpretes diversos, contribui para formar nossas representações quanto nação. Mas em que medida ele corresponde à realidade? A resposta vai depender de para quem está sendo dada a palavra, quem são os narradores da história.

A identidade, enquanto processo, tende a demarcar certas fronteiras simbólicas determinadas pelos objetivos de quem a constrói, seja para os nela incluídos ou dela excluídos. O Estado é o principal responsável por conduzir esse processo, no caso da identidade nacional. Por isso, como veremos, o quadro não está dissociado do contexto político e social da época.

2 A PERSONIFICAÇÃO DA REPÚBLICA BRASILEIRA: AS MARIANNES DO LAR

É comum a associação entre a confecção da primeira Bandeira Nacional Republicana e a cena reproduzida no quadro *A Pátria*, pintado por Pedro Bruno em 1919. O referido quadro é peça da Exposição Permanente do Museu da República, localizado no Rio de Janeiro.

Cheio de simbolismos e mensagens subliminares, ele retrata uma cena em que há cinco mulheres, acompanhadas de quatro crianças, no interior de uma casa, bordando uma bandeira republicana. Parte delas divide o tempo entre os cuidados

com os filhos e o bordado, atividades domésticas consideradas à época como exclusivamente femininas.

Figura 1 - Quadro “A Pátria”



Fonte: Pedro Bruno (1919). Óleo sobre tela. Museu da República. Rio de Janeiro.

Sobre a cena, temos:

[...] a cena acontece no interior de uma residência, no final do século XIX, em tempos pré-industriais, e as **mulheres**, portas adentro, bordam e costuram o nosso maior símbolo pátrio; **uma delas amamenta um bebê** (representação da República que nasce). Na parede, ao fundo, meio a demais detalhes, está o retrato de Deodoro; Tiradentes está representado num quadro afixado na parede com o seu derradeiro momento (de camisolão e com a força ao lado); sobre a mesa a imagem da Imaculada Conceição, e as crianças estão no meio do ateliê. Com a cabeça num travesseiro, **um menino brinca com a estrela**; outra **menina, ternamente agarra-se à bandeira em construção** e, discretamente, no canto esquerdo, há um homem idoso, quase que imperceptível na sombra, representando o passado

monárquico a ser esquecido; **tradicionalmente essa figura é interpretada como sendo a família de Benjamin Constant**, que, num quadro postado sobre mesa, está com fardamento da época da Guerra do Paraguai. Como percebemos, a tela (1,90 X 2,78 metros) é carregada de muitos simbolismos e retrata de forma alegórica a “construção positivista da República” a partir da família e a exploração da esperança de novas gerações (simbolizada nas crianças) num país do futuro.

(Sobre “A Pátria”, de Pedro Bruno. Disponível em: www.patriamineira.com.br. Acesso em 03 jan. 2020). (grifos nossos).

O sentido da utilização da alegoria feminina para representar a república, remonta à Roma antiga, quando era associada à liberdade. Como resultado da Revolução Francesa e da abolição da monarquia, a partir de 1792, a alegoria feminina passou a representar, no imaginário francês, a república. Mais tarde, no período que precedeu a Terceira República, em oposição ao Império de Napoleão III, popularizou-se na figura de Marianne. De acordo com Carvalho (1990, p. 78), “Marianne passou a personificar a República, unificando formas anteriores de representação”.

Mas, se na França a figura feminina está associada às lutas, à liberdade, aos ideais da revolução, à república e à pátria, em oposição à monarquia masculina, em que a nação é representada pela figura do próprio rei; no Brasil, onde a eventual herdeira do trono era uma mulher, a alegoria feminina deveria ser usada com cautela pelos republicanos, conforme observado por Carvalho (1990, p.79), pois essa situação particular não permitia a oposição total entre o império e a república. “Empoderar” a figura feminina poderia ser um entrave à instituição do regime republicano.

Em relação a esse impasse, sobre os republicanos brasileiros de orientação francesa, Carvalho (1990, p.78-79) afirma que “estavam, é certo, em pequena desvantagem se comparados aos franceses [...]. Mas a desvantagem foi diminuída por meio da tentativa de anular a figura de Isabel, mostrando-a como simples joguete nas mãos do conde D’Eu.”

Ainda de acordo com Carvalho (1990, p.57), a promoção do Marechal Deodoro da Fonseca a herói de guerra foi posterior a sua participação na proclamação da República, revelando ser parte do processo de mitificação da sua figura.

Como o quadro *A Pátria* foi pintado vinte anos depois da proclamação, o retrato oficial de Deodoro, pendurado na parede, já carrega a intenção de marcá-lo como um dos símbolos da luta pela sobrevivência da Nação brasileira, ao lado de Tiradentes e Benjamin Constant, porque a construção da identidade nacional passa pelos seus heróis e mártires: pela pátria alguns vencem e outros dão a própria vida.

Nasce então uma república conservadora, pintada como maternal, protetora, segura, mas submissa e esperançosa. Trata-se de uma república feita não por

mulheres revolucionárias, mas a partir do ambiente doméstico, que denota a simplicidade da casa popular brasileira, em oposição ao esplendor da época do Império. A contribuição social feminina não atingia a esfera política, do poder, restringindo-se ao papel de esposas, mães, donas de casa.

Já na imagem abaixo, observa-se uma mulher com atitude de comando em direção a uma causa maior, a liberdade, pela qual carrega na mão direita a bandeira tricolor e na esquerda um fuzil com baioneta calada e não se intimida em meio aos mortos e nem com o peito desnudo.

Figura 2 - Quadro “A liberdade guiando o povo”



Fonte: Eugène Delacroix (1830). Óleo sobre tela. Museu do Louvre, Paris.

Enquanto nessa alegoria feminina observa-se uma atitude mais afrontosa, na anterior temos uma atitude de resignação e submissão das mulheres em relação ao destino. Elas usam sua sensibilidade em atividades caseiras, tais como cuidar da família, da casa, bordar, costurar. São frágeis e se apoiam umas nas outras. Seus filhos representam o futuro. Mas afinal quem são as mulheres representadas na cena?

A publicação chancelada pelo Museu Casa Benjamin Constant faz a associação direta entre o feito e a cena supostamente representada no quadro A Pátria, como se necessariamente tivesse sido reproduzida a confecção da primeira bandeira do Brasil. “A esposa e as filhas de Benjamin Constant bordaram aquela que seria considerada a primeira bandeira em tecido com a ideia de Décio Villares e Teixeira Mendes”. (QUEIROZ, CARRILHO; LOPES, 2015, p. 43-44).

Entretanto, esse feito é disputado com a florista Flora Simas de Carvalho, mais conhecida como Dona Yayá, uma moça prendada de 16 anos que trabalhava na Rua do Ouvidor, próximo ao centro dos acontecimentos políticos do país na época.

Lacombe e Calmon (1988, n.p.) garantem que o trabalho manual teria sido por ela executado: “A primeira Bandeira Nacional, arvorada às 12 horas do dia 19 de novembro de 1889, data de sua adoção oficial, foi bordada por dona Flora Simas de Carvalho, em pano de algodão, com solenidade na Câmara do Rio de Janeiro”.

Somente uma terceira versão, a de Coimbra (1972, p. 317), menciona ambas as matriarcas: Dona Yayá teria de fato bordado não só a primeira, mas também a segunda bandeira e outras teriam sido bordadas pelas filhas e esposa de Benjamin Constant:

A primeira bandeira republicana foi bordada por D. Flora Simas de Carvalho, em pano de algodão, e a segunda pela mesma senhora, em seda, tendo sido hasteada com solenidade na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, segundo alguns, no dia de sua adoção oficial. São particularmente lembradas as bandeiras executadas pela família de Benjamim Constant e destinadas às escolas Militar e Superior de Guerra, ocasião em que foram trocadas cartas de parte a parte.

De acordo com Corrêa (2019, p.29)¹, “[...] Sabe-se que em 1890 a esposa e as filhas de Benjamin Constant bordaram duas bandeiras nacionais que foram entregues como presente à Escola Superior de Guerra e à Escola Militar da Praia Vermelha, instituições de ensino superior do Exército”.

É inegável, segundo Carvalho (1990, p. 36), a relação entre Benjamin Constant e as referidas escolas:

Todos estão de acordo em reconhecer sua influência sobre as escolas militares (a da Praia Vermelha e a Escola Superior de Guerra, criada em 1889, sediada em São Cristóvão). Não há, também, dúvidas sobre suas convicções republicanas, mas existem sérias discordâncias quanto à importância de sua atuação a 15 de novembro.

O autor do quadro nunca confirmou ter retratado a família de Benjamin Constant na cena. Entretanto, ao associarem o quadro e a bandeira bordada por elas, as exposições no Museu da República disseminavam informações que extrapolavam a realidade.

A matéria, do jornal carioca Última Hora publicada em 26 de novembro de 1964 denota isso: “O Visitante encontra no térreo o Salão Ministerial, onde Getúlio reuniu-se

1 “A Escola Superior de Guerra foi criada em 1889 (vide decreto nº 10.203, de 9 de março de 1889). As Escolas Militar (Praia Vermelha) e a Superior de Guerra (São Cristóvão) compunham o ensino superior militar (formação de oficiais) do Exército, sendo responsáveis por ministrar respectivamente os cursos de Infantaria e Cavalaria e de Artilharia, Engenharia e Estado-Maior. Elas foram unificadas em 1898, passando a chamar-se Escola Militar do Brasil, que existiu até 1905, conforme Rodrigues (2016).

Não confundir a Escola Superior de Guerra em questão, própria do Exército, com a que foi criada em 1949 e existe até os dias atuais, buscando promover integração entre civis e militares das três forças para identificar e propor soluções aos problemas brasileiros.”

pela última vez com seu ministério. Dois belíssimos quadros compõem a decoração: o primeiro com a família Benjamin Constant bordando a primeira bandeira brasileira”.

Para Corrêa (2019, p.54), “[...] Considerando-se que as bandeiras bordadas pelas filhas de Benjamin Constant foram entregues às escolas militares em maio de 1890, pode-se afirmar que aquelas não foram os primeiros exemplares conhecidos do pavilhão nacional republicano, conforme se costuma dizer”. A bandeira pertencente ao acervo do museu não é nenhuma das bordadas para a implantação da república, no ano anterior (uma provisória e outra definitiva), atribuídas a Dona Yayá. Inclusive Corrêa (2019, p.54), pondera em relação à bandeira definitiva (positivista), bordada para o dia 19 de novembro de 1989: “há relatos de que o pioneirismo dessa costura coube à pernambucana Flora Simas de Carvalho, que na época tinha 18 anos de idade² e certa notoriedade como bordadeira na capital federal, onde trabalhava como florista na Rua do Ouvidor”.

Tanto o pioneirismo do feito, quanto o protagonismo da cena, representada no quadro *A Pátria*, são disputados entre as duas matriarcas³, conforme veremos a seguir.

3 PROTAGONISMO E PIONEIRISMO NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA NACIONAL

A associação entre a confecção da primeira bandeira do Brasil e o quadro *A Pátria* é tão instantânea que durante uma entrevista realizada com a neta da Dona Yayá, a Sra. Lucy Vasconcellos Chaves, 97 anos, ao mostrarmos a imagem do quadro imediatamente foi feita referência à Dona Yayá e irmãs, segundo ela, representadas na cena: “Vovó ali bordando e parece que as irmãs. Ela além de fazer as coisas de casa...” (Entrevista concedida em 18 out. 2016).

A matéria, intitulada *Bordou os dois Primeiros Pavilhões da República*, do jornal *O Globo*, de 17 de abril de 1958, além da narrativa sobre a confecção das duas bandeiras, detalha que “na confecção dos dois históricos pavilhões foi auxiliada por duas irmãs igualmente hábeis e condecoradas do ofício”. Um registro rico porque se trata da própria Dona Yayá, confirmando em vida a participação delas na confecção dos pavilhões.

Um caminho possível para desvendar a cena representada no quadro é seguir a pista da Sra. Lucy e verificar a correspondência familiar de cada matriarca.

4 A CORRESPONDÊNCIA ENTRE AS Matriarcas E A CENA DO QUADRO A PÁTRIA

4.1 A FAMÍLIA DA DONA YAYÁ

Flora Simas de Carvalho (1873-1963) era filha de Francisca Romana de Simas e Manoel Inácio de Simas⁴. Sua mãe faleceu quando ainda era criança.

2 Segundo a própria Dona Yayá ela tinha 16 e não 18 anos quando bordou a bandeira.

3 Trata-se de duas mulheres tidas como fortes porque, em algum momento de suas vidas, tiveram que assumir a família.

4 O Projeto de Resolução nº 81/2015 citado acima também aponta que o Sr. Simas, pai da Dona Yayá era militar, mas algumas notícias de jornais posteriores sobre a Dona Yayá o caracterizam como fotógrafo. Supõe-se que ele tenha passado a exercer uma segunda profissão.

Figura 3 - Dona Yayá na juventude



Fonte: Acervo Familiar. Disponibilizada pela neta Iza em 2018. Rio de Janeiro. Data não informada.

De acordo com relatos de descendentes, ela era a mais velha de seis filhos, daí o título de matriarca da família. Entretanto, registros genealógicos apontam que possuía duas irmãs e três irmãos e era mais velha apenas que o Antonio Francisco.

No quadro *A Pátria* estão representadas cinco mulheres, algumas já mães, e quatro crianças e a família da Dona Yayá era composta por apenas três mulheres. Antes mesmo de considerar que ela mesma, à época uma adolescente de 16 anos, não encontra correspondência na imagem, pergunta-se: quem seriam as outras duas mulheres, entre elas uma que aparenta ter mais idade, já que a mãe da Dona Yayá já havia falecido? E as crianças, considerando que dois de seus irmãos eram mais velhos e apenas o caçula tinha em torno de 11 anos? Trata-se de sobrinhos? A conta não fecha.

Dificilmente a obra representou o feito da Dona Yayá, pois na época que o quadro foi pintado, em 1919, trinta anos depois, ela já se encontrava vivendo no Imbuhy, casada com o líder dos pescadores local, respirando a comunidade,

envolvida com suas práticas e com reduzido contato com o mundo externo, tanto é que, embora em 1912 tenham sido divulgadas informações nos jornais sobre a polêmica da confecção da primeira Bandeira Nacional Republicana, não foi escrita uma linha sequer contando a sua versão.

Além disso, ela não tinha prestígio político, nem manteve qualquer relação com os heróis republicanos que estavam sendo formatados para compor uma “história oficial” e construir a identidade nacional, permanecia anônima, isolada numa Aldeia de Pescadores, cumprindo outros papéis. Já a realidade da viúva de Benjamin Constant era bem diferente. Ela sim se encaixava num perfil que valeria a pena representar para que, de certa forma, o marido fosse homenageado como um dos idealizadores da república.

4.2 A FAMÍLIA DA SRA. MARIA JOAQUINA

O casal Benjamin Constant e sua esposa, Maria Joaquina Botelho de Magalhães, teve um total de oito filhos, cinco meninas e três meninos, mas nem todos chegaram à idade adulta. Dos três filhos homens, Benjamin Constant Filho foi o único que não faleceu ainda na primeira infância, mas viveu apenas 30 anos.

A mulher mais velha da cena aparenta idade mais avançada que a de Maria Joaquina. Suponhamos que o exagero, expresso nos cabelos acinzentados, quisesse deixar evidente a diferença de idade entre ela, que em maio de 1890, com seus 42 anos, inclusive já era avó, e as outras quatro mulheres, que seriam suas filhas, Aldina, que tinha 26 anos; Adozinda, entre 23 e 24; Alcida, 21 e Bernardina, 17 anos.

Aldina e Aldozinda já tinham filhos, então pode ser que eles estivessem compondo a cena, reforçando ainda mais, os papéis tradicionalmente atribuídos ao gênero feminino.

Conforme levantamento genealógico, Aldina teve um total de 5 filhos, já tinha dois meninos, um com 6 e outro com 5 anos, e a filha Edite, de 8 meses, a quem supostamente amamenta.

Na esteira estendida no chão, deitado, brincando com uma estrela, há um segundo bebê que parece um pouco mais crescido que o primeiro que está sendo amamentado. Provavelmente Álvaro Joaquim de Oliveira Filho, de 2 anos e 11 meses, o segundo mais novo dos netos de Maria Joaquina.

Podemos supor que a terceira criança identificada na cena, e aparentemente um pouco maior que os outros dois bebês mencionados, seja Adozindo Magalhães de Oliveira, filho mais velho de Adozinda, de 4 anos, em seus braços.

Alcida e Bernardina tiveram 11 e 10 filhos respectivamente, de acordo com as informações do sítio eletrônico do Museu e casa Benjamin Constant. Entretanto, não encontramos registros de todos. Aparentemente, à época elas ainda não haviam dado a luz a nenhum bebê. Por eliminação, as duas mulheres sem filhos seriam elas, mas não é possível identificá-las.

Apesar de a descrição do autor do quadro revelar que a quarta e última criança posicionada em seu centro seria um menino, ela aparenta ser uma menina que abraça o pavilhão nacional. Poderia ser Aracy, a filha caçula de Benjamin Constant e Maria Joaquina, que nascida em 1882, teria 8 anos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As disputas entre as matriarcas vão do material ao simbólico, passando pela política e não estão dissociadas do poder.

Entre a Proclamação da República de 1889, quando muda o cenário social, e as celebrações do Centenário da Independência do Brasil, em 1922, há uma articulação para a construção da identidade nacional. Nesse ínterim temos a confecção das quatro bandeiras republicanas pelas duas matriarcas (1889, 1890), sem que estabelecessem qualquer contato; a concepção da alegoria *A Pátria*, que garantiu a Pedro Bruno vencer a 26ª Exposição Geral de Belas Artes, em 1919, tendo sido premiado com uma viagem ao exterior para aperfeiçoamento; e a institucionalização dos primeiros museus dedicados à História no Brasil.

Duas teriam sido as bandeiras republicanas bordadas por Dona Yayá em 1889: a primeira foi confeccionada em algodão para o próprio dia da Proclamação da República, provavelmente uma versão da bandeira provisória da República; a segunda, descrita como mais trabalhosa, foi feita em seda, tratava-se de uma versão da atual bandeira Nacional, oficializada quatro dias depois, com solenidade na Câmara do Rio de Janeiro.

Embora o Museu e casa Benjamin Constant afirme que a primeira Bandeira Republicana teria sido bordada pela esposa e filhas de Benjamin Constant, elas somente presentearam à antiga Escola Superior de Guerra e à Escola Militar da Praia Vermelha no ano seguinte.

Entretanto, o quadro *A Pátria*, de Pedro Bruno, diferente do que dizem parentes da Dona Yayá, parece sim representar a esposa e filhas de Benjamin Constant bordando uma das bandeiras que doaram para a Escola Superior de Guerra e Escola Militar da Praia Vermelha em 1890 e não a Dona Yayá e irmãs bordando a primeira bandeira do Brasil, em 1889. Contudo, ao reconhecermos seu pioneirismo buscamos valorizar a participação do povo na proclamação da república pela única via possível, a do trabalho. E, com isso, dar alguma visibilidade aos que estiveram à margem dos acontecimentos políticos que marcaram a história do país ou que, de alguma maneira, foram ocultados.

REFERÊNCIAS

CORRÊA, Paulo Celso Liberato (org.). *República em documentos: “Pátria”*. Série Documentos Museológicos n. 3. Rio de Janeiro: Museu da República, 2019.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. Companhia das Letras, 1990.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. v. II. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

COIMBRA, Raimundo Olavo. *A Bandeira do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1972.

CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. São Paulo: Ática, 2007.

HOBSBAWM, Eric J.; RANGER, Terence (org). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LACOMBE, Américo J.; CALMON, Pedro. *Cem anos da República - Centenário da Bandeira, 1889-1989: Presidentes da República, símbolos, hinos e canções*. 1. ed. Rio de Janeiro: Cedil/Alhambra/MEC/FAE, 1988.

QUEIROZ, Eneida; CARRILHO, Elaine de Souza; LOPES, Marcos F. de Brum. Museu Casa de Benjamin Constant. 1. ed. Brasília. IBRAM, 2015.

RODRIGUES, Fernando Silva. História do Ensino Militar: entre a teoria e a prática profissional no Exército Brasileiro (1889-1944). *Revista Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil*. Rio de Janeiro. V.12, nº 24, p.86-98. 2016.

DOIS SÉCULOS DE IMAGENS E HISTÓRIAS: notas sobre a iconografia no patrimônio cultural de origem militar brasileiro

Wilson de Oliveira Neto*
Francisco Alves César Ferraz**

RESUMO

O objetivo deste artigo é discutir, de forma preliminar, o patrimônio cultural de origem militar brasileiro. Para isso, os autores conceituaram e contextualizaram a noção de patrimônio militar e examinaram um exemplo de bem patrimonial, as fotografias.

Palavras-chave: Patrimônio cultural de origem militar; fotografias; Força Expedicionária Brasileira (FEB).

TWO CENTURIES OF IMAGES AND HISTORIES: notes on iconography in the Brazilian cultural heritage of military origin

ABSTRACT

The aim of this paper is to discuss, in a preliminary way, the Brazilian cultural heritage of military origin. For this, the authors conceptualized and contextualized the notion of military heritage and examined an example of a heritage asset, photographs.

Keywords: Cultural heritage of military origin; photographs; Brazilian Expeditionary Force (FEB).

*DOS SIGLOS DE IMÁGENES E HISTORIAS:
notas sobre iconografía en el patrimonio cultural de origen militar brasileño*

RESUMEN

El objetivo de esto artículo es discutir, de manera preliminar, el patrimonio cultural de origen militar brasileño. Para eso, los autores conceptualizaran y contextualizaran la idea de patrimonio militar y examinaran un ejemplo de bien patrimonial, las fotografías.

Palabras clave: Patrimonio cultural militar; fotografías; Fuerza Expedicionaria Brasileña (FEB).

* Doutor em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – ECO/UFRJ. Professor adjunto da Universidade da Região de Joinville – Univille. Contato: wilson.o@univille.br; <https://orcid.org/0000-0002-6439-661X>

** Doutor em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – FFLCH/USP. Professor associado do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina – UeL. Contato: fcaferraz@uel.br; <http://lattes.cnpq.br/5609472501010800>

1 INTRODUÇÃO

Estamos a comemorar o bicentenário da Independência. Como é sabido entre os historiadores e demais estudiosos do passado, efemérides são momentos oportunos para diversas reflexões sobre vários aspectos do passado evocado pela própria comemoração.

Um prato cheio para a História Militar, compreendida neste artigo como um domínio temático da História, na medida em que o percurso histórico brasileiro está intimamente relacionado aos conflitos armados e às instituições militares. Algo que fica evidente, por exemplo, se levarmos em consideração que parte do patrimônio histórico nacional tem origem militar.

O próprio processo de emancipação política de Portugal ocorreu, em parte, através da força das armas, como afirma o historiador Adler Homero Fonseca de Castro (2021). Fruto das circunstâncias específicas da época do Império (1822 – 1889), cristalizaram-se uma memória e história oficiais nas quais a transição entre Colônia e Estado Nacional ocorreu de forma pacífica e com fortes laços de continuidades entre passado e presente. Contudo, Castro (2021, p. 14) é categórico: “O que gostaríamos de apontar é a necessidade de lembrar que *houve* uma guerra, que foi mais longa do que a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial”.

O objetivo deste artigo é refletir, mesmo que de forma sucinta, sobre as dimensões patrimoniais desse passado de guerras e demais formas de conflitos armados travados ao longo de dois séculos de história, dentro e fora do Brasil. Para tanto, será abordada uma pequena fração do patrimônio cultural de origem militar de natureza imagética, em especial, fotográfica, sob a guarda de arquivos, bibliotecas, memoriais, museus e mesmo particulares, cuja preservação e estudo contribuem com a compreensão dos Brasis de ontem e de hoje. Afinal, como ensina Caio Boschi (2004, p. 11), “o conhecimento do passado, não sendo em si mesmo a História, antes de iluminar o futuro, deve proporcionar aos homens viverem melhor o seu presente”.

2 O PATRIMÔNIO CULTURAL DE ORIGEM MILITAR

Também conhecido como patrimônio militar (*military heritage*, em inglês), o patrimônio cultural de origem militar consiste em uma categoria específica do patrimônio cultural formada por bens materiais e imateriais relacionados às atividades militares em tempos de paz ou de guerra, tanto no passado quanto no presente.

“Military heritage consists all monuments/memorials and commemorative items, the study of which enables us to analyze the processes by which we pass on knowledge about and an awareness of, our wartime past”, explica Patrick Roques (2022, p. 1).

No Brasil, as origens da patrimonialização de bens de origem militar estão situadas na Era Vargas (1930–1945), cuja política de Estado foi voltada para a construção de uma identidade nacional de matrizes católica e portuguesa, que remontam à época colonial. Através de uma narrativa teleológica, as igrejas e os fortões representariam os vestígios de um embrião histórico, cujo Brasil da Era Vargas foi o seu rebento. Paralelamente, é importante frisar que nesse período as forças armadas, em particular, o Exército, se consolidaram como instituições de abrangência nacional, sendo importantes forças políticas, cujas demandas e visões influenciaram as políticas estatais da época.

Em nível internacional, a pesquisa e a salvaguarda do patrimônio cultural de origem militar são orientadas pelo International Scientific Committee on Fortifications and Military Heritage (ICOFORT). Comitê Científico Internacional sobre Fortificações e Patrimônio Militar, um dos comitês pertencentes ao ICOMOS/UNESCO, criado em 2005 e cuja composição multidisciplinar desenvolve trabalhos em diversos países, entre os quais o Brasil (ICOFORT, 2022).

Apesar do destaque dado aos bens edificados, a exemplo das fortificações, o escopo do patrimônio cultural de origem militar vai além e abrange outros itens, a exemplo das imagens visuais e das fotografias.

3 AS IMAGENS VISUAIS E A FOTOGRAFIA NO CONTEXTO DO PATRIMÔNIO MILITAR

“As imagens pertencem ao universo dos vestígios mais antigos da vida humana que chegaram até nós”, afirma Paulo Knauss (2006, p. 98). Para a História Militar, a afirmação do historiador pode ser constatada de diversas formas, como por exemplo, através dos altos-relevos que compõem a Coluna de Trajano, erguida no antigo Fórum de Trajano, em Roma. Ou, de forma ainda mais remota, na Paleta de Narmer, em cuja face posterior foi retratado o faraó Narmer liquidando um inimigo, em uma representação do processo de unificação do antigo Egito. Estima-se que esse documento iconográfico esteja situado entre 3.200 e 3.100 a.C. (CASSON, 1969).

Peter Burke (2017) vai ao encontro da afirmação de Knauss (2006), pois comprehende que as imagens são evidências históricas, cujos usos pelos historiadores ganharam força ao longo das últimas quatro décadas, como parte do processo de ampliação dos temas, dos problemas e das abordagens da História. Se, décadas atrás, os estudos envolvendo imagens visuais estavam circunscritos à História da Arte, tal situação mudou completamente, sendo as fontes iconográficas problematizadas e analisadas por diversos domínios da História, entre os quais a História Militar.

De uma forma geral, existe um grande repertório de fontes visuais disponíveis para os estudiosos da história militar. No Brasil, por exemplo, imagens sobre batalhas, fortificações e gente-de-armas são produzidas e colocadas em circulação desde a Colônia, a exemplo das imagens produzidas por artistas europeus tais como Debret

e Rugendas. Mais próximas do presente, podem ser citadas as pranchas pintadas por José Wasth Rodrigues, reunidas na obra “Uniformes do Exército Brasileiro”, publicada em 1922, no contexto do primeiro centenário da Independência, com textos escritos e organizados por Gustavo Barroso.

Em seu conjunto, até hoje, essas e outras imagens visuais são referências para a memória e a história militares brasileiras. Bens que mobilizam civis e militares, cujos usos variam conforme os diversos contextos históricos pelos quais o Brasil passou ao longo de dois séculos como estado nacional. Bens que reforçam a noção de uma comunidade imaginada, expressão esta vinculada a Benedict Anderson (2008) em seu estudo sobre a invenção das nações e dos estados nacionais.

3.1 O “LUGAR” DAS FOTOGRAFIAS

Embora seus fundamentos ópticos sejam conhecidos há séculos, a fotografia, como um processo físico e químico de fixação de imagens, surgiu somente em meados do século XIX, na Europa. Contudo, o fotógrafo e historiador Boris Kossoy (2006) revela que paralelamente ocorreu no Brasil a descoberta isolada da fotografia por Hercule Florence.

A fotografia é algo banal na vida cotidiana. Especialmente, após a popularização da fotografia digital, através de aparelhos de telefonia móvel, tablets e outros dispositivos. Fotografa-se e coloca-se em circulação imagens sobre os mais diversos assuntos, feitas nas mais variadas circunstâncias.

Contudo, quando do seu aparecimento, a fotografia foi um invento que causou um grande impacto sociocultural, que influenciou as artes, ciências, comunicações e mesmo as sociabilidades, a exemplo do retrato, sobre o qual Solange Ferraz de Lima e Vânia Carneiro de Carvalho (2009, p. 31) afirmam que:

Colados em papéis rígidos de vários formatos, o retrato fotográfico circulava entre os parentes substituindo ausências, sugerindo propostas de casamento, informando e garantindo a reprodução de rituais de passagem [...], apresentando novos integrantes, documentando mudanças do corpo social familiar com o passar do tempo e ativamente registrando a sua unidade.

Para a História Militar, a fotografia representou uma inovação prática e simbólica na medida em que permitiu novas formas de registro, estudo e planejamento das operações militares, além da publicidade das guerras entre a opinião pública, conforme é possível constatar no conflito em curso na Ucrânia, em que imagens e audiovisuais são importantes meios de mobilização da opinião pública internacional. Ou, de forma mais remota, é possível mensurar o impacto da introdução da fotografia nas guerras por meio do trabalho de Andre Toral (2001)

sobre a iconografia sobre a Guerra do Paraguai (1864 – 1870), da qual a fotos faz parte.

A fotografia foi introduzida no Brasil durante os oitocentos, no contexto do Segundo Reinado (1840–1889). Para os estudiosos da história militar brasileira existe à disposição um volumoso patrimônio fotográfico acumulado desde então, que está sob a guarda de arquivos históricos, bibliotecas, museus e mesmo coleções particulares.

Porém, as fotografias estão longe de serem registros fidedignos do passado, se é que isso é possível de existir, pois, como dos demais tipos de documentos históricos, as imagens fotográficas foram produzidas e preservadas como fontes históricas em contextos específicos e com noções específicas de memória e história. Especialmente, quando salvaguardadas em arquivos públicos, sejam eles civis ou militares, a exemplo do Arquivo Histórico do Exército (AHEX). Afinal, como constatou Jacques Le Goff (1996, p. 426): “Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas”. A respeito dessas relações de poder ligadas à memória, o autor ainda afirma que: “Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva” (LE GOFF, 1996, p. 426).

3.1.1 Um exemplo: as fotografias da Força Expedicionária Brasileira – FEB

Entre o final de 1944 e o início de 1945, os efetivos da FEB participaram de operações de guerra na frente italiana, com um total de 25.334 homens, a maioria jovens recrutados nas cidades das regiões Sudeste e Sul do Brasil (MAXIMIANO, 2010).

A experiência militar brasileira no teatro de operações da Itália, entre 1944 e 1945, produziu uma quantidade incomensurável e variada de documentos históricos de origens e com características distintas, a exemplo dos boletins internos e das “partes de combate” redigidas pelos oficiais da FEB, das cartas trocadas entre os expedicionários e seus parentes no Brasil ou dos diários que os combatentes mantiveram durante o período em que serviram na Itália. Desde o final da década de 1940, esse material serve de fonte para diversos tipos de publicações, entre matérias de revistas, livros de memórias ou trabalhos acadêmicos, tais como Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado (FERRAZ, 2015).

Da sua partida para a Itália ao seu retorno do Brasil, a FEB foi exaustivamente fotografada. Entre 1944 e 1945, fotografias jornalísticas, oficiais e particulares foram feitas, muitas das quais usadas em jornais e revistas, segundo constatou e analisou Wilson de Oliveira Neto (2020).

Uma parte dessa documentação fotográfica foi feita na Itália pelos próprios expedicionários com suas câmeras portáteis, em estúdios ou por fotógrafos

ambulantes durante suas licenças da frente de combate ou após o término do conflito, no contexto de espera para o embarque para o Brasil.

Figura 1 – Graduados da FEB durante uma visita ao Vaticano, junho de 1945



Fonte: Anônima, 1945. A figura 1 é um exemplo de fonte fotográfica a respeito da FEB. Trata-se de uma fotografia particular, em tons de sépia, revelada sobre papel fotográfico Ferrania, em formato de cartão postal (8 x 13 cm), algo comum na época. Provavelmente, ela foi tirada por um fotógrafo ambulante, que aproveitou o fim da guerra na Europa para oferecer seus serviços aos soldados aliados que, durante suas licenças, estavam a visitar a Santa-Sé.

Em frente à Praça de São Pedro, isolada por um “muro” de madeira improvisado, em que foram fixados cartazes de “não ultrapasse”, dois graduados brasileiros foram fotografados, da esquerda para a direita, um 3º Sargento e um Cabo. O 3º Sargento, marcado com um “x”, chama-se José Egipto Pereira Barbosa Lima, do Depósito de Pessoal da FEB. Ele embarcou para a Itália em 8 de fevereiro de 1945, sendo parte do 5º Escalão, comandado pelo Tenente-Coronel Ibá Jobim Meireles. Desembarcou em Nápoles no dia 22 de fevereiro. Retornou ao Brasil em outubro de 1941¹. Ambos vestem uniformes de passeio Tipo A, confeccionados em tons de verde (CASTELLO BRANCO, 1960; MAXIMIANO e BONALUME NETO, 2011).

¹ Os dados sobre o 3º Sgt Lima foram coletados na “Lista FEB”, uma planilha com dados sobre os efetivos da FEB, compilada pela equipe do AHEX e disponível para Download em redes sociais e demais espaços da internet.

Sobre o verso da fotografia, foram feitas, em épocas diferentes e por pessoas distintas, as seguintes anotações manuscritas: “Roma, 2 de junho de 1945. À tia Geny e aos primos Gabriel, Jandira e Nilinha, ofereço esta lembrança de uma visita à Cidade Eterna. José”. Trata-se, de uma dedicatória escrita pelo próprio 3º Sgt Lima.

Abaixo dela, a segunda anotação manuscrita, talvez feita pela destinatária, a “tia Geny”: “Fotografia tirada na Praça de São Pedro, tendo por fundo a Catedral do mesmo nome. José do Egito Pereira Barbosa Lima, filho do Cap. Luiz Barbosa Lima e de Amarina [?] Pereira Barbosa de Lima”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O retrato do 3º Sgt Lima e do Cabo que está ao seu lado representa um tipo de fotografia comum nas coleções fotográficas sobre a FEB pertencentes a pessoas físicas ou jurídicas: imagens feitas longe das frentes de combate, muitas das quais registros de visitas a locais de valores cultural, histórico e religioso para uma certa noção de civilização, recorrente na propaganda aliada veiculada durante a Segunda Guerra Mundial. A Itália seria o grande “repositório” desse patrimônio, que estava sob risco de saque e pilhagem pelos alemães, conforme é possível considerar através da narrativa de Lynn Nicholas (1996).

Contudo, a importância desse tipo de imagem não para por aí. Ela serve de suporte para uma memória familiar a respeito da experiência de um ente querido na Campanha da Itália ao ponto de, para não esquecer, foram feitas anotações manuscritas reforçando as informações visuais presentes no próprio retrato.

Essa e muitas outras imagens constituem parte de um importante patrimônio militar que, no contexto do bicentenário da Independência, ajudam os historiadores e demais estudiosos a compreenderem os Brasis de ontem e de hoje.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BOSCHI, Caio. História: por que e para quê? *Nossa história*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 11, p. 98, set. 2004.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica*. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

CASSON, Lionel. *O antigo Egito*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1969 (Biblioteca de História Universal LIFE).

CASTELLO BRANCO, Manoel Thomaz. *O Brasil na II Grande Guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1960.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. O bicentenário da guerra de Independência do Brasil. *Da cultura*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 36, p. 5-14, maio 2021.

FERRAZ, Francisco César Alves. Considerações historiográficas sobre a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial: balanço da produção bibliográfica e suas tendências. *Esboços*, Florianópolis, v. 22, n. 34, p. 207-232, 2015.

ENCONTRO INTERNACIONAL DE FORTIFICAÇÕES E PATRIMÔNIO MILITAR, 2017, Rio de Janeiro. Apresentação, artigos, palestras... *Gestão, Inovação e Turismo em Fortificações*. Rio de Janeiro: ICOFORT, 2017. Disponível em: <http://icofortbrasil.org/>. Acesso em: 14 abr. 2022.

KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 8, n. 12, p. 97 – 115, jan.–jun. 2006.

KOSSOY, Boris. *Hercule Florence*: a descoberta isolada da fotografia no Brasil. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996 (Coleção Repertórios).

LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. Fotografias: usos sociais e historiográficos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

MAXIMIANO, Cesar Campiani. *Barbudos, sujos e fatigados*: soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Grua, 2010.

MAXIMIANO, Cesar Campiani; BONALUME NETO, Ricardo. *Brazilian Expeditionary Force in World War II*. Oxford: Osprey Publishing, 2011 (Men-at-Arms).

MINISTERIO DA GUERRA. *Uniformes do Exercito Brasileiro:1730 – 1822*. Paris: A. Ferroud – F. Ferroud, 1922.

NICHOLAS, Lynn H. *Europa saqueada*: o destino dos tesouros artísticos europeus no Terceiro Reich e na Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

OLIVEIRA NETO, Wilson de. *O “misterioso” álbum 3.1.8.36.7.: fotografia e história no contexto da Segunda Guerra Mundial*. 236 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, UFRJ, Rio de Janeiro, 2020.

ROQUES, Patrick. *What do we mean by “military heritage”?* Disponível em: https://patrimoines.laregion.fr/no_cache/en/items-globaux/detail-article/index.html?tx_ttnews%5Btt_news%5D=36. Acesso em: 14 abr. 2022.

TORAL, Andre. *Imagens em desordem: a iconografia da Guerra do Paraguai (1864-1870)*. São Paulo: FFLCH/USP; Humanitas, 2001.

O TENENTISMO NA ESCOLA MILITAR DO REALENGO

Fernando Silva Rodrigues*

RESUMO

A abordagem empreendida neste ensaio busca revelar algumas tensões do processo de modernização profissional do Exército brasileiro na primeira metade do século XX, principalmente as reveladas com o movimento dos estudantes militares em 1922. O enfoque da investigação se situa no campo da História Social dos Militares na medida em que indaga sobre a influência da constante reorganização do modelo de ensino adotado nas Escolas de Formação de Oficiais e sua relação com as revoltas políticas do período. A reforma dos regulamentos e das normas internas que regem a Força Terrestre é uma medida que vai moldando os militares como atores políticos e visa, sobretudo, à consolidação da instituição dentro do regime republicano; no entanto, mais do que formar profissionais das Armas, foi forte o suficiente para formar militares engajados no processo político e na disputa de poder.

Palavras-chave: Tenentismo; Escola Militar; Realengo; Exército Brasileiro.

THE TENENTISM AT REALENGO MILITARY SCHOOL

ABSTRACT

The approach taken in this essay seeks to reveal some tensions in the process of professional modernization of the Brazilian Army in the first half of the 20th century, especially those revealed with the movement of military students in 1922. The focus of the investigation is located in the field of Social History of the Military, as it inquires about the influence of the constant reorganization of the teaching model adopted in the Officer Training Schools and its relationship with the political revolts of the period. The reform of the regulations and internal rules that govern the Land Force is a measure that shapes the military as political actors and aims, above all, to consolidate the institution within the republican regime; however, rather than training professionals in the Arms, it was strong enough to form soldiers engaged in the political process and in the power struggle.

Keywords: Tenentism; Military School; Realengo; Brazilian Army.

EL TENENTISMO EN LA ESCUELA MILITAR DE REALENGO

RESUMEN

El enfoque realizado en este ensayo intenta exponer algunas tensiones del proceso de modernización profesional del Ejército brasileño en la primera mitad del siglo

* Doutor em História Política (2008) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É coordenador e professor titular do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira (Universo). Contato: pghistoria@nt.universo.edu.br; <https://orcid.org/0000-0003-3743-7970>

XX, principalmente las reveladas con el movimiento de los estudiantes militares en 1922. La investigación se encuentra en el campo de la Historia Social de los Militares en la medida que cuestiona la influencia de la constante reorganización del modelo de enseñanza elegido en las Escuelas de Formación de Oficiales y su relación con las revueltas políticas del período. La reforma de los reglamentos y normas internas que gobiernan la Fuerza Terrestre es una medida que forma los militares como actores políticos y destina, sobre todo, la consolidación de la institución dentro del régimen republicano, aunque, más que formar profesionales de las Armas, fue suficientemente fuerte para formar militares comprometidos en el proceso político y en la disputa de poder.

Palabras clave: Tenentismo; escuela militar; Realengo; Ejército Brasileño.

1 INTRODUÇÃO

Os primeiros anos da república no Brasil são marcados pela instabilidade política e pela disputa entre o centralismo e o federalismo. A primeira Constituição Republicana, de 1891, foi consagrada com a implantação de uma república liberal federativa com ampla autonomia para os estados. No entanto, a década de 1920 marcará o período de transição para o centralismo dos anos 1930, com destaque para o ano de 1922, e seus sucessivos eventos que mudaram o panorama político e cultural brasileiro. Nesse sentido, eventos como a Semana da Arte Moderna, a Criação do Partido Comunista Brasileiro, a comemoração do Centenário da Independência do Brasil, e o Movimento Tenentista (1922-1927) tiveram papel importante no processo de erosão do sistema político da Primeira República que terminou em 1930, com a Revolução liderada por Getúlio Vargas. Historicamente, a crise dos anos 1920 possibilitou a subversão da ordem e a Intervenção militar no processo político, com ataque ao federalismo e ao sistema oligárquico.

Nesse contexto, a formação dos oficiais do Exército Brasileiro na primeira metade do século XX e a própria Instituição passaram a ser parte importante na política de configuração e consolidação do Estado republicano, na qual o Exército desempenhou papel de primeira grandeza. O Exército conformava-se à imagem do Estado, assegurando as aspirações republicanas. A modernização no ensino militar, buscando a melhor qualificação profissional do Corpo de Oficiais, conseguida principalmente com a ação das missões militares nacionais e estrangeiras, transformou esses oficiais em atores políticos intervencionistas.

As mudanças no sistema de educação do Exército devem ser contextualizadas de acordo com os momentos históricos e políticos que o Estado brasileiro atravessava durante o final do século XIX e a primeira metade do século XX. Vale lembrar que, nesse período, há a questão do movimento comunista e do movimento tenentista que, de certa forma, interferiram na construção do Estado autoritário de Vargas ao longo dos anos de 1930 e 1940.

Para fundamentar este estudo, fez-se necessário adotar um procedimento empírico cujo levantamento documental privilegiou diversas fontes, a saber: os processos individuais para o ingresso na Escola Militar, boletins escolares, regulamentos que organizaram o funcionamento do ensino militar, documentos internos institucionais, acervos pessoais, artigos de revistas militares, livros e artigos de memória da Instituição. A análise do *corpus* documental permitiu identificar que os modelos de ensino e as reivindicações de militares nas mudanças dos regulamentos estavam em consonância com cada momento histórico vivido.

2 A MISSÃO INDÍGENA E A MODERNIZAÇÃO DO ENSINO MILITAR

O desenrolar da Primeira Guerra Mundial foi momento essencial para trabalhar o problema de modernização do ensino militar. Segundo o Alto Comando do Exército, havia a necessidade de colocar a instrução na Escola Militar no Realengo (1913-1944), nos mesmos moldes da instrução militar dos países mais desenvolvidos da Europa. Segundo o Marechal Odylio Denys (1985, p. 15), foram figuras importantes nas iniciativas das transformações ocorridas os seguintes militares: generais José Caetano de Faria, Alberto Cardoso de Aguiar, Bento Ribeiro, Tasso Fragoso; e os capitães Joaquim de Souza Reis Neto, Bertholdo Klinger, Genserico de Basconcelos, Epaminondas de Lima e Silva, Brasílio Taborda, Sílio Portela, Estevão Leitão de Carvalho e Euclides Oliveira Figueiredo; além de civis como o Barão do Rio Branco¹, Olavo Bilac e Pandiá Calógeras.

Pandiá Calógeras foi ministro da Guerra, de 1919 a 1922, no governo do Presidente Epitácio Pessoa e, apesar de ser civil, era conhecido no país como um dos principais condecorados dos problemas militares no Brasil, como a falta de cobertores, uniformes, quartéis, transportes e pagamentos atrasados. Foi responsável pela reorganização do Exército em 1921, aprovada pelo Decreto 15.235, de 31 de dezembro. Os principais pontos dessa reorganização foram: 1) melhor estruturação das grandes unidades; 2) criação dentro das Divisões das unidades especiais de carro de combate e de aviação; 3) aumento das dotações de armas automáticas e peças de Artilharia; 4) construção de diversos quartéis e encomenda de compra de armas automáticas, canhões de montanha, e Artilharia de Montanha; 5) e aumento do efetivo do Exército em tempo de paz. Na verdade Pandiá Calógeras consolidou a expansão numérica e espacial das Instituições militares com esse ambicioso programa de construções entre 1920 e 1921, o maior programa do gênero antes da gestão do General Eurico Gaspar Durante, durante o Estado Novo. Ele iniciou a construção de 56 novos quartéis em 49 localidades diferentes do Brasil, além de reformar e ampliar 45 outros em 41 lugares.

1 Segundo a historiografia, esse contexto favorável às questões militares teve como centro principal o incentivo dado pelas ações do Barão do Rio Branco, quando Ministro das Relações Exteriores (1902 – 1912), o qual insistia que o Brasil só poderia se projetar internacionalmente a partir de Instituições militares fortes (TREVISAN, 1993; 2011).

Em 1918, foi tomada uma das principais providências para desencadear a renovação do ensino militar na Escola Militar localizada no Realengo. O ministro da Guerra, general Alberto Cardoso de Aguiar, abriu processo de seleção para o quadro de instrutores naquela Escola, cujo principal critério deveria ser uma reconhecida capacidade para ser instrutor, conforme o modelo alemão. Esse grupo de instrutores, que ficou conhecido como “A Missão Indígena”, começou seus trabalhos fora da Escola no segundo semestre de 1918, e, na prática, em 1919, assumiu toda a estrutura de ensino militar do Exército. O trabalho da Missão foi finalizado em 1922, por conta da grave crise política que o Brasil viveu com o Movimento Tenentista, que resultou na rebelião dos alunos do curso de formação de oficiais.

O nome da missão talvez esteja relacionado à tentativa de se legitimar um grupo de instrutores nacionais partidários do estabelecimento de uma cultura militar própria do Brasil, apesar de ter como base de sustentação ideológica o aprendizado no Exército alemão, que ajudou na construção da nova cultura que tentava se impor na Instituição.

A primeira turma de instrutores aprovados por concurso e nomeados para Escola foi constituída pelos seguintes oficiais (Diário Oficial da União, 1918, p. 14384): 1º Tenente Eduardo Guedes Alcoforado, 1º Tenente Newton de Andrade Cavalcanti, 1º Tenente Demerval Peixoto, 1º Tenente João Barbosa Leite, 2º Tenente Odylio Denys, da Arma de Infantaria; Capitão Euclides de Oliveira Figueiredo (ex-estagiário no Exército alemão), 1º Tenente Renato Paquet, 1º Tenente Orosimbo Martins Pereira, da Arma de Cavalaria; Capitão Epaminondas de Lima e Silva (ex-estagiário no Exército alemão), 1º Tenente Luiz Correa Lima, 1º Tenente Mario Ary Pires, da Arma de Artilharia; e 1º Tenente José Bentes Monteiro, 1º Tenente Arthur Joaquim Panfiro, 1º Tenente Mario Ary Pires, da Arma de Engenharia.

No entanto, não poderia me furtar a uma análise mais profunda da afirmação de Leonardo Trevisan (1993, p. 304) de que todos os ex-estagiários do Exército alemão e seus discípulos mais diretos participaram do primeiro concurso para instrutores dominando, depois disso, o quadro de docentes daquela Instituição de Ensino Militar. Ao analisar a relação nominal acima constituída da primeira turma de instrutores nomeados para a Escola Militar, verifica-se que dos dezesseis oficiais que estagiaram no Exército alemão, apenas dois deles estão presente na lista dos selecionados. Na relação seguinte, atesta-se que nenhum ex-estagiário no Exército alemão está presente na lista.

Pelas informações obtidas no artigo do Marechal Odylio Denys, na Revista *A Defesa Nacional*, o número de selecionados na primeira turma de instrutores não foi suficiente para preencher os claros existentes na Escola, o que ocorreu ao longo do período marcado pelos anos de 1919 a 1922. Na relação seguinte, registro o nome de outros oficiais que foram selecionados para exercer a função de instrutores: Capitão Outubrino Pinto Nogueira, 1º Tenente José Luiz de Moraes, 1º Tenente Mario Travassos Penedo Pedras, 1º Tenente Henrique Duffles Teixeira

Lott, 1º Tenente Victor César da Cunha Cruz, 1º Tenente Olimpio Falconiere da Cunha, 1º Tenente Filomeno Brandão, 1º Tenente Joaquim Vieira de Melo, 1º Tenente Onofre Muniz Gomes de Lima, 1º Tenente Tristão de Alencar Araripe, 1º Tenente Cyro Espírito Santo Cardoso, 1º Tenente Illydio Rômulo Colônia, 1º Tenente Arlindo Murity da Cunha Menezes, da Arma de Infantaria; Capitão Milton de Freitas Almeida, 1º Tenente Gomes de Paiva, 1º Tenente Brasiliano Americano Freire, 1º Tenente Aristóteles de Souza Dantas, da Arma de Cavalaria; Capitão Eduardo Pfeil, Capitão Pompeu Horácio da Costa, 1º Tenente Álvaro Fiúza de Castro, 1º Tenente José Agostinho dos Santos, da Arma de Artilharia; e Capitão Othon de Oliveira Santos, 1º Tenente Luiz Procópio de Souza Pinto, 1º Tenente Juarez do Nascimento Fernandes Távora, 1º Tenente Edmundo de Macedo Soares, da Arma de Engenharia.

No ano de 1919, o chefe do Estado-Maior do Exército Brasileiro, General de Divisão Bento Manoel Ribeiro Carneiro Monteiro, recebia a apresentação do primeiro grupo de instrutores com o seguinte discurso:

Pela primeira vez este EME teve intervenção na escolha dos Instrutores da Escola Militar e foi minha preocupação única servir ao ensino prático dos futuros Oficiais, como há muito deveria ter sido feito. Participo, consequentemente, do êxito que alcançardes e espero que todas as dificuldades sejam vencidas, porque não vos falta competência e espero encontrareis todo o auxílio material e moral de que carecerdes para o desempenho de vossa missão. Ela é bem difícil, mas não há motivo para o esmorecimento. O vosso recrutamento seguiu os mais dignos processos; para seleção em tais casos, constituindo a mais larga porta para entrar naquele estabelecimento de ensino, ou foi o conceito mais ou menos generalizado entre os nossos camaradas, conceito firmado no árduo e assíduo trabalho da tropa. Muitos e distintos Oficiais têm passado pela Escola Militar como Instrutores e, ainda agora, alguns de lá saem, mas é de justiça afirmar que nunca o corpo de Instrutores da Escola Militar atingiu o grau de homogeneidade que hoje assume com grande esperança para o ensino profissional.

Não é demais que vos lembre a influência que a instrução moral e a disciplina cimentada pelo exemplo terão na Escola Militar, se bem que vos sejam perfeitamente familiares os processos mais seguros para a formação de bons soldados. Muito espero de vossos esforços na Escola Militar e, por isso, a ela e ao Exército eu felicito pelas vossas nomeações. (DENYS, 1985, p. 16).

Naquele momento, o Alto Comando do Exército abria a porta da Escola Militar para um importante passo na modernização do ensino e da organização do Exército. Os novos instrutores tinham como função divulgar, generalizar, unificar e

consolidar a instrução militar no Exército, através da eficiência crescente e definitiva, que deveria ser acompanhada do progresso constante na arte da guerra verificado nos países mais desenvolvidos do mundo. Procurava-se, com essa ação, valorizar mais o militar dos Corpos de Tropa.

Também é interessante analisar que homogeneidade se queria atingir com a entrada desses novos instrutores na Escola Militar. Talvez a homogeneidade dos ex-estagiários do Exército alemão de 1910 a 1912. De acordo com o texto de Odylio Denys (DENYS, 1985, p. 17), o nome de “Missão Indígena” foi dado em consequência da proximidade da chegada da Missão Militar Francesa, contextualizada pela seleção de oficiais nacionais para compor o quadro de instrutores da Escola Militar. Esses instrutores administraram os modelos de ensinamentos dos ex-estagiários do Exército alemão, buscaram trazer para a Escola Militar as inovações ocorridas na Europa, mais direcionados aos ensinamentos práticos do que teóricos. Podemos dizer que os instrutores da “Missão Indígena”, sem querer, abriram espaço para o avanço interventor dos conhecimentos da Missão Militar Francesa na Escola, em 1924.

3 O MOVIMENTO REBELDE DOS TENENTES NA ESCOLA MILITAR DO REALENGO

O início dos anos 1920, além de testemunhar as diversas mudanças que ocorreriam na Escola Militar, representou um momento de crise política na História brasileira. Arthur da Silva Bernardes, depois de conturbada campanha política no contexto do surgimento das chamadas “cartas falsas”, supostamente escritas por ele a Raul Soares insultando Hermes da Fonseca, foi eleito e reconhecido Presidente da República em substituição a Epitácio Pessoa. Para impedir sua posse, levantaram-se, em 05 de julho de 1922, a Escola Militar, o Forte Copacabana na Guarnição do Rio de Janeiro, a Guarnição de Niterói e a Guarnição de Campo Grande no Mato Grosso, que inauguraram o ciclo revolucionário conhecido como Movimento Tenentista. Apesar de tudo isso, Arthur Bernardes tomou posse em 15 de novembro de 1922, pouco mais de dois meses após as grandes festas em comemoração ao centenário da independência do Brasil.

O envolvimento dos alunos e alguns instrutores da Escola Militar no Movimento Tenentista ocorreram entre os dias cinco e sete de julho de 1922. Os eventos daquelas datas podem ser observados com mais detalhes no livro de Hélio Silva, “1922: Sangue na Areia de Copacabana”. O autor utiliza uma narrativa metódica e linear na transcrição dos fatos ao leitor, e usa as notícias da imprensa como base documental para a construção de sua obra (SILVA, 2004, p. 153).

Segundo o marechal Denys, ao que tudo indica, a rigidez disciplinar da Missão Indígena e o ensino militar com predominância de um modelo mais prático que teórico na Escola Militar não foram obstáculos suficientes para que seus alunos participassem dos eventos do dia 5 de julho de 1922, para demonstrar todo seu descontentamento com as mudanças ocorridas na Escola e no ensino. Mas, parece

que esse discurso fica inconsistente por conta das diversas reações governamentais tomadas contra os alunos e instrutores da Escola. Disciplinarmente, a reação do comando do Exército foi enérgica, expulsando todos os alunos envolvidos no acontecimento.

O Ministro da Guerra declarara que, em face do inquérito (BRASIL, 1922) aberto sobre os acontecimentos no dia 5 de julho de 1922, em que foi envolvida a Escola Militar, o Governo resolvera desligar imediatamente, a bem da disciplina, 256 (duzentos e cinquenta e seis) alunos envolvidos e que continuaram presos; 333 (trezentos e trinta e três) alunos que foram distribuídos pelas unidades das diversas regiões militares para serem desligados do serviço ativo do Exército; e 58 (cinquenta e oito) restantes mencionados que foram postos em liberdade. Houve também, o afastamento do comandante da Escola, General Monteiro de Barros por inércia diante dos fatos ocorridos (BRASIL, 1922)² e de todos os instrutores que tivessem vínculo com a Missão Indígena.

Segundo o historiador militar Rafael Roesler, após leitura da obra de Hélio Silva, a conspiração começou na casa do Coronel João Maria Xavier de Brito Júnior, comandante da Fábrica de Cartuchos do Realengo na noite do dia quatro para o dia cinco de julho, com a presença de diversos alunos e instrutores da Escola Militar. O comandante da Fábrica contava com apoio dos tenentes Odylio Denys, Ciro do Espírito Santo Cardoso, Vitor César da Cunha Cruz, Roberto Carneiro de Mendonça, Ilídio Rômulo Colônia, Aristóteles de Souza Dantas, Eugênio Ewerton Pinto, Brasiliano Americano Freire, Juarez Távora, Edmundo de Macedo Soares, e Arlindo Maurity da Cunha (ROESLER, 2015, p. 137).

O evento prosseguiu com a tentativa de prisão do General Monteiro de Barros, Comandante da Escola que reagiu a um confronto com os alunos, fugiu para a Vila Militar e seguiu mais tarde para sua residência com a finalidade de aguardar o desenrolar final dos fatos. Na Escola, a maioria dos alunos e alguns instrutores aguardavam preparados para entrar em combate e pela definição de sua missão nessa rebelião. Ocuparam pontes e estradas próximas na região de Realengo, com o objetivo de impedir o movimento de tropas legais que pudessem vir da Vila Militar.

Na Vila Militar, as tentativas de conseguir a adesão das tropas pertencentes aos quartéis que compunham a 1^a Divisão de Infantaria foram malsucedidas, pois o coronel Szefredo dos Passos, comandante do 1º Regimento de Infantaria prendeu alguns oficiais suspeitos que desembarcaram na Estação Ferroviária da Vila Militar, em Deodoro. Outros oficiais foram presos na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, no 1º Batalhão de Engenharia e na Companhia Ferroviária, o que levou mais tarde a desmobilização do evento na Vila Militar e dificultou a manutenção das ações rebeldes em Realengo.

2 O Ministro da Guerra declarou que o Tenente-Coronel Álvaro Guilherme Mariante ocupou militarmente a Escola Militar, assumindo o respectivo comando na manhã de 05 de julho de 1922, em virtude da rebelião dos alunos daquele estabelecimento.

Os alunos da Escola Militar do Realengo realizaram um único combate contra as tropas legais da 1^a Divisão de Infantaria, no dia cinco de julho, confronto ocorrido no morro Monte Alegre localizado entre Realengo, Magalhães Bastos e a Vila Militar. Como resultado dos fatos ocorreu o falecimento do aluno Feodorval Xavier Leal e o ferimento de outro aluno. Após esse combate o Coronel Xavier de Brito, chefe da coluna revolucionária, resolveu se retirar com os alunos e instrutores para a Escola Militar a fim de aguardar os resultados finais do levante. No mesmo dia, Xavier de Brito, os alunos e instrutores rebeldes se entregaram sem resistência a força de ocupação formada por tropas legais do governo. Em consequência do grande número, os alunos da Escola Militar ficaram presos no quartel em Realengo, durante os dias que duraram os levantes.

O que ficou claro nesse estudo é que a intensa repressão aos alunos, a alguns instrutores e ao comandante da Escola Militar decretou o fim da Missão Indígena. Isso facilitou a aceitação da presença na Escola da Missão Militar Francesa em 1924.

Ponto interessante nesse caso foi que, analisando a lista de processados (BRASIL, 1922b), realizada e monitorada pelo Departamento do Pessoal da Guerra, de acordo com a situação de cada militar pela participação no movimento militar de 1922, ficou constatado a presença de alguns instrutores que integraram a Missão Indígena na Escola Militar no período de 1919 a 1922, conforme verificado abaixo:

Quadro 1 – Lista Nominal dos Oficiais Pronunciados pelos acontecimentos de 1922, que faziam parte da “Missão Indígena”, especificando-se sua situação na época

Nº de Ordem	Posto	Nome	Situação
01	1º Tenente	Odílio Denys	Em liberdade em Pádua
02	1º Tenente	Arlindo Maurity da Cunha Menezes	Desertado
03	1º Tenente	Braziliano Americano Freire	Desertado
04	1º Tenente	Illydio Rômulo Colônia	Em liberdade no RJ
05	1º Tenente	Juarez do Nascimento Fernandes Távora	Desertado
06	1º Tenente	Cyro do Espírito Santo Cardoso	Em liberdade em S. J. Del Rei
07	1º Tenente	Aristóteles de Souza Dantas	Em liberdade no RJ
08	1º Tenente	Edmundo Macedo Soares e Silva	Desertado

Fonte: O AUTOR, 2022.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse sentido, pode-se entender que a formação dos oficiais do Exército Brasileiro na primeira metade do século XX e a própria Instituição passaram a ser parte importante na política de configuração e consolidação do Estado republicano,

na qual o Exército desempenhou papel importante nesse processo. O Exército conformava-se à imagem do Estado, assegurando as aspirações republicanas. A modernização no ensino militar, buscando a melhor qualificação profissional do Corpo de Oficiais, transformou esses oficiais em atores políticos.

Apesar da intensificação das renovações no Exército nas duas primeiras décadas do século XX, no ano de 1922 ocorreram levantes militares em alguns quartéis do Rio de Janeiro, do Mato Grosso e na Escola Militar do Realengo, que deram sinais que o modelo de ensino proposto com a Missão Indígena não correspondeu aos interesses quanto à formação profissional dos oficiais, ou seja, o afastamento desses militares da política. Os anos 1920 representam o momento de uma nova e intensa crise política na História do Brasil. Como em outros momentos de instabilidade política, o Movimento Tenentista na Escola Militar foi reprimido energicamente pelo Ministro da Guerra.

Com o Levante de 1922, o estado de sítio foi decretado e os militares que participaram das rebeliões foram alvo de rigorosa repressão por parte das autoridades brasileiras. Entre 1922 e 1930, esses oficiais que participaram dos levantes durante o Movimento Tenentista foram alvos de vários inquéritos militares, processos judiciais criminais, prisões, exílios, além das perseguições internas com transferências para lugares longínquos e insalubres, quando voltavam a fazer parte dos quadros permanentes do Exército Brasileiro, por força de uma ação judicial contra o governo pela falta de provas ou pela comprovação da inocência, ou pela impetração de um *habeas corpus* para responder o processo em liberdade. Os levantes permitiram ainda a criação de uma identidade militar-rebelde por conta dos exílios, perseguições, articulações e resistência formando uma liderança atuante na Revolução de 1930.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Campos de. *Cadete do Realengo*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1959.

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1891.

BRASIL. Relação de instrutores aprovados por concurso para Escola Militar. *Diário Oficial da União*, de 06 de dezembro de 1918, p. 14384.

BRASIL. AHEX. Boletim do Exército Nº. 36, de 31 de Julho de 1922. *Aviso Nº. 567, de 22 de julho de 1922*. Diversas ordens sobre alunos da Escola Militar. Rio de Janeiro, 1921.

BRASIL. *Reorganização do Exército Brasileiro (Decreto nº 15.235 de 31 de dezembro de 1921)*. Rio de Janeiro: Câmara dos Deputados, 1921.

BRASIL. AHEX. Fundo Estado-Maior do Exército. *Relação nominal dos oficiais pronunciados pelos acontecimentos do 5 de julho de 1922, realizada e monitorada pelo Departamento do Pessoal da Guerra, de acordo com a situação de cada militar.* Rio de Janeiro, 1922.

CARVALHO, Estevão Leitão de. *Memórias de um soldado legalista.* Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, tomo 1, 1961.

CARVALHO, José Murilo de. "As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador". In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano.* São Paulo: Difel, tomo III, v. 2, 1978.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados: escritos de História e Política.* Belo Horizonte: UFMG, 1999.

DENYS, Odylio. "Renovação do Exército – Missão Indígena". *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, nº. 718, 1985.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Política: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRUNENNVALDT, José Tarcísio. *A educação militar nos marcos da primeira república: estudos dos regulamentos do ensino militar (1890-1929).* Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 2005.

LINS, João de Abreu Lins. *Memórias do Realengo.* São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1981.

McCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro 1889-1937.* Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MOTTA, Jehovah. *Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944.* 1ª reimpressão. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001.

RODRIGUES, Fernando da S. *Indesejáveis: instituição, pensamento político e formação dos Oficiais do Exército Brasileiro (1905-1946).* Jundiaí: Paco Editorial, 2010.

ROESLER, Rafael. *O impulso renovador: a atuação da Missão indígena na Escola Militar do Realengo (1919-1922).* Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2015.

SANTA ROSA, Virgílio. *O sentido do tenentismo*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1933.

SILVA, Hélio. 1922: sangue na areia de Copacabana. Porto Alegre: L&PM, 2004.

SODRÉ, Nélson Werneck. *História Militar do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SODRÉ, Nélson Werneck. *O Tenentismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

TREVISAN, Leonardo N. *As obsessões patrióticas*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2011.

TREVISAN, Leonardo N. *As obsessões patrióticas: origens e projetos de duas Escolas de Pensamento Político do Exército Brasileiro*. Tese (Doutorado em Ciência Política). São Paulo, USP, 1993.

OS 18 DO FORTE DE COPACABANA: história e lugar de memória

Andriete Cancelier*
Eduardo Rizzato Salomão**

RESUMO

O artigo tem por objeto a revolta do Forte de Copacabana de 1922, consagrada pela historiografia brasileira como os “18 do Forte”. O texto interroga as interpretações sobre o contexto que desencadeou a rebelião e aprecia a narrativa do episódio, o conteúdo político e a sua conversão em lugar de memória.

Palavras-chave: 18 do Forte de Copacabana; Tenentismo; Lugar de memória.

THE 18 OF FORT COPACABANA: history and place of memory

ABSTRACT

The article is about the revolt of Fort Copacabana in 1922, consecrated by Brazilian historiography as the “18 of the Fort”. The text questions the interpretations about the context that triggered the rebellion and evaluates the narrative of the episode, its political content, and its conversion into a place of memory.

Keywords: 18 of Fort Copacabana; Tenentism; Place of memory.

LOS 18 DEL FUERTE DE COPACABANA: historia y lugar de memoria

RESUMEN

Este artículo tiene como objeto la revuelta del Fuerte de Copacabana de 1922, consagrada por la historiografía brasileña como los “18 del Fuerte”. El texto interroga las interpretaciones sobre el contexto que desencadenó la rebelión y aprecia la narrativa del episodio, su contenido político y su conversión en un lugar de memoria.

Palabras clave: 18 del Fuerte de Copacabana; Tenentismo; Lugar de memoria.

1 INTRODUÇÃO

Entre os eventos passados, há aqueles que agregam significados a extrapolar seu contexto histórico ao revestir-se da sacralidade conferida pela devoção a

* Mestranda bolsista em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Programa de Pós-graduação do Centro Lúcio Costa/Iphan, com estágio supervisionado junto à Procuradoria Federal junto ao Iphan/RJ. Contato: ete.cancelier@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0002-4785-5511>

** Doutor em História Social pela Universidade de Brasília (UnB). Membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra (ESG). Contato: salomao.edu@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0003-1668-5078>

personagens e acontecimentos comemorados, reencenados e presentificados, constituindo-se, na definição de Pierre Nora (1993), em “lugares de memória”.

Da história da República Velha, a revolta dos 18 do Forte de Copacabana consagrou-se no papel de evento singular, marcando a oposição à posse de Artur Bernardes e os primórdios do movimento tenentista. Decorridos 100 anos desses acontecimentos, somos levados a refletir sobre o passado de experiência e os caminhos percorridos na consolidação da memória política nacional.

Tendo os 18 do Forte como objeto, este artigo aborda o contexto histórico da agitação que desencadeou a rebelião e questiona os caminhos que conduziram a uma interpretação romântica do episódio, percorrendo o seu conteúdo político e a sua conversão em lugar de memória. Trata-se de um texto de caráter preliminar, apoiado no exame qualitativo de referenciais bibliográfico-documentais. A motivação do texto é guiada pelo propósito de trazer os 18 do Forte à cena atual, quando se aproximam as comemorações do bicentenário da Independência do Brasil, nele reconhecendo um dos episódios mais marcantes de 1922 quando do Centenário.

2 A CRISE POLÍTICA DE 1922

Quando das eleições de 1922, o pacto nomeado de política dos governadores, idealizado na presidência de Campos Sales, já havia dado claros sinais de esgotamento. A instável formação das alianças políticas se agravaria nos anos seguintes, pondo-se em cheque a aliança do “café com leite”, a unir precariamente São Paulo e Minas Gerais na alternância no poder (FERREIRA; PINTO, 2021). Nesse contexto, a cada quatro anos, quando das eleições, os conflitos regionais extrapolavam, configurando uma conjuntura de grave instabilidade a ameaçar a sucessão presidencial.

Para equacionar as disputas estaduais, no governo do Marechal Hermes da Fonseca, adotou-se a chamada política das salvações nacionais, promovendo-se a interferência do executivo federal nos estados, no intuito de apoiar aliados. Essa ingerência ocorria justamente nos entes da federação onde as oligarquias eram menos capazes de reagir à máquina militar federal. No governo de Epitácio Pessoa dava-se fôlego a aliança entre Minas Gerais e São Paulo.

Em 1920, Hermes da Fonseca havia retornado ao Brasil após uma temporada na Europa. Sem bem disfarçar ambições políticas, o marechal alarmou as oligarquias regionais diante do entusiasmo de muitos militares com a possibilidade da sua candidatura. Ensamando sua retomada à cena política, Hermes da Fonseca foi eleito para presidir o Clube Militar. Entre acenos e desacertos, a preferência da oposição recaiu sobre Nilo Peçanha para o Catete, candidato civil que contava com maiores simpatias entre os caciques políticos e chefes militares.

Em tempos do final da Primeira Guerra Mundial, as transformações na composição social brasileira levaram ao crescente interesse da nova classe média

urbana na política. Esse setor da sociedade, como observou Boris Fausto, “tendia a apoiar figuras e movimentos que levantassem a bandeira de um liberalismo autêntico”, defendendo “um governo capaz de levar à prática as normas da Constituição e das leis do país, transformando a República oligárquica em República liberal”. (FAUSTO, 2002, p. 305). No conturbado clima político dos anos 1920, a conjuntura nos estados era marcada pelo coronelismo, fruto do pacto federativo a dar maiores poderes aos governadores, sustentando um arcaico jogo de barganha a ter como maior moeda de troca o voto. A insatisfação crescia, sobretudo, entre as classes médias urbanas, na qual se inseriam os oficiais mais jovens, ávidos por mudanças que atendessem aos seus anseios de representação política e reorganização do estado brasileiro (CARVALHO, 2005).

As oligarquias estaduais de segunda grandeza, desejosas de assumir o executivo federal, igualmente questionavam os resultados das eleições, mas os motivos desses questionamentos eram diversos daqueles que exigiam eleições limpas, uma vez que os opositores lançavam mão do mesmo expediente a conspurcar os resultados dos pleitos (CARONE, 1971). Favoráveis a Nilo Peçanha, os estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco uniram-se, sustentando a candidatura de oposição a constituir a chamada Reação Republicana, atraindo simpatias e o engajamento direto de muitos militares e das classes médias (PRESTES, 1993).

A agitação era crescente. No decorrer da campanha, discursos inflamados eram ouvidos em praça pública, deles participando ativamente oficiais, a fazer propaganda contrária ao candidato do governo. Dessa agitação se fizeram presentes militares do Exército e da Marinha, incluindo oficiais-generais em ativa campanha em favor de Nilo Peçanha (CARONE, 1971; SODRÉ, 1979).

Sem fugir do programado, o resultado da apuração dos votos foi favorável ao grupo situacionista, assentando no poder o ex-governador mineiro Artur Bernardes. Em vários quartéis, o clima era de insatisfação, em especial alimentada em face do episódio das cartas falsas atribuídas ao candidato. As missivas, a circular no segundo semestre de 1921, tiveram seu conteúdo publicado na íntegra pelo jornal *Correio da Manhã*, em edição de 11 de outubro, ascendendo os ânimos e provocando exaltadas proclamações que adentraram 1922. Nas cartas, Hermes da Fonseca era chamado de “sargentão sem compostura” e “canalha”, lançando-se ofensas ao Clube e a classe militar (CARONE, 1971, p. 338-9).

Independente de um exame atento, as cartas foram avaliadas como verdadeiras por expressiva parcela dos integrantes do Clube Militar. O brio de muitos integrantes do Exército estava ferido, reconhecendo que o conteúdo das missivas enfatizava o desrespeito e o tratamento aviltante reservado à classe por ninguém menos que o próximo presidente da República.

A reação de muitos dos oficiais ofendidos refletia não somente a insatisfação com o resultado da disputa eleitoral, fruto da desconfiança sobre um sistema

marcado por fraudes, mas um gesto desejoso de mudanças na condução do país. Aspecto particularmente corporativo, os reclames dos fardados também repercutiam antigos ressentimentos provocados pelo desprestígio da carreira e o tratamento desatencioso dispensado por algumas lideranças civis aos assuntos da caserna, em que pese o então ministro da guerra, Pandiá Calógeras, empenhar-se em modernizar as Forças Armadas e atender muitas das demandas do generalato (CARVALHO, 2005).

3 OS 18 DO FORTE

Em 7 de junho de 1922, o Congresso Nacional sacramentava a proclamação de Bernardes como Presidente da República. A oposição tramava embaraçar a posse, marcada para 15 de novembro, enquanto alguns militares cogitavam apoiar a deposição de Epitácio Pessoa, contando com simpatias esparsas de dissidentes das oligarquias regionais e setores da população urbana. O clima era de franca agitação no Clube Militar, com acalorados embates entre militares mais jovens a acusar seus superiores de convivência com os desmandos do governo e, assim, compactuar com o jogo político a perpetuar velhas alianças no poder.

A quebra do decoro, revelando um clima de exaltação a insuflar a ruptura da disciplina e o desrespeito à hierarquia tinha curso. A ata da sessão do Clube Militar, datada de 24 de junho de 1922, registra o debate em torno das cartas falsas e acusações de toda ordem, revelando divisões irreconciliáveis entre os oficiais. O Tenente Gwaier de Azevedo, tendo ao seu lado o Tenente Siqueira Campos, conclamava ao enfrentamento a um governo a enxovalhar a reputação do Exército: “Até quando sofreremos tão grandes ignomínias? Unamo-nos e teremos os aplausos da nação inteira, toda ela mais ou menos ferida pela perfídia, pela inépcia... (Protestos – Muito bem!) pela prepotência de um Presidente cretino, infame e déspota.” (SODRÉ, 1979, p. 205).

O governo de Epitácio Pessoa era defendido pelo General Setembrino de Carvalho e o Coronel Tertuliano Potiguara, ambos apontados por Gwaier como protagonistas de supostos crimes, entre outras acusações disparadas contra outros oficiais governistas (SODRÉ, 1979). Ao final da sessão, o exaltado oficial afirmava estarem à porta da revolução, dando fecho ao registro que retratou o clima de indisciplina alimentado por um ambiente devotado aos embates políticos. Apreciado os acontecimentos, fica evidente que as palavras do Tenente Gwaier não devem ser reconhecidas como isoladas, mas como a reverberar o eco das insatisfações de muitos membros do oficialato para com a situação política e a reconhecer como acomodados ou mesmo indignos de crédito alguns de seus superiores hierárquicos.

O clima de exaltação cresceu quando da utilização de tropas do Exército, pelo governo federal, para intervir politicamente em Pernambuco. O protesto lançado pelo Clube Militar provocou a reação do Catete, para isso contando com o apoio de chefes

militares. Decidiu-se por fechar o Clube, lançando-se mão de lei de 1921 voltada a coibir associações nocivas ou contrárias à sociedade, o que foi visto como mais uma afronta aos militares (FAUSTO, 2002). O Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, apontado como líder do movimento contestador, era preso por 24 horas. Estivessem ou não devidamente programados para uma quartelada, o fechamento do Clube e a prisão do velho marechal levaram efetivamente ao desencadeamento da reação.

Na cidade do Rio de Janeiro, então capital da República, o dia 5 de julho de 1922 amanheceu com o rugir dos canhões da guarnição da bateria de artilharia do Forte de Copacabana. Confirmavam-se as notícias de véspera sobre o preparativo de um levante conduzido por oficiais do Exército e da Armada. Da Vila Militar, no subúrbio carioca, à Praia Vermelha, na Zona Sul, emanavam notícias sobre a rebelião. A marcha da Escola Militar do Realengo e a sublevação de quartéis da Vila Militar terminaram rapidamente sufocadas. Restou sob as mãos dos rebeldes a guarnição do Forte de Copacabana, comandada pelo Capitão Euclides Hermes da Fonseca, filho do marechal, tendo ao seu lado os tenentes Siqueira Campos, Eduardo Gomes, Newton Prado e outros militares que entrariam para a história como os integrantes dos “18 do Forte”.

Na curta revolta, a se estender do dia 5 ao entardecer de 6 de julho, os rebelados deram vazão ao intento de enfrentar Epitácio Pessoa, efetuando disparos contra guarnições leais ao governo. A reação não tardaria, despejando-se sobre o forte, a partir da Fortaleza de Santa Cruz, pesada artilharia. O cerco se fechava, dando-se o ultimato: rendição ou massacre. Atendendo a chamado, o Capitão Hermes foi ao ministro da guerra para tratar das exigências de rendição dos rebelados, sendo assim atraído para uma armadilha e preso. Era removido um obstáculo para a investida final sobre a bateria do Forte de Copacabana, poupando o presidente da República de constrangimentos caso morresse na ação o filho do marechal que tanto prestígio ainda conservava entre o oficialato.

Siqueira Campos assumiu a liderança da rebelião, já desfalcada pelo consentimento da retirada daqueles que optassem por depor armas e salvar suas vidas. Entre os remanescentes vingou uma ideia verdadeiramente suicida: marchar ao encontro das tropas leais ao governo brandindo armas pela Avenida Atlântida. O gesto era dramático, sendo marcado por uma cerimônia de arriamento da bandeira nacional, no dia de 6 de julho, quando foram rasgados e distribuídos 29 pedaços do símbolo pátrio (HISTÓRIA, 1972).

O grupo deixou o Forte no meio da tarde, dispostos ao sacrifício. Na agitação dos acontecimentos, com ameaças pairando de todos os lados, houve dispersão, restando ao final algo entre 11 a 15 militares a marchar resolutos contra as forças federais (DONATO, 1996). Marcando a simpatia que o movimento provocou, a ele juntou-se o civil Octavio Augusto da Cunha Corrêa, gaúcho residente em Paris e de férias no Rio de Janeiro. Corrêa recebeu das mãos do Tenente Newton Prado uma carabina, passando a formar a icônica frente da marcha imortalizada pelo fotógrafo

Zenóbio Rodrigo Couto, da revista *O Malho*. À frente da composição estavam Eduardo Gomes, Mário Carpenter, Newton Prado (de pistola à mão), Octavio Corrêa e o soldado Pedro Ferreira de Melo.

Figura 1 – A marcha dos 18 do Forte de Copacabana, 6 de julho de 1922



Fonte: ACERVO O GLOBO, 2017. Foto por Zenóbio Rodrigo Couto¹.

Ao se defrontarem com as tropas legalistas, iniciou-se a troca de tiros que culminaria na chacina da praia de Copacabana. Entre tiros e o avançar das baionetas, os rebeldes sucumbiram um após outro, mortos na areia ou posteriormente em agonia no hospital. Do evento fatídico, sobreviveriam os tenentes Siqueira Campos, uma das lideranças mais destacada do tenentismo e que morreria em acidente aéreo nas gélidas águas do Rio da Prata no prelúdio da Revolução de 1930, e Eduardo Gomes, que chegaria ao posto de Brigadeiro da Força Aérea e concorreria, em mais de uma ocasião, ao cargo de presidente da República.

4 LUGAR DE MEMÓRIA, LUGAR DE POLÍTICA

Atendendo a caprichosa memória nacional, a marcha dos rebeldes do dia 6 de julho de 1922 passou à história como os “18 do Forte”, constituindo-se em referência simbólica da ousadia de jovens que aceitaram sacrificar suas vidas a uma

¹ Disponível em: <https://atlas.fgv.br/marcos/tenentismo/mapas/marcha-dos-18-do-forte-de-copacabana-e-o-rio-de-5-de-julho-de-1922> . Acesso em 15/04/2022.

causa ainda em gestação. O que teria provocado essa decisão aparentemente tão insensata? O cenário leva a crer que, para além de qualquer especulação sobre o convencimento político de que o sacrifício em curso repercutiria nos anos seguintes, constituindo-se em martírio em nome do movimento, há um componente demasiadamente humano nessa aventura: a rebeldia de uma juventude a querer fazer valer sua voz, num ato típico dos românticos.

A apreciação anterior pode ser percebida como demasiada simpática a um gesto cercado de insensatez, mas não é esse o intento dos autores deste texto. O que se deseja é enfatizar que a história das sociedades não é feita somente de cálculos pretensamente racionais por parte de movimentos políticos organizados ou de transformações econômicas, guerras e revoluções. Não há história “descarnada”, pois pesa na balança das ações a transformar uma época os sentimentos pessoais, a identificação com uma classe e suas angústias, o impulso contestador, o gosto pela aventura e o desejo de participar de algo percebido como maior que a própria vida.

Nos dias a anteceder o levante do Forte de Copacabana eram dados sinais de que contariam com a participação de lideranças mais antigas. Diante da desorganização do movimento ou mesmo da capacidade de mobilização de tropas fieis ao governo, o possível apoio de coronéis e oficiais-generais pulverizou-se. Deflagrada a luta, os tenentes e seus comandados foram deixados à própria sorte por aqueles indispostos a assumir os custos de uma infrutífera rebelião (CARVALHO, 2005).

Nos anos seguintes, militares de postos elevados seriam procurados para assumir formalmente a liderança do movimento no intuito de dar-lhe respaldo, como ocorrido em São Paulo em 1924, quando contaram com o General Isidoro Dias Lopes. Isso, entretanto, não significou uma subordinação estrita em termos políticos, de forma que os tenentes assumiram a defesa dos próprios propósitos e seguiriam adiante em seu intento de desafiar o poder. Como demonstra a composição da Coluna Miguel Costa-Prestes (1925-1927), o tenentismo seria caracterizado pela manifestação de jovens oficiais nos postos iniciais da carreira, não mais constituindo um pronunciamento dependente ou atrelado ao topo da hierarquia (CARVALHO, 2005).

Na atualidade, a revolta dos 18 do Forte de Copacabana é rememorada como evento heroico e conta, a favorecer a sua preservação, com a manutenção do antigo sítio militar onde se desencadeou os eventos, local integrado ao Museu Histórico do Exército, correspondendo à definição de que são lugares de memória os templos, museus, bibliotecas, panteões, estátuas, mas também datas e eventos comemorativos a integrar rituais festivos consagrados a atualizar a memória da nação (NORA, 1993).

Se a bateria perdeu a finalidade operativa, em termos de guarnição de artilharia de costa adestrada para ação em combate, os canhões Krupp, hoje silenciados, integram um conjunto arquitetônico valioso, preservando uma

notável obra de engenharia militar a contar com o privilégio dos encantos da visão panorâmica da praia de Copacabana e do Atlântico a banhar as praias cariocas. Comemorada e reatualizada, a revolta a culminar com o gesto fatídico do dia 6 de julho de 1922 foi encenada em 1976, marcando a renovação do valor simbólico da memória do tenentismo para a história do Exército Brasileiro.

Figura 2 – Os 18 do Forte em 1976



Fonte: ACERVO O GLOBO, 2017.

A biografia de Siqueira Campos e de outros membros do tenentismo foram enaltecidas como referenciais de heróis de uma juventude rebelde (HISTÓRIA, 1972), da qual surgiram personagens singulares a retratar uma geração de militares a marcar a política nacional até meados de 1960. Note-se que os antigos tenentes seriam reintegrados ao Exército e promovidos, ocupando posição de figuras proeminentes no Estado Novo e no regime inaugurado em 1964.

Outro aspecto notável é reconhecer que a mesma instituição a celebrar a memória da revolta dos 18 do Forte, episódio a marcar o desafio ao poder constituído e afrontar a hierarquia e a disciplina militar, é a que enaltece a biografia de oficiais legalistas e adversários dos tenentes de 1922, a exemplo dos consagrados generais Setembrino de Carvalho e Tertuliano Potiguara, como evidencia a publicação *História do Exército Brasileiro* (1972). Seria isso uma contradição? Pode-se concluir que, não tivessem vários tenentes de outrora ascendido ao poder quando da Revolução de 1930, e sobrevivido, politicamente, até os anos 1960, galgando elevados postos na hierarquia militar e na política, muito provavelmente os rumos da construção memorialística do Exército seriam outros, não sendo impróprio

pensar que a façanha dos 18 do Forte fosse recordada com menos entusiasmo ou mesmo desestimulada a sua comemoração, posto que um lugar de memória também é um lugar de política.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Olhando para os desdobramentos do movimento tenentista dos anos 1920, a ter na revolta dos 18 do Forte seu símbolo primordial, é reconhecido que a sua composição abrangia militares de diversas graduações e postos iniciais da carreira, agregando também civis, de forma que não era um movimento exclusivo de tenentes ou capitães.

Por que o Exército atrairia, naqueles tempos conturbados, tantos anseios das classes desejosas de mudanças na esfera política? Afonso Arinos de Melo Franco observara que, na ausência de partidos políticos aptos a reunir os insatisfeitos, “o Exército – ou a parte revolucionária dele – constitui-se numa espécie de partido político renovador, que, não podendo agir pelo voto, aliou-se às facções civis derrotadas e descontentes para guiar pelas armas” (PRESTES, 1993, p. 77). Arinos interpreta um contexto de baixa representatividade política, em tempos de transformações da composição social urbana a exigir novas formas de expressar os anseios de classe.

A pauta do grupo enfatizava o propósito de moralizar a política, com a adoção do voto efetivamente secreto, a criação da justiça eleitoral e propunha derrubar as oligarquias então no poder, agenda que atraia a simpatia e a adesão de extratos médios da sociedade ao movimento. Essa afirmação, a nosso ver, não pode ser recepcionada como que a identificar automaticamente os tenentes como representantes dos anseios da classe média urbana, sendo mais certo que representavam a sua própria pauta corporativa e interesses. Quanto ao operariado e outros setores populares, não ocorreria qualquer esboço sério de uma união de propósitos, de forma que o tenentismo efetivamente se divorciou de demandas de classes sociais de menor extração (FAUSTO, 2002).

No que toca a definição política, Anita Leocádia Prestes (1993) bem expressou ser demasiado limitada à percepção a desejar situar o movimento à direita ou à esquerda do espectro político. Os “tenentes” eram progressistas em seus termos, patriotas certamente, simpáticos alguns ao liberalismo anglo-saxão, admiradores da sociedade europeia e mesmo havia os interessados no socialismo, mas seria impróprio dar rótulo a um movimento de caráter, sobretudo, militar onde os valores eram postos em termos muito diversos dos das grandes ideologias que se afirmariam no Brasil nos anos seguintes. Findo o movimento propriamente tenentista, seus integrantes, no transcurso dos anos 1930, rumaram para campos políticos opostos.

O movimento de 1924, quando da rebelião tenentista promovida em São Paulo, aos motins em diversos quartéis, com destaque para os do Rio Grande do Sul, levaria a formação da aliança que resultou na constituição da Coluna Miguel

Costa-Prestes que, mesmo depois de dispersa no exílio boliviano, preservaria capacidade de mobilização, despertando simpatias a unir civis e militares. O governo de Bernardes manteria o país em regime de verdadeira exceção, prendendo opositores e desafetos, valendo-se do dispositivo de estado sítio. As agitações seguiram até a Revolução de 1930 a derrubar Washington Luís, apoiada por muitos tenentes a se somar as forças mobilizadas por Oswaldo Aranha em apoio a Getúlio Vargas.

A Revolução de 1930 não foi produto de uma expressão do movimento tenentista, mas dele se serviria. Aos outrora tenentes Juarez Távora e Cordeiro de Farias, entre outros, interessava que o movimento acolhia muito dos reclames da Coluna (CAMARGO; GÓES, 2001). Outros reconheceriam na adesão de antigos camaradas a Vargas uma contradição irreconciliável, destacando-se o Capitão Luís Carlos Prestes, que logo se converteria na principal liderança do movimento comunista brasileiro (PRESTES, 1993).

Sobre o legado do movimento tenentista, não mais em seu sentido original, é oportuno observar a atuação do ministro da guerra de Vargas, General Goés Monteiro, a impulsionar a visão que acompanharia o militares nos anos seguintes. Goés formularia as bases do intervencionismo assumido pela instituição, voltando-se agora a pensar a política feita pela cúpula, tendo por premissa “fazer a política do Exército e não a política no Exército”. (CARVALHO, 2005, p. 42). José Murilo de Carvalho reconheceu que Góes Monteiro lançava a “ideologia do poder moderador” que marcaria o Estado Novo e além, expressando uma combinação do intervencionismo tenentista com a reforma das transformações estruturais aplicadas no organismo militar (CARVALHO, 2005, p. 42).

Os tempos eram outros e os arroubos dos tenentes dos 18 do Forte ficariam na memória nacional como um feito de época, a valorizar a valentia e a intrepidez de camaradas de armas. O gesto político de 1922 serviria como referencial a justificar a fase de conflito dos anos posteriores e seria explorado ao sabor do momento, por vezes convenientemente ignorando lições de uma época em que divisões políticas levadas para dentro do Exército promoviam rupturas a ameaçar a integridade das Forças Armadas, ilustrando que a memória é “aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações”. (NORA, 1993, p. 9).

REFERÊNCIAS

A INOLVIDAVEL data de amanhã e a gloriosa alucinação dos bravos de Copacabana e da revolução de 1924. *O Globo*, [Guanabara], ano 3, n. 702, 04 jul. 1927. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/dia-5-de-julho-de-1922-levante-dos-18-do-forte-de-copacabana-marca-tenentismo-21537055#ixzz7P> . Acesso em: 20 jul. 2022.

CAMARGO, Aspásia, GÓES, Walder. *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.

CARONE, Edgard. *A República Velha (evolução política)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971. Coleção Corpo e Alma do Brasil.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

DONATO, Hernâni. *Dicionário das batalhas brasileiras*. São Paulo: IBRASA, 1996.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2002.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930 – O Brasil Republicano (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

HISTÓRIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO v. 3. Brasília: Ministério do Exército, 1972.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História, São Paulo, PUC-SP, n. 10, dez. 1993.

PRESTES, Anita Leocádia. *Os militares e a reação republicana: as origens do tenentismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

SODRÉ, Nelson. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA: geopolítica, fronteiras e soberania do Brasil no século XXI

Em sete de setembro de 2022, o Brasil comemora 200 anos da condição de ente político soberano, dissociado de Portugal e com vida própria no contexto das nações civilizadas, muito embora já desfrutasse de posição privilegiada, principalmente a partir de 1808 com a vinda da família real em função da ameaça das tropas napoleônicas.

Com efeito, o Brasil, desde o século XVII, já era, não apenas a maior, mas também a mais rica colônia do reino português, fato que evidentemente em muito contribuiu para a sua unidade. No entanto, como bem pontua João Batista Magalhães, nossos historiadores, notadamente Varnhagen, assinalam as tendências divergentes, manifestadas em várias regiões do País, hesitantes em aceitar a separação de Portugal sobre um governo estabelecido no Rio de Janeiro. Considera, de fato, ter sido a aristocracia nativa que na segunda década do Império escolheu a retenção em forma modificada do mecanismo que foi transplantado de Portugal durante o interregno entre uma nação colonial e independente. Neste processo, as influências descentralizadoras que resultaram na descentralização da América hispânica foram suspensas e a unidade brasileira preservada. (MAGALHÃES, 2002, p. 30).

Destarte, há que se reconhecer que a formação da unidade nacional perpassou três períodos, bem definidos: a fase colonial de nossa história; o período da transplantação para o Brasil da corte portuguesa com os formidáveis efeitos resultantes do Governo de D. João VI e o período que abarca as duas primeiras décadas após a proclamação da Independência. (MAGALHÃES, 2002, p. 25).

E foi a partir dessa condição única na história das nações que o Brasil vem se projetando ao longo desses 200 anos como uma grande nação territorialmente satisfeita, com fronteiras jurídicas já consolidadas, desejando, portanto, preservá-las, sem nenhuma pretensão de expansão territorial. Com efeito, a fronteira vem merecendo estudos e conceitos que suscitaram variadas opiniões. Ratzel, por exemplo, adepto do conceito de “Estado organismo vivo”, considera a fronteira a epiderme do corpo social, que, como tal, expande, reflui, estabiliza, ou mesmo desaparece com a morte do corpo. (MATTOS, 2011, p. 15-16).

Observe, com atenção, que o fato de o Brasil ser uma grande nação territorialmente satisfeita, com fronteiras jurídicas já bem consolidadas, principalmente após a sua expansão rumo ao oeste e, agora, desejando, apenas, preservá-las, sem nenhuma pretensão de expansão territorial, não significa dizer que deve desconsiderar o novo conceito de espaço vital (*lebensraum da era pós-moderna*) que traz, no seu âmago, movimentos cílicos que giram em torno de um único eixo de expansão, qual seja: a conquista de mercados e mentes.

Urge, portanto, comemorar os 200 anos da Independência do Brasil trazendo à reflexão acadêmica os grandes desafios e perspectivas da inserção internacional

do País, dentro de um cenário geopolítico complexo, capitaneado por esse novo conceito de *lebensraum*, que revoluciona a ideia das fronteiras tradicionais.

Destarte, em tempos de estatalidade pós-moderna, aqui vislumbrada como a era pós-Guerra Fria, a conquista de mercados e mentes passa a ser a pedra angular do poder planetário das potências ocidentais, que se materializa a partir da abertura mundial do comércio e, na sua esteira, da relativização do conceito westphaliano de soberania e da desregulamentação das economias nacionais, notadamente dos países menos desenvolvidos de modernidade tardia do Sul Global.

É nesse diapasão que o General Carlos de Meira Mattos já mostrava que a forma de território, assim como seu tamanho e posição (geodésica, vizinhança, acesso marítimo, natureza topográfica), tem estreita relação com a sua exploração pelo homem, favorecendo ou dificultando a aplicação do poder político em benefício do Estado. Por exemplo, a exploração e implantação de uma sociedade desenvolvida no vale do Mississipi exigiram um esforço humano menor do que seria alcançar resultados semelhantes no vale do Amazonas; este grau de dificuldade existiria mesmo se as faculdades dinâmicas dos habitantes fossem as mesmas. (MATTOS, 2011, p. 19).

De tudo sevê, por conseguinte, a clivagem científica envolvendo os conceitos de geopolítica, soberania e fronteiras, agora já na sua dimensão pós-moderna que se projeta para a conquista de mercados e mentes. Assim, é importante destacar que a condição de ente soberano que surgiu com a separação das monarquias de Lisboa e do Rio de Janeiro enfrenta novos desafios em tempos de estatalidade pós-moderna.

E a partir dessa condição de nação livre e soberana que o Brasil deve se projetar para os próximos 200 anos, ocupando o seu devido lugar na reconfiguração da ordem internacional. Para tanto, é urgente a concepção de uma Grande Estratégia de desenvolvimento nacional, nos moldes da National Security Strategy (NSS) dos Estados Unidos da América (EUA).

As comemorações dos 200 anos da Independência do Brasil devem exigir do estrategista pátrio a formulação de uma Estratégia de Segurança Nacional do Brasil, capaz de realizar o imperativo categórico da geopolítica brasileira, qual seja figurar entre as cinco maiores potências do planeta, mormente nesse contexto complexo, regido pela disputa de mercados e mentes ao redor do globo terrestre.

Pensar o encontro epistemológico entre a Estratégia de Segurança Nacional e os núcleos estratégicos existentes de um determinado país é a pedra de toque que pode impulsionar o seu desenvolvimento nacional e, na sua esteira, a consecução dos objetivos fundamentais previstos na Constituição de 1988, aí incluída a erradicação da pobreza e das desigualdades sociais e regionais.

Por núcleos estratégicos brasileiros entendem-se todos aqueles segmentos econômico-financeiro-tecnológicos autônomos capazes de participar eficazmente da competição internacional. Ou seja, os núcleos estratégicos são as empresas, as

universidades e o governo, cujas atuações coordenadas perfazem a tríplice hélice da inovação tecnológica. Nessa categoria de empresas, estão, entre outras, Petrobras, Embraer, Base Industrial de Defesa, AmBev, Braskem, WEG, Banco do Brasil, BNDES, Indústrias Naval e Aeronáutica, Vale do Rio Doce, Eletrobras, Empreiteiras Nacionais e Agroindústria.

Em consequência, para elaborar essa Grande Estratégia do Brasil para o Século XXI, é necessário antes examinar os diferentes modelos de Estratégia de Segurança Nacional, notadamente o dos Estados Unidos. Com isso, será possível delinear as bases teóricas de uma possível Grande Estratégia para o Brasil, engendrada a partir dos seus quatro grandes arquétipos geopolíticos fundantes, que posicionam o Brasil como uma superpotência energética, alimentar, aquífera e ambiental (verde).

Por sua vez, o Professor Visentini destaca que, na época da independência do Brasil, em 1822, o Atlântico Sul e o Litoral Ocidental Africano eram vitais para a segurança nacional, mas depois perderam relevância. Todavia, há algum tempo a análise do Entorno Estratégico do Brasil passou a considerar a configuração de um flanco oriental, constituído pelo Oceano Atlântico Sul, bem como pelo litoral ocidental africano. É por isso que o presente texto pretende examinar a extroversão da economia brasileira, a identificação de recursos naturais *off-shore* e a crescente presença de atores extrarregionais nas áreas do Atlântico Sul e do Litoral Ocidental Africano. Colima-se investigar a presença chinesa, norte-americana e britânica no âmbito da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).

Com efeito, para Visentini, o crescente desenvolvimento da Ásia e dos BRICS e o acelerado aumento da população (da África à Ásia Meridional), bem como do consumo mundial de bens e alimentos, têm impacto imediato no reordenamento dos fluxos internacionais e na corrida por recursos naturais. Em relação a esse último ponto, os oceanos representam um espaço de crescente importância, com petróleo/gás, minérios e pesca, além de relevância militar, num quadro de redefinição geopolítica.

Enfim, é esse o espectro temático que se pretende analisar.

Guilherme Sandoval Góes
Editor convidado

REFERÊNCIAS

- MAGALHÃES, João Batista. *A compreensão da unidade do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.
- MATTOS, Carlos de Meira. *Geopolítica*, v. III. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

200 ANOS DE INDEPENDÊNCIA: em busca de uma Estratégia de Segurança Nacional para o Brasil

Guilherme Sandoval Góes*

RESUMO

O presente artigo pretende analisar a importância da formulação de uma Estratégia de Segurança Nacional para o Brasil, nos moldes da *National Security Strategy* dos Estados Unidos da América (EUA), de modo a realizar o seu imperativo categórico, que posiciona o nosso País entre as cinco maiores potências do planeta. Com efeito, a projeção internacional de um país perpassa, inexoravelmente, pelo aprimoramento da sua Estratégia de Segurança Nacional, ou seja, da sua Grande Estratégia que projeta o seu desenvolvimento em todos os campos do poder nacional. Nesse sentido, colima-se demonstrar que a base fundante da Estratégia de Segurança Nacional do Brasil deve ser a expansão dos seus núcleos estratégicos, aqui vislumbrados como os segmentos econômico-tecnológicos autônomos capazes de participar eficazmente da competição internacional. Isto significa dizer que a formulação da Grande Estratégia do Brasil não pode abrir mão da tríplice hélice da inovação tecnológica, que engloba as empresas, as universidades e o próprio governo. Não se pode confundir, portanto, a ideia de “núcleos estratégicos” com os tão propalados “campeões nacionais”, associados à corrupção sistêmica no Brasil.

Palavras-chave: Estratégia de Segurança Nacional; Núcleo Estratégico; Geopolítica do Brasil.

200 YEARS OF INDEPENDENCE: in search of a National Security Strategy for Brazil

ABSTRACT

This article aims to analyze the importance of formulating a National Security Strategy for Brazil, along the lines of the National Security Strategy of the United States of America (USA), in order to fulfill its categorical imperative, which places our country among the five greatest powers on the planet. Indeed, the international projection of a country inexorably permeates the improvement of its National Security Strategy, that is, of its Grand Strategy that projects its development in

* Pós-doutor em Geopolítica, Cultura e Direito pela Universidade da Força Aérea (UNIFA). Doutor e Mestre em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor Emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Vice-Coordenador do Programa de Mestrado em Segurança Internacional e Defesa da Escola Superior de Guerra (ESG). Diplomado pelo “Naval War College” dos Estados Unidos da América. Professor de Direito da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ) e da Universidade Cândido Mendes (UCAM). Docente do Programa de Mestrado em Ciências Aeronáuticas da UNIFA. Contato: guilherme.sandoval@terra.com.br

all fields of national power. In this sense, it is intended to demonstrate that the founding basis of the National Security Strategy of Brazil must be the expansion of its strategic nuclei, here envisioned as the autonomous economic-technological segments capable of effectively participating in international competition. This means that the formulation of Brazil's Grand Strategy cannot give up the triple helix of technological innovation, which encompasses companies, universities and the government itself. Therefore, the idea of "strategic nuclei" cannot be confused with the so-called "national champions", associated with systemic corruption in Brazil.

Keywords: National Security Strategy; Strategic Nucleus; Brazil's Geopolitics

200 AÑOS DE INDEPENDENCIA:
en busca de una Estrategia de Seguridad Nacional para Brasil

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar la importancia de formular una Estrategia de Seguridad Nacional para Brasil, en los moldes de la National Security Strategy de los Estados Unidos de América (EE. UU.), para cumplir con su imperativo categórico, que coloca a nuestro país entre los cinco mayores poderes en el planeta. En efecto, la proyección internacional de un país permea inexorablemente el perfeccionamiento de su Estrategia de Seguridad Nacional, es decir, de su Gran Estrategia que proyecta su desarrollo en todos los campos del poder nacional. En ese sentido, se pretende demostrar que la base fundante de la Estrategia de Seguridad Nacional de Brasil debe ser la ampliación de sus núcleos estratégicos, aquí concebidos como los segmentos económico-tecnológicos autónomos capaces de participar efectivamente de la competencia internacional. Eso significa que la formulación de la Gran Estrategia de Brasil no puede renunciar a la triple hélice de la innovación tecnológica, que engloba empresas, universidades y el propio gobierno. Por lo tanto, no se puede confundir la idea de "núcleos estratégicos" con los difundidos "campeones nacionales", asociados a la corrupción sistémica en Brasil.

Palabras clave: Estrategia de Seguridad Nacional; Núcleo Estratégico; Geopolítica de Brasil

1 INTRODUÇÃO

O Bicentenário da Independência do Brasil projeta a imagem de evolução de um evento grandioso que começou em sete de setembro de 1822 e cujo desfecho possibilitou a consolidação definitiva do País como um Estado nacional propriamente dito, agora já sob a égide do modelo westphaliano de Estado soberano.

Com efeito, contando com os três elementos essenciais do Estado moderno (território delineado, povo como o conjunto de indivíduos portadores da

nacionalidade brasileira e soberania una e indivisível nas mãos do Imperador), o Brasil deixa o estado de dependência colonial, porém sob os influxos de focos de resistência.

Nesse último sentido, há que se reconhecer que a guerra foi sangrenta, daí a necessidade de rever o mito da independência concedida em paz, cuja tese da incruza ganhou predominância no seio da historiografia oficial em prol da própria Família imperial, como bem destaca o historiador José Honório Rodrigues:

A Independência não foi uma vitória incruenta, como sempre se sustentou na História do Brasil. Ela foi diminuída para valorizar a obra da Casa de Bragança, para obscurecer o papel dos brasileiros, para favorecer o congraçamento luso-brasileiro. Tampouco foi uma guerra Municipal, ferida apenas nos arredores de Salvador, ou em lugarezinhos do Maranhão e do Piauí, ou somente em Belém do Pará. A guerra foi sangrenta especialmente na Bahia e no Maranhão. (RODRIGUES, 2002, p. 35).

Assim, é importante destacar que a condição de ente político soberano, dissociado de Portugal e com vida própria no contexto das nações independentes somente surge com a separação das monarquias de Lisboa e do Rio de Janeiro.

E foi a partir dessa condição única na história das nações que o Brasil vem se projetando ao longo desses 200 anos como uma grande nação territorialmente satisfeita, com fronteiras jurídicas já consolidadas, desejando, portanto, preservá-las, sem nenhuma pretensão de expansão territorial (MATTOS, 2011, p. 16).

No entanto, na contemporaneidade, há que se reconhecer a ideia de pós-modernidade geopolítica, que traz no seu bojo um novo conceito de espaço vital (*lebensraum*), qual seja a conquista de mercados e mentes. Não se trata mais do clássico conceito de *lebensraum* atrelado a conquista de territórios, ao revés, o que importa, agora, é ganhar musculosidade geopolítica para conquistar novos mercados, que se abrem em escala planetária. Assim, entre a globalização da economia e a relativização do conceito de soberania absoluta dos Estados, descortina-se a pós-modernidade, dentro de um mosaico multinucleado, que coloca em confronto a democracia liberal e a social democracia, bem como a tensão geopolítica entre o Ocidente e o Oriente.

Em consequência, pensar estrategicamente o Brasil dentro desse cenário pós-moderno de alta complexidade, capitaneado pela disputa de mercados e mentes, exige do estrategista pátrio certa sofisticação estratégica, que se materializa na ideia da expansão econômica e comercial das grandes empresas multinacionais das potências dominantes. Como bem pondera Bercovici (2007, p. 66), trata-se de um estágio mais elevado da ideia de fronteiras nacionais, que vai para além do espaço físico da geopolítica clássica para alcançar o domínio econômico, que não se dá em territórios e locais estáveis e determinados, mas nos espaços voláteis dos mercados.

Cabe, portanto, refletir acerca dessa nova ordem internacional pós-moderna, que perde a característica predominante da Guerra Fria, qual seja a aplicação do princípio do alinhamento geopolítico necessário, que vigorou por mais de 40 anos, isto é, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, até a queda do muro de Berlim, em 1989.

Aliás, foi o princípio do alinhamento geopolítico necessário que garantiu, por todos esses anos, o elevado grau de estabilidade geopolítica da Guerra Fria, na qual os países da periferia global deveriam escolher a qual das duas grandes superpotências iriam se alinhar geopoliticamente: Estados Unidos ou União Soviética.¹

É nesse tom que se afirma a drástica mutação da nova ordem mundial pós-moderna, que nasce exatamente da revogação desse princípio do alinhamento geopolítico necessário. Em outros termos, isto significa dizer que o colapso de uma das duas superpotências mundiais criou um novo arquétipo de relações de poder global, muito distinto de seus antecessores, quais sejam a ordem eurocêntrica e a ordem bipolar.

Agora, descortina-se a globalização neodarwinista, patrocinada pela abertura mundial do comércio, relativização do conceito westfaliano de soberania, redução jurídica do Estado e busca pela competitividade internacional.

Tal cosmovisão permite interpretar, sem zotismo acadêmico, o que representam verdadeiramente a globalização neoliberal e a geopolítica pós-1989, que juntas começam a formar as grandes cadeias globais de valor.

Com feito, globalização e geopolítica são irmãs siamesas, que se apresentam como vetores de projeção de poder das potências hegemônicas sobre o Sul Global (a ideia de geopolítica como relação entre poder e espaço), que, fazendo uso da ampliação das ligações entre os povos do mundo por meio de todas as formas de troca (globalização neoliberal), fortalecem cada vez seus processos de inserção internacional.

Nesse sentido, Parag Khanna destaca:

Meio século depois, um exemplar com capa de couro da primeira edição da narrativa de Toynbee foi meu guia mais seguro quando comecei a percorrer o mundo para investigar a interação entre duas forças históricas mundiais que ele percebeu

1 Não se pode negar que a atual era pós-moderna é completamente distinta da ordem internacional anterior pautada em dois grandes centros de poder com equivalência em todos os campos do poder nacional (político, militar, econômico, psicossocial e tecnológico). No paradigma anterior da Guerra Fria, havia grande previsibilidade estratégica em decorrência do princípio do alinhamento geopolítico necessário. Vale explicitar melhor: o sistema de forças internacionais era impulsionado pela disputa entre dois grandes centros com completa correspondência econômica, geopolítica e militar. Existia, por conseguinte, plena paridade em todos os campos do poder nacional. O poder de atração das duas superpotências era completo em si próprio. As demais nações se limitavam a observar o princípio do alinhamento geopolítico necessário, isto é, escolher a qual das duas superpotências iriam se perfilar (GÓES; MASSERA, 2015, p. 50-51).

intuitivamente, sem chegar a lhes dar nome: a geopolítica e a globalização. A **Geopolítica** é a relação entre poder e espaço. **Globalização** remete à ampliação e ao aprofundamento das ligações entre os povos do mundo por meio de todas as formas de troca. (KHANNA, 2008, p. 9-10).

É por tudo isso que o objetivo principal do presente artigo é delinear as bases fundantes de uma Estratégia de Segurança Nacional para o Brasil diante de um complexo cenário mundial pós-moderno, que se apresenta sob os influxos da reorganização das cadeias globais de produção, conhecimento e valor.

Com tal tipo de intelecção em mente, fica mais fácil compreender a importância de se analisar as estruturas de diferentes Estratégias de Segurança Nacional (Grande Estratégia) em perspectiva comparada, notadamente o modelo americano. A toda evidência, os estudos comparados permitem traçar aqueles elementos teóricos que devem reger a formulação de uma Estratégia Nacional de Segurança para o Brasil, defendendo-se aqui a tese de que tal estratégia deve ser traçada no sentido de atingir os objetivos fundamentais previstos no art. 3º, incisos I a IV, da CRFB/88.²

Eis aqui o núcleo fundante da Grande Estratégia democrática do Estado brasileiro: construir – a partir do desenvolvimento nacional – uma sociedade livre, justa e solidária, sem pobreza e marginalização e sem desigualdades sociais e regionais.

Pretende-se, por conseguinte, responder aos seguintes questionamentos: em que medida a formulação ou a inexistência de uma Estratégia de Segurança Nacional, aqui vislumbrada como a Grande Estratégia, impacta a projeção internacional do nosso País dentro do contexto internacional contemporâneo? Quais seriam as bases fundantes de uma Estratégia de Segurança Nacional para as próximas décadas (Cenários 2040)?

Não há respostas corretas para tais questionamentos e nem a crença em verdades apodícticas, sendo certo reafirmar a necessidade do confronto de ideias, daí a relevância da abordagem epistêmica multidisciplinar (geopolítica, direito, economia etc.), que contemple o grande imperativo categórico da geopolítica do Estado brasileiro, qual seja “estar entre as cinco primeiras potências do planeta Terra”.

Com efeito, nesse ano simbólico de 2022 que marcará o Bicentenário do Brasil independente, o estrategista pátrio deve refletir acerca das próximas décadas, cabendo-lhe a tarefa de desvelar as principais sementes de futuro da geopolítica mundial que impactarão o projeto de poder da nação brasileira.

É por tudo isso que o presente artigo tem a pretensão de examinar as conexões científicas que deslocam para a centralidade de uma possível Estratégia

2 Os objetivos fundamentais do Estado brasileiro são, nos termos do art. 3º, incisos I a IV, da CRFB/88: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (BRASIL, 2022, p. 4).

de Segurança Nacional do Brasil a ideia-força de expansão dos seus núcleos estratégicos, aqui vislumbrados como sendo aqueles componentes da tríplice hélice da inovação tecnológica (empresas, universidades e governo) que geram o desenvolvimento do Estado em todos os campos do poder nacional.

Em essência, núcleo estratégico pode aqui ser definido como sendo o conjunto de segmentos econômico-tecnológicos autônomos capazes de participar eficazmente da competição internacional. Nesse sentido, a pergunta é simples: um país com mais de 200 milhões de habitantes pode abrir mão do seu núcleo estratégico tecnológico-industrial, transformando-se em mera sociedade de serviços, exportadora de produtos primários, sem valor agregado? (GÓES, 2020, p. 110).

Assim, por núcleos estratégicos entendem-se todos aqueles atores, entes, empresas ou segmentos, privados ou estatais, quer sejam econômicos, comerciais, tecnológicos, acadêmicos, científicos, financeiros, normativos / reguladores ou industriais, desde que sejam capazes de participar eficazmente da competição internacional sob os influxos das cadeias globais de produção, conhecimento e valor, com ou sem investimento por parte do Estado brasileiro.

Urge, portanto, ao estrategista brasileiro formular uma Estratégia de Segurança Nacional, que saiba articular os elementos do Poder Nacional, transformando poder potencial em poder real e projetando o País no concerto das nações, notadamente a partir dos seus quatro grandes arquétipos geopolíticos fundantes, que posicionam o Brasil como uma superpotência energética, uma superpotência alimentar, uma superpotência aquífera e ambiental (superpotência verde) (GÓES, 2020, p. 126).

Enfim, este é o espectro temático do presente artigo.

2 O DEBATE SOBRE ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA NACIONAL EM PERSPECTIVA COMPARADA

Antes de analisar as bases fundantes de uma possível Estratégia de Segurança Nacional para o Brasil, este artigo pretende investigar a racionalidade intrínseca de algumas estratégias, notadamente os arquétipos norte-americanos denominados *National Security Strategy* (NSS), de modo a compreender-lhes o significado para melhor organizá-los sistematicamente, desenvolvendo assim um quadro comparativo com a realidade brasileira.

Tal tipo de análise conceitual em perspectiva comparada é relevante, uma vez que dá azo a críticas feitas cientificamente aos nossos próprios documentos de política e estratégia de alto nível. Acredita-se mesmo que a projeção internacional de um País perpassa, inexoravelmente, pelo aprimoramento da sua Estratégia de Segurança Nacional, aqui vislumbrada como a Grande Estratégia, que posiciona o País no contexto geopolítico das nações soberanas e civilizadas.

Nesse sentido, avaliar o contexto internacional pós-Segunda Guerra Mundial é a mesma coisa que identificar os reflexos das NSS dos Estados Unidos em relação

ao resto do mundo, tal é em essência a gênese de sua construção. Com efeito, as NSS estadunidenses, desde o fim do mundo eurocêntrico, em 1945, transcendem o escopo de sua simples nacionalidade para se projetarem sobre os demais países, moldando assim a ordem geopolítica mundial.³

Nos Estados Unidos, a ideia de Estratégia de Segurança Nacional surgiu como uma exigência da Seção 603 da célebre Lei de Reorganização do Departamento de Defesa de 1986 (*Goldwater-Nichols Department of Defense Reorganization Act of 1986*), obrigando o Presidente da República a apresentar ao Congresso Nacional a Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos. Nesse sentido, é a própria letra da NSS de Clinton que destaca:

Este relatório, apresentado de acordo com a Seção 603 da Lei de Reorganização do Departamento de Defesa Goldwater-Nichols de 1986, elabora uma Estratégia de Segurança Nacional relativa a esta nova era mundial e se baseia nas forças inigualáveis dos Estados Unidos. Com foco nas novas ameaças e nas novas oportunidades, seus objetivos centrais são:

- aumentar a segurança dos EUA com forças militares prontas para lutar e vencer com representação efetiva no exterior;
- reforçar a revitalização econômica da América;
- promover a democracia no exterior.

Nos últimos três anos, minha administração trabalhou diligentemente para perseguir tais objetivos. Este relatório apresenta a Estratégia de Segurança Nacional que orientou todo esse esforço. Baseia-se na crença de que a linha entre nossas políticas doméstica e externa está desaparecendo. (UNITED STATES OF AMERICA, 1996, p. i).⁴

3 De fato, as estruturas da Estratégia de Segurança Nacional dos EUA impactam diretamente a reconfiguração da ordem mundial, na medida em que focam sempre na manutenção da hegemonia mundial estadunidense. Tal perspectiva somente será alterada a partir da crise de 2008, ocasião em que as estratégias estadunidenses começarão a ser questionadas pelas potências revisionistas, especialmente China e Rússia. É nesse sentido que se pode notar que a Estratégia de Segurança Nacional de Obama já foi concebida no clamor dessa crise de 2008, ou seja, já foi concebida dentro de uma cosmovisão de contenção centrípeta spykmaniana da China com a finalidade retomar a liderança mundial perdida pelos Estados Unidos, como indica o seu próprio nome estratégico: National Strategy of Nation Renewal and Global Leadership. (UNITED STATES OF AMERICA, 2010).

4 This report, submitted in accordance with Section 603 of the Goldwater-Nichols Defense Department Reorganization Act of 1986, elaborates a national security strategy that is tailored for this new era and builds upon America's unmatched strengths. Focusing on new threats and new opportunities, its central goals are: To enhance our security with military forces that are ready to fight and with effective representation abroad. To bolster America's economic revitalization. To promote democracy abroad. Over the past three years, my Administration has worked diligently to pursue these goals. This national security strategy report presents the strategy that has guided this effort. It is premised on a belief that the line between our domestic and foreign policies is disappearing. (UNITED STATES OF AMERICA, 1996, p. i)

Assim, a ideia de uma Estratégia de Segurança Nacional foi concebida para ser o documento orientador para atingir as metas, os objetivos e os interesses mundiais dos Estados Unidos. Trata-se, portanto, de uma Grande Estratégia unificadora para o desenvolvimento nacional e para a projeção internacional dos Estados Unidos, não havendo mais diferença significativa entre política interna e política externa.

Com esqueque na própria *NSS* do Engajamento e da Ampliação de Clinton, é possível constatar que o modelo americano transcende o simples escopo da defesa nacional para se transformar, na verdade, numa Grande Estratégia de poder global, que incorpora no seu conteúdo a projeção mundial da economia americana (*To bolster America's economic revitalization*), o engrandecimento da democracia liberal ao redor do planeta (*To promote democracy abroad*) e a manutenção incontrastável da sua hegemonia militar, mantendo, a partir do *Bottom-Up Review* de 1994, a capacidade de ganhar duas guerras ao mesmo tempo (*To enhance our security with military forces that are ready to fight and with effective representation abroad*).

Em consequência, o estudioso das *NSS* americanas tem o dever acadêmico de apontar um ponto capital de perscrutação e que é a junção da tríplice hélice da hegemonia mundial com a tríplice hélice da inovação.

A tríplice hélice da hegemonia mundial consta sempre nas diversas *NSS* dos EUA ao longo do tempo, desde a Doutrina Bush Pai até a Doutrina Biden, retratando com fidedignidade a cosmovisão americana de que sua liderança mundial deve ser exercida a partir desses três grandes objetivos: a) garantir a prosperidade econômica da sociedade norte-americana; b) promover a expansão da democracia ao redor do mundo; e c) fortalecer a segurança do Estado norte-americano.

Assim, o poder militar unipolar dos EUA garante a estabilidade do mundo globalizado, que por sua vez é o fator primordial tanto para a prosperidade da sua economia quanto para a ampliação do seu eixo de influência na busca pela universalização da democracia liberal. Nesse sentido, destaca Henry Kissinger:

Os Estados Unidos contribuíram de forma significativa para essa evolução. O **poderio militar** americano proporcionou um escudo de segurança para o resto do mundo, tenham seus beneficiários pedido por isso ou não. Sob o guarda-chuva de uma garantia militar americana essencialmente **unilateral**, grande parte do mundo desenvolvido se somou a este sistema de alianças; os países em desenvolvimento eram protegidos contra uma ameaça que eles às vezes não reconheciam, muito menos admitiam. Uma **economia global** se desenvolveu e para ela os Estados Unidos contribuíram com financiamentos, mercados e uma grande variedade de inovações. O período que

vai de 1948, talvez, até a virada do século marcou um momento fugaz na história humana em que era possível falar de uma incipiente ordem global composta por uma combinação de **idealismo americano** e dos tradicionais componentes do equilíbrio de poder. (KISSINGER, 2015, p. 364) (grifos nossos).

Por outro lado, a tríplice hélice da inovação, englobando as empresas, as universidades e o governo, projeta a ideia de que as sucessivas interações desses três entes devem convergir progressivamente para a consecução dos três objetivos de segurança nacional que perfazem a tríplice hélice da hegemonia mundial americana.

Observe, com a devida acuidade científica, que a junção dessas duas tríplices hélices (inovação tecnológica e hegemonia mundial) indica que a atual posição de liderança global dos Estados Unidos no contexto internacional só se sustenta com a sua respectiva liderança no campo da inovação tecnológica e vice-versa.

Aliás, a hegemonia tecnológica americana ainda é fruto direto do seu gigantesco orçamento militar, que viabiliza a ação eficaz de empresas, universidades e entes do governo – aqui vislumbrados como núcleos estratégicos do Estado americano – gerando inovação em todos os campos do poder nacional.

É a própria NSS Interina de Biden que destaca a importância da manutenção da sua supremacia científica e tecnológica:

Mudanças rápidas na tecnologia moldarão todos os aspectos de nossas vidas e nossos interesses nacionais, mas a direção e as consequências da revolução tecnológica permanecem indefinidas. [...] Os Estados Unidos devem reinvestir na manutenção de nossa vantagem científica e tecnológica e, mais uma vez, liderar, trabalhando ao lado de nossos aliados estratégicos para estabelecer as novas regras e práticas que nos permitirão aproveitar as oportunidades que os avanços tecnológicos apresentam.⁵ (UNITED STATES OF AMERICA, 2021, p. 8-9).

De clareza meridiana, portanto, a conexão entre o cenário de segurança nacional envolvendo todos os atores internacionais do jogo geopolítico de poder global e a tríade da inovação tecnológica centrada na inter-relação de núcleos estratégicos, isto é, empresa de todos os tipos, universidades de todos os matizes

5 Rapid changes in technology will shape every aspect of our lives and our national interests, but the direction and consequences of the technological revolution remain unsettled. (...) America must reinvest in retaining our scientific and technological edge and once again lead, working alongside our partners to establish the new rules and practices that will allow us to seize the opportunities that advances in technology present. (UNITED STATES OF AMERICA, 2021, p. 8-9).

e agentes estatais, quer sejam entes reguladores, fiscalizadores ou financiadores.

É por tudo isso que se defende a ideia de que a formulação de uma Estratégia de Segurança Nacional deve ser concebida com foco no fortalecimento e expansão dos núcleos estratégicos do Estado, vale explicitar, mais uma vez, por fundamental, suas empresas privadas e estatais, atreladas às cadeias globais de valor, bem como suas universidades, centros de pesquisa e *clusters* tecnológicos, apoiados pelas ações estratégicas do Estado.⁶

Com efeito, a disputa pelo controle das grandes cadeias globais de valor passou a ser o fundamento da Grande Estratégia das potências globais, notadamente dos EUA e da China. Em outros termos, pode-se afirmar que a disputa comercial é feita em escala planetária, chegando a todos os espaços econômicos dos países subdesenvolvidos de modernidade tardia, do Sul Global, como, infelizmente, ainda é o caso do Brasil.

Tal cosmovisão permite interpretar, sem zotismo acadêmico e sem ingenuidade estratégica, o que representa verdadeiramente a disputa que envolve as empresas multinacionais das potências hegemônicas pelo controle das cadeias globais de valor, produção e inovação tecnológica.⁷

Em sentido estratégico, isto significa dizer que não há vácuo de poder nas relações internacionais, ou seja, sempre haverá algum Estado tentando influir nas grandes decisões internacionais; sempre existirá disputa entre nações hegemônicas versando sobre a expansão de seus respectivos núcleos estratégicos, por exemplo, a disputa entre as empresas chinesas (Huawei e ZTE) *versus* as empresas Nokia (finlandesa) e Ericsson (sueca) na tecnologia 5G.

Como já visto, vive-se a era da pós-modernidade, que já não conta mais com o alto grau de estabilidade geopolítica da época da Guerra Fria.

Com efeito, na ordem bipolar, a existência de dois grandes blocos antagônicos, regidos pelo alinhamento geopolítico necessário, impedia ou pelo menos dificultava a formação das grandes e complexas cadeias globais de produção, conhecimento e valor. Ou seja, o mercado mundial não era único, liberal e globalizado, mas, sim, um mercado dividido em dois mundos comerciais mutuamente excludentes (um

6 Com efeito, as universidades, dotadas de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, são centros de produção de inovação por excelência, que operam sob a égide do princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Já as empresas são responsáveis pela implementação prática dessas inovações produzidas pelas universidades, enquanto o governo é responsável pela formulação de políticas públicas que visem à inovação tecnológica, bem como pela elaboração de programas de incentivo ao ensino, pesquisa e extensão. Enfim, a produção de inovação depende dessa interação entre empresas, universidades e governo, valendo destacar as parcerias mutuamente benéficas nas quais as empresas e o governo recebem profissionais qualificados advindos das universidades, que por sua vez necessitam de investimentos feitos pelas empresas e pelo governo.

7 Não se trata mais da clássica conquista de territórios, ao revés, o que importa, agora, é ganhar musculosidade geopolítica para conquistar novos mercados, que se abrem em escala planetária. (GÓES, 2018, p. 512- 515).

controlado pelos Estados Unidos da América e outro pela União Soviética), o que evidentemente inviabilizava a formação de tais cadeias globais de valor.⁸

Entretanto, com o fim do bloco soviético, o conjunto das empresas multinacionais dos países industrializados, especialmente as da tríade capitalista (EUA, Europa e Japão), deixou de operar apenas no mundo ocidental, passando a criar as primeiras cadeias globais de inovação tecnológica, redes de exportação de componentes intensivos em conhecimento e processamento industrial.

Com isso, iniciava-se o ciclo de cadeias globais controladas por “núcleos estratégicos ou empresas líderes”, que passam a operar ao redor do planeta e dentro de um processo de integração de cadeias, que pode reunir, por exemplo, a concepção de um produto sendo feita nos EUA, que, por sua vez, será fabricado na China ou no México, com insumos vindos do Brasil ou da Argentina.

Com rigor, o acima exposto é o retrato de um mundo globalizado, em que a disputa de mercados mundiais ocorre a partir das cadeias globais, estruturadas com foco na competitividade internacional. Com isso, intensifica-se não apenas a disputa entre empresas controladoras, mas, também, a tentativa de entrada de novos atores nessas cadeias globais, daí a importância do conceito de núcleo estratégico.

A interligação entre a Estratégia de Segurança Nacional e a expansão de núcleos estratégicos de um determinado Estado nacional, encontra na arena contemporânea do mundo pós-moderno um laboratório instigante de desafios e oportunidades que vai muito além do que se convencionou denominar de Política de Defesa Nacional (PND) e Estratégia Nacional de Defesa (END).⁹

Com a devida agudeza de espírito, convida-se aqui o leitor para a compreensão de que a inexistência de uma Estratégia de Segurança Nacional impacta negativamente o desenvolvimento nacional, bem como a projeção internacional de um país dentro do contexto internacional contemporâneo. Como bem assinala Peter Paret:

[...] o pensamento estratégico é, inevitavelmente, muito pragmático. Ele depende das realidades da geografia, da sociedade, da

-
- 8 Com atenção, observe que, durante a Guerra Fria, as empresas multinacionais do Ocidente não tinham acesso aos mercados dos países da União Soviética pela simples razão da vedação geopolítica e ideológica do Kremlin para fazer tal comércio, e vice-versa com as proibições de Washington em relação ao mercado ocidental. Além disso, o nível tecnológico e industrial das empresas multinacionais dos Estados Unidos, da Europa Ocidental e do Japão da época da Guerra Fria, ainda não permitia o pleno atendimento das demandas do mercado capitalista periférico, daí a perspectiva cepalina da substituição de importações, tão importante para o desenvolvimento industrial do Brasil no período do regime militar, notadamente no Governo Geisel.
 - 9 A realidade fática do mundo contemporâneo é de tal forma multifacetada que agrupa interesses difusos de distintos ramos do Poder Nacional, afi incluídas questões fundamentais ligadas à própria globalização liberal, proteção ao meio ambiente, reconfiguração energética mundial, agravamento do ciclo da periferia do Sul Global, acirramento da competição internacional entre os núcleos estratégicos do ocidente e da China, descontrole das fronteiras nacionais, fluxos de imigrantes nos centros mundiais de poder, a proliferação de Estados falidos, dentre outras questões relevantes.

economia e da política [...] A história do pensamento estratégico não é a da razão pura, mas a do raciocínio aplicado. (PARET, p.18).

Com esse tipo de intelecção em mente, é importante destacar o gênio pragmático dos formuladores da Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos, que é altamente sofisticado, porque na sua essência coloca em contato direto teoria e a prática, engendrando arquétipos estratégicos que moldam a realidade fática de uma ordem mundial em constante mutação, mediante sistematização que assegura a hegemonia mundial dos EUA. O estrategista estadunidense sabe exatamente aonde quer chegar.

Esse é o ponto central que demonstra, de certa maneira, as principais diferenças entre a cosmovisão estratégica do Brasil e a dos EUA, ou melhor, evidencia a alta sofisticação estratégica da sociedade norte-americana quando comparada com a da sociedade brasileira.

Nesse sentido, não há carreira de sucesso nos Estados Unidos da América sem visão estratégica: qualquer juiz, jornalista, político, militar, cientista, advogado, procurador de justiça, professor, jurista e outros serão severamente criticados por seus pares e pela sociedade em geral, em virtude de um ato do seu respectivo ofício que contrarie os interesses estratégicos estadunidenses em prol de um país estrangeiro.

Dessa maneira, a inexistência de uma Estratégia de Segurança Nacional genuinamente brasileira, nos moldes da *National Security Strategy* dos Estados Unidos, coloca o Brasil à deriva, um país sem rumo, sem saber aonde quer chegar, facilmente influenciado por estratégias externas.¹⁰ Isto nos afasta cada vez mais do imperativo categórico da nossa geopolítica, qual seja: ser uma das cinco maiores potências globais.

Já para o estrategista americano, o conceito de Segurança Nacional é um todo estratégico que transcende os níveis da Defesa Nacional e da Segurança Pública, galgando mesmo aquele patamar de Grande Estratégia, definidora do futuro da nação.

A teorização de Richmond M. Lloyd, ex-Diretor do Curso de Estratégia e Planejamento de Força do *Naval War College* dos EUA, retrata com perfeição, essa arquitetura engendrada pelo gênio pragmático do estrategista americano, cuja visão sistêmica aponta sempre para um projeto nacional de projeção de poder.¹¹

10 É nesse sentido que exurge a ideia de que without strategy there is only drift, ou seja, na falta de estratégia existe apenas deriva, o desvio dos objetivos nacionais por efeito de ações externas. (CERAMI; HOLCOMB, 2001, p. 1).

11 E mais: o caráter de integralidade da estratégia estadunidense não se estabelece tão somente pela imbricação das três dimensões política, econômica e militar, mas, principalmente, pelo projeto maior que faz coincidir as políticas interna e externa dos Estados Unidos. Não faz sentido para o estrategista americano separar rigidamente as suas políticas interna e externa, já que seu potencial de poder só se maximiza em termos mundiais. Portanto, não é mero acaso que a Estratégia de Segurança Nacional dos EUA se envolva com ações estatais voltadas para dominar riquezas em territórios estrangeiros, controlar territórios e mercados em escala planetária, em prol dos seus núcleos estratégicos, notadamente as empresas multinacionais americanas. É por isso que, para os Estados Unidos, o processo de transformação de potencial em poder nacional só é pleno se envolver todo o globo terrestre. Toda e qualquer grande empresa norte-americana já nasce pensando globalmente.

No plano conceitual, Richmond M. Lloyd desenvolve um modelo de formulação estratégica, que será apresentado na sequência, mostrando a importância de a Estratégia de Segurança Nacional possuir um conjunto claro de objetivos a alcançar:

Os Estados Unidos continuam a reavaliar suas prioridades nacionais e os elementos fundamentais de sua estratégia de segurança nacional. É importante que a nação aproveite bem este momento, mas para tanto é preciso **qualidade e clareza** na estratégia e nas decisões de planejamento de força. A falta de um conjunto claro de objetivos e de uma estratégia de segurança nacional robusta e focada levará os Estados Unidos a reagir, em vez de controlar, os eventos do mundo que são de seu interesse. Confundir tal passo não bastará. (LLOYD, 1995, p. 1).¹²

As palavras de Lloyd projetam o cerne da Grande Estratégia dos EUA, qual seja, o controle dos eventos mundiais. O mesmo pode ser dito acerca da Grande Estratégia da China nos dias de hoje. O poder é relacional, é algo que se exerce, que se disputa, que se estimula; ter poder é ser levado em consideração nos atos dos demais, é ter a capacidade de moldar comportamentos favoráveis. (GÓES, 2008, p. 49).

Da inação estratégica de um Estado, nascerá o poder dos outros, daí a relevância de ganhar espaços ainda não ocupados ou até mesmo alijar um adversário que esteja dominando uma área de interesse relevante e fundamental. É nessa diretriz que as Estratégias de Segurança Nacional dos EUA são formuladas, notadamente a partir da expansão do geopoloder chinês, que, por sua vez, age da mesma maneira, ambos procurando ampliar suas respectivas esferas de influência global.¹³

A partir destas considerações, entende-se melhor a razão da escolha do nome

12 The United States continue to reassess its national priorities and the fundamental elements of its national security strategy. It is important for the nation to take advantage of this moment in time, but to do so well requires quality and clarity in strategy and force planning decisions. Lack of a clear set of objectives and a focused, robust national security strategy will lead to the United States reacting to, rather than controlling, the events of the world which are in its interests. Muddling through will not do. (LLOYD, 1995, p. 1).

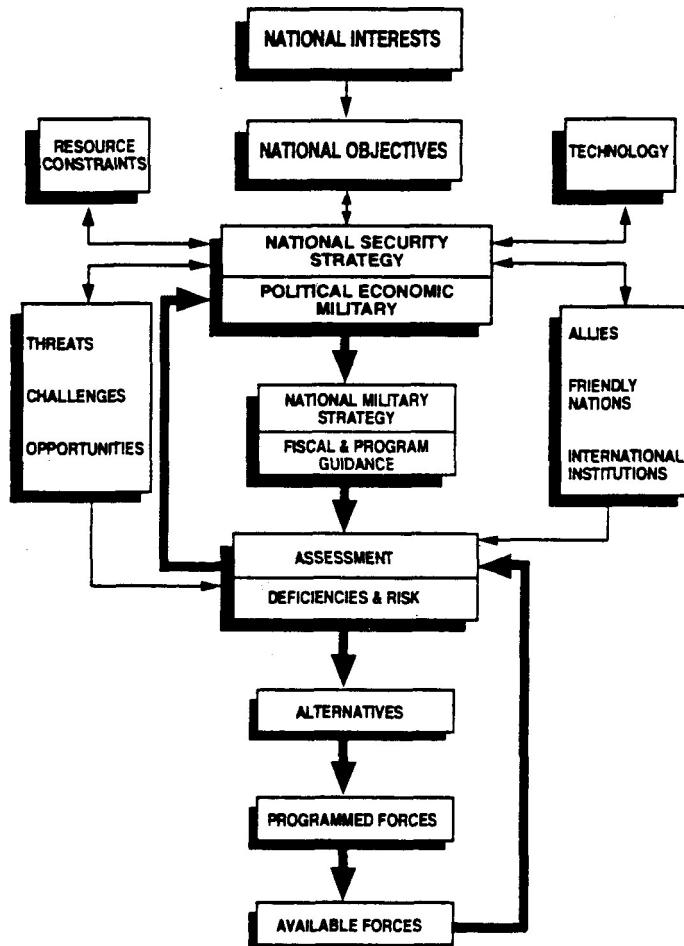
13 Esta é a melhor visão para captar o espírito das Estratégias de Segurança Nacional das grandes potências, engendradas sob a égide da disputa pela liderança do sistema mundial. Tais estratégias formam uma cadeia de elos estratégicos que se complementam e se apoiam mutuamente na construção de estruturas hegemônicas de poder global, tais como, pelo lado americano, dentre outros (FMI, BIRD, Organização Mundial do Comércio (OMC), Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE), O Grupo dos Sete (G7) é um grupo informal composto por sete países, que estão entre as maiores e mais industrializadas economias do mundo. Estes países também possuem grande influência estratégica, política e militar no mundo: Estados Unidos, Canadá, Alemanha, Japão, França, Reino Unido e Itália; aliança militar tripartida formada pela Austrália, os EUA e o Reino Unido (AUKUS); Diálogo de Segurança Quadrilateral, também conhecido como QUAD; e pelo lado chinês, também dentre outros (BRICS, OCX, OBOR, NDB, CRA, AIIB, G20).

da NSS de Clinton, qual seja *National Strategy of Engagement and Enlargement*. Envolvimento, significando o repúdio ao isolacionismo pré-Doutrina Truman; e ampliação, projetando a perspectiva de *pax americana*, vale dizer, a imposição de um mundo unipolar norte-americano.

Já os nomes das NSS de Obama e Trump projetam a necessidade de conter a expansão do geopoloder chinês, recuperando assim a liderança mundial, senão vejamos: NSS de Obama (*National Strategy of Nation Renewal and Global Leadership*) e a NSS de Trump (*National Strategy of Making America Great Again*).

A figura abaixo apresenta a já citada metodologia desenvolvida por Richmond M. Lloyd e que se denomina *Top Down Framework* (Estrutura de cima para baixo).

Figura 1 - Strategy and Force Planning Framework



Fonte: LLOYD, 1995.

Tal modelo de estratégia e planejamento de força inicia com a análise dos interesses e objetivos nacionais, perpassa pela Estratégia de Segurança Nacional, até atingir as forças disponíveis.

Como a indicar sua própria designação, o arquétipo de Richmond Lloyd comeca de cima para baixo, avaliando diversos fatores que podem afetar, positiva ou negativamente, os interesses e os objetivos nacionais, tais como as restrições de recursos (humanos, naturais e financeiros); a tecnologia disponível e a que se deve desenvolver, as ameaças; os desafios, as oportunidades; os aliados tradicionais; as nações amigas; e as organizações/instituições internacionais, para, então, conceber a Estratégia de Segurança Nacional em suas três grandes dimensões já amplamente comentadas: política, econômica e militar.

Observe, com atenção, que, no caso das NSS dos EUA, os interesses e os objetivos nacionais já estão previamente definidos a partir da tríplice hélice da hegemonia mundial americana, ou seja, revitalização da economia americana, engrandecimento democrático mundial e hegemonia militar incontrastável.¹⁴

Diferente é a situação do Brasil, país em desenvolvimento do Sul Global, cujos objetivos nacionais estão previstos na própria Constituição no seu art. 3º, incisos I a IV.

Assim, impende ao estrategista brasileiro interpretar – com espírito crítico – a lógica de construção de nossos modelos estratégicos ligados à segurança nacional e compará-los com os dos Estados Unidos e os de outras potências globais.

A questão fundamental que se impõe é saber até quando o estrategista pátrio vai quedar-se inerte, sem capacidade para engendar um constructo estratégico genuinamente autóctone em relação às pressões externas e às nossas necessidades de existência condigna para todos os brasileiros.

Eis aqui uma das mais importantes linhas de análise investigativa do desenvolvimento nacional: a urgência de formular uma Estratégia de Segurança Nacional capaz de articular a entrada dos núcleos estratégicos brasileiros na reorganização das cadeias globais de produção, provocada pela pandemia e potencializada pela Guerra na Ucrânia.

3 A IDEIA DE NÚCLEO ESTRATÉGICO COMO BASE FUNDANTE DA ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA NACIONAL DO BRASIL

Enceta-se a presente segmentação temática, destacando-se que a sociedade brasileira tem o desafio de engendar a sua Estratégia de Segurança Nacional, mormente nesse contexto mundial complexo, regido pela disputa de mercados e

14 Em sentido amplo, a Estratégia Nacional é percebida como a arte de preparar e de aplicar o Poder Nacional para, superando os óbices, alcançar e preservar os Objetivos Nacionais, de acordo com a orientação estabelecida pela Política Nacional. (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil) 2019, p. 50).

mentes em escala planetária, envolvendo, de um lado, as democracias capitalistas (EUA, Europa e Japão) e, do outro os Estados revisionistas (China e Rússia).

Note-se que o desfecho dessa tensão geopolítica será: ou o resgate da *pax americana* ou a implantação definitiva de um mundo multipolar. E é exatamente nesse sentido que desponta o papel do Brasil no seio dessa reconfiguração da nova mundialidade, cujo rumo já aponta para a multipolaridade.

Nesse diapasão, observe, com atenção, que o projeto de nação elaborado pelo Instituto Sagres, ao fixar o cenário prospectivo mundial para 2035, não colocou o Brasil como um dos polos importantes do mundo multipolar em construção:

A conjuntura mundial, neste ano de 2035, apresenta-se marcadamente complexa e com relevantes peculiaridades – algumas jamais vivenciadas, pelo menos na escala e na intensidade atuais. A predominância dos Estados Unidos da América (EUA) e da China, em âmbito internacional, não chega a caracterizar uma hegemonia dessas duas potências, mas sim um ordenamento que pode ser considerado multipolar, uma vez que União Europeia, Reino Unido, Japão, Índia e Rússia também desempenham importantes papéis. (PROJETO DE NAÇÃO, 2022, p. 11).

Isto significa dizer que a previsão feita pelo Instituto Sagres projeta a imagem de que o Brasil não conseguiu concretizar o imperativo categórico da sua geopolítica, qual seja estar entre as cinco maiores potências globais.

De fato, note-se que o ordenamento multipolar vislumbrado para o ano de 2035 não incluiu o Brasil, mas apenas União Europeia, Reino Unido, Japão, Índia e Rússia.

Da mesma forma, a referida previsão também indica, ainda que indiretamente, a incapacidade de o Brasil conseguir converter todo o seu potencial de poder em poder real, daí a relevância do delineamento das bases fundantes de uma Estratégia de Segurança Nacional diante de um cenário mundial complexo, cuja macrotendência já aponta para a disputa entre China e EUA pelo controle das cadeias globais de produção, conhecimento e valor.

Aqui, é importante marcar bem a ideia de que de que somente uma elite estrategicamente sofisticada teria a capacidade de articular os núcleos estratégicos brasileiros sob a égide de uma Estratégia de Segurança Nacional, capaz de realizar todo esse potencial. Neste sentido, precisa a lição de Cristina Soreanu Pecequilo:

Quanto mais eficiente for a conversão de poder potencial em real, maior será a possibilidade de um Estado agir no sistema internacional. Mais um exemplo: o Brasil é considerado um dos maiores produtores de matérias-primas e detentor de biodiver-

sidade no mundo, porém o processamento de muitas dessas matérias-primas não é realizado aqui, mas sim no exterior. O Brasil, portanto, possui poder potencial que não consegue converter em poder real, permitindo que outros agreguem valor e consigam domínio a partir de seus recursos, deixando, além disso, muitos dos recursos sem exploração. (PECEQUILO, 2005, p. 57-58).

Não será o estadista chinês, francês ou norte-americano, que engendrará um grande modelo estratégico de exploração econômica da Amazônia, que, sem desconsiderar o geoverdismo (expressão cunhada por Thomas L. Friedman),¹⁵ seja capaz de, ao mesmo tempo, promover o desenvolvimento sustentável da região a partir de sua biodiversidade e de seus diferentes subsistemas ecológicos.

Muito ao contrário, é de se esperar formulações geopolíticas, por exemplo, o Corredor Triplo A, cujo desiderato é exatamente evitar que o Brasil, na qualidade de detentor da maior biodiversidade do planeta, possa viabilizar a criação de novos núcleos estratégicos na região, isto é, viabilizar a criação de novas empresas capazes de competir internacionalmente no bilionário mercado de medicamentos e cosméticos.

Eis aqui a importância de núcleos estratégicos da biotecnologia, engendrados com latitude científica para potencializar a produção de fármacos baseados na natureza brasileira, ao mesmo tempo em que se preserva o domínio da rica biodiversidade, sem risco de transformar-se em mero exportador de matérias-primas, sem valor agregado.

Com efeito, sem investimentos significativos nos núcleos estratégicos próprios da região (empresas, universidades e entes estatais, por exemplo, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia) atrelados ao patrimônio genético nacional, o processamento e a agregação de valor continuarão a ser feitos no exterior, sem gerar renda e empregos de qualidade dentro do próprio Brasil, dono desse rico patrimônio genético, porém sem capacidade de explorá-lo integralmente.

Assim, é tempo de rejeitar tal subordinação externa, que nada mais faz senão agravar o ciclo da periferia que acompanha o Brasil ao longo de sua história, especialmente na região amazônica, cabendo ao estrategista pátrio a tarefa de articular um grande *cluster* aglutinador da exploração desse patrimônio genético nacional.

Não convém embarcar acriticamente no geoverdismo, sem, entretanto, desconsiderá-lo irresponsavelmente. A ponderação entre os valores constitucionais do

15 Esta é uma filosofia que eu gostaria de chamar de “geoverdismo”. Nós, geoverdes, procuramos unir num único movimento político ambientalista que querem reduzir o uso de combustíveis fósseis que causam mudanças climáticas, evangélicos que querem proteger o planeta verde de Deus e toda a Sua criação e geoestrategistas que querem reduzir nossa dependência em relação ao petróleo cru, porque ele alimenta os piores regimes no mundo. (FRIEDMAN, 2007, p. 469).

desenvolvimento nacional e da proteção do meio ambiente deve ser sopesada pelo estrategista pátrio, sem sucumbir, entretanto, a pressões externas.

De tudo se vê, por conseguinte, que a inexistência de uma Estratégia de Segurança Nacional genuinamente brasileira, nos moldes da *National Security Strategy* dos Estados Unidos, dificulta sobremaneira o processo de desenvolvimento do País.

No caso do Brasil, faz muita falta a formulação de uma Grande Estratégia, não apenas para planejar a expansão dos diferentes núcleos estratégicos já existentes no País, mas, principalmente, para conceber a criação de novos segmentos tecnológicos, econômicos, financeiros ou comerciais, capazes de adentrar às cadeias globais de valor.

O resultado disso tudo é melancólico: a existência de um edifício fragmentado de núcleos estratégicos, ou seja, um país sem nenhum elo estratégico entre os seus diversos segmentos integrados às cadeias internacionais de produção e conhecimento.

Desafortunadamente, fácil é perceber não apenas as dificuldades de internacionalização das empresas brasileiras, mas, também, a desconstrução de núcleos estratégicos já consolidados e que, muitas vezes, são desfeitos ou absorvidos por conglomerados globais, a partir de recepção acrítica de fundamentos econômicos advindos de potências que controlam os mercados globais.

Nesse sentido, como bem destaca o documento - Fundamentos do Poder Nacional - da Escola Superior de Guerra (2019, p. 136):

Não bastasse isso, o chamado **mundo desenvolvido** pressiona **países em desenvolvimento** para que estes adotem aquilo que aqueles denominam de **boas instituições e procedimentos** pretensamente indispensáveis à concretização do desenvolvimento econômico, o que pode bem caracterizar uma falácia, uma vez que a evolução econômica daqueles países nem sempre foi baseada nas **boas instituições e bons procedimentos** que agora recomendam aos **países em desenvolvimento**. Tal estratégia está muito bem qualificada por Ha-Joon Chang (2004) em sua obra – *Chutando a escada*.

Com isso, quase todos os países de modernidade tardia, como infelizmente ainda é o caso do Brasil, posicionados na periferia do poder mundial, são, se não comandados diretamente, indiretamente controlados pelos núcleos estratégicos dos países ricos, que compõem as grandes estruturas de produção global.

Ou seja, desprovidos de poupança interna, tecnologia e inovação, ficam na dependência das grandes corporações financeiras e comerciais das nações ricas, que decidem onde investir ou desinvestir, sem nenhuma conexão com o desenvolvimento dos países pobres. Aqui entra em consideração a necessidade de reavaliação tanto por empresas e universidades, mas, sobretudo pelo governo brasileiro, dos riscos de depender das fontes internacionais de fornecimento de insumos, produtos, serviços, conhecimento, inovação e tecnologia.

No setor de telecomunicações, por exemplo, praticamente não há nenhum núcleo estratégico brasileiro com competitividade internacional, especialmente no 5G ou na construção de satélites de comunicações, o que evidentemente transforma o País em mero mercado consumidor nessa área, sem nenhuma participação nas respectivas cadeias globais de valor, produção e conhecimento. Ou seja, vamos comprar satélites de comunicações e não os produzir no País.

De tudo se vê, por conseguinte, a importância de a Grande Estratégia do Brasil promover a ampliação do conjunto de empresas brasileiras que se aproximam das empresas multinacionais tradicionais do capitalismo democrático, na medida em que permanecem como polos de produção mundial e não como meros mercados consumidores (importação direta de produtos vindos do exterior). (GÓES, 2020).

A problemática acima esboçada pode ser compreendida mais facilmente com a ajuda da figura abaixo, que mostra as duas únicas posições que o País pode ocupar diante do novo ciclo das cadeias globais de valor, a saber:

a) a posição superior dos controladores das cadeias globais – intensivas em inovação, tecnologia e investimento – e, majoritariamente, ocupada pelos núcleos estratégicos dos países ricos do centro decisivo do sistema capitalista; e

b) a posição inferior de meros mercados consumidores ou simples exportadores de recursos naturais, quase que sem núcleos estratégicos relevantes e, completamente, ocupada pelos países pobres do Sul Global de modernidade tardia.

Quadro 1 – Novo Ciclo das Cadeias Globais de Valor



Fonte: O AUTOR, 2022.

Nas cadeias globais de valor, o posicionamento do Brasil como mero exportador de produtos primários compromete o desenvolvimento nacional e sua capacidade de transformar potencial em poder, notadamente nos seus quatro grandes arquétipos geopolíticos, já exaustivamente citados (energia, alimentos, água e biodiversidade).

Com isso, o Brasil inviabiliza a realização do seu imperativo categórico de estar entre as cinco maiores potências do planeta, bem como deixa de atingir os objetivos constitucionais fundamentais voltados para a vida digna de todos, com erradicação da pobreza e redução das desigualdades sociais e regionais.

Tudo isso conduz às mais elementares noções de Estado periférico do Sul Global, deficitário nas cadeias de produtos de alta e média intensidade tecnológica, sem aptidão para promover a internacionalização das suas empresas e, em consequência, sem maior protagonismo no mercado global. E mais: os poucos núcleos estratégicos existentes no Brasil, aí incluídas as filiais das empresas multinacionais estrangeiras, operam com conteúdo tecnológico importado, sem contribuir para o aperfeiçoamento da tríplice hélice da inovação tecnológica no País.

O resultado dessa realidade brasileira é inexorável: subordinação ou dependência em relação aos atores externos em quase todos os campos do poder nacional. A questão não é de xenofobia ou xenofilia, na medida em que se tem plena consciência de que o investimento externo não é – por ser estrangeiro – necessariamente ruim, ao contrário, pode até mesmo representar a única maneira de se criar um núcleo estratégico brasileiro em determinado setor da economia pátria.

No entanto, há que se extrair o que consulta o interesse nacional brasileiro, e, sobretudo, há que se resguardar e construir a expansão das nossas empresas e corporações estratégicas. Com efeito, a grande maioria das empresas multinacionais que operam no Brasil não contribui para o aperfeiçoamento da nossa tríplice hélice da inovação, na medida em que não geram tecnologia em solo pátrio, ao contrário, apenas importam a tecnologia necessária para o atendimento do mercado doméstico.¹⁶

Urge, pois, construir um novo conjunto de núcleos estratégicos que seja capaz de se integrar ao comércio global, notadamente em cadeias de inovação tecnológica, de exportação de produtos industrializados e de partes e componentes intensivos em biodiversidade, gerando assim mais benefícios à sociedade e ao País.

16 Nesse sentido, Ignacio Ramonet põe a nu a ideia de civilização do caos dos novos senhores do mundo (conglomerados financeiros e industriais privados), do planeta saqueado (destruição sistêmica do meio ambiente), das metamorfoses do poder e suas formas negociadas, reticulares e horizontais (mídia, grupos de pressão e organizações não-governamentais), do choque das novas tecnologias (lado a lado com o choque de civilizações das guerras étnicas) e tudo isso fazendo exalar nessa sociedade ocidental pós-moderna um mau cheiro de remorso e algo parecido com um sentimento de náusea. (RAMONET, 1998, p. 7-12).

Assim, expandir o núcleo estratégico brasileiro não significa reduzir o número de empresas estatais brasileiras e empresas multinacionais de outras nacionalidades. Não se trata, portanto, de ser contra as privatizações, ao contrário, defende-se aqui a tese de que as privatizações sempre serão bem-vindas, na medida em que empresas estatais serão sempre menos competitivas do que as empresas privadas. (GÓES, 2020).

No entanto, o que não se admite é a redução do núcleo estratégico brasileiro, feito por privatizações mal concebidas, que nada mais fazem senão transferir a atividade industrial brasileira para o exterior, com importação superveniente daquele mesmo produto no futuro. Lógica não muito fácil de compreender, mas, indubiosamente, lógica seguida pelo Brasil, desde o primeiro ciclo de privatizações, nos anos 90.

Foi o que aconteceu, por exemplo, com a destruição da indústria de fertilizantes no Brasil, que, em algumas décadas, elevou o percentual de dependência do País de algo em torno de 50% para os atuais 85%, com graves riscos ainda de falha no abastecimento em virtude da Guerra na Ucrânia.

E pior: é o que pode acontecer com as privatizações das refinarias da Petrobras e sua posterior destruição, fazendo com que o Brasil se transforme, ao mesmo tempo, em um dos maiores exportadores mundiais de óleo cru de baixo valor agregado e um dos maiores importadores de óleo refinado, notadamente gasolina e diesel, de valor agregado muito superior.¹⁷

Outro caso exemplar de desconstrução de empresas brasileiras (estatais ou privadas), rentáveis e dotadas de razoável domínio tecnológico, foi a indústria naval brasileira, até então situada entre as três primeiras do mundo e cujo desfecho foi melancólico: um setor estratégico da economia nacional foi praticamente dizimado em nome de uma competitividade internacional que nunca chegou ao País.

Enfim, da noite para o dia, operou-se a quase destruição desse relevante núcleo estratégico brasileiro, de alto valor agregado e considerável teor tecnológico,

17 De que adianta comemorar-se o sucesso dos leilões do pré-sal e das futuras privatizações das refinarias da Petrobras, quando se constata a inaptidão do País para conceber uma estratégia de expansão do refino (construção de novas refinarias) que garanta, ao mesmo tempo, a tão desejada autonomia de óleo refinado relativa ao consumo interno e, na sua esteira, a consequente independência com relação à variação de preços internacionais do óleo refinado, principalmente da gasolina e do diesel? Com efeito, em termos prospectivos de desenvolvimento, o Brasil tende a aumentar o consumo de óleo refinado a patamares bem mais elevados do que o atual, daí a urgência da construção dessas novas refinarias para atender a tal demanda. Se o Brasil não construir essas novas refinarias, seja por empresas privadas, seja pela Petrobras, corre o risco de se transformar em um dos maiores exportadores mundiais de óleo cru de baixo valor agregado, para se transformar em grande importador de óleo refinado, notadamente gasolina e diesel, de valor agregado muito superior. Ou seja, ganha-se menos com a exportação de óleo bruto e gasta-se mais com a importação de óleo fino. De tudo se vê, portanto, a necessidade de realizar estudos acadêmicos que permitam compreender a complexidade da nova ordem mundial no campo da energia e seus impactos na vida nacional. (GÓES, 2021, p. XXI).

restando ao País despender hoje bilhões de dólares em pagamento de frete para navios estrangeiros realizarem o seu comércio marítimo, que, por sua vez, corresponde a mais de 90% de todo o comércio exterior do Brasil.

Fica aqui o registro de mais um exemplo, que reforça a importância da ideia de núcleo estratégico como base fundante da Estratégia de Segurança Nacional do Brasil. Nesse sentido, é importante aferir se ainda vale insistir na reconstrução de alguns núcleos estratégicos brasileiros, desconstruídos que foram pelo alinhamento ao Consenso de Washington.

A questão que se formula é saber quais foram as consequências para o Estado brasileiro seguir acriticamente as regras do projeto epistemológico neoliberal do Consenso de Washington? É o próprio criador do Consenso de Washington, John Williamson, que responde:

Podemos também discutir a privatização. Mais uma vez, a literatura econômica tinha chegado à conclusão de que em geral a privatização trouxe benefícios líquidos, principalmente pelo aumento da qualidade e cobertura dos serviços fornecidos. No entanto, nós sabemos que na América Latina a privatização é muito impopular. Acho que nós não entendemos completamente este fenômeno, mas pode ser em parte uma reflexão da crença de que em alguns casos o processo de privatização foi corrupto, e em parte também uma reflexão da falta de um **sistema de regulamentação moderno para indústrias não-competitivas**. (KUCZYNSKI; WILLIAMSON, 2003, p. 6) (grifo nosso).

Sem embargo dos avanços trazidos pelo processo de privatização em vários setores da economia pátria, o fato é que vários núcleos estratégicos foram desconstruídos de forma ingênua, quando na verdade deveriam ter aproveitado para se integrarem às cadeias globais que se formavam naquele exato momento da globalização liberal. Faltou ao Brasil um sistema de regulação moderno para indústrias não competitivas, como bem destacou o idealizador do Consenso de Washington.

Em termos simples, o Brasil optou por destruir determinados núcleos estratégicos, ao invés de incluí-los às cadeias globais quando elas começavam a nascer.

Eis aqui a relevância do debate em torno da reindustrialização do Brasil, dentro de um processo de internacionalização das empresas privadas e estatais brasileiras, dotando-as de competitividade internacional de modo a mantê-las na cadeia global de produção capitalista. E mais: a Guerra da Ucrânia traz ínsito todo um processo de reorganização das cadeias globais de valor, o que evidentemente abre uma nova oportunidade para a inserção internacional do Brasil no novo contexto mundial.

A questão que se impõe é saber se vale ou não insistir no controle estratégico do Estado nesse processo de intensificação das relações comerciais e tecnológicas em escala mundial? Como exemplo típico desse tipo de questionamento, pode-se citar a reindustrialização dos fertilizantes no País ou o próprio marco regulatório do pré-sal que fixa percentagem mínima de conteúdo nacional nas atividades dessa região ou ainda a retomada da fabricação nacional de semicondutores.

De tudo se vê, portanto, que um dos grandes desafios do estrategista brasileiro do século XXI é promover a revalorização da indústria nacional, ampliando investimentos produtivos no país, sem, contudo, violar os ditames do Estado Democrático de Direito e sem violar as regras internacionais do livre comércio.

Isto significa dizer que a formulação dos marcos regulatórios da vida econômica nacional (leis que regulamentam os transportes, a indústria, o comércio, a exploração do pré-sal, a geração e a distribuição de energia, a biodiversidade brasileira, a saúde e o saneamento básico etc.) deve levar em consideração essa reorganização das cadeias globais de valor, garantindo assim o desenvolvimento nacional.

Observe, com a necessária acuidade científica, que, muitas vezes, as modificações desses marcos regulatórios nos Países do Sul Global são feitas para atender interesses próprios das empresas multinacionais dos centros mundiais de poder.

Como bem destaca o autor italiano Natalino Irti, analisando as correlações entre as forças desreguladoras da economia, da tecnologia e do direito:

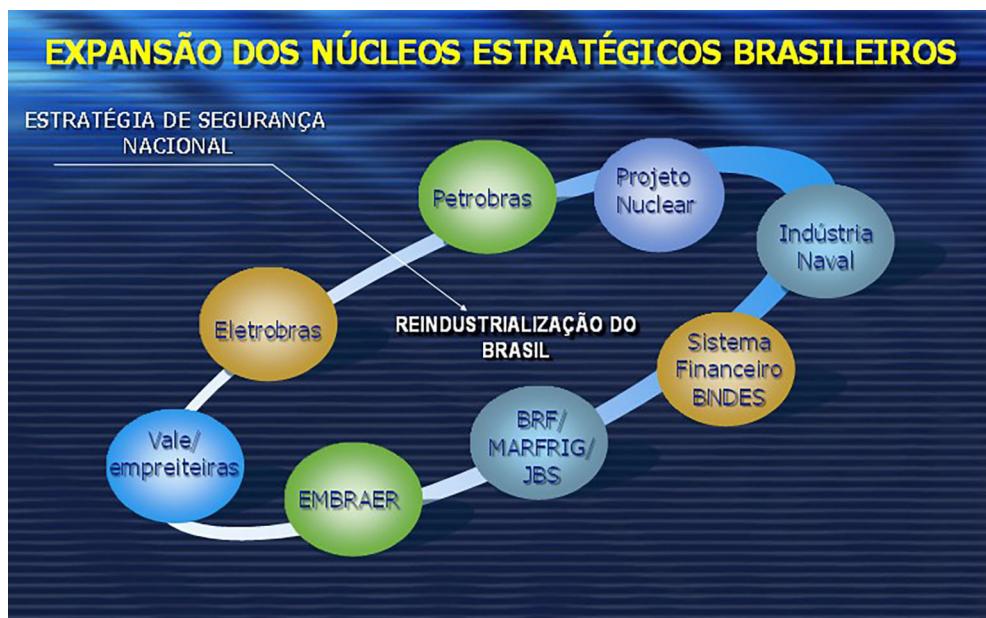
[...] as empresas [dos países ricos], colocadas diante do mercado dos ordenamentos jurídicos, escolhem o ordenamento jurídico mais vantajoso e conveniente [dos países da periferia mundial]. O “onde jurídico” é determinado pelas empresas [das potências hegemônicas], que podem facilmente multiplicá-lo ou ajustá-lo. (IRTI, 2007, p. 6).

Daí a relevância de uma reflexão propositalmente comprometida com a compreensão das relações entre estratégias globais de potências dominantes e ordens jurídicas nacionais da periferia do sistema mundial. Com rigor, são as empresas multinacionais que moldam a ordem mundial sob a proteção dos seus respectivos Estados nacionais.

É urgente, pois, formular uma Estratégia de Segurança Nacional, genuinamente brasileira e com capacidade de fomentar a exportação de bens de maior valor agregado, viabilizando dessarte a expansão do núcleo estratégico de industrialização do País e, na sua esteira, garantindo o núcleo essencial de vida digna para o homem brasileiro.

Como já visto, o núcleo estratégico brasileiro representa o conjunto de empresas brasileiras que se encontram nas cadeias globais de valor e não como meros mercados consumidores. A figura abaixo sintetiza tal ideia.

Quadro 2 – Expansão dos Núcleos Estratégicos Brasileiros



Fonte: O AUTOR, 2022.

É nesse diapasão que urge ao estrategista pátrio compreender o mundo pós-coronavírus/pós-Guerra da Ucrânia, que vivenciará a disputa geopolítica entre a China e os Estados Unidos pela liderança global. E mais: no meio disso tudo, a legítima aspiração pelo desenvolvimento nacional dos países de modernidade tardia do Sul Global. Neste contexto, a expansão do denominado “núcleo estratégico brasileiro” transforma-se na base fundante do desenvolvimento do País e, por via de consequência, da Estratégia Nacional de Segurança.

Levando em consideração as realidades geopolíticas vinculantes do Brasil no cenário mundial, que o colocam como uma potência energética, alimentar, aquífera e verde, cabe ao estrategista pátrio promover a reindustrialização de amplos e novos núcleos estratégicos, que não podem ser confundidos com os tão propalados “campeões nacionais”, associados à corrupção sistêmica e à atribuição de benesses a empresas em conluio com o governo.

Enfim, a projeção geopolítica brasileira não pode abrir mão da consolidação de empresas genuinamente nacionais que tenham a capacidade de competir internacionalmente com os demais polos de poder global.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho procurou, inicialmente, analisar a construção sistemática da Estratégia de Segurança Nacional, notadamente os modelos dos Estados Unidos

e da China, de modo a desenvolver um quadro comparativo com a realidade brasileira.

Assim, a questão nodal que se impôs foi saber em que medida a formulação ou a inexistência de uma Estratégia de Segurança Nacional, aqui vislumbrada como a Grande Estratégia, impacta a projeção internacional de um país dentro do contexto internacional contemporâneo? Tal tipo de análise conceitual é relevante no âmbito do exame comparado, uma vez que evidenciou os reflexos das *National Security Strategy* dos EUA em relação ao resto do mundo, tal é em essência a gênese de sua construção.

Com efeito, as *National Security Strategy* (NSS) norte-americanas, desde o fim do mundo eurocêntrico, em 1945, transcendem o escopo de sua simples nacionalidade para moldar a ordem geopolítica mundial. É a própria Estratégia Interina de Biden que destaca que “os Estados Unidos devem renovar suas vantagens para que possamos enfrentar os desafios de hoje a partir de uma posição de força. Reconstruiremos melhor nossas bases econômicas; recuperaremos nosso lugar nas instituições internacionais; ergueremos nossos valores em casa e os defenderemos em todo o mundo; modernizaremos nossas capacidades militares, liderando primeiro com a diplomacia; e revitalizaremos a inigualável rede de alianças e parcerias. Hoje, mais do que nunca, o destino da América está inextricavelmente ligado a eventos além de nossas costas” (UNITED STATES OF AMERICA, 2021).

A *National Security Strategy* (NSS) interina de Biden, portanto, busca resgatar a liderança da globalização neoliberal, mantendo, porém, o protecionismo econômico e a guerra comercial contra a China, repatriando a indústria nacional, sem abdicar, entretanto, da abertura mundial do comércio para os demais países.

Por outro lado, a Estratégia da China para uma nova Era destaca que o mundo de hoje está passando por profundas mudanças não vistas em um século. À medida que a globalização econômica, a sociedade da informação e a diversificação cultural se desenvolvem em um mundo cada vez mais multipolar, a paz, o desenvolvimento e a cooperação ganha-ganha continuam sendo as tendências irreversíveis dos tempos. Além disso, a Estratégia da China destaca como seus principais objetivos nessa nova era mundial, entre outros, a capacidade para: salvaguardar a segurança do povo e a estabilidade social; se opor e conter a “independência de Taiwan”; reprimir os proponentes de movimentos separatistas como a “independência do Tibete” e a criação do “Turquistão Oriental”; salvaguardar os direitos e interesses marítimos da China; e apoiar o desenvolvimento sustentável do país. (CHINA, 2019).

De tudo se vê, por conseguinte, que não é simples o jogo geopolítico dos países de modernidade tardia, como é o caso do Brasil: se se alinharem automaticamente às potências mundiais, provavelmente serão obrigados a aceitar o simples papel de exportadores de commodities. Por outro lado, se rejeitarem os grandes acordos multilaterais de abertura comercial, poderão ficar isolados dos maiores mercados consumidores do planeta.

Ademais, há que se reconhecer que doutrinadores há que acreditam que a projeção internacional do Brasil deve ser feita a partir da abertura da economia nacional, sem nenhum tipo de proteção aos núcleos estratégicos brasileiros. Para outros, entretanto, a projeção brasileira deve ser concebida a partir da integração desses núcleos estratégicos às cadeias globais de produção.

Ou seja, defendem a ideia de que o Brasil não pode ocupar a posição inferior de ser mero mercado consumidor em determinados setores da economia mundial.

Assim, restou demonstrado que a projeção geopolítica brasileira não pode abrir mão da consolidação de empresas genuinamente nacionais que tenham a capacidade de competir internacionalmente com os demais polos de poder global.

Enfim, cabe ao estrategista pátrio desvelar as vantagens e as desvantagens da expansão do núcleo estratégico brasileiro, identificando se vale ou não fortalecer a indústria nacional e a internacionalização das empresas brasileiras, dotando-as de competitividade internacional de modo a mantê-las na cadeia transnacional de produção capitalista. Eis aqui a base fundante de uma possível Estratégia de Segurança Nacional.

Urge, pois, examinar os marcos regulatórios da política nacional atinentes ao desenvolvimento nacional (políticas de fomento industrial, políticas de desenvolvimento da base industrial de defesa, políticas de fortalecimento do agronegócio etc.).

Nesse sentido, a questão que se impõe para a Grande Estratégia brasileira é avaliar se vale a pena ou não insistir na reconstrução ou manutenção do núcleo estratégico brasileiro, fortalecendo a indústria nacional e a internacionalização das empresas privadas brasileiras, dotando-as de competitividade internacional de modo a mantê-las na cadeia transnacional de produção capitalista.

Foi nesse diapasão, que se destacou que o estadista/legislador pátrio tem que repensar um novo paradigma estatal, considerando agora novas formas de relações internacionais e novas fórmulas de interpretação da Constituição. A solução vislumbrada terá que privilegiar a expansão do núcleo estratégico brasileiro, enquanto conjunto de segmentos econômico-tecnológicos autônomos capazes de participar eficazmente da competição internacional.

Na virada do século XX para o século XXI, a consecução do grande imperativo categórico da geopolítica brasileira será o grande avisador de tempos felizes no encontro da garantia do núcleo essencial de vida digna para todos os brasileiros com a expansão do núcleo estratégico das grandes empresas multinacionais brasileiras.

Esta é a única maneira de vencer o ciclo da periferia, colocando o Brasil entre as cinco primeiras potências mundiais.

REFERÊNCIAS

BERCOVICI, Gilberto. O Estado de exceção econômico e a periferia do capitalismo. *E-premissas: Revista de Estudos Estratégicos*, n. 2, jan. /jun. 2007.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil: 5 de outubro de 1988. Organização de Alexandre de Moraes. 52. ed. Barueri (SP): Atlas, 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Política Nacional de Defesa*. Brasília, DF: MD, 2016.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília, DF: MD, 2016.

CHANG, Ha-Joon. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. Tradução Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

CHINA. *China's National Defense in the New Era*. The State Council Information Office of the People's Republic of China, july 2019. Disponível em: https://english.www.gov.cn/archive/whitepaper/201907/24/content_WS5d3941ddc6d08408f502283d.html. Acesso: 21 jun. 2021.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil). Fundamentos do Poder Nacional. Rio de Janeiro: Ed. ESG, 2019.

FRIEDMAN, Thomas. *O mundo é plano: uma breve história do século XXI*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

GÓES, Guilherme Sandoval, MASSERA, Hector Villagra. *Brasil e Chile: posição geopolítica no contexto mundial contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora da ESG, 2015.

GÓES, Guilherme Sandoval. Geopolítica e Constituição à luz do Estado Democrático de Direito. *Revista Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, v. 9, n.18, jul./dez. 2020, p 107-131.

GÓES, Guilherme Sandoval. Geopolítica e pós-modernidade. *Revista da Escola Superior de Guerra*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 48, p. 95-126, jul./dez. 2007.

GÓES, Guilherme Sandoval. Geopolítica Mundial e America's Grand National Strategy: diálogos epistemológicos indissociáveis. *Revista da Escola de Guerra Naval* (Ed. Português), v. 24, p. 500-542, 2018.

GÓES, Guilherme Sandoval. *A geopolítica da energia no século XXI*. Rio de Janeiro: Synergia, 2021.

GÓES, Guilherme Sandoval. Por onde andará a Grande Estratégia brasileira? (Estados Unidos e Brasil em estudo comparado). *Revista da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro, v. 24, n. 50, p. 36-67, jul./dez. 2008.

IRTI, Natalino. *Geodireito*. Tradução de Alfredo Copetti Neto e André Karan Trindade. Conferência sobre biodireito e geodireito. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

KHANNA, Parag. *O segundo mundo*. Impérios e influência na nova ordem global. São Paulo: Intrínseca, 2008.

KISSINGER, Henry. *Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

KUCZYNSKI, Pedro-Pablo; WILLIAMSON, John. *Depois do Consenso de Washington*: Retomando crescimento e reforma na América Latina. São Paulo: Saraiva, 2003.

LLOYD, Richmond M. *Strategy and force planning framework*. Naval War College: Newport, RI, 1995.

MAGALHÃES, João Batista. *A compreensão da unidade do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

MATTOS, Carlos de Meira. *Geopolítica*. v. III. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Introdução às relações internacionais*. Temas, atores e visões. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

PARET, Peter. *Construtores da estratégia moderna*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

PROJETO DE NAÇÃO - Cenário Prospectivos Brasil 2035 – Cenário Foco – Objetivo, Diretrizes e Óbices. Brasília: Instituto Sagres, 2022.

RAMONET, Ignácio. *A geopolítica do caos*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

RODRIGUES, José Honório. *Independência*: Revolução e Contra-revolução: as Forças Armadas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

UNITED STATES OF AMERICA. RENEWING AMERICA'S ADVANTAGES - Interim National Security Strategic Guidance of Joseph R. Biden. Washington, D.C. Press, mar. 2021.

UNITED STATES OF AMERICA. U. S. National Strategy of Engagement and Enlargement. Administration of William Clinton. Washington, D.C. Press, feb. I. 1996.

UNITED STATES OF AMERICA. U.S. *National Strategy of Nation Renewal and Global Leadership*. Administration of Barack Obama. Washington, D.C. Press, may 2010.

UNITED STATES OF AMERICA. U.S. National Strategy of Defending. The Nation Against its Enemies. Administration of George W. Bush. Washington, D.C. Press, sep. 2002.

UNITED STATES OF AMERICA. U.S. *National Strategy of Making America Great Again*. Administration of Donald Trump. Washington, D.C. Press, dec. 2017.

O FLANCO LESTE DO ENTORNO ESTRATÉGICO DO BRASIL: o desafio securitário do Atlântico Sul e do litoral da África

Paulo Fagundes Visentini*

RESUMO

Na época da independência do Brasil, em 1822, o Atlântico Sul e o litoral africano eram vitais para a segurança nacional, mas depois perderam relevância. Todavia, há algum tempo a análise do Entorno Estratégico do Brasil passou a considerar a configuração de um flanco oriental, constituído pelo Oceano Atlântico Sul, bem como pelo litoral ocidental africano. A extroversão da economia brasileira, a identificação de recursos naturais *off-shore* (especialmente petróleo) e a crescente presença de atores extrarregionais, como a China, na área estudada, deram substância ao tema em sua dimensão securitária. Embora o Atlântico Sul não seja o espaço marítimo mais relevante estrategicamente, sua importância cresce rapidamente. Assim, o capítulo busca analisar a presença chinesa, norte-americana e britânica, que já caracteriza uma disputa acirrada, em um cenário de preocupação para o Brasil e os países da região, associados na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).

Palavras-chave: Entorno estratégico; Atlântico Sul; Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).

THE EAST FLANK OF BRAZIL'S STRATEGIC SURROUNDINGS: the security challenge of the South Atlantic and the coast of Africa

ABSTRACT

At the time of Brazil's Independence, in 1822, the South Atlantic and the African coast were vital for national security, but later they lost relevance. However, some time ago, the analysis of Brazil's strategic surroundings started to take into account the configuration of an eastern flank, constituted by the South Atlantic Ocean, as well as by the Western African coast. The extroversion of the Brazilian economy, the discovery of natural off-shore resources (especially oil) and the growing presence of extra-regional players, such as China, in the studied area, gave substance to the issue in its security dimension. Although the South Atlantic is not strategically the most relevant maritime space, its importance is growing fast. Thus, this chapter seeks to analyze the Chinese,

* Professor Titular de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Militares do Instituto Meira Mattos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (IMM/ ECEME) ECEME. Capítulo baseada em pesquisa realizada através do Edital Álvaro Alberto do CNPq e Instituto Pandiá Calógeras/ Ministério da Defesa, sobre Estudos de Defesa, intitulada “Segurança Marítima na Costa Oeste Africana: o Golfo da Guiné e a presença sino-russa”. Maria Gabriela Vieira, Bolsista CNPq do projeto, colaborou com na pesquisa. Contato: paulovi.ufrgs@gmail.com

North-American and British presence in the area, which already characterizes a fierce dispute, in a scenario of concern for Brazil and the countries of the region, members of the Peace and Cooperation Zone of the South Atlantic (ZOPACAS).

Keywords: Strategic Surroundings; South Atlantic; Peace and Cooperation Zone of the South Atlantic (ZOPACAS).

EL FLANCO ESTE DEL ENTORNO ESTRATÉGICO DE BRASIL: el desafío de la seguridad del Atlántico Sur y del litoral de África

RESUMEN

En el momento de la independencia de Brasil, en 1822, el Atlántico Sur y la costa africana eran vitales para la seguridad nacional, pero luego perdieron relevancia. Sin embargo, hace tiempo que el análisis del Entorno Estratégico de Brasil pasó a considerar la configuración de un flanco oriental, constituido por el Océano Atlántico Sur, así como por la costa occidental africana. La extroversión de la economía brasileña, la identificación de recursos naturales off-shore (especialmente petróleo) y la creciente presencia de actores extra regionales, como China, en el área de estudio, dieron cuerpo al tema en su dimensión de seguridad. Aunque el Atlántico Sur no es el espacio marítimo estratégicamente más relevante, su importancia está creciendo rápidamente. Así, el capítulo busca analizar la presencia china, norteamericana y británica, que ya caracteriza una feroz disputa, en un escenario de preocupación para Brasil y los países de la región, asociados en la Zona de Paz y Cooperación del Atlántico Sur (ZOPACAS).

Palabras clave: Entorno estratégico; Atlántico Sur; Zona de Paz y Cooperación del Atlántico Sur (ZOPACAS)

1 INTRODUÇÃO

O papel do Atlântico Sul e do litoral africano, no período da independência (1822) e nas décadas seguintes, eram relevantes em termos de defesa (ameaça de potências europeias) e comércio (especialmente trata de escravos). Quase toda comunicação com as regiões do país se dava por mar e houve movimento político pelo pertencimento de Angola para o Brasil, o que foi vetado pelos britânicos. Todavia, na segunda metade do século XIX, o cenário foi se alterando e perderam relevância para a segurança do Brasil. Contudo, nos anos recentes, o conceito de Entorno Estratégico Brasileiro passou a dar maior atenção para essa região. Se no passado o debate era apenas especulativo, já há elementos concretos que embasam as análises, devido à nova importância geopolítica e econômica dessas, bem como do crescente interesse de potências extrarregionais na área. Tais desenvolvimentos independem da vontade brasileira e não podem mais ser negligenciados em termos de planejamento de defesa e análise de cenários.

O crescente desenvolvimento da Ásia e dos BRICS e, o acelerado aumento da população da África à Ásia Meridional, e o consumo mundial de bens e alimentos têm impacto imediato no reordenamento dos fluxos internacionais e na corrida por recursos naturais. Em relação a esse último ponto, os oceanos representam um espaço de crescente importância, com petróleo/gás, minérios e pesca, além de relevância militar, num quadro de redefinição geopolítica. Entre os Oceanos, ainda que não seja o mais impactado *quantitativamente*, o Atlântico Sul ganha importância geopolítica aceleradamente, constituindo uma espécie de *flanco estratégico*.

2 NOVOS EIXOS DO PODER MUNDIAL

Para analisar a projeção de potências em uma determinada região é necessário, antes, compreender as estratégias, percepções e clivagens globais das potências. Na mensuração do poder mundial são identificados e classificados hierarquicamente as grandes e médias potências. Os critérios utilizados para tanto são, todavia, limitados, se baseando, predominantemente, em elementos quantitativos. Geralmente levam em conta a superfície geográfica do país, suas riquezas naturais (agrícolas e minerais), o peso de sua economia (em geral o PIB total e *per capita*) e o tamanho e estrutura de sua população. Também são consideradas a posição geopolítica, o pertencimento à Organizações Internacionais influentes (G-7, OCDE, OTAN, CSONU), a estabilidade político-institucional e, *last but not least*, a dimensão e qualidade das Forças Armadas. Esses itens são quantificados e tabelados, produzindo um *ranking* das potências e, a partir daí uma série de reflexões estratégicas e cenários geopolíticos.

Sem dúvida, tratam de elementos basilares, mas a forma como se articulam e sua importância relativa devem estar relacionadas com outros elementos qualitativos. Em primeiro lugar, há a evolução histórica (cada Estado-Nação tem suas características específicas), o nível de desenvolvimento social e econômico, o grau de articulação das elites no poder, a existência de um projeto nacional, as conexões internacionais e o posicionamento no sistema econômico e político-militar global, entre outros.

Um país pode possuir um poder militar expressivo e uma economia de grande porte, mas também se encontrar em declínio por uma transformação na economia mundial e pelo surgimento de polos de poder desafiantes. Além disso, apesar de ser detentor de uma economia forte e capacidade militar quantitativa, algumas vezes tem limitações de soberania, que dificultam a conversão desses elementos em um instrumento eficaz de ação. A tabulação dos elementos materiais de poder pode gerar, assim, uma concepção estatística errônea e uma apreciação estratégica equivocada. Além disso, os paradigmas explicativos e a realidade internacional se tornaram fluídos com o encerramento da Guerra Fria. O que já era complicado

numa fase de liderança reconhecida e de hegemonia, no quadro de uma fase de transição pode ser ainda mais complexo e incerto.

Mais do que por rivalidades ideológicas ou geopolíticas, o que conta é a posição político-econômica que os países ocupam na estrutura de poder mundial. Nesse contexto, o primeiro grupo da política internacional contemporânea se aglutina no *eixo militar-rentista anglo-saxão*: Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Austrália, Nova Zelândia e, tangencialmente, Israel. Trata-se das nações hegemônicas que detém recursos militares, diplomáticos, financeiros, tecnológicos, de inteligência compartilhada e de comunicações. Estando na fase pós-industrial rentista, vive dos recursos das demais nações, empregando para tanto os meios acima mencionados.

O acordo chamado *UKUSA* (Reino Unido e Estados Unidos da América), estabelecido na segunda metade dos anos 1940 entre Washington e Londres, deu origem ao sistema de informações e espionagem eletrônica *Echelon*, conhecido como tal nos anos 1980. Esse sistema, sediado na Inglaterra, recolhe, processa e compartilha informações entre os países que constituem os *Cinco Olhos*: EUA, Canadá, Reino Unido, Austrália e Nova Zelândia. Anteriormente voltado a questões militares contra o Pacto de Varsóvia durante a Guerra Fria, ele passou nos anos 1980 a incluir a espionagem industrial e política, inclusive em relação a aliados na OTAN na União Europeia, como foi denunciado no Parlamento Europeu em 2000.

O segundo é o *eixo industrial desenvolvido* da União Europeia, Japão e Tigres Asiáticos. Também com um produtivo e avançado capitalismo industrial e elevado nível de vida de suas populações, ele se diferencia do primeiro, pois esse grupo carece dos recursos de poder tradicionais, como os militares, e de plena soberania. Foram protegidos durante a Guerra Fria, mas hoje a situação é incerta e as tensões com o primeiro são crescentes. Muito do que vier a ocorrer depende da atitude política a ser adotada por nações relevantes do eixo, como a Alemanha e o Japão, os derrotados da Segunda Guerra Mundial. O caso francês é emblemático, pois, entre os países desse eixo, detém uma posição única: potência nuclear, membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, detentora de uma rede de bases ao redor do mundo e de uma tecnologia e indústria aeroespacial independente. Com a Alemanha forma o *hard core* da União Europeia, mas desde os anos 1970 parece mergulhada numa crise de identidade estratégica, seguindo políticas erráticas e “esquizofrênicas”.

O terceiro consiste no *eixo industrial heterodoxo emergente*, integrado pelas grandes nações do BRICS, especialmente a China e a Rússia, além da Turquia e do Irã, onde as estruturas de poder e a participação do Estado na economia são relevantes. Trata-se do que se denomina *semiperiferia*. Como o anterior, seu objetivo imediato e prioritário é o de evitar um conflito armado de dimensões globais e manter seu desenvolvimento econômico. Com recursos para se defender, eles não conseguem projetar poder em escala planetária e dependem, em certa medida, da atitude que vier a ser adotada pelo segundo eixo. O Brasil e a África do Sul parecem estar absorvidos por suas agendas políticas internas e buscam redefinir sua posição regional e mundial.

Por fim, o quarto é o *eixo agrário, mineral e demográfico periférico*, integrado pelas nações médias e pequenas da América Latina, da África e da Ásia geográfica (que inclui o Oriente Médio). Em seu conjunto, elas possuem recursos humanos, agrícolas ou minerais abundantes (inclusive energia). Todavia, elas não detêm a capacidade militar ou articulação diplomática necessárias, tendendo a agir de maneira fragmentada e constituindo uma zona em disputa pelos demais eixos. Esse fenômeno é agravado pela instabilidade interna em diversas áreas, o que dificulta a adoção de uma estratégia mais objetiva e sustentável.

3 A NOVA GEOPOLÍTICA DO ATLÂNTICO SUL

A expansão europeia, através do surgimento de Potências Navais e dos seus Impérios Marítimos, posicionou os Oceanos no centro da política mundial no século XVI. Em termos de Doutrina, chocaram-se a concepção “natural” do holandês Hugo Grotius (*Mare Liberum*, 1609), de ampla liberdade de ação no mar e defendida pelas Talassocracias, com a mais restritiva do inglês John Selden (*Mare Clausum*, 1635). A primeira sufocou a segunda por três séculos, até os anos 1958-60, quando a *dimensão horizontal* dos mares dá lugar à *dimensão vertical*, com a valorização dos recursos naturais vivos e minerais. A corrida pelo controle dos mares pelos Estados foi disciplinada juridicamente pela Conferência de Montego May (CARACAS, 1974-84). Mas a aplicação da justiça em pleno mar, além de difícil, foi complicada pela expansão industrial e populacional, abrindo-se um novo campo de disputa diplomática, econômica e militar internacional (LOUCHET, 2018, p. 10).

O Atlântico Sul foi, no século XVII mercantilista, mais importante que o Atlântico Norte, mas foi sendo relegado a um lugar estrategicamente secundário, o que se agravou com a abertura dos canais de Suez e do Panamá. As conexões marítimas entre as partes ocidental (Europa e América Setentrional) e oriental (África setentrional e Ásia) do hemisfério Norte seguem sendo as mais densas. Nos anos 1970 eram mínimas no Atlântico Sul, mas o que se observa é que esse Oceano, em suas duas margens (a terceira seria a Antártica), na conexão com o Atlântico Norte e em passagens ao Índico e Pacífico, está adquirindo importância estratégica global.

O aumento das dimensões dos cargueiros (petroleiros e transporte de *containers*) e do seu número tornam os canais de Suez e do Panamá menos atrativos, fazendo com que a Rota Sul passe a ser cada vez mais explorada. Além disso, o crescimento econômico e demográfico da África e da América do Sul, desde o início do século XXI) implicam o crescimento acelerado dos fluxos comerciais intrarregionais ou de exportação e importação da região para outros continentes. Ao lado da maior importância *horizontal* do Oceano Atlântico Sul, houve um aumento súbito de sua relevância *vertical*. A descoberta de novas jazidas de gás e petróleo nas margens africanas e sul-americanas gera prosperidade, cobiça externa

e problemas. Há, ainda, o incremento das atividades pesqueiras e a existência recursos minerais potencialmente exploráveis.

Pode-se acrescentar que existe um “terceiro litoral” sul-atlântico, a Antártica, que além dos itens acima mencionados, constitui um imenso reservatório de água doce. A Antártica, dado seu *status jurídico* específico, representa uma fonte de disputas em que estão envolvidas potências extra-regionais. Além disso, há a passagem aos Oceanos Índico e Pacífico em seu espaço geopolítico, e o continente gelado deveria ser computado dentro do entorno estratégico do Brasil.

A Europa tem muito interesse na Bacia do Atlântico Sul, especialmente Portugal e França, por terem sido potências coloniais na região. Da mesma forma, o Reino Unido, apesar de buscar um *low profile*, constitui uma presença efetiva na região, com um colar de ilhas e vasta Zona Econômica Exclusiva. Por fim, a proposta de uma Comunidade do Atlântico (fundindo o cenário estratégico da parte Norte do Atlântico com a Sul) denota interesse norte-americano e de eventual expansão (formal ou informal) da OTAN para o Sul. Isso se deve, em grande parte, a uma percepção de ameaça em relação à crescente projeção chinesa e, muito secundariamente, russa. O conjunto dessas situações propiciam à essa região, que constitui o núcleo do Entorno Estratégico Brasileiro, uma nova dimensão Geopolítica.

4 NOVOS ATORES NA REGIÃO: CHINA E RÚSSIA

A presença chinesa, inclusive naval, é crescente e ganha densidade, enquanto a russa ainda é limitada e esporádica, com maior interesse no Oceano Índico. A China possui uma Grande Estratégia, inclusive naval, que já atingiu uma projeção global, analisada pormenorizadamente em outro artigo do projeto. Embora a China seja antípoda em relação ao Brasil, a região é cada vez mais relevante para seus interesses. Sua presença é multifascética, com dimensões econômicas, diplomáticas e securitárias, aproveitando cada espaço em que sua influência pode ser ampliada sem gerar conflitos. A projeção econômico-diplomática chinesa para a África é muito grande, e está sendo seguida pela militar, especialmente naval. A China tem recursos e estratégia para a expansão da sua armada, que ocorre em ritmo acelerado, embora ela ainda careça de experiência.

Com forte presença nos países africanos (já conectados pelo OBOR¹) e na sua costa atlântica, a China considerava a América Latina uma área de influência norte-americana e respeitava tal realidade geopolítica. Após a crise econômica gerada pelo *sub-prime* em 2008, a presença chinesa tem crescido no continente americano, detentor de imensos recursos naturais. Com dificuldades no balanço de pagamentos e carentes de investimentos, países latino-americanos têm encontrado

¹ Corredor de desenvolvimento One Belt, One Road, ou “Cinturão”.

na conexão chinesa se não uma solução, ao menos um alívio econômico. Embora a China não se envolva em assuntos políticos internos, tal situação gera uma considerável mudança no mapa estratégico, o que confere lógica à política reativa do governo Donald Trump.

Os interesses chineses crescem rapidamente em todo o hemisfério Ocidental, da Groenlândia à Argentina, geralmente focando em países mais carentes de ajuda externa. O caso do Uruguai é exemplar, já tendo havido incidentes com barcos de pesca chineses em águas territoriais brasileiras vizinhas. Cabe salientar que a China possui um projeto de poder e recursos políticos e econômicos muito articulados para realizá-lo, mas é importante salientar que seu projeto não é o de “superpotência dominante”. Ela sofre da *Síndrome Alemã*, isso é, o temor de que sua ascensão provoque uma guerra que a interrompa, como aconteceu com a Alemanha nas duas Guerras Mundiais. O problema é que a China tem, ainda, a maior população do mundo, e o peso e a velocidade do seu desenvolvimento causam um desequilíbrio do poder mundial. Especialmente agora em que atingiu o estágio tecnológico, cujo ponto alto é o 5G, para não falar das tecnologias em áreas tradicionais.

E esse peso e ritmo estão sendo acompanhados por rápido avanço na área de Defesa, inclusive aeronaval. Seu interesse maior é manter abertos os corredores de abastecimento próximos a seu território, mas à medida em que sua economia se globaliza, ela busca pontos de apoio naval e suas frotas exploram economicamente o Oceano Mundial. Embora a Rota da Seda propicie uma forma de se conectar por via terrestre com a Ásia Meridional, o Oriente Médio e a Europa, a África e a América Latina representam espaços novos de projeção da economia, para a qual necessita do poder naval. O resultado é um novo fenômeno geopolítico e estratégico duplo: a reconstrução das conexões terrestres eurasianas anteriores ao século XV, ao mesmo tempo em que um Império Terrestre começa a se tornar, também um Império Marítimo.

Já a presença russa é mais fragmentada e reativa, com o país carecendo de recursos para projetar poder na região do Atlântico Sul. Mas o petróleo e minérios são de seu interesse, bem como a venda de armamentos. Aí, em casos como o da Venezuela, a Rússia faz valer seus interesses, cabendo ressaltar que esse país não é mais “puramente estatal” como na época da URSS. A concentração de poder em Vladimir Putin é mais sintoma de fragilidade do que de força, devido ao baixo nível de institucionalização da Federação Russa. Há interesses privados e corporativos com agendas internacionais próprias que se associam ao Estado quando necessário, o que não obedece à lógica geopolítica nacional.

Mesmo com limitações como um PIB equivalente ao da Espanha, mas com uma população 3,5 vezes maior, e um território vastíssimo a ser defendido, a Rússia tenta construir um poder naval. Ele é limitado por razões orçamentárias e por debilidades técnicas, como se observa em incêndios com o do Porta-Aviões

Kusnetsov (dezembro de 2019). O que a pesquisa demonstrou é que o Atlântico Sul não possui qualquer prioridade para a Rússia (mas na África a presença cresce), mas o país também deseja ter uma presença naval, talvez para barganhar outras questões com os EUA, como os tratados antimísseis. O caso é diferente da China, cujos gastos militares aumentaram 130% em uma década, atingindo 250 bilhões de dólares. Embora estejam bem abaixo dos EUA (650 bilhões), ele é maior do que os do Reino Unido, da França e da Rússia juntos (EL PAÍS, 28 dez. 2019, com base no SIPRI/Estocolmo).

5 A RENOVAÇÃO DE ANTIGOS ATORES

Com o advento da crise econômica e política da União Europeia, Portugal valoriza cada vez mais o Atlântico Sul e tenta se apresentar como interlocutor privilegiado da UE e também na qualidade de membro da OTAN. Contudo, isso pode representar um espaço de atuação para a Marinha do Brasil, através do aprofundamento da cooperação com a Armada Portuguesa. Um cuidado especial deve ser tomado em relação à presença silenciosa do Reino Unido, que está ampliando aeroportos (Ilha de Santa Helena e Ascensão), bem como reforçando sua presença militar.

Há um aumento da insegurança (pirataria, pesca ilegal, terrorismo, tráfico de drogas, pessoas e armas) e aumento da insegurança “velada” da soberania dos países sul-atlânticos sobre seus recém-descobertos recursos naturais estratégicos. O Atlântico Sul, que sempre fora o mais pacífico dos oceanos, passa a ser um flanco importante da disputa estratégica global entre os países ocidentais (EUA, França, Reino Unido) e China (com a Rússia como coadjuvante).

Sobre a presença dos EUA na região cabe ressaltar que, nas gestões Bush, Obama e Trump, a estratégia naval para o Atlântico Sul não foi substancialmente alterada, permanecendo focada nos seguintes temas: proteger o comércio e a navegação internacional, garantir a segurança energética e combater o crime organizado transnacional. Quanto a estrutura político-institucional responsável pela execução da estratégia norte-americana na região do Golfo da Guiné destaca-se o AFRICOM (2007), o AFS (2007) e a proposta da Comunidade Atlântica, além da reativação da IV Frota (componente destinada ao Atlântico Sul das forças navais dos EUA) em 2008. Todos os mecanismos citados buscam construir relações de cooperação com os países do Golfo da Guiné, mas também foram pensados para que, em uma eventual situação de conflito ou forte instabilidade na região, os EUA tenham capacidade de agir prontamente - o que demanda presença constante no continente. A maioria dos países africanos se opõe fortemente a essa presença.

Importa ressaltar que a Comunidade Atlântica diferencia-se das demais iniciativas, uma vez que busca consolidar uma presença indireta dos EUA na região.

Essa mudança recente na postura estadunidense deve-se às transformações pelas quais o Sistema Internacional vem passando. O foco principal passou a ser a Ásia-Pacífico como sua prioridade estratégica, ou seja, o espaço em que concentraria suas forças seria nas proximidades da China. Esse arranjo sob liderança da América do Norte tem como objetivo estabelecer uma visão regional de segurança comum. Contudo, é interessante destacar que esse alargamento do raio de atuação cumpriria com a intenção dos EUA em “terceirizar” para outros aliados o controle e atuação diretos, atuando como supervisor desta tarefa. A ideia de que a OTAN, como estrutura institucional, seja alargada para o Atlântico Sul parece pouco provável, embora esteja havendo ações de “mostrar a bandeira”, como fazem outros atores extrarregionais.

6 O PAPEL DA ÁFRICA PARA A DEFESA DO ATLÂNTICO SUL

As ameaças securitárias no Golfo da Guiné representam mais os efeitos da debilidade dos Estados da região do que um grande jogo estratégico, mas, evidentemente, não há espaço para o vácuo. Interesses locais, privados, criminais e de potências extrarregionais ocupam os espaços não controlados, pois a contínua descoberta de jazidas de petróleo e gás na região reforça ambições. Na margem sul-americana, o Oceano Atlântico também se torna uma fonte de recursos energéticos (jazidas do pré-sal) e animais, mas a situação é menos instável, apesar das vacilações estratégicas e carências de recursos para a Defesa.

Questões demográficas são vitais para a análise do cenário estratégico pois, enquanto a população sul-americana está entrando em fase de estagnação, na África há uma alta taxa de natalidade, alta taxa de população economicamente ativa e crescentes fluxos migratórios, inclusive transatlânticos. Até 2050, estima-se que a população da África Subsaariana dobre, com Nigéria, Angola, RD do Congo, Tanzânia e Etiópia superando a população brasileira até 2100 (RELATÓRIO DA POPULAÇÃO MUNDIAL/ONU, 2019). Assim, na nossa margem haverá abundância de recursos minerais, agrícolas e água, enquanto na outra haverá uma população imensa. Uma das consequências é que nações como Angola e Nigéria se tornarão líderes regionais.

Não apenas o surgimento de novas potências regionais africanas e a presença de gigantes econômicos como a China, com interesses militares correspondentes, será objeto de preocupação aos formuladores da estratégia de Defesa, como a possível instabilidade regional na outra margem requer séria atenção. Países relativamente frágeis, com imensas populações e alguns recursos estratégicos, procurarão alianças extra-regionais. Desde o início do século XXI a África está se tornando um espaço de disputa estratégica internacional, uma Nova Fronteira Econômica, o que configurará uma nova dimensão geopolítica ao Oceano Atlântico Sul. Conhecer bem a África e nela marcar presença é do máximo interesse do Brasil.

Sem o apoio dos Estados da outra margem do Oceano, qualquer estratégia de Defesa do Atlântico Sul estará fadada ao insucesso, aumentando nossa vulnerabilidade nacional.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS: CONCEITOS E VARIÁVEIS PARA UMA ORDEM REGIONAL MARÍTIMA NO ATLÂNTICO SUL/ ZOPACAS

Apesar de nem sempre dialogarem de forma explícita, a Diplomacia e a Defesa do Brasil convergiram, historicamente, em alguns pontos em defesa do interesse nacional em momentos críticos. O principal é a posição explícita de evitar que potências extrarregionais projetem poder para seu entorno estratégico. Trata-se de evitar a militarização da região, que poderia trazer resultados problemáticos ou perigosos para o Brasil. No que tange, especificamente à Defesa, a estratégia de dissuasão tem se revelado uma ferramenta vital, mas que já não pode mais funcionar de forma individualizada. É necessário articular uma estratégia regional que integre os Estados litorâneos das duas margens do Atlântico Sul numa perspectiva comum de defesa da soberania, da paz e do desenvolvimento. Para tanto, o relacionamento com a África é indispensável.

Segundo o Almirante francês (retirado) Jean Dufourcq, as responsabilidades marítimas modernas “devem ser uma combinação entre a defesa dos interesses de seu país com as responsabilidades internacionais” (2011, p. 260). Para ele, as áreas marítimas se assemelham aos espaços cibernéticos e monetários, indispensáveis à atividade humana e ao desenvolvimento no novo século. Todavia, como tal, não constituem espaços passíveis de povoamento ou ocupação permanentes. Geralmente nesses espaços o controle é débil ou, mesmo, inexistente, evidenciando a vulnerabilidade da soberania dos países litorâneos. Para o acadêmico nigeriano Paul Adogambe, “o Atlântico Sul precisa de uma nova arquitetura de segurança e governança marítima para desenvolver a vigilância costeira e a tecnologia de satélite para explorar [sua vastidão]. Também precisa das redes de comunicação para monitorar e detectar atividades ilegais, bem como a capacidade de lidar efetivamente com elas.” (2019, p. 34).

No que tange à Marinha, o Brasil possui recursos diplomáticos e dissuasórios relevantes. Um deles é a cooperação militar e diplomática com as nações africanas e sul-americanas, através da iniciativa Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). Ainda que a mesma tenha permanecido “adormecida” por alguns períodos, ela representa uma ferramenta institucional privilegiada para a elaboração de uma estratégia de dissuasão. Não é necessário iniciar uma nova negociação, basta vontade política e, atualmente, os atores relevantes são a Armada e o Itamaraty. As tratativas brasileiras atuais para reanimar a ZOPACAS representam uma ação de grande importância estratégica. O diálogo permanente com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs) também necessita ser mais bem explorado, bem como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), da qual Brasil e

Portugal também fazem parte.

Uma questão relevante é que, como em outros momentos históricos, a rivalidade de grandes potências em nosso entorno estratégico soou como um alarme para a formulação de políticas de defesa. Em todas essas ocasiões o Brasil buscou explorar a situação como uma eficaz forma de *barganha*, evitando alinhamentos precipitados e desconsiderando pressões para se posicionar. Ao enfrentar os desafios representados pela presença chinesa (e muito perifericamente, russa) em seu entorno estratégico, o Estado e a sociedade brasileiros têm a oportunidade analisar, formular uma estratégia e implementar políticas públicas para resolver um conjunto de problemas.

A questão migratória, por exemplo, tem sido tratada de forma fantasiosa, especialmente se considerarmos que mesmo os países africanos em rápida expansão demográfica já iniciaram um movimento em direção ao Brasil. Os desequilíbrios climáticos (talvez seja precipitado falar em *mudanças*), tendem a agravar a situação. Os delitos transnacionais, por sua vez, não têm recebido a devida atenção, e fenômenos novos, como o derrame de óleo em alto mar, que atingiu uma parte imensa do litoral brasileiro, mostram que ameaças podem surgir de onde menos se espera. E que o país não tem ainda a capacidade de resposta necessária.

REFERÊNCIAS

ABDENUR, Adriana Erthal. The BRICS and the South Atlantic: Emerging arena for South–South cooperation. *South African Journal of International Affairs*, [s.i.]v. 21, n. 3, p. 03-319, 2014.

ADOGAMBE, PAUL g. “Maritime Security and Governance of the South Atlantic: The Nigerian Perspective”, in DUARTE, E. and BARROS, M. c. DE (Eds). *Navies and Maritime Policies in the South Atlantic*. London: Palgrave/ Macmillan, 2019, p. 13-40.

ALLEN, Fidelis. Oil and Security in the Gulf of Guinea: Reflections on the External and Domestic Linkages. *Journal of Sustainable Development*, [s.i.], v. 5, n. 4, 2012.

ALI, Kamal-Deen. *Maritime Security Cooperation in the Gulf of Guinea: Prospects and Challenges*. Leiden/Boston: Brill, 2015.

ANYIMADU, Adjoa. *Maritime Security in the Gulf of Guinea: Lessons learned from the Indian Ocean*. London: Chatan House, 2013.

APA-Yaoundé. Russia willing to contribute to security in Gulf of Guinea. Agence de Presse Africaine, [s.i.], 06 de jun., 2017. Disponível em: <https://www.journalducameroun.com/en/russia-willing-to-contribute-to-security-in-gulf-of-guinea> Acesso em: 27 jan. 2022.

BATTAGLINO, Jorge. A reativação da IV Frota e o novo paradigma de controle global dos Estados Unidos. *Política Externa*, v. 17, n. 4, p. 31-47, 2009.

BENABDALLAH, Lina. China's Peace and Security Strategies in Africa: Building Capacity is Building Peace? *African Studies Quarterly*, 2016.

BIZIOURAS, Nikolaos. Piracy, State Capacity and Root Causes: Lessons from the Somali Experience and Policy Choice in the Gulf of Guinea. *African Security Review*, Pretoria, v. 22, n. 3, p. 111-122, 2013.

BURGER, J. The return of Russia to Africa. *New African Magazine*. Disponível em: <https://newafricanmagazine.com/17662/>. Acesso em: 4 ago. 2019.

CEPIK, Marco. Segurança Internacional: da ordem internacional aos desafios para a América do Sul e para a CELAC. In: ECHANDI, Isabel; SORIA, Adrán. (org.). *Desafíos estratégicos del regionalismo contemporáneo: CELAC e Iberoamérica*. 1 ed. San Jose: FLACSO, 2013.

DANIEL, Rosaline; SHUBIN, Vladimir. Africa and Russia: The Pursuit of Strengthened Relations in the Post-Cold War Era. In: NAGAR, Dawn; MUTASA, Charles. *Africa and the World - Bilateral and Multilateral International Diplomacy*. Switzerland: Palgrave Macmillan, 2018.

DEEN, Ebrahim Shabbir. AFRICOM: Protecting US interests disguised as 'military partnerships'. *Al Jazeera Center for Studies*, 2013.

DUFOURCQ, Jean. Poder marítimo no século XXI: desafios para uma força naval moderna. *Revista da Escola de Guerra Naval*, Rio de Janeiro, v.17, n.2, 2011.

DUFOURCQ, *La Chine, au cœur de son environnement stratégique, maritime et terrestre*. Université Paris-Dauphine, 2017.

FITUNI, Leonid; ABRAMOVA, Irina. *Resource Potential of Africa and Russia's National Interests in the XXI Century*. Moscow: Institute for African Studies of the Russian Academy of Sciences, 2010.

GONZÁLEZ, Yoslán Silverio. *África Occidental-Crisis vs. Estabilidad Política*. Porto Alegre: UFRGS/ Livraria Palmarinca, 2018.

HAIFANG, Liu. Africa and China: Winding Into a Community of Common Destiny. In: NAGAR, Dawn; MUTASA, Charles. *Africa and the World - Bilateral and Multilateral International Diplomacy*. Switzerland: Palgrave Macmillan, 2018. HARTMAN, A. Chinese naval base for Walvis Bay. *Namibian*. Disponível em: <https://www.namibian.com.na/index.php?id=130693&page=archive-read>. Acesso em: 4 ago. 2019.

HELBIG, Robert. NATO-Brazil Relations: Limits of a Partnership Policy. *Konrad Adenauer*, 2013.

HOFFMANN, Andrea Ribeiro; MARCONDES, Danilo. Maritime Regions and the South Atlantic. *Contexto Internacional*, v. 39, n. 2., 2017.

HOLLAND, Steve; WROUGHTON, Lesley. US to counter China, Russia influence in Africa: Bolton. *Reuters*, 13 de dez., 2018. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-usa-trump-africa/u-s-to-counter-china-russia-influence-in-africa-bolton-idUSKBN1OC1XV>.

HUI, S. *Engaging an Emerging Superpower: Understanding China as a Foreign Policy Actor*, Londres: Chatham House, 2011.

JACOBSEN, Katja Lindskov; NORDBY, Johannes Riber. *Maritime Security in the Gulf of Guinea*. Copenhagen: Royal Danish Defence College Publishing House, 2015.

JIAN, Chen. Greater Role To Africa And Developing World In The China-Led G20. *Shangai Institutes for International Studies*, 2016.

KANG, David C. *China Rising: Peace, Power and Order in East Asia*. New York: Columbia University Press, 2007.

KLOMEGAH, Kester Kenn. Russia's investment in Africa: New challenges and prospects. *Pambazuka News*, 2014.

KLOMEGAH, Kester Kenn. Africa: Russia's strategy and global competitors. *Modern Diplomacy*, 2017.

LAHTINEN, Anja. *China's Diplomacy and Economic Activities in Africa - Relations on the Move*. Switzerland: Palgrave Macmillan, 2018.

LIANGXIANG, Jin. China's Role In African Security Issues. *Shangai Institute for International Studies*, 2016.

MACLAY, Jeffrey et al. The Fourth Fleet: A Tool of U.S. Engagement in the Americas. *Center for Strategic and International Studies*. Washington, 2009.

MEDEIROS, E. S. *China's International Behaviour: Activism, Opportunism and Diversification*, s.l.: RAND Corporation. 2009.

MICHAEL, Ehizuelen; OMORUYI, Mitchell. China-Africa policy changing outcome. *China Daily Africa*, 2017.

NANTULYA, P. Implications for Africa from China's One Belt One Road Strategy. *Africa Center for Strategic Studies*. Disponível em: <https://africacenter.org/spotlight/implications-for-africa-china-one-belt-one-road-strategy/>. Acesso em: 4 ago. 2019.

Odre des Experts Comptables de Côte d'Ivoire (CIV). *Exports, Imports, and Trade Partners*. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/civ/>. Acesso em: 4 ago. 2019.

OLIVIER, Gerrit; SUCHKOV, Dmitry. Russia is back in Africa. *Strategic Review for Southern Africa*, v. 37, n. 2, 2015.

PENHA, Eli Alves. A Fronteira Oriental Brasileira e os Desafios da Segurança Regional no Atlântico Sul. *Revista da Escola de Guerra Naval*, v.18 n. 1, 2012.

PLOCH, Lauren. Nigeria: Current issues and U.S. policy. CRS Report, *Congressional Research Service*, 2013.

PUTIN, Vladimir. *Maritime Doctrine of Russian Federation 2020*. Government of Russian Federation, julho 2001.

ROSS, A. Factbox: Russian military cooperation deals with African countries. *Reuters*. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-africa-russia-factbox/factbox-russian-military-cooperation-deals-with-african-countries-idUSKCN1MR0KH>. Acesso em: 4 ago. 2019.

STRATFOR. Russia's Plan for Making Friends in Africa. Stratfor Assessments, 15 jun. 2019. Disponível em: <https://worldview.stratfor.com/article/russia-putin-diplomacy-africa-great-power>. Acesso em: 03 ago 2019

UKEJE, Charles; MVOLO ELA, Wullson. *African approaches to maritime security: The Gulf of Guinea*. Abuja: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2013.

VIRCOULON, Thierry; TOURNIER, Violette. Gulf of Guinea: A Regional Solution to Piracy? *International Crisis Group*, 2014.

VREY, François. A Blue BRICS, Maritime Security, and the South Atlantic. *Contexto internacional*, Rio de Janeiro, v. 39 n. 2, 2017.

VISENTINI, Paulo Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. O Atlântico Sul como espaço estratégico para o Brasil: política externa e de defesa. In: ARTURI, Carlos Schmidt (org.). *Políticas de Defesa, Inteligência e Segurança*. Porto Alegre: CEGOV, 2014.

XINFENG, Li; CHUNYU, Zhang; MENGYING, Zhang. China's Role in Peace and Security Cooperation in the Gulf of Guinea Region. *China Int'l Stud*, v. 66, 2017.

ZHANG, Ying. China's Diplomacy in Africa: ideas and practices, *China Int'l Stud*, v. 69, 2018.

INDEPENDÊNCIA DO BRASIL, SEMANA DE ARTE MODERNA E LÍNGUA PORTUGUESA COMO AFIRMAÇÕES IDENTITÁRIAS DA NAÇÃO

Nos duzentos anos de independência, o Estado brasileiro encontra-se em profundas mutações, muitas delas geradas pela atuação das suas Forças Armadas. Foi ao lado dos soldados da cavalaria de sua guarda de honra que Dom Pedro I, incentivado diretamente por sua esposa Leopoldina, declarou a Independência do Brasil, em sete de setembro de 1822. As Forças Armadas, ao cuidarem das nossas fronteiras e protegerem-nas de possíveis invasões, solidificaram a independência nacional, a unidade do Estado e a integridade do Território brasileiro. Nossa fórum trata de assuntos que se interligam à identidade e à soberania do Brasil.

A independência do Brasil, como a de tantos outros espaços subjugados, entretanto, não simbolizou o fim do colonialismo histórico, mas o início de uma colonialidade. Mesmo com o fim do colonialismo, a colonialidade – lado desigual da modernidade, conforme atestam os dois sociólogos que participaram do grupo Modernidade/ Colonialidade/ Decolonialidade (MCD): o peruano Aníbal Quijano e o português Boaventura de Sousa Santos – continuou pelas antigas colônias, preservando a lógica existente entre o explorador e o explorado no que tange ao poder, ao ser e ao saber, em resumo: a essência da vida e a cultura do povo reprimido. Não é incomum que, no próprio âmbito dos Estados-nação, essa relação entre os que têm privilégios e os periféricos persista. Eduardo Restrepo e Axel Rojas (2010), em seu texto *Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos*, ratificam que o contínuo processo de decolonialidade é intensificado pela naturalização de hierarquias territoriais, raciais, culturais, de gênero e epistêmicas. Ressalte-se que – com todas as adversidades provenientes de contatos culturais profundamente desiguais, no qual uma cultura consegue se impor a outra – existe alguma troca transformadora, ainda que de forma desigual.

O artigo de Lourdes Belchior e Mary Del Priore enfatiza que poucas personagens da História do Brasil cativam mais do que Leopoldina, a primeira esposa de D. Pedro I. Sua história não é sobre uma jovem que viveu de forma tranquila ao lado de um príncipe. Sua trajetória foi de uma mulher forte que aderiu com afinco à causa emancipacionista e que se deixou imbuir pela brasiliidade de um povo que a acolheu como uma autêntica brasileira: por dever, por hábito, e por afeto, como registrou a imprensa (IMPERIO DO BRASIL, 1826), mesmo sendo ela uma estrangeira, oriunda da Áustria. Ter acesso à história de Leopoldina possibilita dar voz a inúmeras mulheres de sua época que, com ânimo político, reconheceram nela um exemplo de liderança a ser seguida no contexto da Independência, como registrado em diversas fontes históricas (O ESPELHO, 1822).

O segundo artigo deste fórum acende as luzes do Teatro Municipal de São Paulo e revisita o evento que nele aconteceu em comemoração ao centenário da Independência do Brasil. A Semana de Arte Moderna ocorreu, de maneira consciente,

no centenário da Independência (1922) como um dos eventos comemorativos que proclamava a libertação da cultura brasileira por meio das artes e teve um caráter de ruptura com os padrões culturais passados, principalmente os literários sobrevindos do Parnasianismo, Decadentismo e Simbolismo. Os modernistas de 1922, de acordo com Alfredo Bosi (1995), alargaram seus horizontes para aquém dos limites temporais da Semana, teceram críticas às estruturas mentais coloniais das velhas gerações e valorizaram o ideário dos chamados pré-modernistas, cujas obras penetram a fundo nas culturas provindas da realidade brasileira. São eles, entre outros: Euclides da Cunha, João Ribeiro, Lima Barreto e Graça Aranha – este último já uma referência da Literatura Brasileira. Além do discurso literário (Mario de Andrade, Oswald de Andrade, Cassiano Ricardo e Plínio Salgado, Menottit del Picchia, Alcântara Machado, Raul Bopp e outros nomes), mais manifestações artísticas, como teatro, pintura, música, escultura se faziam representar: Guiomar Novaes, Heitor Villa-Lobos, Yvonne Daumerie, Anita Malfatti, Di Cavalcanti, Tarsila do Amaral, Patrícia Galvão (Pagu), Victor Brecheret, Blaise Cendrars, que afinavam suas ideias a essa efusão do novo e da quebra ao passado ligado às influências vindas do exterior.

Não foi um movimento paulista, centrado na terra da garoa por circunstâncias político-econômicas, mas espalhou-se pelo Brasil afora, e congregou Gilberto Freire, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Sérgio Buarque de Holanda e outros nomes que se conservam no painel da cultura emanada da casa grande e da senzala, de Pasárgada, da rosa do povo e das raízes do Brasil. Essas linguagens são capazes de expressar o espírito brasileiro, representativo de várias etnias, de espaços culturais do centro e da periferia, amalgamando o clássico e o popular, a fala da academia com os sotaques de outros Brasis ainda desconhecidos. Foi um movimento múltiplo, agregador em um mesmo local de liberais, esquerdistas, simpatizantes do fascismo: todos contaminados, mesmo de forma contraditória, pela visão eurocêntrica das vanguardas, advindas do contexto pós Primeira Guerra, e com o impulso de integrar a cultura chanceladora da identidade do povo brasileiro.

Ao mesmo tempo que os modernistas de 1922 se apoiaram nas Vanguardas Europeias, criticavam-nas, repudiando o modelo eurocêntrico e aclimatando-o aos ares tropicais, à nossa realidade. Tudo era novo, carecia de assimilação e abrasileiramento. Estábamos convivendo com as ruínas da Primeira Guerra Mundial e com os malefícios dela advindos. Os estertores da chamada *Belle Époque* revelavam “uma época de contradições, em que paz e guerra, otimismo e desilusão, vida e morte pareciam caminhar lado a lado, numa constante ameaça de alteração brusca da ordem estabelecida” (SILVA, 2006, p. 16). Era um tempo de progresso que contrastava com a miséria.

No mesmo ano da Semana, realizou-se, de 7 de setembro de 1922 até o ano de 1923, a Exposição no Rio, que apresentou ao mundo um Brasil moderno, em

sintonia com os avanços da ciência, da indústria: um cartão-postal; no entanto, deixou descoberto um Brasil com problemas de miséria e de preconceitos os quais persistem até hoje, no ano do bicentenário. O dinheiro consumido para realização do evento gerou críticas advindas de muitos setores, conforme provam jornais de época.

Diversamente da Exposição Internacional, a Semana de 22, apesar de algumas apreciações negativas, foi/é aclamada por historiadores, críticos, escritores e pensadores como o início do imaginário brasileiro refletido num espelho multicultural: um marco refundante da nossa cultura / nosso povo.

Encerrando nosso fórum, a língua Portuguesa entra em pauta. Para tal, Luís Antônio revisita o texto do modernista Mário de Andrade intitulado “*Gramatiquinha genuinamente brasileira*”, interrompido pela sua morte. Segundo Marcelo Rocha Barros Gonçalves, a proposta de Andrade “era produzir uma gramática que contemplasse, de fato, as informações especificamente do Português no Brasil” (2021). Há então no texto de Luiz Antonio um sentimento de decolonialidade da própria Língua Portuguesa Nacional, com similitudes e diferenças da língua da ex-metrópole. Também é o que se pode observar nos resultados do estudo sobre o desenvolvimento do domínio da língua escrita entre alunos do ensino médio aqui apresentado no artigo. A conflitiva relação entre o Português escrito e o Português oral cotidiano, em suas mais variadas expressões dialetais, é análoga às demais relações culturais e artísticas no Brasil pós-colonial que estão entre os aspectos mais proeminentes da estética modernista: legitimar e fundir as culturas e línguas do país. Nas palavras de Silviano Santiago, “O elemento híbrido reina. A maior contribuição da América Latina para a cultura ocidental vem da destruição sistemática dos conceitos de unidade e de pureza” (SANTIAGO, 2019, p. 29).

Essas vertentes, entrecruzadas pela figura da Imperatriz Leopoldina, da Semana de 22, e da Língua Portuguesa com identidade nacional, merecem artigos científicos com abordagens acerca desses dois séculos de independência e os que estão no porvir do próximo centenário em 2122. A tessitura do futuro é calcada na agoridade com fios que desenrolam do passado e de visões prospectivas, notadamente marcadas com a evolução científico-tecnológica em curso que acelera o ritmo das transformações.

Maria Célia Barbosa Reis da Silva
Editora convidada

REFERÊNCIAS

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1977.

GONÇALVES, Marcelo Rocha Barros. *Uma agenda dialetológica na gramatização do Português do Brasil*. Araraquara, São Paulo: Letraria, 2021.

IMPERIO DO BRASIL: DIÁRIO FLUMINENSE, edição de 12 de dezembro de 1826. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/706744/2300>. Acesso em: 20 jul. 2022.

PIMENTEL, E. *A Gramatiquinha de Mário de Andrade*: texto e contexto. São Paulo: Secretaria de Estado de Cultura; Duas Cidades, 1990.

RESTREPO, Eduardo; ROJAS, Axel. *Inflexión decolonial*: fuentes, conceptos y cuestionamientos. Colombia: Universidad del Cauca, 2010. (Colección Políticas de la Alteridad).

SANTIAGO, S. O entrelugar do discurso latino-americano. In: *35 ensaios de Silviano Santiago*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 23-37.

SILVA, Maurício. *A hélade e o subúrbio*: confrontos literários da Belle Époque. São Paulo: Editora da USP, 2006.

O ESPELHO, edição de 24 de agosto de 1822. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/700916/82>.

O GRITO DA RAZÃO: na Corte do Rio de Janeiro, edição 18 de março de 1825. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/700479/33>.

ENTRE ANTIGOS E NOVOS PRINCÍPIOS POLÍTICOS: dilemas de Leopoldina, a Princesa da Independência

Lourdes de Almeida Barreto Belchior*
Mary Del Priore**

RESUMO

Carolina Josefa Leopoldina era filha de Maria Teresa de Nápoles-Sicília e Francisco I, Imperador da Áustria. Sua família era reconhecida como uma das mais conservadoras e poderosas da Europa. Ao fazer parte da coligação que derrotou Napoleão Bonaparte (1815), o pai de Leopoldina se tornou o líder da Santa Aliança, uma congregação militar cujo objetivo era coibir movimentos subversivos influenciados pelo liberalismo. Casada com D. Pedro, desde 1817, Leopoldina presenciaria as consequências da Revolução Liberal do Porto (1820) no Brasil, onde diversas províncias manifestaram apoio ao movimento que trazia consigo valores liberais. Entender como essa jovem nobre trafegou por esse momento permite acessar especificidades do seu pensamento político e sua influência no desencadear dos fatos que conduziria o Brasil à sua separação de Portugal.

Palavras-chave: Leopoldina; Independência do Brasil; Absolutismo; Liberalismo.

BETWEEN OLD AND NEW POLITICAL PRINCIPLES: dilemmas of Leopoldina, the Princess of the Independence

ABSTRACT

Carolina Josefa Leopoldina was the daughter of Maria Theresa de Nápoles-Sicília and Francis I, Emperor of Austria. Her family was recognized as one of the most conservative and powerful in Europe. As part of the coalition that defeated Napoleon Bonaparte (1815), Leopoldina's father became the leader of the Holy Alliance, a

* Mestre pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História (PPGH) da Universidade Salgado de Oliveira; especialização em História do Brasil e Sociologia. Foi Secretária Municipal da Terceira Idade e Desenvolvimento Humano e Coordenadora do Centro de Referência de Atendimento à Mulher do Município de Araruama/RJ. É membro da Academia Araruamense de Letras, AARALETRAS e, em 2021, lançou a obra: Leopoldina e os Jornais: a Imperatriz e a imprensa brasileira de 1817 a 1826. Contato:

** Historiadora, pós-doutora pela École des Hautes Études em Sciences Sociales de Paris e autora de mais de 50 livros de História do Brasil, lecionou na FFLCH/USP, na PUC/RJ e na Universidade Salgado de Oliveira. Com mais de vinte prêmios literários nacionais e internacionais, entre os quais três Jabutis. É sócia titular do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do correspondente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, do P.E.N Club do Brasil, acadêmica correspondente da Academia Paraguaya de la Historia, da Academia Nacional de la Historia de Argentina, da Academia Colombiana de La Historia, da Real Academia de La Historia de Espanha, da Academia Portuguesa da História, do Instituto Histórico e Geográfico del Uruguay.

military congregation whose objective was to curb subversive movements influenced by liberalism. Married to D. Pedro since 1817, Leopoldina witnessed the consequences of the Liberal Revolution of Porto (1820) in Brazil, where several provinces expressed support for the movement that carried liberal values. Understanding how this young noblewoman went through that moment allows accessing the specifics of her political thought and her influence in the triggering of the events that led Brazil to its separation from Portugal.

Keywords: Leopoldina; Independence of Brazil; Absolutism; Liberalism.

ENTRE VIEJOS Y NUEVOS PRINCIPIOS POLÍTICOS: dilemas de Leopoldina, la Princesa de la Independencia

RESUMEN

Carolina Josefa Leopoldina era hija de María Teresa de Nápoles-Sicilia y de Francisco I, emperador de Austria. Su familia fue reconocida como una de las más conservadoras y poderosas de Europa. Como parte de la coalición que derrotó a Napoleón Bonaparte (1815), el padre de Leopoldina se convirtió en líder de la Santa Alianza, una congregación militar cuyo objetivo era frenar los movimientos subversivos influenciados por el liberalismo. Casada con D. Pedro desde 1817, Leopoldina sería testigo de las consecuencias de la Revolución Liberal de Oporto (1820) en Brasil, donde varias provincias manifestaron su apoyo al movimiento de valores liberales. Comprender cómo transitó en ese momento esta joven noble permite acceder a las especificidades de su pensamiento político y su influencia en el desencadenamiento de los acontecimientos que llevarían a Brasil a su separación de Portugal.

Palabras clave: Leopoldina; Independencia de Brasil; Absolutismo; Liberalismo.

1 INTRODUÇÃO

Muitas são as qualidades direcionadas à Imperatriz Leopoldina, a primeira esposa de D. Pedro I e também a primeira governante do Brasil independente. Atualmente, sua participação no processo de independência ganha crescente notoriedade na historiografia e nas mídias, sem, no entanto, se perder de vista os sofrimentos vividos por ela, por conta do seu casamento com um Príncipe português grosseiro e libertino¹. Também é possível encontrar narrativas que trafegam entre a

¹ Segundo relatos da época, como o registrado pelo alemão Carl Seidler (1939), D. Pedro I hostilizava a esposa, dispensando a ela um tratamento nada cordial. Seidler também registrou que os envolvimentos extraconjugaís do Príncipe eram conhecidos na corte. Relatos como o deixado pelo estrangeiro são utilizados em diversas biografias sobre Leopoldina, demonstrando as agruras vividas por ela na esfera conjugal.

valorização de seus atributos de boa esposa e sua inteligência².

Em meio a uma vasta possibilidade de olhares lançados, muitas vezes, passa despercebido o fato de que Leopoldina pertencia a uma das famílias mais poderosas e conservadoras da Europa, os Habsburgos. Sua mãe era Maria Teresa de Nápoles-Sicília e seu pai era Francisco I, Imperador da Áustria que, após derrotar Napoleão Bonaparte (1815) ao lado de uma coligação militar, composta por reinos como a Prússia e a Rússia, se tornou líder da Santa Aliança³ e do Congresso de Viena, portanto, um dos homens mais poderosos da época.

No cenário europeu, o reino de Leopoldina era considerado o âmago do velho mundo, um modelo de reino no qual a percepção de governantes pela “vontade de Deus” se fazia presente. Por serem fieis a vários valores do Antigo Regime, eram contrários às mudanças que pudessem abalar a lógica da política absolutista, o que incluía o rompimento entre colônias e metrópoles. Por essa perspectiva, Leopoldina também pode ser compreendida, no contexto da independência, como uma mulher que teve que se adaptar, não somente ao clima e à cultura do seu novo reino, o Brasil, mas também a uma nova realidade política que remava contra os valores nos quais ela fora educada.

Para entender sua história por esse prisma, é necessário compreender alguns momentos anteriores ao seu casamento, quando ainda era uma Arquiduquesa austríaca que só conhecia o Brasil por meio de relatos de viajantes⁴.

A Arquiduquesa Leopoldina Josefa Carolina nasceu em 22 de janeiro de 1797, em uma época marcada por movimentos contrários às monarquias centralizadas, com tendência a sacralização do poder e repulsa à soberania popular. Esse era o caso da monarquia portuguesa e austríaca.

No mesmo período do nascimento de Leopoldina, a Europa havia presenciado acontecimentos que marcariam para sempre a história do continente: a Independência das colônias inglesas na América (1776) mostrando ao mundo europeu que colônias poderiam se separar de suas metrópoles, e a Revolução Francesa (1789) sinalizando que a velha ordem, marcada por privilégios feudais, poderia ser alterada. Tais eventos romperam elos políticos e sociais, característicos do Antigo Regime.

2 Maria Graham (1980), preceptor da Princesa Maria da Glória, a primeira filha de Leopoldina, registrou em seu diário que a Imperatriz do Brasil era uma mulher amável, culta e admirada pelos súditos. A percepção de Graham é confirmada por outros testemunhos da época e contribuem para o entendimento da relação que existia entre ela e a sociedade que lhe era contemporânea.

3 Seguindo a definição dada por Eric Hobsbawm, em sua obra: *A Era das Revoluções* (2009), pode-se entender a Santa Aliança como uma congregação militar composta pelas potências Áustria, Prússia e Rússia, com o objetivo de evitar e coibir à formação de movimentos subversivos e revolucionários contrários a restauração monárquica, após a queda de Napoleão Bonaparte.

4 Existem algumas correspondências escritas por Leopoldina (2006) à irmã, em outubro de 1816, nas quais a Arquiduquesa relata conhecer algumas especificidades do Brasil, por intermédio da leitura de descrições feitas por diversos viajantes.

Esses dois acontecimentos tinham um complexo de ideias em comum: o liberalismo⁵, cujo mais conhecido e temido defensor da época era Napoleão, militar francês que se tornou Imperador da França e sonhava em ressuscitar “uma Roma imperial” sob o seu domínio (LIMA, 2006, p.36).

Mesmo tendo seus ideais liberais admirados por muitos europeus, que inclusive se nutriam dessa fonte de conhecimento em diversas universidades, Napoleão nunca fora totalmente aceito pelos portugueses e pelos austríacos, afinal, seu liberalismo tirava poder do Estado Absolutista e da Igreja, instituições intimamente ligadas à história desses Estados. Em sua busca pela hegemonia francesa, Napoleão se tornou o principal inimigo do reino de Leopoldina e de D. Pedro. As duas cortes tiveram suas rotinas alteradas pelo avanço e por sucessivas vitórias do Exército Francês.

Cada uma dessas monarquias empreenderia ações para amenizar as perdas sofridas. Enquanto D. João, pai de D. Pedro, transmigrou sua família e corte para o Brasil, em 1808, evitando a humilhação de ser deposto por Napoleão, como ocorreu com o Rei da Espanha; Francisco I, pai de Leopoldina, em 1797, assinou o Tratado de Campoformino, abrindo mão de parte do território do seu reino para a França e, anos após, casou sua filha Maria Luísa com o inimigo, em 1810.

Ambos os soberanos compreenderam tais atitudes como manobras políticas em favor da manutenção de suas monarquias e, nesse sentido, obtiveram êxito. Ao terminar a guerra, D. João não sofreu embate direto com o inimigo e, Francisco I, mesmo tendo atitudes que demonstravam o desejo pela paz, derrotou militarmente os exércitos de Napoleão. A partir desse contexto a Áustria teria seu *status* elevado no cenário europeu, fazendo com que Leopoldina fosse percebida como filha de um grande imperador.

Na lógica cultural do Antigo Regime, quando um príncipe ou uma princesa se unia pelo matrimônio a uma monarquia de destaque, o enlace era visto como motivo de orgulho e, por estarem ligados a pactos entre Estados, sempre se encontravam envoltos diversos interesses.

O casamento entre D. Pedro e Leopoldina não fugiria à regra. Interessava ao Governo Português manter relações diplomáticas com o Império Austríaco que, na época, detinha as rédeas da política europeia, como lembra Arno Wehling (1997). Além disso, estar atrelado a um reino cujo monarca era líder da Santa Aliança, era sinônimo de *status*, como lembra Luís Cláudio Villafane G. Santos (2002).

5 Segundo o Dicionário de Conceitos de Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique Silva (2017), o Liberalismo que surgiu no século XVIII, por intermédio do iluminismo, pode ser compreendido, em meio a uma vasta possibilidade de entendimentos, como: um complexo de ideias e práticas historicamente construídas, cujo objetivo era a laicização do Estado e especialização da política, visando dividir o poder, retirando das mãos do soberano a exclusividade em geri-lo. Com o advento das Revoluções, o liberalismo passou a ser compreendido como um regime de garantia de liberdade de possuir propriedade privada e garantias individuais.

No caso da Áustria, era positivo estar ligado à única monarquia reinante na América, um continente que abrigava várias nações republicanas, cujos governos criticavam o absolutismo. Além disso, o Brasil significava lucrativas possibilidades comerciais (RAMIREZ, 1968). Vale citar que o Governo Austríaco tinha franco interesse em enriquecer as coleções do Museu de História Natural do seu reino, enviando para o Brasil, uma missão científica composta por estudiosos das ciências da natureza, juntamente com a comitiva da Arquiduquesa (PRANTNER, 1997). É importante destacar que o século XIX foi marcado pela valorização e pela busca por novas descobertas científicas e nesse sentido o Brasil era uma incógnita para grande parte da Europa, que o chamava de Novo Mundo (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 23 de agosto de 1817).

Finalizadas as negociações matrimoniais, D. João, por meio de discurso (CORREIO BRAZILIENSE, 19 de julho de 1817), informaria à sociedade que seu filho se casaria com a filha do poderoso Imperador da Áustria. Pelo que se constatou, a informação fora publicada por todos os jornais brasileiros que circulavam na época: o *Correio Braziliense* (1808-1822), a *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1822) e a *Idade D'ouro do Brazil* (1811-1823). Mesmo em se tratando de uma sociedade cuja maioria da população era analfabeta, os textos lidos ganhavam espaços na oralidade, auxiliando na circulação da informação.

Em 6 de novembro de 1817, Leopoldina desembarcava no Brasil. Relatos da época, como o do pintor Jean-Baptiste Debret (2006) e do memorialista áulico Luiz Gonçalves dos Santos (1977) dão a dimensão do majestoso ceremonial preparado para recebê-la na cidade do Rio de Janeiro. Por meio desses testemunhos, percebe-se que a população, a Igreja e o governo não pouparam esforços para causar uma boa impressão. Segundo a historiadora Maria de Lourdes Viana Lyra (2016), fora a primeira vez que a corte carioca se engalanou para uma grande festa.

Ao todo, Leopoldina viveria no Brasil nove anos, de 1817 a 1826. Nesse ínterim, ela fora mãe de seis príncipes nascidos em território brasileiro⁶. O exposto faria com que essa jovem austríaca fosse admirada por muitos como a mãe dos Príncipes brasileiros (ESPELHO, 21 de fevereiro de 1823) e Princesa cuja fecundidade assegurava a continuidade da família real no trono (DEL PRIORE, 2014).

Em terras tropicais, a Arquiduquesa vivenciaria momentos considerados marcos divisores na História do Brasil, como, por exemplo, o retorno do Rei para Portugal (25 de abril de 1821), o Dia do Fico (9 de janeiro de 1822) e a aclamação de D. Pedro como Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil (13 de maio de 1822). Pode-se dizer que todos esses eventos se correlacionaram diretamente com a Revolução Liberal do Porto, um acontecimento que ocorreu em Portugal, em agosto de 1820.

6 Filhos de Leopoldina e D. Pedro I: Maria da Glória (1819-1853), João Carlos (1821-1822), Januária (1822-1897), Paula Mariana (1823-1833), Francisca Carolina (1824- 1898), Pedro II (1825-1891).

Motivados pelos valores liberais, cujo pai de Leopoldina era contrário, os participantes da Revolução exigiam mudanças na Monarquia Portuguesa, que na época se encontrava no Brasil. Para eles, tal regime deveria deixar de ser absolutista, para se tornar constitucional. Defendiam que o Rei deveria seguir leis elaboradas por uma assembléia, assim como todos da sociedade.

A eclosão desse movimento foi motivada pela crise que se instalara em Portugal, a partir das chamadas guerras napoleônicas, no início do século XIX. Na ocasião, o Governo Português pôs em prática um antigo plano de transferência da Corte para o Novo Mundo, como lembra Norton (2008). A partir desse momento, o Brasil se transformou no epicentro do Império, enquanto Portugal passou a ser administrado por autoridades inglesas, após a expulsão do exército francês.

Descontentes com essa realidade, os revoltosos exigiram o fim do domínio inglês sobre a administração do reino e sua reorganização política. Vitoriosos, no final de 1820: “Decidiram convocar as Cortes, a serem eleitas em todo o mundo português [...]” (BORIS, 2002, p. 71), o que incluía o Brasil, que desde 1815 fora elevado a condição de Reino Unido.

Como seria previsto, a implantação de uma monarquia liberal causava temor em Leopoldina, pois sendo filha de Francisco I, considerava tais ideias um insulto à Santa Aliança. Além disso, por ter passado parte da sua juventude em meio a um contexto marcado por guerras contra Napoleão e seu liberalismo, percebia essa realidade como uma ameaça à ordem.

Aumentando ainda mais suas preocupações, D. Pedro passou a demonstrar simpatia pelo liberalismo. Aflita, Leopoldina escreveu à irmã dizendo-lhe: “meu esposo pensa segundo os novos princípios e meu sogro segundo os bons e verdadeiros [...]” (LEOPOLDINA, 2006, p. 372). Sua escrita demonstra que ela considerava que o pensamento conservador do sogro era o correto. No mesmo dia, em 20 de dezembro de 1820, narraria ao pai: “[...] o feio fantasma do espírito de liberdade se apossou por completo da alma de meu esposo” (LEOPOLDINA, 2006, p.373), e continuava sua missiva afirmando “[...] como é difícil minha situação entre os deveres de boa e amorosa esposa, súdita valente e filha obediente” [...] “Queria tanto unir ambos e obedecer estritamente, porém, me vejo forçada a sacrificar um dos dois quando chegar a delegação de Lisboa.” (LEOPOLDINA, 2006, p.373). Excertos como os citados revelam que o pensamento político de Leopoldina não estava dissociado de sua condição de filha do Imperador Francisco I.

O cenário se agravaria ainda mais. Grupos de diversas províncias brasileiras passaram a manifestar apoio ao movimento, até mesmo no Rio de Janeiro, cidade na qual, D. João VI teve que jurar cumprir a Constituição que viria a ser elaborada em Portugal, diante de uma multidão convulsionada, em 26 de fevereiro de 1821. O ocorrido marcou a entrada de D. Pedro no cenário político brasileiro, uma vez que repetiu o juramento ao lado do pai (LUSTOSA, 2006). Leopoldina se referiu ao momento como uma situação desagradável, causada pelo espírito de liberdade (2006).

Desde seu início, a partir do iluminismo, o liberalismo assumiu nuances variadas. Nesse sentido, o pensamento liberal abraçado por parte das elites brasileiras possuía seu lado contraditório, uma vez que não adentrava em temas correlacionados à escravidão e ao latifúndio. Geralmente, sua órbita girava em torno de temáticas que se opunham ao poder absoluto do Rei.

O contraste com relação aos valores liberais também era perceptível na postura antiliberal dos políticos portugueses para com o Brasil. Por meio de diversas decisões autoritárias como a retirada da liberdade administrativa do Brasil e o retorno da Família Real para Portugal, o distanciamento político entre os dois reinos foi se tornando cada vez mais latente.

2 LEOPOLDINA: ARTÍFICE DO CONTEXTO ANUNCIADOR DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Entre o início da Revolução do Porto à partida de D. João para Portugal, Leopoldina passaria pela gestação e nascimento do Príncipe João Carlos, seu primeiro filho homem. D. João VI, que nunca escondera o desejo de permanecer no Rio de Janeiro, cidade na qual se aclimatou perfeitamente bem, usou a gravidez da jovem como argumento para protelar sua partida. O exposto pode ser visto em um dos ofícios da Secretaria de Estado, enviado para Portugal, datado em 28 de fevereiro de 1821 (CORREIO BRAZILIENSE, edição número 26, de 1821). No documento, o monarca afirmava que só voltaria à Europa após o parto de Leopoldina, projetando-a na conjuntura política que levaria o Brasil a sua independência.

Nesse contexto, cabe destacar que, existiam discursos que sugeriam que D. Pedro deveria voltar para Portugal no lugar do pai, deixando Leopoldina no Brasil, uma vez que a Princesa se encontrava grávida e temia-se que o parto pudesse vir a ocorrer durante a viagem. Inconformada com a possibilidade de ficar em terras americanas sem o esposo, Leopoldina tomou as rédeas da situação e, em março de 1821, escreveria ao pai contando-lhe que estavam tentando separá-la do marido (LEOPOLDINA, 2006). Além disso, ameaçou o representante da Áustria, Barão Von Stürmer e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, o Conde de Palmela, dizendo que eles conheciam sua cólera (NORTON, 2008), caso viessem a contribuir para partida de D. Pedro, sem ela. Segundo o relato do Ministro em questão, o Príncipe demonstrava estar disposto a voltar para a Europa, porém mudara de idéia diante da tenacidade de sua esposa (CASSOTTI, 2015). A obstinação de Leopoldina influenciou na tomada de decisão de D. João, que resolveu retornar para Portugal, deixando o jovem casal no Brasil (MECK, 2008).

A partir de junho de 1821, já era possível encontrar sinais de que Leopoldina abraçara a defesa da manutenção da autonomia brasileira com afinco, diante a opressão das Cortes. Certamente, ela percebera que, ao apoiar a causa

emancipacionista estaria otimizando a permanência da monarquia nos trópicos e, por efeito, o poder nas mãos de sua família. Tal mudança pode ser vista no teor de algumas correspondências: em 7 de junho de 1821, por exemplo, afirmava ao pai que continuava leal aos princípios austríacos (LEOPOLDINA, 2006), ou seja, fiel à política tradicional. Dias após, em 9 de junho, começou a demonstrar maior cumplicidade com os brasileiros que defendiam a manutenção administrava do reino: “Os brasileiros são cabeças boas e tranquilas, as tropas portuguesas estão animadas pelo pior espírito” (LEOPOLDINA, 2006, p. 381), “o povo e o exército do Brasil são excelentes e fiéis súditos [...]” (LEOPOLDINA, p. 382). Sua missiva revela que o antilusitanismo ganhava força em seus pensamentos, à medida que a política que emanava de Portugal mostrava sua face autoritária. Em 2 de julho de 1821, sinalizaria à irmã Maria Luísa: “o Brasil é, sob todos os aspectos, um país tão maduro e importante, que é incondicionalmente necessário mantê-lo.” (LEOPOLDINA, 2006, p. 383).

Sendo uma legítima *Habsburgo*, Leopoldina sabia da sua importância na consolidação da política da Santa Aliança na América. No entanto, ao se colocar contra as tropas portuguesas e valorizar o Brasil como “um país maduro e importante” entendendo a necessidade de “mantê-lo”, ela contrariava parte dos princípios conservadores e acolhia pontos do liberalismo, a partir do momento que valorizava a liberdade do Brasil, diante da opressão política de Portugal. Cabe ressaltar que, por mais que o Brasil já tivesse sido elevado à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves em 1815, o Rei já havia retornado para Portugal, portanto, era de lá que emanava o principal poder político do Império Português.

Em dezembro de 1821, chegaria ao Rio de Janeiro um dos decretos promulgados pelas Cortes, ordenando o imediato retorno do Príncipe e sua família para Portugal (DOLHNIKOFF, 2017). A notícia causou apreensão, pois o retorno do jovem sinalizava para parte da elite brasileira, ligadas à agricultura e ao comércio, que os privilégios conquistados, desde 1808, poderiam ser retirados o que incluía o tráfico de escravo. Inclusive, já existiam medidas que exigiam a transferência das principais repartições fixadas no Brasil para Lisboa. Tais grupos se mobilizaram pela permanência do Príncipe em solo brasileiro, afinal ele representava o poder de seu pai, portanto a manutenção de tudo que o Rei havia concedido. Sem ele, o reino ficaria “órfão” de um comando próprio e legitimado, voltando a ser colônia. As articulações para que D. Pedro permanecesse na América originou o famoso Dia do Fico, por exemplo.

Destaque-se que, antes de voltar para Portugal, D. João decretou que D. Pedro assumiria o poder político do Brasil como Regente e, caso seu filho viesse a falecer, Leopoldina governaria em seu lugar, juntamente com um ministério (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 26 de abril, 1821). Portanto, já havia uma estrutura de poder centralizada na figura do Príncipe que garantia a permanência dos ordenamentos implementados pelo pai.

Nesse contexto, algumas cartas de Leopoldina atestam que ela abraçou a ideia de permanecer no Brasil antes de seu marido. Seu posicionamento é visível em algumas mensagens enviadas ao amigo Schaüffer: “Fiquei admiradíssima quando vi, de repente, aparecer meu esposo ontem à noite. Ele está mais bem disposto com relação aos brasileiros do que eu esperava, mas não tão positivamente decidido quanto eu desejaría.” (LEOPOLDINA, 2006, p. 389). Em outra correspondência, concluiria: “O Príncipe está decidido, mas não tanto quanto desejaría [...]. Muito me tem custado alcançar isto tudo – só desejaría insuflar uma decisão mais firme.” (LEOPOLDINA, 2006, p. 389).

Os dias que se seguiram a decisão de D. Pedro permanecer no Brasil foram acompanhados por momentos de muita tensão, que envolveram embates com a oficialidade portuguesa, a recusa no cumprimento das ordens que viessem de Portugal, ameaças de um embarque forçado, fuga de Leopoldina para a Santa Cruz e a morte do Príncipe João Carlos, logo após seu retorno para o Rio de Janeiro, em 4 fevereiro de 1822. A morte prematura da criança inflamou, ainda mais, os ânimos de parte da sociedade contra os interesses portugueses e ajudou a consolidar a imagem de Leopoldina como responsável pelos rumos políticos do Brasil (REVERBERO: CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, edição de 12 de fevereiro de 1822).

Em meados de 1822, já era possível visualizar a movimentação política de D. Pedro para conter movimentos separatistas e angariar apoio de homens importantes e sectários da Monarquia. É bom lembrar que a união das províncias em torno do poder que emanava do Rio de Janeiro, tendo o Príncipe Português como figura de destaque, nunca fora consensual. Ao contrário, embates acirrados ocorreram em diversas regiões do Brasil, como na Bahia, Maranhão e Pará, em nome da fidelidade ao Governo Português. Existiam ainda grupos que defendiam a implantação de uma Monarquia Dual, e, até mesmo, de um sistema republicano.

Nesse contexto, em 13 de agosto de 1822, D. Pedro viajaria para São Paulo a fim de apaziguar rivalidades políticas. Antes de viajar, nomeou Leopoldina Presidente do Conselho de Ministros, fornecendo a ela poderes políticos na sua ausência. (BRASIL, 1891). A frente da Regência, sua atuação política não passaria despercebida. Como exemplo, um grupo de senhoras baianas a homenagearia, entregando-lhe um manifesto em agradecimento ao apoio que dera à permanência do Príncipe na América.⁷

A situação política na qual o Brasil se encontrava, causava preocupações à Princesa. A todo o momento notícias afirmavam sobre um possível ataque das tropas portuguesas ao Brasil e sobre a eclosão de rebeliões em diversas províncias. Diante dessa realidade, em 2 de setembro de 1822, Leopoldina se reuniu no Palácio

⁷ O manifesto pode ser lido nas páginas do jornal *O Espelho*, edição de 24 de agosto de 1822.

Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/700916/82>. Acesso em: 1 de jun. 2019.

de São Cristóvão com o Conselho de Estado sob sua presidência (OBERACKER JR, 1973). Durante a reunião, decidiram que o melhor caminho a ser seguido era separação de Portugal. Leopoldina assinou a deliberação do Conselho. Dias depois, em 7 de setembro, quando voltava de Santos, D. Pedro recebeu despacho contendo cartas e documentos oficiais. Uma das correspondências era de Leopoldina. Ela o informava sobre os últimos acontecimentos e solicitava um parecer favorável à Independência. Ela obteve do esposo o posicionamento que ansiava.

Meses após o Grito do Ipiranga, Leopoldina (2006) informaria ao pai que a Independência do Brasil ocorreu para afastar do reino as ideias republicanas. Além disso, passou a atuar como mediadora no reconhecimento do país como um território independente, no cenário mundial: “É meu dever fazer o papel de intercessora do nobre povo brasileiro [...]” (LEOPOLDINA, 2006, p. 417).

É bem verdade que o 7 de Setembro de 1822 não significou, por si só, o nascimento de um país coeso. Ao contrário, depois dele, vários conflitos ocorreram, denunciando a existência de outros projetos políticos para o Estado brasileiro. No entanto, o exposto não diminui a importância dessa mulher reinante que, com seu viço estadista, teve papel decisivo no processo que conduziria o Brasil a sua Independência, mesmo estando envolta por antigos e novos princípios políticos, que conflitavam entre si.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se pode negar que, a personagem principal deste artigo percebia os rumos que o liberalismo poderia tomar no Brasil. Em muitas nações ele promovera o crescimento de ideias contrárias à lógica monárquica, estimulando inclusive a implantação de repúblicas. Essa realidade podia ser vista na América espanhola, na qual vários países se tornavam independentes seguindo a cartilha do republicanismo.

Sempre leal aos princípios do Estado monárquico, Leopoldina percebeu que o antagonismo e a ruptura política entre o Brasil e Portugal não significava o fim da Monarquia; ao contrário, em um continente marcado por nascentes repúblicas, a permanência da monarquia fortalecia essa forma de governo na América. Vista por esse ângulo, Leopoldina pode ser percebida como uma figura importante na defesa do pensamento contrarrevolucionário no chamado Novo Mundo, até mesmo quando acolhia determinados pontos do liberalismo.

Acrescenta-se que, ao abraçar as ideias que primavam pela autonomia brasileira, ao impor sua vontade de ficar no Brasil ao lado de D. Pedro e ao atuar diplomaticamente para que o Brasil fosse reconhecido como um país independente, Leopoldina fora além do papel que geralmente era direcionado às Princesas: o de ser filha, mãe e esposa.

REFERÊNCIAS

BORIS, Fausto. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

BRASIL. Príncipe Regente. Decreto de 13 de agosto de 1808. In: BRASIL.

CASSOTTI, Marsílio. *A biografia íntima de Leopoldina*: a imperatriz que conseguiu a Independência do Brasil. Tradução de Sandra Martha Dolinsky. São Paulo: Planeta. 2015.

CORREIO BRAZILIENSE, edição de 19 de julho de 1817. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/700142/14634>. Acesso em: 6 ago. 2017.

CORREIO BRAZILIENSE, edição número 26 de 1821. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/700142x/19898>. Acesso em: 20 maio 2022.

DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Tradução Sérgio Millet. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2016.

DEL PRIORE, Mary. *História e conversas de mulher*. 2 ed. São Paulo: Planeta, 2014.

DOLHNIKOFF, Miriam. *História do Brasil Império*. São Paulo: Contexto. 2017.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 23 de agosto de 1817. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/749664/4600>. Acesso em: 29 maio 2022.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO, edição de 26 de abril, 1821. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/749664/6367>. Acesso em: 29 maio 2022.

GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1990.

HOBSSAWN, E. *A era das revoluções*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2009.

LEOPOLDINA. *Cartas de uma imperatriz*. Seleção e transcrição das cartas por Bettina Kann e Patrícia Souza Lima. São Paulo: Estação liberdade, 2006.

LIMA, Oliveira. *Dom João VI no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006 [1908]

LUSTOSA, Isabel. *D. Pedro I*: um herói sem nenhum caráter. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. A Imperatriz entre o público e o privado. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro; MARINS, Álvaro; BEZERRA, Rafael Zamorano (Coord.). *D. Leopoldina e seu tempo: sociedade, política, ciência e arte no século XIX*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2016.

MENCK, José Theodoro Mascarenhas. *D. João VI e a construção das bases do Estado Nacional*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2018.

NORTON, Luís. *A Corte de Portugal no Brasil*: notas, alguns documentos diplomáticos e cartas da imperatriz Leopoldina. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

O ESPELHO, edição de 21 de fevereiro de 1823. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/700916/577>. Acesso em: 17 maio 2019.

O ESPELHO, edição de 24 de agosto de 1822. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/700916/82>. Acesso em: 03 maio 2019.

OBERACKER JR., Carlos H. *A imperatriz Leopoldina, sua vida e época*: ensaio de uma biografia. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973.

PRANTNER, Johanna. *Imperatriz Leopoldina do Brasil*. Tradução de Hanns Pellischek e Elena Dionê Borgli. Petrópolis: Vozes 1997.

RAMIREZ, Ezekiel Stanley. *As relações entre a Áustria e o Brasil: 1815 - 1889*. Tradução: Américo Jacobina Lacombe. São Paulo: Companhia Editoria Nacional, 1968.

REVERBERO: CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, edição de 12 de fevereiro de 1822. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/700223/181>. Acesso em: 25 maio 2019.

SANTOS, Luís Cláudio Villafaña Gomes. *Um olhar brasileiro sobre as Repúblicas do Pacífico*: Memória de Duarte da Ponte Ribeiro, 1832. Cadernos do CHDD, Rio de Janeiro, Ano I, n. 1, 2º. Sem. 2002.

SANTOS, Luiz Gonçalves dos (Padre Perereca). *Memória para servir à história do Reino do Brasil*. V. 180. Brasília: Senado Federal, 2013. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro de Janeiro (1808-1821)*. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

SEIDLER, Carlos. *História das Guerras e Revoluções do Brasil de 1825 a 1835*. Tradução de Alfredo de Carvalho. São Paulo. Cia Editora Nacional, 1939.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Herique Macel. *Dicionário de conceitos históricos*. 3. ed., 6^a Reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017.

THESOURO NACIONAL. (org.). *Coleção das leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. p. 29. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio>. Acesso em: 22 abr. 2019.

WEHLING, Arno. Imperatriz D. Leopoldina: introdução a um Simpósio: *In 200 anos: Imperatriz Leopoldina*. Rio de Janeiro: IHGB, 1997.

2022: a emancipação política do Brasil (1822) e o início de libertação do modelo eurocêntrico nas artes e na literatura (1922)

Maria Célia Barbosa Reis da Silva*

Temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferiorizam; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades.

Boaventura de Souza Santos

RESUMO

Este texto pretende lançar luzes sobre a Semana de Arte Moderna, ocorrida no ano do centenário da independência, manifestação artístico-cultural ocorrida no Teatro Municipal de São Paulo, templo de arte europeia frequentado pela elite. Essa Semana foi marcada pelas contradições de seus participantes, a começar pelo seu mecenas Paulo Silva Prado, herdeiro de importante família paulistana, com lastro em negócios vinculados à cafeicultura e ao investimento nos setores bancário, industrial e imobiliário. Os escritores e os artistas partícipes da Semana flertavam com ideologias fascistas, socialistas, anarquistas, mas tinham em comum o anseio de rever a cultura e a identidade brasileira no viés nacional, recuperando nossas raízes. O artigo busca também propiciar um diálogo entre o centenário da Semana de 1922 com o bicentenário da Independência do Brasil e provocar reflexões acerca da emancipação política do Brasil, observada como um processo em movimento, já que os mandos dos ricos e da elite privilegiam, em parte, os ociosos, cujos ganhos, no passado, advêm dos escravos e hoje dos excluídos que lutam para sobreviver apesar das adversidades.

Palavras-chave: Independência; Semana de Arte Moderna; nacionalidade; cultura; contrastes

* Professora Titular do Programa de Mestrado Profissional em Ciências Aeronáuticas Universidade da Força Aérea e Professora e editora-chefe da Escola Superior de Guerra, consultora da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) Arquivo Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa. Pós-Doutorado em Literatura, Cultura e Contemporaneidade pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; Doutorado em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; Mestrado em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro); ORCID:0000-0002-9806-3450 Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5024547569961038> Contato: guinacel@gmail.com

2022: the political emancipation of Brazil (1822) and the beginning of disengagement from Eurocentric model on arts and literature (1922)

ABSTRACT

This text intends to shed light on the Modern Art Week, which occurred in the year of the centenary of Brazil's independence and was an artistic-cultural manifestation that took place at the Municipal Theater of São Paulo, a temple of European art frequented by the elite. This Week was marked by the contradictions of its participants, starting with its patron Paulo Silva Prado, heir to an important family from São Paulo, backed by businesses linked to coffee farming and investment in the banking, industrial and real estate sectors. The writers and artists participating in the Modern Art Week flirted with fascist, socialist and anarchist ideologies, but they had in common the desire to review Brazilian culture and identity from a national perspective, recovering our roots. The article also seeks to promote a dialogue between the centenary of the Week of 1922 and the bicentennial of the Independence of Brazil and to provoke reflections about the political emancipation of Brazil, observed as a process in motion, since the commands of the rich and the elite grant privilege, in part, to the idle people, whose earnings, in the past, came from the slaves and today from the excluded people who struggle to survive despite adversity.

Keywords: Independence; Modern Art Week; nationality; culture; contrasts.

2022: la emancipación política de Brasil (1822) y el inicio de la liberación del modelo eurocéntrico en las artes y literatura (1922)

RESUMEN

Este texto pretende arrojar luz sobre la Semana de Arte Moderna, ocurrida en el año del centenario de la independencia, manifestación artístico-cultural que tuvo lugar en el Teatro Municipal de São Paulo, templo del arte europeo frecuentado por la élite. Esta Semana fue marcada por las contradicciones de sus participantes, comenzando por su mecenas Paulo Silva Prado, heredero de una importante familia paulista, respaldada por negocios vinculados a la caficultura, inversiones en los sectores bancario, industrial e inmobiliario. Los escritores y artistas participantes de la Semana simpatizaban con las ideologías fascista, socialista y anarquista, pero tenían en común el deseo de revisar la cultura y la identidad brasileña desde una perspectiva nacional, recuperando nuestras raíces. El artículo también busca promover un diálogo entre el centenario de la Semana y el bicentenario de la Independencia de Brasil y provocar reflexiones sobre la emancipación política de Brasil, observada como un proceso en marcha, ya que los mandos de los ricos y los privilegios de las élites en el pasado provenían de los esclavos y hoy de los excluidos que luchan por sobrevivir a pesar de la adversidad.

Palabras clave: Independencia; Semana de Arte Moderno; nacionalidad; cultura; contrastes.

1 INTRODUÇÃO

A Semana de Arte Moderna, realizada entre os dias 13 e 17 de fevereiro de 1922 em São Paulo, foi – e continua sendo – um evento de extrema importância para a história da arte e do próprio Brasil que pela arte pode ser entendido. Após experienciar os arroubos das novas propostas de arte, exibidas e incentivadas na Semana de 1922, findo o período intempestivo de destruição dos cânones anteriores, vem a fase de colocar em prática as propostas do evento: fase heroica de 1922 a 1930.

O evento de fevereiro de 1922 ocorreu em plena República Velha (República do Café com Leite, de 1889 até 1930) em marcha rumo à modernidade. Esse acontecimento inicia sua polinização com obras como: a exposição de Lasar Segall(1913) e de Anita Malfatti (1917); com a participação de Ronald de Carvalho no lançamento no Rio de Janeiro da revista *Orfeu*, dirigida em Portugal por Fernando Pessoa e Mário de Sá-Carneiro e, um pouco antes, com a literatura de Lima Barreto e de outros pré-modernistas. O apogeu oficial do Modernismo ocorre com os eventos da Semana no Teatro Municipal. A cidade de São Paulo foi o palco propício em decorrência da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a qual dificultou a importação de produtos manufaturados e, em consequência, estimulou o desenvolvimento do setor industrial.

O acontecimento de 1922 proclamou de forma festiva e barulhenta a independência cultural do Brasil. Seus idealizadores propunham separação das tradições artísticas que costumavam basear-se nas criações estéticas europeias. O parnasianismo e o simbolismo dominavam o ambiente cultural da época. Com o objetivo de romper com essa dinâmica passadista, de métricas rigorosas, de vocabulário rebuscado e distante da linguagem falada, havia na maioria dos integrantes da Semana de 1922 uma insistência em criar uma consciência artística propriamente nacional de recuperação da cultura e da língua emanadas do cotidiano do povo. Esses artistas almejavam transgredir e superar os temas e as formas que permeavam a arte / a cultura produzida até então, de modelo eurocêntrico:

O debate sobre “a identidade brasileira” e “o lugar do Brasil no concerto das nações” surgiu no fim do império, e incrementou-se entre os anos finais do século XIX e a primeira década do século XX. Nele os modelos europeus de civilização e cultura davam o tom; nossos intelectuais se espelhavam nas teorias em moda na Europa, considerada o suprassumo da civilização ocidental. (NAPOLITANO, 2016, p. 42).

A cultura, oriunda do cânone de identidade nacional, expõe as contradições da Semana de Arte Moderna (1922) que acelera o processo de decolonialidade, promovendo a independência cultural: a tentativa de absorver da Europa só

o que dela pudesse ser aclimatado ao lado de baixo do Equador, abraseirado (JÚNIOR LAUERHASS; NAVA, 2003), o que significava a liberdade do colonizador e, por conseguinte, do continente onde a metrópole estava assentada espacial e ideologicamente. No Brasil, a independência ligada à monarquia imperial mantinha os liames portugueses e europeus. A independência tinha de acontecer e, pelos exemplos circundantes, deveria ser por D. Pedro I, que manteria a ligação a Portugal. Segundo Lilia Schwarcz e Heloisa Starling, a visão das elites locais aprovava a figura de um rei para que este país imenso não se fragmentasse e o fluxo natural apontava D. Pedro I. Os vínculos continuavam transparentes:

Mas o novo monarca continuava a ser português de origem, e os símbolos da pátria, igualmente. Basta lembrar as cores e o escudo da realeza que permaneceram na bandeira nacional [à época], ou a serpe bem-disposta no cetro – antigo símbolo dos Bragança, ela representava uma espécie de dragão alado e simbolizava a força da dinastia. (SCHWARCZ; STARLING, 2015 p. 225).

E, depois da independência e da sagradação de D Pedro como Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, em outubro de 1822, os ânimos serenaram. A simpatia espontânea e mútua entre a austríaca esposa do imperador e os súditos brasileiros ajudara em muito ao processo de independência. O tempo vivido no Brasil fez Leopoldina, com todas as diferenças trazidas na sua bagagem de origem, integrar-se aos brasileiros, apreciar e valorizar a cultura local.

Voltemos ao Teatro Municipal, em fevereiro de 1922. Muitos atores provenientes de artes e setores variados integraram com a presença ou com envio de apoio e/ou de material – caso de o poema *Os sapos*, de Manuel Bandeira, causador de grande reboliço ao ser lido performaticamente no segundo dia do acontecimento que abalou os alicerces da arte no Brasil. Também se destaca a indumentária de Villa-Lobos que adentra pelo palco de casaca, com chinelo e amparado por um guarda-chuva. Os motivos de problema no pé, ninguém queria saber, fica o exótico, a lenda. Muitos outros integrantes da Semana de 1922 mereceram vaias, gritos e aplausos – reações desejadas pelos próprios modernistas. Os holofotes na época e depois são lançados sobre Mário e Oswald de Andrade, cujas obras, cem anos depois, instigam ainda toda sorte de escritos.

Tantos modernistas misturaram em suas obras o que, até então, sob a égide acadêmica de padrão eurocêntrico, eram pouco conciliáveis, faziam parte de um falso axioma calcado em dicotomias. O novo surgia para assustar, mas também para aguçar a procura de caminhos mais afinados com as mudanças recentes trazidas no amanhecer do século XX: as novas tecnologias, o processo de industrialização, as vanguardas europeias, os novos meios de locomoção, o abalo ocasionado pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918), talvez, anunciadora de um século

mutante, acelerado, marcado por compassos imprevistos. Enquanto os Andrade marcaram a literatura; Paulo Prado e Graça Aranha chancelaram com seus nomes, já consagrados, a emblemática Semana.

O formato de fórum desta publicação não concede vez e voz para todos que compuseram a sinfonia da Semana de Arte Moderna – tanto os que dela participaram direta ou indiretamente, mas também daqueles de outras regiões brasileiras, afastadas das metrópoles do sudeste, que, antes mesmo do evento, bordavam com seus instrumentos e vivências culturais, um mapa identitário, multifacetado e particular do Brasil. Nossa mote é apresentar a sua relevância e suas contradições no centenário da Semana (1922) e no ano do bicentenário da Independência (2022). As datas da independência política e da independência cultural, grosso modo, marcam dois momentos de afastamento do modelo eurocêntrico, base da civilização ocidental.

2 OS PRECURSORES E OS HERDEIROS DA SEMANA DE ARTE MODERNA: CONTRIBUIÇÕES

A precisão de data não coaduna com eventos histórico-artísticos, não temos domínio da produção cultural em um país com a dimensão do Brasil, ainda mais outrora, antes da galáxia da internet (CASTELS, 2003). As ideias da semana, disseminadas por viagens, troca de correspondência, exposições, lançamentos de livros, tertúlias literárias, alcançaram muitas regiões do país.

Há comprovações anunciatórias de que um novo olhar para o interior, para a periferia, para outros cantos do Brasil, já tinha sido registrado por alguns atores antecedentes ou concomitantes ao modernismo: Euclides da Cunha, Lima Barreto, João Fernandes, Luís da Câmara Cascudo e outros. Muitos como Carlos Drummond, Pedro Nava não estão expostos nas vitrines da Semana de 1922, mas foram, mais tarde, reconvidados e incorporados ao movimento. Outros vão sendo redescobertos pelos estudiosos da Semana de Arte Moderna. Há os que foram chegando após a Semana, os das gerações modernistas vindouras que alargaram caminhos que desembocam no agora em construção.

Os frequentadores dos bastidores da Semana viviam no circuito das metrópoles do sudeste, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro. Os regentes desse agitado espetáculo conheciam os ares das vanguardas europeias, mas repudiavam o novo importado: queriam um produto lítero-artístico-cultural marcado pela identidade nacional, por personagens e falas também advindas do povo, de cenas ordinárias, captadas nas ruas, teatros da vida cotidiana. Os modernistas, em sua maioria, pregavam o livre arbítrio da criação. O encontro de clássico, moderno, erudito, popular, o descompromisso com métricas e versificações, a babel brasileira de falares.

A Semana coincide (mera sincronia?) com o ano do Centenário da Independência do Brasil, e espalha as ideias de revisão do país e a divulgação da

identidade múltipla do país. Completa com alarde o que havia sido anunciado com cautela na independência. O acontecimento de 1922 consolida outros movimentos isolados manifestados em vários espaços do Brasil, teve o poder de despertar um público acomodado aos modelos importados e levar a essa fração da sociedade outras faces do brasileiro e de suas respectivas culturas.

Ainda ao legado dos modernistas, podemos acrescentar as anotações e catalogações do patrimônio cultural brasileiro, providência tomada após a visita de um grupo de Modernistas às cidades históricas mineiras. As obras de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, ricas em detalhes rococós, impressionaram os visitantes, entre eles: Tarsila do Amaral, Paulo Prado, Mário e Oswald de Andrade.

Os desdobramentos desse trabalho empreendido pelos modernistas só aconteceram na década de 1930 e ainda com lacunas, como nos assevera Marcos Paulo de Souza Miranda:

Entretanto, com o advento da Constituição de 1934, graças aos novos pensamentos iniciados no país a partir da Semana de Arte Moderna de 1922, foi reconhecida da função social da propriedade, bem como o dever do poder público tutelar adequadamente os bens culturais existentes em solo brasileiro, o que assentou os alicerces para o avanço da legislação brasileira em tal seara (MIRANDA, 2022, S.p).

Só três anos depois, em 13 de janeiro de 1937, a Lei nº 378, dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública, assinada pelo Presidente Getúlio Vargas, instituiu o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Span) com o propósito de promover no território nacional o tombamento, a conservação e a divulgação do patrimônio cultural do país. Coube a direção do órgão o nome do modernista mineiro Rodrigo Melo Franco de Andrade.

3 O PERIGO DE UMA HISTÓRIA ÚNICA

O perigo da história única em um país, cuja independência (1822) se deu pelo jugo de um português, de certa forma preso à metrópole Portugal, é a de fornecer uma leitura de um dos lados, portanto a dos colonizadores: a versão eurocêntrica da história. Há termos que apresentam parecência, porém não igualdade. O alicerce teórico de nosso artigo advém, entre outras fontes, de dois autores e de seus pares com os quais dialogamos no processo de repensar nossa história política e cultural. Boaventura de Sousa Santos (colonialismo/ pós-colonialismo) e Aníbal Quijano (colonialidade/ decolonialidade) mostram outra história, a dos colonizados, recontada por quem teve sua cultura submersa pelo conquistador. As influências são válidas e enriquecem o tecido cultural, no entanto uma cultura, pretensamente

mais desenvolvida, não pode esmagar a dos autóctones. Não há cultura superior ou inferior, há culturas diferentes.

Somos suscetíveis às histórias que escutamos desde a infância e que são ratificadas pelos livros didáticos que contam a chamada história oficial esculpida pelo olhar do poder. A América Latina, o Brasil nela inserida, carrega uma história de colonização, sedimentada numa superposição da dita cultura superior europeia que espolia, desvaloriza nossa cultura, nossas raízes, nossa multiplicidade. O colonizador – que muda a origem de acordo com o contexto político-econômico, porém não reconsidera as atitudes em relação aos países ditos periféricos – usa predicativos pejorativos ou pseudoelogiosos para os povos autóctones e, no caso brasileiro, também para os negros provenientes de várias localidades da África. Em tom sensato, a nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie pondera: “É assim que se cria uma história única: mostre um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna.” (2019, p. 22). Comecemos, pois, com a história dos povos que aqui viviam antes de os colonizadores aqui chegarem, depois registremos a escravidão cujos vestígios têm de ser passados a limpo em prol da justeza da versão. Essa era a leitura de alguns artistas, escritores, músicos da Semana de Arte Moderna que desejavam pensar o Brasil, e discutir e refletir sobre sua história, analisando as consequências de quase quatro séculos de colonialismo e escravidão.

Os intelectuais que integraram a Semana de 1922 enxergavam o país fora do modelo importado europeu, portanto já tecem – sem conhecer os conceitos formulados nas décadas posteriores, suas ponderações apoiadas em dois binômios que aparecem nos anos de 1970, mas serão conceptualizados a partir dos anos de 1980: colonialismo/ pós-colonialismo e colonialidade / decolonialidade¹, abrigados pelos Estudos Culturais que, segundo o jamaicano Stuart Hall, “não configuram uma disciplina, mas uma área onde diferentes disciplinas interagem, visando ao estudo de aspectos culturais da sociedade” (HALL, 1998, p.47). Nessa área, portanto, inclui-se a história ignorada: a dos colonizados, o que torna pertinente a interligação da escolha teórica com a questão norteadora dos modernistas de 1922 e de parte significável de antecessores e herdeiros desta Semana.

O caminho teórico concede o lugar de fala ao colonizado, àquele que por empatia nele se enxerga e a outros herdeiros de todas as formas de opressão que permanecem na periferia das narrativas. As teorias que discutem a revisão das narrativas do conquistador pelo conquistado são eleitas neste artigo, e espelham, de forma emancipatória, as ideias divulgadas por maioria dos participantes da Semana de Arte Moderna. Esses pensadores / artistas comungam com as ideias do português e do peruano: vozes ecoadas da Europa colonizadora e da América Latina colonizada, vozes que clamam por várias versões e que não acreditam na narrativa única.

1 Os termos surgem bem depois que o sentimento brota tanto no colonizador que anseia pelo domínio da terra e do esmagamento da subjetivação do outro do que lá vive, como do colonizado que vê sua história contada/registrada por uma versão que não é a sua.

Boaventura (2003) foca em seu país de onde emana um dos fios de nosso tecido cultural: no sistema mundial do atual estado de globalização, a posição de Portugal não é de destaque, é semiperiférica. O colonialismo português manifesta-se nas:

[...] relações de hierarquia entre os diversos colonialismos europeus. Se a especificidade é a afirmação de um desvio em relação a uma norma geral, nesse caso a norma é dada pelo colonialismo britânico: e em relação a ele que se define o perfil – subalterno – do colonialismo português. (SANTOS, 2003, p. 24).

Em outras palavras, a história oficial imputa ao português o “descobrimento” e a independência do Brasil (a última incentivada e influenciada pela figura feminina de Leopoldina da Áustria). A situação de Portugal à época das Grandes Navegações era, junto com a Espanha, de protagonismo, o que difere da condição de Portugal hoje na Europa. Nos idos da expansão marítima, houve “o começo da história de um império de proporções gigantescas e que, no seu apogeu, unia da Ásia até a América.” (SCHWARCZ; STARLING, 2015 p. 224). No entanto, concede, em parte, explicação de a nossa história repousar na subalternidade europeia, nela inserida Portugal, país com o qual estabelecemos laços de amizade e interação pós-colonial. Todas essas divagações, de fato aproximações, explicam, em parte, o espírito antropofágico que marca o antes e o depois da Semana de 1922. Os distanciamentos, as aproximações, as visões centrais e periféricas contornam e formam o multiculturalismo, e deixam, no pretérito e no hoje superconectado, vestígios nos povos colonizados e nos colonizadores, poucos são os isolados que lutam pela preservação de sua cultura original.

O colonialismo / pós-colonialismo abordado por Boaventura encampa muito além da América, aporta em quase todos os continentes onde em algum canto a língua portuguesa e os costumes lusos demarcaram sua presença. Sousa Santos tem pertencimento à linhagem do colonizador, inclusive do nosso país, mas também absorve o lugar do outro do colonizado: daqueles que recontam sua história sob o olhar do oprimido das ex-colônias portuguesas, e dos próprios conterrâneos em relação à Europa.

Boaventura atesta o papel de Portugal como colonizador das terras e dos povos conquistados e como colonizado pela visão contrastante que a Europa do Norte (Inglaterra, França e Alemanha) tem de Portugal:

As características com que os portugueses foram construindo, a partir do século XV, a imagem dos povos nativos de suas colônias são muito semelhantes às que eram atribuídas a eles próprios, a partir da mesma altura, por viajantes, comerciantes e religiosos vindos da Europa do Norte: do subdesenvolvimento à precariedade das condições de vida, da indolência à sensualidade, da violência à afabilidade, da falta de higiene à ignorância, da superstição à irracionalidade. (SANTOS, 2003, p. 30).

Ressalte-se que o texto supracitado de Boaventura endossa a dupla alternância da subalternidade das colônias portuguesas, incluso Brasil, e a de Portugal em relação à parte da Europa.

Aníbal Quijano vislumbra a América Latina do canto de sua origem e vivência. A Europa exerce o poder de colonialidade sobre os povos conquistados desde a imagem construída por ele, o outro. Nossa retrato não é feito sob o nosso olhar, mas pela visão do outro que nos quer inferiores, aculturados, subalternados, sujeitos ao domínio fácil. Esse poder se prolonga há muito tempo, e sob diversos matizes, mostra ter se revigorado por meio da economia e subsidiado pela cultura: o mercado faz de tudo um produto, posto à venda, precificado/ avaliado pelo outro. Parece mera repetição, mas não o é. São culturas seculares de povos colonizados, que tiveram suas raízes soterradas pela visão etnocêntrica dos colonizadores: religiões, indumentárias, danças, costumes, línguas foram consideradas menores a partir de uma qualificação subjetiva, de modelo eurocêntrico. Os colonizadores de ontem e de hoje, aclimatados ao mercado instituem um novo padrão hegemônico de poder, como nos afiança o sociólogo peruano:

Por um lado, a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Essa ideia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia. Nessas bases, consequentemente, foi classificada a população da América, e mais tarde do mundo, nesse novo padrão de poder. Por outro lado, a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial. (QUIJANO, 2005, p.117).

Produtos artesanais dos povos originários; produtos dos colonizadores feitos pelo trabalho servil, mal pago. É a continuação da escravidão no diapasão da globalização que utiliza a mão de obra barata da América Latina e dos demais países periféricos, pobres, dominados. A servidão leva um povo à posição de inferioridade que o faz pensar, muitas vezes, que a identidade de quem manda é superior a dele. Desde então, a composição ou recomposição da identidade latino-americana é um debate em processo por parte dos estudiosos da colonialidade/ decolonialidade do poder. A compreensão do processo de colonialidade implica o *modus operanti* da tradução da história pelo lado do colonizado, pelo pensamento decolonial – discurso de desconstrução dos padrões impostos aos povos subjugados pelos dominadores de outrora, mas também discurso atualizado de decolonialidade direcionado aos novos padrões impositivos dos poderosos, principais atores do cenário geopolítico do início do século XXI.

O poder flui de todas as áreas e de todas as frentes. O discurso identitário do Brasil e da América Latina precisa ser legitimado em prol da nossa soberania, da nossa identidade, da crença no poder do nosso conhecimento. O Brasil dá um passo significante com a Semana de Arte Moderna de 1922, passo não aleatório posto que articulado para coincidir com a Independência do Brasil (1822).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas em relação à Semana de Arte Moderna e aos desdobres culturais que dela provieram e continuam em curso estão abertos à (re)visitação. Livros, teorias, correspondências, periódicos, manifestos, fotos, partituras, pinturas, esculturas etc. espalham-se por bibliotecas, arquivos pessoais, exposições, filmes, gravações. Este artigo tem o intuito de amalgamar os dois momentos de independência: política e cultural; e também pretende aguçar o espírito dos pesquisadores sobre o Brasil, a sua independência política e cultural, campos indissociáveis. Não há como esgotar assuntos tão múltiplos e ávidos por debates.

Nosso recorte da independência, quer política quer cultural, privilegiou os Estudos Culturais com enfoque em colonização/descolonização e nos meandros da dominação eurocêntrica da América Latina denominada Colonialidade/Decolonialidade, desenvolvida pelo grupo Modernidade/Colonialidade (M/C) do qual tantos teóricos² participaram, mas que neste artigo cedeu espaço ao peruano Aníbal Quijano a quem atribuímos o protagonismo do pensamento latino-americano descolonizado.

Na introdução, explicamos o que nos levou a escritura destes escritos: Qual a ligação do pensamento decolonial para o processo de releitura da independência política e cultural do Brasil ainda em gestação? Entendemos que chegou a hora de dar voz e vez àqueles que foram colonizados e cuja história e memória subjazem encobertas pela narrativa do colonizador. Ainda na trilha do pensamento decolonial, recuperar a práxis capaz de fazer emergir a soberania e a nacionalidade brasileira das entranhas da pluralidade de nossa história.

O sentido atribuído ao termo “decolonialidade” ou “pensamento decolonial” vincula-se a uma configuração da produção teórica, ficcional e, por extensão histórica à latino-americana com que temos inúmeras afinidades desde o processo de colonização luso-espanhola até a dependência econômica, intelectual, moral, política, cultural etc. que almejamos desvincular antropofágicamente, ou seja, aproveitando o que nos apraz o que pode ser adequado da matriz epistemológica europeia aos trópicos. A decolonialidade é a adaptação da descolonização aos moldes do pensamento latino-americanos, com os quais nós, brasileiros, nos harmonizamos,

2 Os autores integrantes do grupo Modernidade e / Colonialidade têm nacionalidade e saberes multifacetados: Aníbal Quijano, Dussel, Fernando Coronil, Immanuel Wallerstein, Santiago Castro-Gómez, Grosfoguel Ramón, Zulma Palermo, Nelson Maldonado-Torres e Walter Mignolo.

principalmente, no que tange o filtro pelo que devemos avaliar as identidades locais.

A história de subjugar povos derrotados não começou na América, vem do alvorecer da humanidade e, infelizmente, vai continuar até que o utópico respeito à cultura do outro passe a ser um sentimento intersubjetivo e empático que ultrapasse as barreiras da inexistente superioridade étnica e alcance o estágio de assimilação da cultura do outro como parte da sua.

A ausência da história dos pré-colombianos contada por eles mesmos redonda na história única cuja lacuna começa a ser preenchida pelos herdeiros dos povos nativos, atuais habitantes da América Latina destinados a reconstruir a narrativa da decolonialidade e a completar a ausência de um tempo que continua faltando, tempo à espera de outras vozes que recuperem as vozes do pretérito, matéria de memória para escreverem sua história no hoje e no amanhã.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. Tradução de Júlia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Lei nº 378, 13 de janeiro de 1937, Dá nova organização ao Ministério da educação e Saúde Pública*. Rio de Janeiro, 1937

CASTELLS, Manuel. *A Galáxia Internet: reflexões sobre a Internet, negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

JÚNIOR LAUERHASS, Ludwig; NAVA Carmem (org.). *Brasil: uma identidade em construção*. Tradução Cid Knipel e Roberto Espinosa. Prefácio de José Murilo de Carvalho. São Paulo: Ática, 2007.

KUJAWSKI, Gilberto de Mello. A Descoberta da Pátria. In: KUJAWSKI, Gilberto de Mello. *A pátria descoberta*. Campinas, SP: Papirus, 1992. (p. 65-)

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. Influências da Semana de Arte Moderna na proteção do patrimônio cultural brasileiro. *Consultor Jurídico*, 5 fev. 2022. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-fev-05/ambiente-juridico-influencias-semana-arte-moderna-1922-protectao-patrimonio-cultural-brasileiro>. Acesso em: 20 jun.2022.

NAPOLITANO, Marcos. *História do Brasil República: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo*. São Paulo: Contexto, 2016.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder. Eurocentrismo e América latina. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Conselho Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interindentidade. *Novos Estudos*, CEBRAP, n. 66, jul. 2003, p. 23-52.

SCHWARCZ, Lilia M; STARLING, Heloísa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

À LUZ DA “GRAMATIQUINHA”: atualidade de Mário de Andrade no ensino de língua materna 100 anos após

Luiz Antonio Gomes Senna*

RESUMO

Em diálogo com a concepção de língua nacional na obra de Mário de Andrade, apresenta-se uma análise das circunstâncias sociais e culturais que perpassam a experiência de aprendizagem do Português escrito na escola brasileira, tendo por objeto a noção de bilinguismo cultural e sua relação com a demanda por subjetivação do direito universal de educação. O estudo deriva da observação de fatos de produção escrita entre sujeitos escolares, os quais justificam a superação de conceitos clássicos de bilinguismo arrolados exclusivamente a partir de aspectos gramático-funcionais ou de uso dos sistemas linguísticos. O artigo analisa as tensões no contato entre o português oral e o escrito como derivadas de aspectos histórico-culturais oriundos do processo de sua criação e implantação no território brasileiro, resultando em situações de línguas em contato somente explicáveis a partir do conceito de bilinguismo cultural.

Palavras-chave: educação inclusiva; formação de professores; letramento e alfabetização; bilinguismo; ensino de língua materna.

IN LIGHT OF THE “GRAMATIQUINHA”: contemporaneity of Mário de Andrade in L1 teaching 100 years later

ABSTRACT

In dialogue with the conception of national language in Mário de Andrade’s work, this article presents an analysis of the social and cultural circumstances that permeate the experience of learning written Portuguese language in Brazilian schools, having as object the notion of cultural bilingualism and its relationship with the demand for subjectivation of the universal right of education. This study derives from the observation of facts of written production among school subjects, which justify the overcoming of classic concepts of bilingualism listed exclusively from grammatical-functional aspects or from the use of linguistic systems. The article analyzes the tensions in the contact between oral and written Portuguese as derived

* Doutor em Linguística Aplicada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Professor Titular da área de Linguagem e Linguística Aplicada à Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pesquisador bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (FAPERJ), do Programa Prociência e da Fundação Centro de Ciências do Estado do Rio de Janeiro. ORCID 0000-0002-1086-8829 Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8541753054778705> Contato: senna@uerj.br

from historical-cultural aspects that arise from the process of their creation and implementation in Brazilian territory, resulting in situations of languages in contact that can only be explained from the concept of cultural bilingualism.

Keywords: inclusive education; teachers training; reading and text production and literacy; bilingualism; L1 teaching.

BAJO LA LUZ DE LA "GRAMATIQUINHA": actualidad de Mário de Andrade en la enseñanza de la lengua materna 100 años después

RESÚMEN

En diálogo con la concepción de lengua nacional en la obra de Mario de Andrade, presentase un análisis de las circunstancias sociales y culturales que cercan a la experiencia de aprendizaje del portugués escrito en la escuela brasileña, señalándose como objeto la noción de bilingüismo cultural y su relación con la demanda por subjetivación del derecho universal a la educación en la sociedad de Brasil. El estudio deriva de hechos de producción escrita entre sujetos escolares, qué justifican la superación de conceptos clásicos de bilingüismo basados exclusivamente en aspectos gramático-funcionales o de uso de los sistemas lingüísticos. Se analiza las tensiones en el contacto entre el portugués oral y el escrito como resultantes de aspectos histórico-culturales oriundos del proceso de su creación e implante en Brasil, lo que densecadena situaciones de lenguas en contacto solamente explicables con el concepto de bilingüismo cultural.

Palabras clave: educación inclusiva; formación de profesores; letramento y alfabetización; bilingüismo; enseñanza de lengua materna

1 INTRODUÇÃO

A formação de professores no âmbito da educação brasileira, ou, melhor dizendo, da escola brasileira, pois é nela que a educação toma corpo para o professor, exige um discurso que integre na mesma ordem de relevância estas três instâncias: a teoria que lhe dá embasamento, os princípios gerais da Educação - compreendida como direito universal -, e as circunstâncias formativas que emanam dos diferentes sujeitos sociais que buscam tornar-se alunos. Ainda de forma mais específica, trate-se, acima de tudo, de uma *educação inclusiva*, aquela que, no interesse da pessoa e, portanto, do direito individual, tem por meta assegurar a universalidade do acesso à escola e ao ensino de qualidade. Quanto a este, o mito do *ensino de qualidade*, compreende-se, aqui, como uma formação que proporcione a integração às práticas de cidadania, não a esta ou aquela, mas ao universo da vida pública de uma sociedade. O objeto ao fundo do conteúdo deste texto é a *língua escrita* no contexto de um programa de ensino vinculado à educação inclusiva e, portanto, a uma formação comprometida com a qualidade de ensino.

É no âmbito deste contexto de tal objeto de interesse que se verifica a vanguarda de Mário de Andrade como fonte de discussões sobre os aspectos teóricos mais sensíveis que dão sustentação à formação docente. Sua visão pioneira de uma língua nacional derivada no Brasil – hoje consagrada na identidade de um assim chamado *Português do Brasil* – encontra-se expressa em um conjunto de ensaios inacabados a que denominou sua “Gramatiquinha”, não no diminutivo por ser compreendida como algo menor, mas por cunho afetivo, um capricho estético com o qual revela sua intimidade com aquela língua de um Brasil prosaico, espontâneo, inacabado: “[...] tenho consciência de que um dia a gramática da Fala Brasileira será escrito¹[...].” (apud PINTO, 1990, p. 44). E no que concerne à questão das teorias e doutrinas acadêmicas subjacentes à descrição desta língua nacional, Mário nos traz considerações que sintetizam essencialmente a ainda presente demanda na formação de professores para escola brasileira:

[...] temos livros valiosos como A Língua Nacional de J. Ribeiro, O Dialeto Caipira de Amadeu Amaral, que são verdadeiros convites para falar brasileiramente. Porém os autores como idealistas que são e não práticos, convidam, convidam, porém principiam não fazendo o que convidam. Não tiveram coragem [...] Quanto aos grandes, os que sabem, não vê que têm coragem de se sacrificar pelos outros, façam o que eu digo, vivem a falar, dizendo pros outros abrasileirarem a língua, porém eles mesmo vivem na cola de quanto Figueiredino Chupamel nos vem da Lisboa gramatical” (apud PINTO, 1990, p. 44).

A experiência linguística do povo brasileiro, bem a exemplo de sua experiência cultural em todos os sentidos, oscila entre o familiar, sua língua oral, e uma língua escrita cujo caráter não lhe é transparente, tampouco familiar. O objetivo deste texto é descrever e definir o que se comprehende por *bilinguismo cultural* e por que este constitui uma contribuição teórica relevante para a formação do professor da educação básica. No interesse de demonstrar a fusão das áreas acadêmicas impregnadas no conceito de bilinguismo cultural, este estudo inicia-se a partir de um cenário amplo, ancorado nos princípios gerais da educação, dos quais se extrai o problema que seguirá em discussão ao longo das demais etapas do texto: a tensão entre o princípio universal de direito à educação e o princípio de sua subjetivação. A fim de demonstrar os custos da diversidade social na subjetivação do direito ao desenvolvimento do domínio pleno da língua escrita, apresentam-se logo em seguida os dados e resultados de uma pesquisa longitudinal realizada com alunos do ensino médio regular. A pesquisa conclui que, ao final da educação

1 Mário de Andrade explora diferentes variações flexionais de concordância nominal e verbo-nominal em sua Gramatiquinha; são aqui preservadas na íntegra.

básica, aqueles alunos apresentavam interferências da língua oral quando do uso da escrita, embora tivessem desenvolvido ao longo da formação a capacidade de controlar outras habilidades de produção textual no campo de sua organização semântica.

Essa interferência da língua oral no emprego da língua escrita é a motivação para a análise que, na sequência do texto, vai caracterizá-la como um caso de bilinguismo cultural. Segue-se a isto a argumentação em favor do conceito de bilinguismo cultural, que é defendido a partir da noção de bilinguismo como reconhecimento de direitos universais à identidade, à cultura e à língua, e, paralelamente, a um processo de subjetivação. Analisa-se, também, a situação do Brasil em face, de um lado, de sua designação como nação monolíngue e, de outro, das várias situações de línguas em contato existentes em seu território.

Finalmente, por concluir o estudo, analisa-se a situação do Português oral do Brasil e do idioma oficial escrito como um caso de bilinguismo cultural, retomando, então, a questão que centralmente deriva do movimento estético de Mário de Andrade. Apontam-se as diferenças no processo de geração de ambos os sistemas linguísticos e as diferenças em seu caráter cultural, as quais, aliadas a processos de subjetivação e resistência social, explicam as interferências da fala sobre a escrita produzida pelos alunos da educação básica.

2 EDUCAÇÃO E SUBJETIVAÇÃO

Um princípio fundamental que orienta a este estudo é a concepção do processo de educação escolar como direito universal, pleno e inalienável. No entanto, no cerne desta questão essencial, encontra-se por definir o escopo do termo *universal* que, propriamente, expressa o sentido fundamental do direito à educação. Por *universal*, comprehende-se o que é próprio do ilimitado, daquilo que, por conseguinte, não discrimina isto ou aquilo, tampouco restringe em grau a esse ou aquele. Já por *direito universal* comprehende-se aquele que é devido e próprio à Humanidade, ou, em sentido mais estrito, ao cidadão assim reconhecido pelo Estado. No território brasileiro, a educação é regida em cláusula pétrea da Constituição Federal, nela definida como direito fundamental, com os objetivos de “o pleno desenvolvimento da personalidade humana e o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho” (BRASIL. 1988). O princípio constitucional, como tal, abstrato, não se garante, todavia, exceto por meio de sua efetiva subjetivação, assim como se define no conceito de *direito subjetivo* (cf. SCAFF *et al.*, 2016; DUARTE, 2004).

O direito subjetivo é o conceito com o qual se define a efetiva apropriação do princípio da lei, ou direito abstrato. É da competência do poder público e de toda a sociedade civil organizada assegurar a cada indivíduo a subjetivação dos direitos fundamentais, dentre os quais a Educação. Reside nisto um dos grandes temas

recorrentemente discutidos na Sociologia, quanto às tensões que se estendem entre o direito universal – o princípio abstrato – e o direito subjetivo. Vale, então, nos perguntar a que educação se refere o direito constitucional e a que “educações” remetem o direito subjetivo em face de uma sociedade marcada pela pluralidade sociocultural. Ainda que não expresso no corpo da constituição federal, o direito universal à educação reporta-se a um conceito de formação que prevalece na cultura hegemônica nas esferas de uma, assim chamada em Miranda (2006), razão ilustrada.

Os pensadores do século XVIII defenderam princípios de liberdade e igualdade que tiveram grande repercussão ao longo da história contemporânea. Entretanto, viram-se diante de um problema espinhoso: julgar as múltiplas formas de organização social sem comprometer aqueles princípios supostamente universais. Para combater as injustiças, as Luzes tentaram definir a natureza humana e anunciar direitos universais. Todavia, as definições ilustradas não conseguiram explicar certos comportamentos, costumes, desejos e crenças (MAYER, 1982, p. 11-29). Estudando experiências sociais em todo o planeta, os filósofos encontraram diversas formas de religiosidade, sistemas políticos que negavam seus ideais de cidadania, manifestações da sexualidade e da agressividade chocantes para a República das Letras. (MIRANDA, 2006).

Em boa medida, o direito universal à educação previsto em lei está estreitamente associado ao direito à educação escolar, sobretudo implícito no forte caráter instrumental previsto em sua vocação como instituto de formação para o trabalho. É farta a literatura que problematiza o escopo da educação objeto do direito universal, tal como em Rodrigues (2001), a seguir:

[...] podemos desconfiar de que o domínio de conhecimentos e de habilidades não garante o desenvolvimento humanitário nos educandos, porque não promove, por si mesmo, a formação ética do ser humano. Essa formação ética é uma necessidade do processo formativo humano, que não pode ser reduzida a uma simples tarefa de produção, organização e distribuição de conhecimentos e de habilidades. A formação humana só estará completa se acompanhada do desenvolvimento de princípios de conduta que possam ser reconhecidos como de validade universal. (RODRIGUES, 2001).

Enquanto instituto de formação, a educação escolar tem um papel, de fato, fundamental no processo de subjetivação do direito à educação. Contudo, já desde

sempre, na escola da Era Moderna, tem sido muito mal interpretada a diferença entre um processo civilizatório universal e, nos termos de Rodrigues (2001), o desenvolvimento de princípios de conduta que possam ser reconhecidos como de validade universal. No caso dos povos e nações de periferia, a exemplo dos países da América Latina, o problema da subjetivação do direito à educação se agudiza em face do modelo de subjetividade que se construiu a partir de toda a violência do processo de colonização.

Freud já havia apontado falhas e imperfeições nos ideais da civilização, possibilitando a inferência de duas problemáticas. A primeira, para o domínio da natureza: a cultura ocidental amparada pelos instrumentos de violência e da tese da moral cristã-ocidental precisou brutalizar, pilhar e assaltar povos não ocidentais, arrancando-os das suas raízes. A título de exemplo, temos a invasão atroz aos negro-africanos, indígenas, latino-americanos e asiáticos. Um tipo de violência que denomino aqui como “violência civilizacional”. Ou seja, uma forma de violentar os outros não ocidentais com argumentos civilizatórios e moralizadores, tais como “salvar a alma negra dos pecados”. [...] O mesmo ocorreu também, por meio das descrições insuficientes e preconceituosas, que atrelam ao africano o primitivismo e aos orientais o mistério. Ou seja, os não-nós precisam ser subjugados e violentados para que possam civilizar-se e, por conseguinte, sair da infelicidade “natural”. (DANFA, 2020).

No âmbito do esforço de colonização dos povos de periferia, a escola se institui entre eles como instrumento de um projeto civilizatório. Não propriamente no sentido estrito do termo, ou seja, enquanto processo de desenvolvimento de culturas, mas como ferramenta da criação de sujeitos subordinados a certo padrão de civilidade e civilismo. Não se espera, consequentemente, desta escola, contribuição para a subjetivação de direitos, uma vez que a esses povos é, *a priori*, negada a subjetividade.

Políticas públicas de inclusão implementadas no Brasil no campo da Educação vêm esbarrando na memória deste sujeito sem direito à subjetividade, que se cristalizou na cultura escolar. A escola brasileira apresenta um desapreço pelo sujeito da diversidade cultural, esta que é inerente à sociedade em seu entorno. De certo, por isso, tenha se tornado natural, no Brasil, que certos sujeitos sociais sejam fadados ao fracasso de aprendizagem ou à evasão (cf. PATO, 1993; BETH, 2020). Ocorre, todavia, que apesar das políticas públicas – desde a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* aos demais instrumentos normativos da educação em todas as esferas federativas – ou de outros

instrumentos como as controversas bases curriculares nacionais, ainda que estas sejam voltadas à garantia do direito universal à educação e, no que lhes é cabível, à garantia de sua subjetivação, é na própria escola e nos processos de ensino-aprendizagem que o direito subjetivo é negado. De um lado, nega-se a subjetivação do direito à educação, uma vez que, como já abordado aqui, se nega a própria subjetividade; por outro lado, nega-se, também, a subjetivação do direito à educação quando, sob a justificativa de uma falha inerente ao próprio aluno cuja subjetividade não é reconhecida, não se lhe dá a conhecer e dominar os instrumentos da experiência social que lhe assegurem autonomia e legitimidade no espaço público.

Rodrigues (2002) destaca que o direito universal à educação projeta um sujeito em formação para o exercício da cidadania. Em outros termos, trata-se de um programa de formação comprometido com o desenvolvimento da autonomia para interagir com todo tipo de experiência de cultura, desde as mais familiares às mais formais. Um tal programa, que se dá em paralelo ao desenvolvimento psicossocial do sujeito escolar, é o que se pode compreender como um projeto curricular de subjetivação do direito à educação. No interior de um projeto curricular desta natureza, impõe-se a condição de que se reconheça ao sujeito escolar o direito à cidadania e à singularidade sociocultural e linguística.

Ainda assim, mesmo que se tenha um programa curricular comprometido com a subjetivação do direito à educação, resta por problema o fato de que os processos de ensino-aprendizagem sustentam-se em conceitos e protocolos didáticos que não são embasados na Educação, mas nas doutrinas acadêmicas das respectivas áreas de ensino, como bem já nos apontava Mário de Andrade: “porém eles mesmos vivem na cola de quanto Figueiredino Chupamel nos vem da Lisboa gramatical”. E assim, mais uma vez, a subjetivação do direito à educação esbarra com o mais próximo dos agentes de formação: o professor e sua formação.

O desenvolvimento da educação brasileira, considerando-se o interesse em torná-la direito subjetivo de cada cidadão, está intrinsecamente relacionado ao desenvolvimento de conceitos e princípios acadêmico-doutrinários nas várias áreas do conhecimento que formam o corpo docente. Considera-se aqui, por escopo, a formação de professores agentes de letramento, particularmente os professores alfabetizadores e professores de língua materna, cuja atuação na educação básica tem particular interesse no ensino e no desenvolvimento do uso da língua escrita, assim compreendida como instrumento de cultura e de inserção social. Compreende-se, portanto, que o pleno domínio da língua escrita representa a subjetivação do direito universal a uma educação para o exercício da cidadania. Nisto está presumido que o não domínio pleno da língua escrita restringe o exercício da cidadania no âmbito das práticas culturais – também chamadas *gêneros discursivos* – em que dele se exige por força de adequação.

3 O PORTUGUÊS ESCRITO NA ESCOLA BÁSICA

O tratamento estereotipado da relação entre fala e escrita na cultura escolar tem prejudicado sobremaneira o desenvolvimento de políticas de inclusão, à medida que tende a mascarar fatos de ordem sociocultural que interferem de forma decisiva nas condições de permanência do sujeito na condição de aluno, considerados fatores como a evasão, a retenção e a permanência sob baixos níveis de aprendizagem. Não obstante os processos mnemônicos característicos da produção de escrita, a literatura disponível não poupa comentários sobre a imanência cultural sobre as práticas de escrita. A produção de escrita é, em si, um ato cultural, que, em alguns casos, significa o ingresso do sujeito em um sistema de valores estranho àqueles que fazem parte de sua identidade.

Diferentes formas de custo severo no desenvolvimento da escrita – seja na alfabetização, seja nas etapas subsequentes do letramento – podem ser explicadas como resultantes de culturas em contato, em uma situação em que a escola, mesmo não desprezando a diversidade de culturas como fato social, não se apercebe que culturas diferentes resultam em produtos culturais igualmente singulares, tal como as escritas e outros registros culturais apresentados pelos alunos. A relação entre cultura, línguas e produção de textos foi objeto de uma pesquisa em que se analisaram produções escritas de um total de 58 alunos do 10º e 13º anos de escolarização básica de um colégio federal, distribuídos entre dois grupos: alunos sem indicativo de fracasso escolar e alunos com indicativo de fracasso escolar na disciplina de língua portuguesa².

Os resultados da pesquisa demonstraram que o desempenho dos alunos quanto ao uso da escrita alfabética refletia-se na condição geral do aluno com relação ao fracasso escolar: todos os alunos em condição de fracasso escolar apresentaram problemas significativos de desempenho na produção de textos escritos; a maioria dos alunos sem indicativo de fracasso escolar apresentou problemas menos significativos de produção de textos. Na avaliação dos textos, foram empregados critérios divididos em dois campos de produção: (a) o campo semântico, tendo por parâmetros o controle sobre as relações coesivas entre as partes formais e semânticas do texto, e o planejamento e sequenciação das informações; (b) o campo formal estrutural, considerando todos os aspectos de ordem morfossintática no domínio do período e a ortografia.

Os dados sugerem que a escolarização interfere satisfatoriamente no processo de letramento no ensino médio, o que se pode sustentar a partir do fato de que se verificou uma significativa redução de falhas de produção no campo semântico

2 Pesquisa vinculada ao projeto “Diretrizes para avaliação e seleção do livro de didático da disciplina de língua portuguesa e redação em classes com dificuldades de aprendizagem” (2013-2017), desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ, com financiamento pela Fundação FAPERJ. Cf. SENNA (2021).

entre alunos do último ano, indicando, portanto, ter havido o desenvolvimento da capacidade de produção de textos adequados aos gêneros discursivos privilegiados no ensino médio. Presume-se, portanto, que os alunos do corpus analisado tenham adquirido a capacidade de selecionar modos de organização do pensamento adequados à produção de textos escritos, apresentando muito baixa interferência de modos associados à produção de fala ou outros textos, verbais ou não verbais, não associados aos gêneros discursivos privilegiados no ensino médio. No entanto, a mesma capacidade de selecionar modos de produção textual, não foi plenamente verificada quando se considerando a camada formal do português escrito.

A alta incidência de falhas na camada formal da produção escrita analisada costuma ser arrolada como decorrente da interferência da língua oral no ato de produção, um fenômeno, portanto, associado à área de estudos de línguas em contato (cf. WEINREICH, 1953). Compreendendo-se que fala e escrita estão sujeitas a diferentes tipos e processos de variação linguística, a interferência da primeira sobre a produção escrita explicar-se-ia através da interposição do sistema morfossintático em deriva na fala sobre o sistema estável da escrita. Derivariam, portanto, disso, os casos de ocorrências, por exemplo, como as de concordância verbo-nominal (p. ex.: “[...] fazem anos que não se via tantas pessoas [...]”, “[...] os policiais foram atacado logo na chegada [...]”), e de emprego de marcas de subordinação (p. ex.: “[...] trouxeram muitas justificativa onde a principal era [...]”; [...]. Sendo que o livro que a capa caiu foi o principal motivo da [...]”).

A hipótese de transferência entre sistemas linguísticos é forte e ganha ainda mais respaldo na teoria da variação, com base na qual a estrutura atemporal do sistema gramatical que rege as línguas escritas modernas vai contra a natureza dos sistemas linguísticos naturais, eminentemente abertos e sujeitos à variação. O que não se comprehende, entretanto, é o porquê de os alunos serem plenamente capazes de controlar o emprego dos modos de produção e organização semântica do texto escrito e de não o serem, quando se trata das estruturas formais, ainda que diante das mesmas condições de produção.

Como explicar que alunos que dominam o conhecimento gramatical da língua escrita alfabética e que, ao mesmo tempo, desenvolvem parâmetros de uso da escrita no plano semântico de sua organização, não são capazes empregar adequadamente as estruturas formais próprias do sistema morfossintático da língua padrão, mesmo quando ao final dos últimos anos de formação básica?

4 O PORTUGUÊS E O BILINGUÍSMO CULTURAL

Tal como é próprio das ciências da linguagem, o bilinguismo é um conceito que vem evoluindo ao longo dos tempos, paralelamente à evolução do conceito primário de sistema gramatical. O desenvolvimento dos estudos do bilinguismo acelera-se de forma significativa a partir do século XX, a partir de sua associação

às áreas de psicolinguística e sociolinguística, desde as quais se rompe com a até então tradição de abordagem estritamente de ordem gramatical. Mais recentemente, já próximo ao século XXI, contribuições da teoria do discurso e das doutrinas teórico-descritivas baseadas no princípio das línguas em perspectiva de uso, repercutem sobre o conceito de sistema gramatical e, consequentemente, sobre a concepção do bilinguismo. Não se busca aqui discorrer exaustivamente sobre as diversas acepções de bilinguismo. Vamos nos deter, particularmente, naquelas que nos auxiliam na discussão já iniciada quanto à relação entre o ensino da língua escrita e a subjetivação do direito à educação para o exercício da cidadania.

Reza no senso comum a noção clássica de que o bilinguismo esteja associado a comunidades que adotam dois idiomas oficiais. Costuma-se, neste caso, tomar do bilinguismo como traço de um país, assim dito bilíngue, como no caso do Canadá, Espanha ou Suíça. Vale observar que, em um país bilíngue, nem todo cidadão é bilíngue, pois, nesta acepção, o bilinguismo tem caráter estatutário, definindo-se como a condição de reconhecimento pelo Estado do direito ao uso de mais de um idioma pelos cidadãos. É o Estado que se torna bilíngue, nisso implicado o fato de que toda comunicação oficial e todo tipo de informação em espaços públicos devem ser expressos nas línguas reconhecidas. O que está implícito no bilinguismo estatutário em caráter nacional é o fato de que o Estado concede ao cidadão o direito de se reconhecer enquanto sujeito linguístico e cultural, *ad referendum* às políticas universais de direitos humanos.

La Declaración Universal de Derechos Humanos (1948:2), recoge en su artículo 2 la única mención a la no discriminación por razones lingüísticas cuando proclama “la fe en los derechos humanos fundamentales, en la dignidad y en el valor de la persona humana y en la igualdad de derechos de hombres y mujeres [...] sin distinción de raza, color, sexo, lengua, religión, opinión política u otra”. El Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos (1966: 9341), promulgado por Naciones Unidas solo recoge en su artículo 27 que “en los Estados en que existan minorías, étnicas, religiosas o lingüísticas, no se negará a las personas que pertenezcan a dichas minorías el derecho que les corresponde, en común con los demás miembros de su grupo, a tener su propia vida cultural, a profesar y practicar su propia religión y a emplear su propio idioma”. (cf. MOREIRA, 2019. p. 83).

Reconhecer a condição de estado plurilíngue é, todavia, uma decisão de ordem política, muito complexa, em nada restrita a aspectos de ordem estritamente linguística. Trata-se de uma situação de subjetivação de direito, no caso, o direito

universal à identidade cultural e linguística. São poucas as nações modernas que não apresentem plurilinguismo. É o Estado que se torna bilíngue, nisso implicado o fato de que toda comunicação oficial e todo tipo de informação em espaços públicos devem ser expressos nas línguas reconhecidas. O que está implícito no bilinguismo estatutário em caráter nacional é o fato de que o Estado concede ao cidadão o direito de se reconhecer enquanto sujeito linguístico e cultural, *ad referendum* às políticas universais de direitos humanos.

Em outros casos, porém, o plurilinguismo decorre propriamente dos mecanismos através dos quais as nações se constituíram, reunindo em suas fronteiras sujeitos culturais diferentes e falantes de línguas ou dialetos diversos. Nestes casos, o sentimento de afiliação à nação pode ter desenvolvido o apreço a uma língua que se pudesse tomar como idioma de unidade, ou língua nacional. Contudo, cada nação constitui-se a partir de processos singulares, nem todos bem-sucedidos no que concerne ao desenvolvimento de um sentimento de unidade nacional. É neste tipo de situação que os conflitos internos acabam por se refletir em disputas linguísticas, ora mais, ora menos veladas. Fatores históricos e disputas políticas ou culturais, podem resultar em nações bilíngues ainda que sob uma condição de não reconhecimento pelo poder público. Vale dizer, então, que se trata de um não reconhecimento do direito subjetivo à identidade entre os sujeitos nacionais em condição de diversidade cultural e linguística.

O bilinguismo em território brasileiro ainda é tratado como tabu, desde o advento de sua independência de Portugal, no século XIX, quando se declarou monolíngue. Até os dias de hoje, para além do Português, são reconhecidas tão somente as línguas indígenas e a Língua Brasileira de Sinais, sem que isto, no entanto, tenha mudado sua designação como nação monolíngue. Como apontado em Preuss; Alvares (2014), o bilinguismo no território brasileiro se estende a vários outros casos, particularmente entre comunidades constituídas a partir dos fluxos migratórios desde a Europa, ocorridos entre os séculos XIX e XX. Desde então, mesmo fixadas no país a mais de um século, as línguas ali faladas ainda se consideram como línguas estrangeiras no território nacional, ainda que já tenham sido absorvidas por processos culturais e linguísticos próprios da experiência local destas comunidades e seus herdeiros (cf. FRITZEN, 2008).

A negação do direito à identidade linguística tem implicações profundas no desenvolvimento socioafetivo do sujeito, uma vez que *identidade, cultura e língua* formam uma tríade indissociável entre si. Quando se nega o direito subjetivo à língua, nega-se ao mesmo tempo o direito à cultura e à identidade, portanto, nega-se o próprio sujeito. Em pesquisa relatada em Diaz; Schmidt (2016), constata-se que, ao produzirem sentenças em línguas não maternas, sujeitos bilíngues tendem a exprimir emoções de formas semanticamente diferentes daquelas que produziriam em sua língua materna. Não se trata de uma diferença meramente estrutural, mas uma diferença semântica que afeta também o modo como se organiza a forma.

“emoções” não são fatos de gramática e sim, identitários, porém, impregnados na forma como a língua de dada cultura as expressa.

Entre sujeitos cuja língua não é reconhecida pelo poder público, persiste uma carência identitária que clama por uma língua de pertencimento. Entre brasileiros de comunidades de fala não reconhecidas, observa-se esta necessidade de se lhes auto-prover um idioma, a exemplo do sujeito cuja frase dá título a Fritzen (2008): *“Ich spreche anders aber das ist auch Deutsh”* (trad.: “eu falo diferente mas isso também é alemão”).

A despeito de casos particulares, toda situação de bilinguismo está sujeita à interferência de traços identitários e culturais no emprego das respectivas línguas em contato. No âmbito do bilinguismo não há como se dissociarem o fenômeno linguístico das línguas em contato e o fenômeno psicológico das identidades e culturas em contato. Toda produção linguística é uma produção de cultura; portanto, todo estado de bilinguismo é um estado de bilinguismo cultural.

As condições que afetam o desempenho linguístico em situações de bilinguismo cultural vinculam-se à identidade do sujeito enquanto usuário das línguas e às condições sociais de uso. Entre as definições de bilinguismo, destaca-se a que o toma como a habilidade de emprego de diferentes línguas em conformidade com o contexto de uso e condições de produção. Esta definição de cunho pragmático nos interessa particularmente aqui, pois que nos aponta para o fato de que o bilinguismo é um estado psicológico cuja natureza se institui na relação do sujeito com os sistemas de expressão e as condições de uso, por conseguinte, também de ordem sociolinguística. Nesta dinâmica sóciopsicolinguística, atua de forma determinante a subjetivação dos direitos à identidade, à cultura e à língua. Sujeitos privados de subjetivação tendem a buscar resgatá-la por meio da legitimação de traços familiares à sua identidade. A exemplo disto, observe-se o caso analisado em Fritzen (2008), *op. cit.*, em que o falante busca enquadrar o seu dialeto em um sistema gramatical legitimado (“*Ichsprecheandersaber das ist auch Deutsch*”). De forma análoga, a relação entre bilinguismo e identidade verifica-se, também, em situações de *codeshare* como a analisada em Mota (2008), referente a crianças e jovens brasileiros filhos de imigrantes nos Estados Unidos, entre os quais a seleção de uso do Português ou do Inglês alterna entre o desejo de pertencer ao espaço público local e o de preservar, ou não, a memória de uma vinculação cultural e linguística, na maioria das vezes agregada exclusivamente à relação parental e a certos espaços de *brazilianidade*, como igrejas e pequenos centros culturais.

O desenvolvimento do bilinguismo estável de forma diglóssica, em que as duas línguas assumem papéis sociais complementares, manifesta-se simbolicamente como reflexo de um processo de integração entre duas identidades nacionais. A língua

materna passa a representar não apenas um valor simbólico primordial dos laços étnicos, mas também um componente pragmático de formação de identidades situacionais a partir de interesses próprios. O ato de escolha linguística reforça a afiliação identitária; o indivíduo desfruta das vantagens de ser reconhecido como membro de um determinado grupo (MOTA, 2008).

O bilinguismo cultural, dada a sua vinculação com processos de subjetivação de direitos e de construção identitária, presta-se a esclarecer fatos observados nos resultados da pesquisa aqui anteriormente apresentada, relativamente ao aprendizado e emprego da língua escrita por falantes do Português do Brasil. É, também, essencialmente, do que trata Mario de Andrade em sua *Gramatiquinha do Português*.

5 LÍNGUAS E CULTURAS EM CONTATO ENTRE MOVIMENTOS DE SUBJETIVAÇÃO

O Português do Brasil constitui-se como sistema gramatical relativamente independente do Português europeu já desde a fundação das primeiras bases sociais da então colônia. Havemos de ressaltar que, sim, o Português europeu é, sem dúvida, a base estrutural da língua nacional brasileira, porém a herança que nos lega é a de uma língua em processo de criação, marcada pelas dinâmicas do complexo processo de deriva linguística ocorrido desde Antiguidade aos fins da Idade Média. Pode-se dizer que, muito antes de tomar forma, o Português de certo modo já existira no caráter de um povo que viera se constituindo a partir da confluência de culturas e línguas em contato na Ibéria. A história do Português (aqui, com base em Machado, 1945 e Buesco, 1978) acompanha a história daquele trecho à oeste da Península Ibérica, que foi povoado por inúmeras culturas e línguas, desde os celtas primitivos, aos gregos, árabes e romanos. O povo ali constituído desenvolveu uma língua arraigada a uma cultura de aproximação ao outro e de integração, seja pelo comércio, seja pela dominação política ou cultural. O caráter desta língua ainda por se consolidar na aurora da Modernidade será a base do Português que viria a se desenvolver aqui.

Ao caráter ibérico, no entanto, coube aos brasileiros – desde cedo fundidos pela miscigenação – agregar à língua que se desenvolvia aqui outros caracteres oriundos das culturas que se miscigenavam e teciam a sociedade local. A cultura colonial que se impusera sobre os povos emergentes das Américas erigira-se, todavia, a partir de outras fontes, que se desenvolveram no curso da Modernidade europeia, da qual os colonos só compartilhariam os discursos de opressão e depreciação.

[...] os discursos produzidos sobre as línguas no período colonial não são neutros, mas constitutivos de um paradigma da modernidade, enraizados em uma perspectiva cristã e/ou iluminista de leitura e compreensão do mundo. Tal paradigma constitui uma matriz colonial de poder (colonialidade) de exploração e controle de terras, povos e línguas, que passaram a ser nomeados e detalhadamente descritos. [...] Tal discursivização, por sua vez, invisibilizou as trajetórias e experiências dos povos e culturas existentes, tornando-os alvo de práticas colonizadoras e modernizadoras, como a cristianização, a folclorização, a cientificização e a escolarização, cada qual com sua especificidade. (SEVERO, 2016).

A colonização europeia nas Américas, ao mesmo tempo que instigou o desenvolvimento dos povos que hoje habitam o continente, negou-lhes a subjetivação e a identidade. Até mesmo a língua miscigenada que se desenvolvia aqui lhes foi proibida. Contudo, como assinala Severo (2016),

[...] o processo colonial não pode ser visto como uma chave unilateral de imposição de ideais, valores, comportamentos e crenças. Trata-se de um processo complexo que envolveu o encontro tenso entre diferentes culturas e visões de mundo. Tal encontro produziu formas refinadas de resistência e de transgressão por parte dos povos locais.

Das formas de resistência mais impactantes, a nacionalização das línguas gerais no território brasileiro (cf. LAGORIO; FREIRE, 2014) marcou durante vários séculos a fala do Brasil cotidiano, à qual viriam a se agregar mais falas de resistência advindas das línguas das comunidades negras escravizadas no país. A partir das falas cotidianas e da diversidade de fatores culturais e linguísticos nas diversas regiões do país, o brasileiro propriamente constitui uma identidade própria e uma língua que, na diversidade das falas, marca a sua unidade. O Português do Brasil é a língua de unidade nacional, muito mais reconhecida enquanto instrumento de resistência, do que enquanto sistema de falas homogêneas. A fusão entre a identidade e a língua deste povo se explica porque o ingresso de povos na história do Brasil, por colonização ou escravização, provoca fusão entre culturas, tal como assinalado em:

Os africanos que para cá vieram transferidos não trouxeram apenas a sua força de trabalho, mas também transportaram suas culturas, das quais as línguas são uma expressão importante, embora pouco considerada nos estudos que investigam a contribuição ou a participação dos africanos escravizados na constituição da nacionalidade brasileira. (CUNHA; PETTER, 2015. p. 221).

A língua nacional do Brasil legitima-se no cotidiano de todo o país, guardando, porém, as reservas e sentimentos de inferioridade que o processo de colonização europeia imprimira na identidade do seu povo. Consequentemente, já desde quando se dá sua independência política, no século XIX, a autoridade pública nacional manda compilar o Português oficial do Brasil – seu idioma escrito, a exemplo do que ocorreria nas nações europeias no século XVI – nas mesmas bases do processo de gramatização, tendo por matriz a língua europeia. Ao Português escrito brasileiro, legaram-se, da língua nacional, apenas os acréscimos lexicais, indígenas e africanos; nenhum registro se faz das singularidades morfossintáticas que diferenciam o Português do Brasil e o europeu. Esta língua oficial, primeiramente do Reino e em seguida da República Brasileira, torna-se parte dos instrumentos higienistas de “embranquecimento” do povo, visando a lhes apagar os traços daquele silvícola colonizado que se desejava excluir da memória nacional.

A experiência brasileira de convívio entre a língua nacional cotidiana e o idioma oficial que derivou do Português Brasileiro escrito, é análoga à de outras nações ex-colônias. Dentre elas, aquelas cujo idioma nacional é reconhecidamente diverso do Português oficial nos ajudam a compreender melhor o fenômeno sociolinguístico em questão.

Ainda hoje, 26 anos após alcançar a independência em relação a Portugal, a população cabo-verdiana continua vivenciando no seu cotidiano essa interação, por vezes conflituosa, entre as línguas crioula e portuguesa. Como pude constatar diversas vezes durante minha pesquisa de campo em Cabo Verde, entre 1998 e 1999, a utilização dessas duas línguas está frequentemente permeada por questões de autoridade e resistência, identidade e distância social. Apesar da presença constante do crioulo nas atividades que se desenrolam no dia a dia dessa população, o português permanece ocupando lugar de destaque como língua oficial da República de Cabo Verde. [...] A situação descrita indica a constituição de dois campos em conflito: o da *língua nacional* (isto é, o crioulo) e o da *língua oficial*(o português) (DIAS, 2002).

A relação entre o Português do Brasil oral e o Português do Brasil escrito é a mesma que há entre o crioulo e o Português em Cabo Verde. São línguas que se instituíram e se empregam a partir de circunstâncias distintas. No Brasil, a língua escrita se edificou sob influência do nacionalismo próprio do Romantismo vigente no século XIX, fato que o levou a ser tratado junto à população como o idioma transido e forjado em terras brasileiras, livre da influência e do jugo europeu. Contudo, apesar do cunho científica, e não político, que se impusera em sua gramatização (cf. ORLANDI, 2000), o português escrito não escapou ao idealismo

e ao eurocentrismo impregnados em todos os demais ícones da nação brasileira, sobretudo no que concerne às especificidades morfossintáticas.

E assim foi que o Brasil passou a conviver com duas línguas em situação de contato: a língua oral, o Português do Brasil e língua nacional, e a língua escrita, o idioma oficial. Vale dizer, no entanto, que este contato linguístico segue até os dias de hoje marcado por fortes relações de desigualdade e disputas sociais. Entre os falares do Português oral do Brasil, alguns se aproximam e se identificam culturalmente com o idioma oficial escrito. Outros, porém, em maioria, além de não se aproximarem do ponto de vista morfossintático, menos ainda se identificam com a cultura científica eurocêntrica subjacente ao idioma oficial.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A diversidade cultural, que é traço inerente à sociedade brasileira e à língua nacional, não figura nem na estrutura, tampouco na cultura, que regem o português escrito. Havemos de concluir, então, que, para grande parte do povo brasileiro, o aprendizado e o uso da escrita alfabética são espaços de bilinguismo cultural. E havemos de postular, também, que a recorrente interferência de traços da oralidade sobre a forma da escrita produzida por alunos da educação básica no Brasil esteja relacionada à tradição de um povo que se institui em movimento de resistência cultural e de clamor por subjetivação. É o que se pode observar nos resultados do estudo sobre o desenvolvimento do domínio da língua escrita entre alunos do ensino médio aqui apresentado.

Por concluir, reitero que a apropriação da escrita e de seus usos é um processo de integração entre culturas que não são homogêneas e sujeitos que, antes de tudo, buscam a subjetivação dos direitos fundamentais à identidade, à cultura e às línguas que lhes facultam o pleno direito à cidadania: a sua própria e a escrita. Que sigamos na esteira de Mário de Andrade, o visionário linguista brasileiro, quando nos diz “[...] muita gente, até meus amigos, andaram falando que eu queria bancar o Dante e criar a língua brasileira. Graças a Deus não sou tão iguinorante nem tão vaidoso. A minha intenção única foi dar minha colaboração a um movimento prático de libertação importante necessária” (*apud* PINTO, 1990, p. 50).

REFERÊNCIAS

BETT, G. de C.; LEMES, M.J. Fracasso escolar e conselho tutelar: um estudo sobre os caminhos da queixa escolar. In: *Psicologia Escolar e Educacional*. v. 24, 2020. Acesso: <https://doi.org/10.1590/2175-35392020217251>

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Imprensa Nacional, 1988.

- BUESCO, M. L. Defesa e apologia da língua. In: *Gramáticos portugueses do século XVI*. Lisboa: Ministério da Educação: Instituto de Cultura Portuguesa, 1978. p. 41-50.
- CUNHA, A; PETTER, M. Línguas africanas no Brasil. In: PETTER, M. (org.). *Introdução à Linguística Africana*. São Paulo: Contexto, 2015.
- DANFÁ, L. Violência Civilizacional e Colonial no Olhar de Frantz Fanon e Sigmund Freud. In: *Psicologia: Ciência e Profissão*. v.40 (spe), 2020. Acesso: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003230245>.
- DIAS, J. Língua e poder: transcrevendo a questão nacional. In: *Mana*. V. 8(1), 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132002000100001&lng=en&nrm=iso.
- DIAZ, J. P.; SCHMIDT, A. El bilingüismo y la identidad: Estudio de caso sobre la relación entre las lenguas y las emociones. In: *Revista de lingüística y lenguas aplicadas*. V. 11, 2016. p. 51-59.
- DUARTE, C. S. Direito público subjetivo e políticas educacionais. In: *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: Fundação SEADE.V. 18 (2), 2016. p. 113-118.
- FERRERO, M. et TEBEROSKY, A. *Psicogênese da língua escrita*. Tradução portuguesa: Porto Alegre: Artes Médicas (1988[1976]).
- FRITZEN, M. P. Ichsprecheanders, aber das ist auch Deutsch: línguas em conflito em uma escola rural localizada em zona de imigração no sul do Brasil. In: *Trabalhos em Linguística Aplicada*. v. 47(2), 2008. p. 341-356. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-18132008000200005>.
- LAGORIO; FREIRE Aryon Rodrigues e as línguas gerais na historiografia linguística. In: *DELTA*. v. 30 (N/Esp.), 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502014000300571&lng=en&nrm=iso.
- MACHADO, J. *As origens do português*. Lisboa: Empr. Contemporânea de Edições, 1945.
- MILAZZO, R. Madrelingua e italiano L2: un'indagine su bilinguismo e personalità. In: *Italiano LinguaDue*. v. 2, 2015. Acesso: <https://riviste.unimi.it/index.php/promoitals/article/view/6803/6733>.

MIRANDA, L. F. A. de. A razão ilustrada e a diversidade humana. In: *Educação & Sociedade*. V. 27(95), 2006. p. 341-360. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302006000200002>.

MOREIRA, L. E. Las lenguas oficiales del estado español en los textos legales: ¿Fomento o reconocimiento del plurilingüismo? In: *Revista de lingüística y lenguas aplicadas*. v. 14, 2019. p. 81-89. Disponível em: <https://riunet.upv.es/bitstream/handle/10251/123888/11033-48055-2-PB.pdf?sequence=4&isAllowed=y>.

MOTA, K. M. dos S. O tripé identidade, língua e nação nas falas de jovens brasileiros imigrantes nos Estados Unidos. In: *Trabalhos em Linguística Aplicada*. v. 47(2), 2008. p. 309-322. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-18132008000200003>.

ORLANDI, E. Metalinguagem e gramatização no Brasil: Gramática, filologia, linguística. In: *Revista da ANPOLL*. v. 8, 2000. p. 29-39. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/348/357>.

PATTO, M. H. S. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: T. A. Queiro, 1993.

PAVEL, T. *A miragem linguística – ensaio sobre a modernização intelectual*. Tradução portuguesa: Campinas/SP: Pontes, 1990[1988].

PINTO, E. P. *A Gramatiquinha de Mário de Andrade*– texto e contexto. São Paulo: Duas Cidades; Secretaria de Estado de Cultura, 1990.

PREUSS, E.; ÁLVARES, M. Bilinguismo e políticas linguísticas no Brasil: Da ilusão monolíngue à realidade plurilíngue. In: *Acta Scientiarum*. v. 36 (4), 1990[1988]. p. 403-414.

RODRIGUES, N. (Educação: da formação humana à construção do sujeito ético. In: *Educação & Sociedade*. v.22(76), 2001. p. 232-257. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302001000300013>.

SCAFF, E. A. da S.; PINTO, I. R. de R. O Supremo Tribunal Federal e a garantia do direito à educação. In: *Revista Brasileira de Educação*. v.21(65), 2016. p.431-454. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782016216523>.

SENNA, L. A. G. Bilinguismo cultural: da linguística à agenda de estudos em educação inclusiva. In: *Bilinguismo cultural: estudos sobre culturas em contato na educação brasileira*. Curitiba: Appris, 2021. p. 15-36

SEVERO, C. A invenção colonial das línguas da América. In: *Revista ALFA*. v. 60 (1), 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-57942016000100011&lng=en&nrm=iso.

VEIGA, C. G. A escolarização como projeto de civilização. In: *Revista Brasileira de Educação*. v. (21), 2002.p.90-103. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000300008>.

WEINREICH, U. *Languages in contact: Findings and problems*. The Hague: Mouton, 1953.

**DIREITOS HUMANOS:
200 anos de avanços e recuos da cidadania do Brasil**

São inúmeros os desafios que o Brasil vem enfrentando em matéria de Direitos Humanos. Desde a promulgação da Constituição de 1988 vemos avanços e recuos na proteção das liberdades individuais e da igualdade no acesso a condições mínimas de subsistência, como moradia, trabalho, alimentação. Para além das questões sociais de cidadania que envolvem a proteção aos Direitos Humanos, vislumbramos desafios do ponto de vista teórico em conjugar a efetividade em sintonia com novas teorias que colocam em xeque os pressupostos morais que embasam aqueles direitos. Neste sentido, a compreensão dos Direitos Humanos deve ser não apenas alargada teoricamente, mas investida de pesquisas multidisciplinares que ampliem as possibilidades de sua efetivação e de metodologias possíveis de investigação das demandas reais de grupos marginalizados. Neste aspecto, temos neste fórum três artigos que visam problematizar questões atuais que se prolongam como desafios à garantia de direitos no Brasil.

O primeiro artigo de Fernanda Duarte, Rafael Iorio e Ronaldo Lucas apresenta o debate entre o constitucionalismo e a independência do Brasil sob a perspectiva jurídico-histórica, destacando as dificuldades de desenlace do regime colonial para a sociedade brasileira. O segundo artigo, desenvolvido por Lara Denise Góes da Costa e Paulo M. D'Ávila Filho, apresenta a tensão entre particularismo e universalismo que subjaz o debate moral no que diz respeito aos fundamentos dos Direitos Humanos e como podemos avançar no Brasil sem que as controvérsias teóricas se sobrepujem às demandas sociais de minorias. Por fim o artigo, assinado por Ana Luiza da Gama e Souza, apresenta via análise socioeconômica os desafios da segurança alimentar no Brasil diante do uso massivo de pesticidas e agrotóxicos, assim como em nível global as dificuldades de regulamentação no Brasil tendo em vista as megafusões corporativas globais que caracterizam o universo do desenvolvimento de biotecnologia de sementes que importamos.

Lara Denise Góes da Costa
Editora Convidada

**“JÁ RAIOU A LIBERDADE NO HORIZONTE DO BRASIL”:
breves considerações sobre igualdade jurídica, o Movimento de Independência
Brasileira e a Constituição de 1824**

Fernanda Duarte*
Rafael Mario Iorio Filho**
Ronaldo Lucas***

RESUMO

A partir de uma breve revisão bibliográfica, este texto discute a relação entre o movimento de Independência do Brasil e a Constituição de 1824. Chama atenção para o contexto dos debates constitucionalistas de então e destaca o tratamento que a igualdade jurídica recebeu na Constituição.

Palavras-chave: Constituição Imperial; igualdade formal, cidadania.

*“FREEDOM HAS ALREADY DAWNED ON BRAZIL’S HORIZON”: brief
considerations on legal equality, the Brazilian Independence Movement and
the Constitution of 1824*

ABSTRACT

Based on a brief literature review, this text discusses the relationship between Brazil’s Independence movement and the Constitution of 1824. It draws attention to the context of the constitutionalist debates at the time and it highlights the legal treatment that the idea of equal protection under the law has received in the Constitution.

Keywords: Imperial constitution; equal protection under the law, citizenship.

*“YA AMANECIÓ LA LIBERTAD EN EL HORIZONTE DE BRASIL”: breves consideraciones
sobre la igualdadiurídica, el Movimiento de la Independencia Brasileña y la
Constitución de 1824*

RESUMEN

A partir de una breve revisión bibliográfica, este texto discute la relación entre el movimiento independentista brasileño y la Constitución de 1824. Llama la

* Doutora em Direito. Professora Associada da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Juíza federal. Contato: Fernanda_duarte@id.uff.br

** Pós-doutor em ciência política. Doutor em Direito. Doutor em Letras neolatinas-italiano. Professor adjunto da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF). Bolsa Cientista de Nossa Estado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

***Doutor em Direito. Professor da Universidade Estácio de Sá. Historiador. Especialista em história militar Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Contato: r.lucas.silva1966@gmail.com

atención para el contexto de los debates constitucionalistas de la época y destaca el tratamiento que la igualdad jurídica recibió en la Constitución.

Palabras clave: Constitución imperial; igualdad formal, ciudadanía.

1 INTRODUÇÃO

A independência brasileira reflete o contexto histórico europeu de um movimento mais amplo, ligado a uma crise geral que alguns autores entendem ser a do “Antigo Sistema Colonial”, que refletia as estruturas econômica, política e sociais europeias à época, quais sejam, o mercantilismo e o Antigo Regime. Assim também a crise europeia ligada à invasão de Napoleão à Península Ibérica, repercutiu profundamente sobre o status político do Brasil já que a Corte portuguesa se viu obrigada a se “interiorizar” em território colonial brasileiro (NOVAIS, 1986).

De fato, a partir deste ponto iniciou-se um processo de independência que passou, por um lado, pelo impulso econômico mediado pela Abertura dos Portos com a chegada da Família Real, no Rio de Janeiro, em 1808 e por outro, pelo conflito político entre os liberais portugueses e liberais brasileiros que emergiu das medidas tomadas pelas Cortes portuguesas, na esteira da Revolução do Porto, principalmente pela ideia do restabelecimento do pacto colonial rompido com a chegada da Família Real. Esses propósitos recolonizadores acentuaram as tensões entre a metrópole e a colônia. No entanto, o movimento pela independência, que era composto pelo estrato dominante da sociedade brasileira, desconfiava da massa popular como ferramenta revolucionária em direção à emancipação política de Portugal. O Príncipe Regente, Pedro, foi a figura que capitaneou a solução monárquica que evitava uma revolução de baixo para cima, eventualmente promovida por mobilização popular. Essa solução viabilizou a união de grupos diversos em torno do príncipe no Rio de Janeiro.

2 ASSEMBLEIA CONSTITUINTE E PROCLAMAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA

Nesse processo, mesmo antes da Independência, em junho de 1822, D. Pedro decretou a convocação de uma Assembleia Constituinte, que se tornou praticamente uma declaração de independência. Mas, formalmente a Proclamação de Independência só veio após as Cortes portuguesas tomarem medidas extremadas nos dias finais de agosto daquele ano, reduzindo, por exemplo, o papel do príncipe a um delegado temporário da Corte. O príncipe, em viagem por São Paulo, tomou conhecimento também de que Portugal teria intenções de enviar tropas ao Brasil. Entre a possibilidade de obedecer às Cortes ou promover o rompimento político com a metrópole, D. Pedro proclamou a Independência e se tornou o Imperador do Brasil (COSTA, 1998).

Assim, é a proclamação da Independência que possibilita, no plano normativo, a ruptura formal necessária para o advento da Constituição de 1824, inaugurando, desse modo, a ordem jurídica brasileira, moldada na esteira do movimento constitucionalista moderno que tem por referências três importantes documentos: a Declaração da Virgínia de 1776, a Declaração de Independência dos Estados Unidos e a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão¹.

A ocorrência destas declarações acaba por tornar-se uma verdadeira doutrina que se espalha na formação constitucional do ocidente, principalmente a partir do século XIX e alicerça o poder político no ideal do liberalismo. E com o surgimento do constitucionalismo no mundo ocidental, pode-se então apontar suas vertentes significativas que perpassaram e influenciaram o panorama jurídico e político brasileiro², assim sistematizadas, por Wehling (1994):

1. A visão do Barão de Montesquieu, fruto de sua obra *Do Espírito das Leis*. Foi a versão mais difundida do constitucionalismo e baseava-se no princípio da divisão e equilíbrio das funções do poder – executivo, legislativo e judiciário.

2. A concepção de Benjamin Constant, fruto de sua obra *Princípios Políticos Constitucionais*. Esta corrente foi elaborada com fulcro em uma teoria de garantias individuais de Direitos Fundamentais inalienáveis e interrogáveis – liberdade pessoal, liberdade religiosa, propriedade privada e liberdade de imprensa – que limitariam a vontade geral e a soberania do rei ou de um Parlamento. Como afirma Wehling (1994, p.12): “Esta corrente encontrou também adeptos no Brasil especialmente entre aqueles que defendiam a monarquia constitucional, equidistante do absolutismo e da república”. Essa foi a vertente responsável pela criação do quarto

1 Como marcos normativos, temos a Declaração da Virgínia que reconhece o direito à igualdade de direitos, o direito à liberdade e à soberania popular. A Declaração de Independência dos Estados Unidos proclamou que todos os seres humanos deveriam ser considerados iguais, visto que eram dotados de direitos inalienáveis. E a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão consagra a existência de direitos naturais, inalienáveis e sagrados da pessoa humana.

2 A propósito, ver Wehling (1994, p. 11): “A segunda metade do século XVIII corresponde, no mundo euro-americano, a transformações estruturais irreversíveis. Fenômeno que filósofos e cientistas sociais de diferentes especialidades e referenciais teóricos analisam sob as conceituações de revolução industrial, revolução agrária e demográfica, ilustração, crise da sociedade estamental, afirmação do idealismo e superação da metafísica, definição do paradigma científico newtoniano ou constitucionalismo e revelam a complexa rede de relações existente nestas sociedades, nas quais parecia, ao menos pelos padrões do Antigo Regime, ter se acelerado a história, exigindo de seus contemporâneos um vasto programa de reforma social. O constitucionalismo, nesta perspectiva, é somente um ângulo da questão. Ângulo, porém, privilegiado, dada a globalidade de suas aspirações: nada menos que, à luz dos fundamentos filosóficos e critérios epistemológicos do racionalismo, procurar dar ordem ao caos, com fim de compreender os fenômenos, e sobre eles atuar, de modo a definir a melhor forma de governo e a mais bem direcionada organização social.”

poder, conhecido como *Moderador*. Este teria a função de equilibrar os demais – traço distintivo da Carta de 1824.

3. A vertente prussiana que associa o constitucionalismo ao Estado de Direito. Veja-se o que diz Wehling (1994, p.12): “Por esta interpretação, todos, do rei ao menos significativo súdito, eram elementos do Estado, submetendo-se igualmente ao direito; garantia-se ao cidadão sua liberdade jurídica, com leis gerais das quais emanavam os direitos subjetivos particulares”.

Para Wehling (1994), as duas primeiras vertentes – de Montesquieu e de Constant – combinadas parecem refletir melhor o constitucionalismo brasileiro naquele período, bem como suas fontes. E com efeito, o que há de semelhança nas três é a premissa de que a Constituição seria a responsável pela estruturação dos objetivos sociais e pela organização das instituições político-jurídicas da sociedade, tratando-se assim de uma engenharia social. Em outras palavras, constata-se o ideal de organização de reforma social mecânica pela lei – tal como desenvolvida pela Constituição de 1824.

Porém, o grande problema da análise destas vertentes no constitucionalismo pátrio está na adaptação da organização social proposta à realidade social brasileira que, diferentemente de muitos países na Europa, detinha ainda em seus fatores reais de poder anseios do Antigo Regime³ (WEHLING, 1994). Vivia-se um constitucionalismo em que eram aceitos a escravidão, o poder absoluto, um Estado que não era laico, como mais adiante discutiremos.

Outorgada em 1824⁴, da dissolução arbitrária da Assembleia Nacional Constituinte, a Constituição Imperial Brasileira foi a vitória institucional, no período de nascimento do império brasileiro, da centralização pregada pelos conservadores (grupo do imperador e de José Bonifácio) sobre o anseio federativo representado pelo grupo de Gonçalves Ledo, que defendia a monarquia constitucional representativa, na qual o Parlamento seria supremo, haveria a liberdade de expressão e de iniciativa e ampla autonomia das províncias.

Foi um documento que, se por um lado consagrou o centralismo direcionando

3 Para Wehling (1994, p.18): “Às vésperas da independência, trinta anos após a Conjuração Mineira e o início da revolução francesa, repetiu-se no Brasil a tentativa de convocar as Cortes, pelas normas do Antigo Regime, como acontecera na França com os Estados Gerais e na Espanha, com as Cortes de Cádiz. [...]”.

4 Reconhece-se que esta Carta Política de 1824 foi inspirada na Constituição Francesa de 1814 e segundo Chacon (1987, p. 69): “A Constituição da França tinha setenta e seis artigos; diante de cento e setenta e nove da brasileira de 1824, inaugurando o hábito local e dos vizinhos em longas Constituições analíticas, detalhistas, querendo tudo esgotar como se fossem leis adjetivas, portanto, logo envelhecendo, em vez de Constituições sintéticas, longevas porque declaratórias de princípios, mais adaptáveis às mudanças do tempo, na medida de sua grandeza, não só do seu tamanho, diferença essencial”.

todo o poder político ao poder moderador⁵⁶, por outro, em seu art. 179⁷, arrolou uma série de direitos e garantias que marcaram a adoção de uma proposta entre nós, até então inédita, de reconhecimento formal de direitos que positivam a liberdade frente à “constituição” do Estado⁸, incorporando uma nova concepção europeia *jus natural* dos direitos do homem que se traduzia na constitucionalização de barreiras à opressão do Estado frente aos indivíduos⁹. No particular, chamamos atenção especialmente para o tratamento que a igualdade jurídica recebeu e aqui gostaríamos de trazer três aspectos peculiares para o ideal igualitário que, entre nós, como já escrevemos em outras oportunidades, implica também em desigualdades, no plano jurídico.

Primeiro, é certo que houve uma adesão à ideia de igualdade formal, porém, esta igualdade era mediada por uma noção de merecimento, assim vazada

- 5 A associação de dois poderes – Moderador e Executivo - nas mãos da mesma pessoa, o imperador, trouxe medo aos meios políticos liberais de estar-se vivendo uma monarquia absolutista transvestida de constitucional.
- 6 “Em suma, o Poder Moderador, qual constava da Constituição, se opunha tanto a doutrina de Montesquieu, da separação dos poderes, como à de Constant, que era a doutrina do poder neutro ou poder judiciário dos demais poderes. O Poder Moderador da Carta do Império é literalmente a constitucionalização do absolutismo, se isto for possível. Nesse ponto, Tobias Barreto tinha toda razão em esconjurá-lo. Com efeito, o art. 101 estabelecia a competência do Imperador, como titular desse poder, cabendo-lhe um feixe constitucional de nove atribuições, assim determinadas: nomear senadores, convocar assembleia geral extraordinária nos intervalos das sessões legislativas, sancionar os decretos e resoluções dos conselhos provinciais, prorrogar ou adiar a assembleia geral e dissolver a Câmara dos Deputados, bem como fazer a livre nomeação e demissão dos ministros de Estado, suspender magistrados em determinados casos, perdoar ou mitigar penas e conceder anistia em caso de urgência.” (BONAVIDES, 1987, p. 9-10)
- 7 Dentre eles, destacamos: a saber: legalidade (inciso I); liberdade de pensamento e imprensa (inciso IV); liberdade religiosa (inciso V); inviolabilidade do domicílio (inciso VII); prisão legal (inciso VIII); independência do Judiciário (inciso XII); igualdade formal (inciso XIII); privilégios abolidos (inciso XIV); penas cruéis abolidas (inciso XIX); propriedade (inciso XXII); corporações de ofício abolidas (inciso XXV); – direito a precaução (inciso XXIV); direito autoral (inciso XXVI); inviolabilidade de correspondência (inciso XXVII); direito adquirido (inciso XXVIII); direito de petição (inciso XXX); socorros públicos (inciso XXXI); e instrução primária gratuita (inciso XXXII).
- 8 Torres (2001, p.255) ensina que: “Os direitos da liberdade exibem o *status negativus*, que significa o poder de autodeterminação do indivíduo, a liberdade de ação ou de omissão sem qualquer constrangimento por parte do Estado”.
- 9 Resumindo bem esta paisagem expressa-se Zimmermann (2002, p. 215): “assim sendo, os direitos fundamentais passaram a ficar consubstanciados em documentos constitucionais, para que então fossem reconhecidos pela sociedade e aceitos como reveladores dos direitos inerentes à própria natureza humana. Estas cartas, solenes e universalistas, postulavam a proteção humana como a finalidade essencial de toda a sociedade política, buscando assegurar a igualdade de direitos e reconhecer a necessidade de liberdade individual, bem como o direito de resistência às formas variadas de opressão social. Desde então, as declarações de direitos representam a parte mais nobre das Constituições, orientando o Estado para a garantia de certos princípios fundamentais, que assim estariam revelados como atributos naturais da pessoa humana, imutáveis e estabelecidos por Deus para que todos nós fôssemos livres e iguais em direitos. O primeiro destes direitos seria o direito à vida, pressuposto evidente para o usufruto dos demais”.

no texto constitucional “A Lei será igual para todos, quer proteja, quer castigue, o recompensará em proporção dos merecimentos de cada um” (BRASIL, 1824) - que remete à possibilidade de particularizações, já que o merecimento é condição subjetiva de cada um, inviabilizando generalizações.

Segundo, apesar da adesão às inspirações liberais, regimes jurídicos desiguais entre os brasileiros foram estabelecidos ou mantidos, como é o caso das restrições ao voto amplo e da manutenção de privilégios no serviço público. No caso do voto, a Carta adotou o voto censitário, ficando também excluídos de votar os criados e religiosos, as mulheres, os escravos, os índios e os filhos que viviam na companhia dos pais, isto é, dependentes economicamente. Quanto ao serviço público, ficou determinado no inciso XIV que:

Todo o cidadão pode ser admitido aos Cargos Públicos Civis, Políticos, ou Militares, sem outra diferença, que não seja dos seus talentos, e virtudes, porém mais adiante assegurou-se a manutenção dos “privilégios essenciais” e “inteiramente ligados aos Cargos, por utilidade pública” (BRASIL, 1824).

Terceiro, mencione-se ainda que apesar de a Constituição de 1824, no citado artigo 179, ter criado todo um escopo protetivo aos cidadãos brasileiros, a escravidão já implantada no Brasil desde a época colonial, foi mantida, reiterando a exclusão de um segmento da população de usufruir desses direitos e garantias. Inclusive, os escravos se viam submetidos a um duplo regime jurídico. Na perspectiva civilista eram considerados *coisa*, ou seja, propriedade de alguém, porém na dimensão penal, estavam submetidos a sujeição criminal.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma inusitada e curiosa dentro da história do constitucionalismo brasileiro, há ainda uma aproximação com a ideia de direitos sociais, antecipando-se a Carta, neste aspecto, ao movimento socialista inspirador dos ideais dos Direitos Fundamentais sociais, também chamados pela doutrina de *direitos de 2ª dimensão*, ou seja, aqueles que demandam uma ação do Estado, um fazer positivo no sentido do atendimento das necessidades mínimas dos cidadãos. Nesse sentido, temos os dispositivos que, na Constituição de 1824, tratavam da saúde pública, educação gratuita e estabelecimento de Universidades, a saber: socorros públicos (art. 179, XXXI), instrução primária gratuita (art. 179, XXXII) e Universidades e Colégios (art. 179, XXXIII).

Por fim, se com a Independência e sua decorrente Constituição, algumas novidades foram introduzidas na ordem jurídica do país que então surgia, distinguindo-se no particular do antigo regime lusitano, sob a perspectiva das relações sociais, a positivação desses direitos não implicou rupturas significativas que pudessem estabelecer de fato uma sociedade nova e renovada, assentada em

premissas de igualdade e cidadania plena. Inaugurava-se assim também, com a Independência e sua Carta constitucional, concepções ambíguas e contraditórias como marcas distintivas da cultura jurídica brasileira que até hoje se perpetuam?¹⁰

REFERÊNCIAS

- BONAVIDES, Paulo. *A Constituição do Império*. R. Inf. Legisl. Brasília a 24 n. 94abr/ jun. 1987. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/181751/000431168.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 29 mar. 2022.
- BRASIL. [Constituição (1824)]. *Constituição Política do Império do Brazil*. Rio de Janeiro, Imperador D. Pedro I, em 25 mar. 1824.
- CHACON, Vamireh. *Vida e Morte das Constituições Brasileiras*. Rio de Janeiro: Forense, 1987.
- KANT DE LIMA, Roberto. *Ensaios de Antropologia e de Direito*. 2. tir. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2009.
- KANT DE LIMA, Roberto. *Sensibilidades jurídicas, saber e poder: bases culturais de alguns aspectos do direito brasileiro em uma perspectiva comparada*, *Anuário Antropológico*[Online], v.35 n.2, 2010. Disponível em: <http://journals.openedition.org/aa/885>. Acesso em: 29 mar. 2022.
- NOVAIS, Fernando, A. As dimensões da Independência. In: MOTA, Carlos, G. *Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- TORRES, Ricardo Lobo(org.). A Cidadania Multidimensional na Era dos Direitos. In: *Teoria dos Direitos Fundamentais*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- WEHLING, Arno. WEHLING, Maria José. Pensamento político e elaboração constitucional no Brasil. *Estudos de História das Ideias Políticas*. Rio de Janeiro: IHGB, 1994.
- ZIMMERMANN, Augusto Cotta. *Curso de Direito Constitucional*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2002.

10 Sobre essa ambiguidade, ver por exemplo as discussões travadas por Kant de Lima (2009 e 2010) ao discutir a questão da igualdade jurídica e as figuras da pirâmide e do paralelepípedo.

BRASIL, DUZENTOS ANOS DE HISTÓRIA: entre particularismos e universalismos

Lara Denise Góes da Costa*
Paulo M. d'Avila Filho**

RESUMO

O artigo apresenta a tensão entre particularismo e universalismo que subjaz o debate moral no que diz respeito aos fundamentos dos Direitos Humanos e como podemos avançar no Brasil sem que as controvérsias teóricas se sobrepujem às demandas culturais e às diferenças de valores e práticas sociais. Neste sentido, o artigo apresenta novas possibilidades de compreensão de valores culturais integrados à dimensão normativa dos Direitos Humanos.

Palavras-chave: Direitos Universais; cultura; relativismo.

*BRAZIL, TWO HUNDRED YEARS OF HISTORY:
between particularisms and universalisms*

ABSTRACT

The article presents the tension between particularism and universalism that underlies the moral debate regarding the foundations of Human Rights and how we can advance in Brazil without theoretical controversies overcoming cultural demands and differences in social values and practices. In this sense, the article presents new possibilities for understanding cultural values integrated into the normative dimension of Human Rights.

Keywords: Universal Rights; culture; relativism

*BRASIL, DOSCIENTOS AÑOS DE HISTORIA:
entre particularismos y universalismos*

RESUMEN

El artículo presenta la tensión entre particularismo y universalismo que subyace al debate moral sobre los fundamentos de los Derechos Humanos y cómo podemos avanzar en Brasil sin que las controversias teóricas superen las demandas culturales y las diferencias en los valores y prácticas sociales. En este sentido, el artículo presenta nuevas posibilidades de comprensión de los valores culturales integrados a la dimensión normativa de los Derechos Humanos.

Palabras clave: Derechos Universales; cultura; relativismo.

* Doutora em Filosofia e em Ciências Sociais. Professora da Escola Superior de Guerra. Contato: larinhas@hotmail.com

** Doutor em Ciência Política; Professor do Instituto de Ciência Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ICS/UERJ). Contato: paulodavilafilho@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O início do século XIX marca um período de resultado das transformações dos trezentos anos de administração colonial no Brasil. Não apenas o regime de subordinação, mas várias mudanças ocorrem no sentido de renovar, com avanços e recuos, a sociedade brasileira. Da autonomia frente à metrópole portuguesa à dependência econômica do centro industrial britânico, a modernização e a inserção do Brasil possuíam o inconveniente histórico do tráfico de escravos, forma de produção inerente à sobrevivência do sistema econômico da época e motivo de humilhação frente à pressão inglesa para sua abolição.

A relação basilar do sistema senhores e escravos, produzida por quase três séculos, e as reformas econômicas posteriores deste sistema, não constituíram grandes avanços sociais, pelo contrário, essa relação se perpetuará de forma diferente com novas nuances por toda estrutura administrativa e todos os fundamentos da futura independência. Até o século XX, o ideal de civilização e, sentido abrangente – moral, político e cultural – oriundo dos países europeus, sobretudo da França, expunha a exigência incoerente de um comportamento humano moralizado dos outros (não europeus) frente aos “civilizados escravocratas” do hemisfério norte. Tal hipocrisia moral e política vem à tona em especial nas últimas décadas com as teorias desconstrucionistas o pensamento afrodiáspórico e decolonial, que busca em seu conjunto “desmascarar” as assertivas “universais parciais europeias e incluir na pauta novas vozes antes não ouvidas”. (COSTA, L.D. G. da, 2022).

Nestes duzentos anos de independência do Brasil assistimos a este renovado desenvolvimento e “descentramento” das ciências humanas e sociais acerca da diversidade dos países do hemisfério sul e oriente frente ao universalismo moral formal do ocidente. Este movimento produz um campo de estudos e enquadramento teórico cada vez mais complexo para se tratar do tema dos direitos humanos e dos percursos e percalços destes no Brasil.

Um dos grandes desafios da teoria política contemporânea, neste sentido, seria produzir fundamentos legítimos para proposições políticas os quais se pretendem promover a universalização diante do fato do pluralismo político e cultural em contextos de valorização de procedimentos democráticos e a da diversidade cultural. De certo modo, o problema remete a um debate ancestral entre particularismos e universalismos.

Os universais e os particulares constituem tópico recorrente entre os filósofos e cientistas sociais. Particularmente preocupados com o tema, os antropólogos têm mantido há tempos uma preocupação referente a estas questões, privilegiando o entendimento da cultura como um atributo geral da humanidade e as culturas como múltiplas existências de tal atributo. Fato é que, há muito tempo, filósofos, cientistas políticos e antropólogos têm contraposto universalismos e particularismos. A perspectiva deste texto é dar uma resposta positiva ao dilema

procurando apresentar um fundamento de legitimidade propositiva que articule a valorização da diversidade sem perder de vista uma perspectiva universalista ou universalizável. Como encontrar fundamentos de legitimidade para uma sugestão prescritiva sobre valores? A ideia de uma concepção política ou pública de valores pode se prestar a este esforço.

2 UNIVERSALISMO E DIVERSIDADE CULTURAL

Sugerir um conjunto de boas práticas ou boas políticas significa estabelecer uma relação entre práticas, políticas, valores e fins desejáveis. A articulação entre estes termos, universal e particular, é, por si só, um enorme desafio. O desafio consiste em fazer escolhas políticas em meio à diversidade cultural.

Quando estabelecemos fins desejáveis, objetivos gerais a serem alcançados, e escolhemos determinadas ações políticas para atingi-los, deixamos de considerar cursos de ação alternativos. Por um lado, sempre que tratamos de política, agindo ou escolhendo determinados tipos de ação política estamos inevitavelmente afirmando alguma preferência, isto é, ao fazermos esta ou aquela escolha optamos por algo em detrimento de outra possibilidade. Por outro lado, quando nos deparamos com o universo dos valores e práticas sociais, somos brindados com uma significativa diversidade cultural que os seres humanos foram e são capazes de produzir.

Entendendo a cultura como um conjunto de práticas, valores, crenças e costumes, os povos e comunidades possuem padrões culturais distintos. Estamos acostumados a considerar os distintos costumes dos povos e nações, mas é mais raro considerarmos que comunidades diferentes dentro de um mesmo país, ainda que vivam sob as mesmas instituições políticas e jurídicas, são também marcadas por diferentes identidades sociais, políticas ou culturais tais como as regionais, territoriais, profissionais, étnicas, de gerações, de gênero e orientação sexual, entre outras.

Se a diversidade cultural é um patrimônio da humanidade a ser enaltecido e valorizado, tal como a diversidade biológica na natureza, o desafio seria como escolher políticas e fins desejáveis, articulados com prática e valores sociais desejáveis, sem incorrer na exclusão das diversas possibilidades de se encarar valores e práticas culturais. O dilema é como afirmar preferências e ao mesmo tempo manter uma perspectiva positiva diante da diversidade cultural. No caso deste artigo, a questão é como ser propositivo sobre valores diante da diversidade de possibilidades de perspectivas culturais sobre valores e práticas desejáveis. Este é um dos confrontos possíveis entre a dimensão política e cultural da experiência humana. Este dilema desafiador está repleto de armadilhas que podem ser encontradas com frequência, mas que uma perspectiva pluralista em prol da democratização deveria evitar.

A primeira é a de que não convém considerarmos nosso entendimento do mundo como um universal imutável, igualmente aplicável a todos os povos

e comunidades. Ainda que a vida e o amor, por exemplo, nos pareçam “valores” universalizáveis, não são considerados nem vividos do mesmo modo pelas culturas. Não devemos encarar, portanto, nossas proposições de forma fundamentalista, baseados em essências, como se fossem a única possível. Para além das objeções de ordem epistemológica ou ontológica, quando agimos assim não há espaço para diálogo em torno de qualquer proposição. Tal enquadramento oblitera a possibilidade de valorização da experiência alheia e alimenta perniciosa expectativa de dominação política e cultural, pois justifica toda a sorte de imposições arbitrárias.

Uma segunda armadilha diametralmente oposta a essa é incorrermos no equívoco inverso, não sermos de modo algum prescritivos em função da preservação da diversidade cultural. Nesta linha, no esforço de preservar o caráter “multicultural” da experiência humana, acabamos por apenas descrever a diversidade cultural, contribuindo assim para a ideia de uma preservação imutável ou “zoológica” das culturas. Ocorre que as culturas são produtos do contato cultural, ou do que os especialistas chamam de “contágio cultural” ou “interculturalidade”. A “interculturalidade” implica que os diferentes são o que são em relações de negociação, conflitos e empréstimos mútuos. No contato entre diferentes culturas elas se transformam, alterando seus pontos de vista valorativos, suas práticas e costumes. As culturas são criações da interação humana, estão vivas, em processo constante de mutação: culturas são assim, por definição, híbridas.

Uma criança que contemplasse a imagem de um índio no museu, com seus cocares e penas considerados “típicos”, não reconheceria uma liderança indígena vestida com roupas peculiares ao homem urbano das capitais brasileiras discutindo seus direitos em Brasília, por exemplo. Ela não compreenderia que entre uma e outra imagem ocorreu o fenômeno citado da “interculturalidade”. Não compreenderia que o museu preservou uma espécie de fotografia que nos ajuda a conhecer um determinado momento cultural, não uma essência. Ainda que se possa argumentar que os contatos culturais podem ser profundamente desiguais, no qual uma cultura consegue se impor a outra, isto não elimina o fato de que exista sempre alguma troca que as transforma, ainda que de forma desigual.

É da confrontação das perspectivas culturais, dos valores e práticas que afirmam e professam, que se processa a mudança cultural. Ainda que, sustentando a legitimidade da diversidade cultural, não podemos nos furtar a afirmar proposições, fins ou boas políticas, sob pena de incorrermos em insidiosa inação e/ou na ilusão do “tombamento” (preservação imutável) das culturas.

A terceira armadilha é frequentemente açãoada como forma de superar os problemas postos pelas duas primeiras, mas essa também não resolve. Consiste na crença de que podemos lançar mão de uma perspectiva supostamente neutra, isenta ou imparcial, de intervenção sobre o social. Significa acreditar que a sua afirmação não é mais um ponto de vista, ou seja, a vista a partir de um ponto, como todas as outras, mas sim uma perspectiva que paira acima delas. Mas, se todas

as afirmações, proposições e práticas sociais são produtos das culturas, imersas, portanto, em seus respectivos universos de crenças e valores, um produto cultural, com contexto de criação, histórico e geográfico, em nada autorizaria a acreditar que meu olhar é desprendido do meu universo cultural, por definição parcial.

Trata-se da transposição da proposição weberiana da necessária “neutralidade axiológica” das ciências sociais para o domínio das escolhas humanas a respeito de uma ordem social desejável. Por outras palavras, a ciência só poderá esclarecer as escolhas valorativas dos homens sabendo que a sua adoção e defesa dependem antes da vontade e da fé. A ciência não está habilitada a comandar a tomada de decisão relativamente aos fins e aos valores. A ciência poderá, eventualmente, indicar ao ator social o que pode fazer, eventualmente o que pretende fazer, mas em caso nenhum o que deve fazer. Da mesma forma, em virtude da separação categórica entre o ser e o dever ser, entre os juízos de fato e os juízos de valor, é vedada à ciência a possibilidade de fundamentar normativamente um imperativo qualquer. Os fins e os valores não se impõem em virtude de verdades científicas, mas no seio de lutas incessantes, confrontação política, contato cultural e até mesmo por meio da força.

Não é comum nos fazermos esta pergunta já que, por hábito, naturalizamos nossas crenças, como se elas correspondessem às coisas tal como elas são, e os outros pensam de modo estranho. No contato cultural o estranhamento pode ser mútuo. Isto se torna mais fácil de compreender se formos capazes de nos colocar no lugar dos “outros”. Assim, toda a afirmação, ou proposição de boas políticas será sempre uma perspectiva particular, um ponto de vista. Se for verdade, porém, que os processos de transformação culturais ocorrem no contato ou na confrontação, troca ou diálogo entre sistemas de crença e valores distintos, então não há nenhum mal em se admitir o caráter parcial desta proposta e ofertar prescritivamente ao diálogo público um caminho que, se acredita, deva ser seguido.

A fim de evitar estas três armadilhas: não partir de visões baseadas em essências imutáveis; não se limitar à mera descrição da pluralidade do mundo que nos conduz à inação; e assumir o caráter parcial da sua perspectiva, é que este texto propõe fundamentar a escolha das boas práticas e boas políticas em uma concepção política ou pública de valores.

3 DIREITOS HUMANOS: UMA CONCEPÇÃO POLÍTICA OU PÚBLICA DE VALORES

A expressão ‘valores públicos’, a rigor, é quase um pleonasmo. De certo modo, todos os valores são públicos, no sentido de coletivamente compartilhados, assim como a moral e a linguagem. A rigor, não existe a ideia de uma linguagem pessoal. A linguagem é uma construção intersubjetiva, socialmente produzida. Para que haja comunicação é necessário que compartilhemos os sentidos das palavras no que podemos chamar de “língua em uso”, a despeito de sua significação vernácula.

Mesmo que seja possível o sujeito afirmar valores pessoais, os indivíduos são portadores de valores morais construídos intersubjetivamente.

Ainda que os valores sejam públicos por definição, faz-se necessário distinguir a abordagem que faz este texto de outras duas possíveis compreensões da questão. Uma delas deriva da perspectiva tratada acima. Esta forma de encarar os valores corresponde à perspectiva antropológica que se refere aos valores culturais como referidos aos sistemas de crenças e significação. Seria possível também considerar valores públicos aqueles que de alguma forma estão associados ao conjunto de leis e normas ou princípios constitucionais que regem uma determinada sociedade. Tanto em uma como em outra possibilidade, estes valores exercem significativo constrangimento moral aos que deles compartilham.

A perspectiva aqui é outra. Trata-se de apresentar uma concepção política ou pública de valores. A expressão “concepção política de valores” visa diferenciar a proposição deste artigo de outras formas de se encarar os valores provenientes de sustentações fundamentalistas ou metafísicas, ancoradas em alguma ideia de verdade epistemológica ou ontologias filosóficas abrangentes. A concepção é política não porque esteja relacionada com alguma perspectiva partidária, mas porque é fruto de acordo. Assim se por um lado é possível identificar certa inspiração em John Rawls (2000) em sua teoria da justiça, a proposição inova na direção de um acordo dialógico, reconstrutivo (HABERMAS, 1997). O sentido do termo “política” na expressão é a ideia de acordo; artefato humano, arranjo precário, artifício contingente, pois mutável, renegociável, ou em outras palavras, normativamente aberto ao diálogo.

Apresentar uma concepção política de valores significa estar face a face com os problemas envolvidos na adoção de diretrizes necessárias ao estabelecimento pragmático de políticas públicas. Por outro lado, é possível, ao mesmo tempo, redobrar o cuidado em não cair na tentação de uma corrida por fundamentos absolutos. Trata-se de, a partir do caráter heterogêneo e diverso que envolve as sociedades humanas, retomar a definição do que poderia surgir como um acordo social e político precário e dialógico. Isto porque, entendida enquanto um artefato cultural e político, uma concepção política ou pública de valores deve estar constantemente aberta à discussão, baseada assim em um formato flexível e permeável às resultantes do diálogo.

Como tentativas de acordos mantenedores de uma concepção política de valores ou valores públicos, podemos elencar a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Se tomarmos a origem da Declaração dos Direitos do Homem no plano histórico, veremos que a declaração francesa de 26 de agosto de 1789, descrita por alguns como o ato de constituição de um povo, precede a Constituição a ser aprovada e marca claramente a resistência ao modo de vida opressor de então que havia sido deposto com a Revolução.

A declaração francesa, contudo, foi precedida pelas declarações de direitos, os chamados *Bills of Rights* (BOBBIO, 2004), de algumas colônias americanas contra

a Metrópole inglesa. Quando a atenção se volta para a questão de reconhecimento gradual dos direitos civis, políticos e sociais é possível destacar a especificidade histórica e maleabilidade dos preceitos das primeiras declarações. As declarações de direitos podem ser interpretadas como instrumentos acordados historicamente das mais distintas formas e trajetórias nacionais. Sua perspectiva datada corrobora a perspectiva aqui oferecida para uma concepção política de valores.

Trata-se de um produto histórico, um artefato humano fruto de acordos pontuais, historicamente determinados e que se transformam no tempo na medida em que se tornam objeto do debate público, constituindo ótimos exemplos de ancoragens de princípios relacionados a valores desejáveis. Sua vantagem sobre todas as outras ancoragens ou fundamentos de valores é seu caráter precário, provisório, fruto de acordo político contingente e sujeito a mudança. Mesmo que de forma recorrente se mobilizem argumentos assentados em alegados valores universais europeus, na prática, vêm funcionando para ampliar seus conteúdos e como ponto de partida para o debate público. Os acordos não são necessariamente entre atores sociais e políticos simétricos, ainda que esta seja uma miragem desejada por recorrente fabulação social. As assimetrias, no entanto, não invalidam um processo de troca, ainda que desigual.

Este tipo de perspectiva está de acordo com o que se vem chamando de “cosmopolítica” (RIBEIRO, 2008). A ideia da “cosmopolítica” implica o esforço de arregimentação de discurso que se pretenda ao mesmo tempo universalista, por quanto pretensamente universalizável, logo propositivo, e global ao mesmo tempo em que respeita a diversidade cultural, constituindo esteio de organismos multilaterais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e suas agências. Diante do elogio da diversidade ainda é possível proferir um discurso político afirmativo de unidade em torno de princípios para uma vida boa, ou valores de vida.

A perspectiva da “cosmopolítica” pretende lidar de forma exitosa, pela via do procedimento, com a tensão recorrente entre hibridismo e fundamentalismo, entre particularismo e universalismo. A “cosmopolítica” é formada por discursos globais, pela ideologia da tolerância, compreensão, inclusão e convivência:

Cosmopolitismo é uma noção ocidental que sintetiza a necessidade que agentes sociais têm de conceber uma entidade política e cultural maior. O cosmopolitismo pressupõe uma atitude positiva diante da diferença, um desejo de construir amplas alianças e comunidades pacíficas e igualitárias [...] gerando uma solidariedade universalista. (RIBEIRO, 2008, p. 212)

Assim, o que se preserva é a conjunção de me constituir como sujeito político propositivo, cujo respeito a diversidade não está na sua preservação zoológica, mas no caráter democrático e potencialmente inclusivo das proposições. Democrático

porque reconhece o debate e o diálogo como meio de expansão destes valores públicos. Inclusivo porque aberto a ser acrescido de novas agendas em função da ampliação da esfera pública produzida pela aceitação de novas discursividades, subjetividades portadoras de demandas.

Novas subjetividades consideradas legítimas interlocutoras no mundo público produzem novas agendas políticas que podem ser incorporadas aos valores fundamentais, porque eles não são fixos, universais *a priori*, mas flexíveis e produtos do agir político das partes envolvidas na interação, ainda que potencialmente assimétricas. Esta flexibilidade deriva da recusa ao fundamentalismo pela opção do reconhecimento da dialogia e da interculturalidade como fenômenos legítimos e procedimentos desejáveis. Neste sentido, uma concepção política dos valores desejáveis é basicamente uma concepção que propugna a democratização do espaço público e uma dimensão inclusiva da justiça.

No Brasil, em função de sua história, um dos países mais desiguais do mundo, profundamente hierárquico e oligárquico, esta perspectiva encontra muitas dificuldades. Noções como valorização do mundo público, legitimidade simétrica, igualitarismo e liberdade encontram solo pouco fértil para vicejar. Nestes duzentos anos de independência do Brasil, nossa procura pela universalização de direitos e procedimentos não se dará sem conflito e forte resistência.

Mas afinal, o que são realmente “direitos humanos”? De quais “direitos humanos” pensamos ao avocarmos ou defendermos tais direitos? Há categorias de “direitos” que seriam universais, ou seria necessário defini-los localmente, a partir das configurações sociais, políticas, históricas, econômicas e sociais de cada cultura? E quais garantias, ou lutas/resistências por direitos humanos precisaríamos nos mobilizar? Qual seu alcance, e qual a relação entre direitos humanos e outras categorias, como por exemplo participação política ou igualdade socioeconômica? (DA GAMA E SOUZA; GÓES; VELOSO, 2019)

Na década de 70, a pesquisa em direitos humanos era fundamentalmente uma pesquisa jurídico-normativa, centrada na criação e interpretação de normas e padrões internacionais de direitos humanos e ainda na criação de organismos internacionais voltados ao monitoramento das obrigações dos Estados. Nessa fase, o método utilizado era basicamente interpretativo, no sentido de alavancar, expandir e aprofundar estas normas e padrões.

A partir dos anos 80, o direito ao desenvolvimento entra na agenda internacional com a Declaração sobre o direito ao desenvolvimento (1986) e a Declaração de Viena e Programa de Ação (1993) e esta nova fase alarga o campo da pesquisa dos direitos humanos para o estudo empírico do desenvolvimento, tendo como interesse investigativo os direitos humanos como o fundamento normativo para o desenvolvimento. Neste prisma, a pesquisa no campo dos direitos humanos abre a primeira porta para a interdisciplinaridade e para novas questões analíticas e metodológicas. O campo dos direitos humanos e desenvolvimento acirra o debate

local/ contextual e o debate relativismo x universalismo, numa disputa entre justificativas morais para os direitos humanos, neste caso sob a égide de princípios universais os quais passam a sofrer críticas diante da sua falta de efetividade ou alcance (DA GAMA E SOUZA; GÓES; VELOSO, 2019).

Paralelamente, o avanço de ‘globalizações’ via mercado neoliberal e suas consequências para o aprofundamento das desigualdades fortalece a perspectiva do acesso desigual e de desigual reconhecimento entre diferentes países e culturas, em especial as do sul global. Neste sentido, a própria ideia de “direitos humanos” passou por discussões que em geral apresentam três problemáticas/ questões: 1. Direitos para quem? 2. Por que precisamos deles? 3. Qual o seu alcance e limites de implementação?

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da Declaração dos Direitos Humanos da ONU, de 1948, muito se debateu acerca das lacunas de efetivação dos direitos humanos e de que forma poderia se ampliar ou estender seu alcance a povos/culturas que embora não ocidentais estariam sob sua égide normativa, visto que o que haveria de humano seria em algum sentido compartilhado ou comum. Entretanto, como mostrou Hannah Arendt, Benhabib, Amartya Sen entre outros, o conceito de ser humano a que esses pensadores se referem não seria preciso ou ontologicamente possível de delimitar como mínimo comum, diante da diversidade de práticas culturais que possuiriam significados normativos particulares, e neste sentido, a alteridade desejada pelo ocidente no sentido de “incluir” o outro seria impossível devido à intolerância com certas práticas culturais tidas como “incivilizadas”, “selvagens”, “primitivas”, “arcaicas”, “cruéis” ou radicais. Assim, o documento da Organização das Nações Unidas (ONU) ainda postula uma série de características, valores e supostas necessidades humanas que, embora apresentadas como universais, seriam fortemente moldadas por valores ocidentais e modernos.

Desta forma, haveria uma antinomia de valores na abordagem dos direitos humanos, na qual ao mesmo tempo em que os Estados ocidentais velariam pela liberdade individual através de valores individualistas, também velariam pela igualdade – coletivista – entre os cidadãos através do acesso dos mais desfavorecidos a condições mínimas de integração na vida social, o que refletiria valores supraindividuais solidários. Mas para isso, a questão cultural não entraria no debate. Atualmente, o debate se deslocou para questão econômica mais pungente, em especial a que se refere ao acesso a condições mínimas de existência, inclusive o direito de viver sob sua própria cultura local e daí extrair sua subsistência.

Seguindo este prisma, vemos que a inclusão ou exclusão econômica via mercado neoliberal ocidental retrataria uma ideologia reducionista quanto à complexidade cultural, visto que determinadas exclusões e dependências sociais

quanto ao sistema econômico tornariam culturas minoritárias incapazes de perceber o sentido cotidiano das desigualdades já naturalizadas o que por si só já refletiria a falta de reconhecimento particular por parte do sistema.

Se os valores morais ocidentais, a cultura política e os costumes relacionam-se intimamente com a estrutura socioeconômica da qual nos tornamos até determinado ponto dependentes, como separar o normativo universal do econômico ou valores culturais do normativo universal que possibilitariam acesso ao reconhecimento? Talvez, possamos apontar o caminho para o reconhecimento como redistribuição e vice-versa sob o entendimento hegeliano de que se todas as particularidades compõem o todo universal, tudo que é cultural seria inevitavelmente humano e indivisível.

REFERÊNCIAS

- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2004.
- CANCLINI, Nestor Garcia (2007). *A globalização imaginada*. São Paulo: Editora Iluminuras, 2007.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4.ed. São Paulo: Ed. USP, 2003.
- COSTA, L. D. G. da. (2022). Democracia estancada: Crítica da crítica, sujeitos, denúncias e reivindicações em perspectiva. *Rio Grande do Sul, Civitas - Revista De Ciências Sociais*, v. 22, 2022. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2022.1.41184>
- DA GAMA E SOUZA; GÓES; VELOSO. Direitos Humanos e Empresas: teorias, práticas e desafios metodológicos. Rio de Janeiro, *Juris Poiesis*. v. I. 22, n. 29. 2019.
- HABERMAS, Jürgen. (1997) Direito e Democracia: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro, *Tempo Brasileiro*, v. II, 1987.
- LAPLATINE, François. *Aprender Antropologia*. São Paulo, Brasiliense, 2.ed., 1989.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Raça e história*. 2. ed. Lisboa: Presença; Brasil: Martins Fontes, 1975.
- MACINTYRE, Alasdair. *Justiça de quem? Qual racionalidade?* São Paulo. Ed. Loyola, 1991. (Col.Filosofia).
- RAWLS, John. *O Liberalismo Político*. São Paulo: Ed. Ática, 2000.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Diversidade cultural enquanto discurso global. Desigualdade e Diversidade, *Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio*, n. 2, jan./jun. 2008.

SMITH, Adam. *Teoria dos sentimentos morais*. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

WEBER, Max. *Ciência e Política*: duas vocações. São Paulo, Ed. Cultrix, 1970.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

O GLOBAL E O LOCAL: riscos e desafios das megafusões no setor agroalimentar para a segurança alimentar no Brasil

Ana Luiza da Gama e Souza*
Letícia Helena Medeiros Veloso**

RESUMO

O Brasil é o líder global no consumo de pesticidas para a produção agrícola, prática que impacta profundamente o meio ambiente. Esta realidade é fruto de um conjunto de fatores socioeconômicos locais e globais, dentre eles a tendência à altíssima concentração do mercado de produção de alimentos. Este artigo busca fazer um contraponto entre as dinâmicas globais de concentração do mercado de insumos (sementes e pesticidas) e seus impactos para a segurança alimentar e os avanços e retrocessos regulatórios no Brasil.

Palavras-chave: Segurança alimentar; Direitos Humanos; regulamentação.

THE GLOBAL AND THE LOCAL: risks and challenges of megamergers in the agri-food sector for food safety in Brazil

ABSTRACT

Brazil is the global leader in the consumption of pesticides for agricultural production, a practice that has a profound impact on the environment. This reality is the result of a set of local and global socioeconomic factors, including the tendency towards a very high concentration of the food production market. This article intends to make a counterpoint between the global dynamics of input market concentration (seeds and pesticides) and their impacts on food security and the regulatory advances and setbacks in Brazil.

Keywords: Food Safety; Human Rights; regulation.

EL GLOBAL Y EL LOCAL: riesgos y desafíos de las megafusiones en el sector agroalimentario para la seguridad alimentaria en Brasil

RESUMEN

Brasil es líder global en consumo de pesticidas para la producción agrícola, una práctica que impacta profundamente el medio ambiente. Esta realidad es resultado de un conjunto de factores socioeconómicos locales y globales, como la tendencia a la alta concentración del mercado de producción de alimentos. Este artículo

* Doutora em Filosofia; Doutora em Sociologia e Direito; Professora pesquisadora do PPGA/UFF. Jovem Cientista do Nossa Estado – FAPERJ. Contato: anagama64@gmail.com

** Doutora em Antropologia. Professora adjunta do Departamento de Sociologia da Universidade Federal Fluminense. Contato: lveloso.uff@gmail.com

busca hacer un contrapunto entre la dinámica global de concentración del mercado de insumos (semillas y pesticidas) y los impactos en la seguridad alimentar y los avances y retrocesos regulatorios en Brasil.

Palabras clave: Seguridad alimentaria; Derechos humanos; regulación.

1 INTRODUÇÃO

O consumo de pesticidas é um problema global e local. No mundo, os pesticidas causam cerca de 200.000 mortes por intoxicação aguda por ano, sendo que a grande maioria delas ocorre em países em desenvolvimento (UNITED NATIONS, 2017), dentre eles o Brasil, onde é questão de saúde pública. O Brasil é um dos líderes mundiais no consumo de pesticidas: só em 2017 foram comercializados no território nacional 377.196 mil toneladas de ingredientes ativos e em 2018, foram 549.280,44 toneladas.

O país contabiliza inúmeros casos de contaminação aguda, grande parte pelo contato direto devido à exposição ocupacional, da ingestão de alimentos, pela contaminação ambiental. Pesticidas são constituídos por substâncias químicas – ingredientes ativos – e aí reside o perigo para a vida humana. Neste contexto de grave insegurança alimentar, é necessário mapear e avaliar alguns dos fatores que levaram a este contexto na última década. Neste texto faremos um contraponto entre as dinâmicas globais de concentração do mercado de insumos (sementes e pesticidas) e os impactos para a segurança alimentar, e os avanços e retrocessos regulatórios no Brasil.

2 GLOBAL: MEGAFUSÕES E OS RISCOS PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR

A agricultura industrial e os sistemas alimentares foram estruturados de forma a permitir a acumulação de valor por um número limitado de atores, que têm seu poder econômico e político reforçado e, portanto, têm maior capacidade de exercer governança. Esse campo econômico, criado pelas próprias empresas, de acordo com o volume e a estrutura do capital que possui, tem determinado a estrutura do campo e o estado de sua influência no setor. Quanto maior o seu capital - variável de acordo com a história do campo, o nível de desenvolvimento e concentração e de acordo com a particularidade do produto - maior é seu poder de manter a configuração do campo / setor.

Concentração pode significar uma empresa (monopólio) ou poucas empresas (oligopólio) controlando o mercado. Houve ondas de concentração desde o final dos anos 80, mas hoje em dia a maioria dos mercados são oligopólios e esse enorme poder econômico e também poder político – pela influência que exerce sobre a tomada de decisões do Estado, como mostramos acima no caso do Brasil – impacta substancialmente os direitos humanos, principalmente nos países do sul

global, onde o discurso político do desenvolvimento econômico parece levar ao incentivo indiscriminado ao investimento e, em seguida, à frouxidão e fraqueza na regulamentação das empresas.

A concentração tem sido uma característica do setor agroquímico-alimentício desde o final do século XX. O 2015 foi o ano das mega-aquisições e fusões (M&A), conectando globalmente todos os nós da cadeia de suprimentos, levando a uma consolidação sem precedentes do mercado agroquímico e alimentar. O indicador de concentração avalia a competitividade no mercado estimando a participação total de mercado por um determinado número de empresas, em relação ao tamanho total do mercado. Se quatro empresas controlam mais de 40% do mercado, essa concentração cria barreiras à entrada de novas empresas ou atores, ou seja, quando a maioria das empresas possui vantagens competitivas sobre os novos entrantes, devido à sua posição dominante.

Este processo de concentração demanda também uma mudança estrutural, e neste contexto as novas biotecnologias, as tecnologias de dados e a financeirização são vetores poderosos, segundo o Painel Internacional de Experts em sistemas alimentares sustentáveis de 2017 (IPES FOOD, 2017). No sentido vertical da concentração ou consolidação, empresas agroquímicas estão adquirindo companhias de sementes, abrindo novos caminhos para o desenvolvimento das colheitas. As empresas de insumos agrícolas estão se diversificando e partindo para estratégias hostis de integração de suas atividades.

As novas biotecnologias têm tido uma importância fundamental na consolidação do mercado agro-bioquímico-tecnológico alimentar, agregando semente e química. Segundo o IPES (2017), o maior contrato de fusão e aquisição nos últimos dois anos foi entre as indústrias químicas e a de sementes, o que tem forte impacto para os direitos humanos no Brasil, pelos impactos na alimentação, na saúde e no meio-ambiente. A megafusão da Bayer com a Monsanto restringiu o setor de agroquímicos e sementes a apenas 3 empresas com controle sobre 70% dos pesticidas e mais de 60% para as indústrias de sementes, que podem reconfigurar dramaticamente o setor que lucra US \$ 100 bilhões.

Em 14 de setembro de 2016, Bayer e Monsanto assinam o acordo definitivo de fusão, com o compromisso de manter forte presença no negócio de sementes, Traits— traços genéticos – e proteção de cultivo, combinando a liderança da Monsanto em sementes e traits com a ampla linha de produtos de proteção de cultivo da Bayer através de uma gama de indicações e culturas em todas as principais geografias do mundo. O resultado da fusão para os produtores seria um conjunto de soluções combinadas em sementes e Traits, agricultura digital e proteção de cultivo.

Neste processo foi concluída a compra por U\$ 9 bilhões de ativos importantes da Bayer para a BASF, por conta e exigências das legislações antitruste. Além de 4.500 novos funcionários, vieram divisões inteiras de projetos, pesquisas e novas tecnologias em herbicidas, tratamento de sementes e agricultura digital

incluindo a aquisição do negócio global de sementes vegetais da Bayer, operando principalmente sob a marca Nunhems®. Essa proposta de um mercado de alimentos gigante é de incalculável risco para os direitos humanos se não forem acompanhados de forte regulamentação local e global, pois acarretam perda de competitividade e, consequentemente, a perda de interesse em biotecnologias agrícolas verdadeiramente sustentáveis. A fusão se completou em 2018, após sua aprovação pelas agências especializadas.

3 O LOCAL: O PROCESSO DE DESREGULAÇÃO DO USO DOS PESTICIDAS NO BRASIL

Estas dinâmicas globais de concentração no mercado de insumos agrícolas impactam diretamente nas questões regulatórias locais – e globais – e neste rumo a saga legislativa no Brasil não é recente e começa com o projeto de lei 6299/2002 (BRASIL, 2022b) que altera os artigos 3º e 9º da Lei nº 7.802/1989 (BRASIL, 2022b) sobre registro prévio dos agrotóxicos, permitindo o registro por similaridade.

AO PL 6299/2002 (BRASIL, 2022b) foram apensados outros projetos, como o PL nº 2.495, de 2000 (BRASIL, 2022c), de autoria do Deputado Fernando Coruja, que propõe também a simplificação dos procedimentos de registro, no caso de agrotóxico ou afim similar a outro já registrado. O PL nº 3.125, de 2000 (BRASIL, 2000), de autoria do Deputado Luís Carlos Heinze, propõe que o registro de agrotóxicos para uso nas áreas agrícola, ambiental ou da saúde fique a cargo exclusivo dos respectivos Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sem a participação obrigatória dos demais, limitando o poder dos Estados para solicitar testes relativos a um produto registrado. Já o PL nº 6.189, de 2005, de autoria da Deputada Kátia Abreu, que também segue o caminho do enfraquecimento da regulação, torna o registro simplificado de agrotóxicos equivalentes ou genéricos de competência exclusiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Todos os seis projetos de lei, segundo justificativa da Câmara, teriam por finalidade suprir uma lacuna existente na Lei nº 7.802, de 1989 (BRASIL, 1989) relativa aos produtos fitossanitários equivalentes — também conhecidos como “genéricos”, em analogia aos medicamentos genéricos, regidos pela Lei nº 9.787, de 1999 (BRASIL, 1999) —, propondo que eles sejam estabelecidos procedimentos específicos e simplificados para o registro desses produtos.

Por sua vez, o projeto de Lei nº 4.166, DE 2012 (BRASIL, 2012), de Cesar Halum, determina a utilização do termo “defensivos agrícolas”, no lugar de “agrotóxico”, sob a justificativa de que adoção de uma terminologia genérica proporcionaria às empresas nacionais condições para competir com as grandes multinacionais do setor.

Em 2016, o governo brasileiro anunciou uma nova política para o agronegócio – Projeto de Lei nº 4933 de 2016 (BRASIL, 2016) –, apresentando como um modelo “desburocratizado e modernizado” para a agricultura, chamado Programa Agro +.

O novo modelo foi criado pelo Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Blairo Maggi. Como parte dessa nova política, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) publicou, em 11 de janeiro de 2016, a Diretriz de Serviço nº. 6, que estabelece a simplificação do procedimento de avaliação toxicológica para alterar, incluir ou excluir fabricantes de produtos técnicos, reduzindo o papel da ANVISA e do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), alegando a necessidade de garantir um registro mais rápido de contaminantes.

Em 2019, nova alteração no procedimento de registro dos pesticidas. Para a aprovação do registro o pesticida deve passar pela avaliação de três órgãos do governo federal, quais seja, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). O Ibama realiza um dossiê ambiental, avaliando o potencial poluidor do produto. O Mapa fica com a função de avaliar a eficiência e o potencial de uso na agricultura, por meio de um dossiê agronômico. E por fim, a Anvisa realiza o dossiê toxicológico, avaliando o quanto tóxico é o produto para a população e em quais condições o seu uso é seguro.

Em 9 de fevereiro de 2022, a Câmara dos Deputados aprovou por 301 votos a 150, com alterações, o projeto de lei 6299/02 (BRASIL, 2022b) de iniciativa do Senado e assim o projeto volta à esta Casa. As alterações vieram na forma do substitutivo do deputado Luiz Nishimori e podem ser assim resumidas: 1) o termo “agrotóxico” é substituído por “pesticida”, mas quando utilizados em florestas e em ambientes hídricos, os agrotóxicos passam a ser chamados de “produtos de controle ambiental”, e seu registro caberá ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), do Ministério do Meio Ambiente; 2) o Ministério da Agricultura e Meio Ambiente e o Ministério da Saúde, por meio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), continuam a emitir parecer para os procedimentos de registro ou mudança do agrotóxico, mas apenas o Ministério da Agricultura e Meio Ambiente poderá aplicar as penalidades e auditar empresas e institutos de pesquisa¹. Os defensores do PL aclamaram a vitória sob o argumento de que o projeto de lei vai modernizar a agricultura e garantir mais competitividade para o mercado brasileiro.

As críticas a este projeto por parte de alguns setores da sociedade são várias e contendentes. O Projeto de Lei é chamado de “PL do veneno”, pois vai facilitar e flexibilizar o registro de novos agrotóxicos, o que significa que produtos perigosos para a saúde e para o meio ambiente não serão mais considerados extremamente tóxicos. Certamente o projeto não trará benefícios ao agricultor, pois não irá implicar em redução de custos, mas em fomento à grandes corporações do setor. Segundo artigo publicado no site da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO),

1 Agência Câmara de Notícias

[...] o texto estabelece prazos irreais para forçar a aprovação de venenos, conferindo um registro temporário para todo produto que não for analisado no ínfimo período de dois anos – desde que o veneno seja reconhecido por ao menos três países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), da qual o Brasil não faz parte. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA, 2018).

E a cereja do bolo: a mudança do termo “agrotóxico” para “pesticida”. Segundo a coordenadora do programa de Alimentação Saudável e Sustentável do Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC, 2018) há um projeto em tramitação na Câmara dos Deputados que representa graves retrocessos à saúde e ao meio ambiente, ao afrouxar a atual Lei de Agrotóxicos. Essa afirmação é ratificada:

Precisamos é de uma Lei que elimine os agrotóxicos de alimentos. A aprovação deste PL demonstra que o Brasil está seguindo no caminho oposto do que apontam as pesquisas e conferências internacionais que mostram a necessidade de redução da utilização de agrotóxicos, com regulações e monitoramentos mais rígidos, protegendo as pessoas e os recursos naturais. (CAROSELLA; JAIME; ABRAMOVAY, 2022)

Neste sentido, o senador Rogério Carvalho (PT/CE) apresentou no dia 09 de março o Projeto de Lei 494/2022 (BRASIL, 2022a) que obriga as empresas produtoras de agrotóxicos a renovarem o registro dessas substâncias a cada 10 anos, com participação dos órgãos de saúde e do meio ambiente, propondo assim uma reviravolta no que vem se desenhando a partir do PL 6299/2002 (BRASIL, 2022b). Este quadro dramático é, em grande parte, resultado do forte lobby do mercado agroalimentar no país. O Atlas do agronegócio mostra que esse lobby no Brasil é institucionalizado, funcionando no Congresso Nacional através da Frente Parlamentar da Agropecuária, considerada a face mais organizada da bancada ruralista no país. As políticas no mercado alimentar brasileira ditadas pela Frente são financiadas pelo setor privado, por meio da thinktank chamada de Instituto Pensar Agro (IPA).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário que se buscou compreender mostra que a política de uso de pesticidas como meio de garantia da saúde, do meio ambiente e da segurança no Brasil só vem perdendo espaço. A atual política do governo brasileiro vem sendo favorável à desregulamentação de controle de pesticidas. No início de 2019, já havia aproximadamente 13.300 registros de pesticidase e mais 479 registros foram efetivados. Deste total anual, 448 são princípios ativos genéricos, sendo 79 produtos

classificados como de alta periculosidade ambiental e 6 como extremamente tóxicos, como informado no Sistema de Gerenciamento de Pesticidas e Fitossanitários do MAPA. Segundo o sistema de informações do MAPA, até abril de 2020 mais 183 registros liberados, dentre eles o *Aetectra* e o *Provisia 50 EC* da Basf, o *Bravonil Top* e o *Avicta 500FS* da Syngenta, todos classificados como de alta toxicidade.

O uso indiscriminado de pesticidas no Brasil é questão de saúde pública e essa realidade de insegurança alimentar é consequência de um conjunto de fatores globais e locais. Em nível global, a imbricação de tecnologias bioquímicas e sementes na produção de alimentos, capital fundamental nas relações de poder entre as empresas do setor na busca pelo controle do mercado, e, a altíssima concentração, que acarreta a perda de competitividade e consequentemente perda de interesse no desenvolvimento de tecnologias realmente sustentáveis - que não impactem a saúde das pessoas e o meio ambiente - são preponderantes no aumento do nível de insegurança alimentar. Agrega-se a isso, a dificuldade de implementar em nível global instrumentos regulatórios adequados e eficientes que possam alinhar as estratégias e operações corporativas com os direitos humanos.

Em nível local, a tradicional política econômica agroexportadora brasileira, focada nas grandes monoculturas, é um fator decisivo na tomada de decisão política no sentido de que se implemente uma regulação realmente adequada, que estabeleça limites claros ao uso de pesticidas na agricultura. Não obstante os percalços e disputas legislativas que impedem que o Brasil avance em direção a uma agricultura mais sustentável, principalmente mais restritiva ao uso de pesticidas, observa-se uma tendência do setor privado de incorporar os direitos humanos em suas cadeias de produção de tentar compatibilizar o interesse econômico com impactos sociais, muito embora essa tendência não seja observada nas práticas no setor de alimentos. A garantia da segurança alimentar no Brasil, que vai além do acesso quantitativo aos alimentos, mas também contempla a qualidade dos alimentos, depende de regulações globais e locais adequadas e efetivas, do protagonismo das empresas do setor em investir em tecnologias agrícolas inovadoras e sustentáveis, da participação política da sociedade civil nos embates legislativos e no monitoramento das práticas corporativas.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA. Dossiê Científico e Técnico contra o Projeto de Lei do Veneno (PL 6.299/2002) e a favor do Projeto de Lei que institui a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos – PNARA- Parte I. Rio de Janeiro: ABRASCO; ABA, 2018. Disponível em: https://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2018/08/DOSSIE_NOVO_26_JULHO_Final-compressed2.pdf. Acesso em: 21 jan. 2022.

BENBROOK, Charles M. Impacts of Genetically Engineered Crops on Pesticide Use in the U.S.—the First Sixteen Years. *Environmental SciencesEurope*, v.24. [S.I], december 2012. Disponível em: <http://www.enveurope.com/content/pdf/2190-4715-24-24.pdf>. 2012. Acesso em: 21 jan. 2022.

BONNY, Sylvie. Taking stock of the genetically modified seed sector worldwide: Market, stakeholders, and prices. *Food Security*, Minnesota, United States, v. 6. p. 525-540, 2014. doi.org/10.1007/s12571-014-03571. 2014.

BRASIL. *Lei Nº 7.802, de 11 de julho de 1989*. Câmara dos Deputados. Dispõe sobre a Pesquisa, a Experimentação, a Produção, a Embalagem e Rotulagem, o Transporte, o Armazenamento, a Comercialização, a Propaganda Comercial, a Utilização, a Importação, a Exportação, o Destino Final dos Resíduos e Embalagens, o Registro, a Classificação, o Controle, a Inspeção e a Fiscalização de Agrotóxicos, seus Componentes e Afins, e dá outras Providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1989. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra;jsessionid=614EC16F7D8D7AE269B05055528F1B7D.proposicoesWebExterno1?codteor=356265&filename=LegislacaoCitada+-PL+6189/2005 Acesso em: 19 fev. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999*. Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2000. Disponível em: <https://www.crf-pr.org.br/uploads/pagina/29587/acrMp6IlkpRkiP3D0eMseWmrmR6GKPfl.pdf> Acesso em: 22 fev. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. EMR 5 CCJC: PL 3125/2000. PROJETO DE LEI Nº 3.125, DE 2000 (Apensado ao PL nº 6.299, de 2002). Altera dispositivos da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção de agrotóxicos e afins, e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2000. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/1686371> Acesso em: 22 fev. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei no 6.299/2002*. Dispõe que o registro prévio do agrotóxico será o do princípio ativo; dá competência à União para legislar sobre destruição de embalagem do defensivo agrícola. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2022b. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=46249#:~:text=Disp%C3%B5e%20que%20o%20registro%20pr%C3%A9vio,de%20embalagem%20do%20defensivo%20agr%C3%ADcola>. Acesso em: 22 mar. 2022

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 4.166, de 2012*. Altera a Lei nº. 7.802, de 11 de julho de 1989, para dispor sobre os defensivos agrícolas genéricos e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1989. Declarado prejudicado em face da aprovação da Subemenda Substitutiva Global ao Projeto de Lei nº 6.299, de 2002. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=550810> Acesso em: 22 mar. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei no 4.933/2016*. Altera a Lei nº. 7.802, de 11 de junho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte... Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2016. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2081613>

Acesso em: 2 de fev. 2022.

BRASIL. Senado Federal. *Projeto de Lei nº 494, de 2022*. Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação... Aguardando inclusão ordem do dia de requerimento, em 6 de jun. 2022. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/152050>. Acesso em: 22 mar. 2022

BUSCH, L; BAIN, Carmen. New! Improved? The Transformation of the Global Agrifood System. *Rural Sociology*, Utah, United States, v. 69, 3. ed., p. 321-346, 2004.

CAROSELLA, Paola; JAIME Patrícia; ABRAMOVAY Ricardo. *O pacote do veneno afeta bem mais do que a sua alface*. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2022. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/opiniao/o-pacote-do-veneno-afeta-bem-mais-do-que-a-sua-alface-artigo/65064> Acesso em: 22 mar. 2022

CASWELL, Margriet F.; FUGLIE, Keith O.; KLOTZ, Cassandra A. Agricultural Biotechnology: an economic perspective. *Agricultural Economic Report*. n. 687. United States Department of Agricultura, 1998.

CLAPP, Jennifer. Bigger is Not Always Better: the drivers and implications of the recent agribusiness megamergers, *Global Food Politics Group*. University of Waterloo, Canada, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/314206957_Bigger_is_Not_Always_Better_Drivers_and_Implications_of_the_Recent_Agribusiness_Megamergers. Acesso em: 22 mar. 2022.

CLAPP, Jennifer. Capital Markets: investors care about growth – not about growers. In: *Agrifood Atlas - Facts and figures about corporations that control what we eat*. Heinrich Boll Foundation, Rosa Luxemburg Foundation and Friends of the Europe. p. 38-39. Germany. 2017a. Acesso em: 22 mar. 2022.

CLAPP, Jennifer. Mega-mergers on the menu: corporate concentration and the politics of sustainability in the global food system. *Global Environmental Politics*, p. 18-33. v.18, 2ed. Massachusetts Institute of Technology, United States, 2018.

CONNOLY, N; KAISERSHOT, M. *Corporate power and human rights*. New York, United States: Routledge, 2016.

CONNOR, John; GEITHMAN, Frederick, E. Mergers in the food industries. In: *Choices: The Magazine of Food, Farm, and Resource Issues*, v. 3, 2.ed. p.1-4. Agricultural and Applied Economics Association, Wisconsin, United States, 1988. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/265160322_Mergers_in_the_Food_Industries. 1988. Acesso em: 22 abr. 2022.

DEANS, Graeme K.; KROEGER, Fritz; ZEISEL, Stefan. The Consolidation Curve. *Harvard Business Review*, Cambridge, MA, Dec. 2002.

DE SCHUTTER, Oliver. Addressing Concentration in Food Supply Chains: the role of competition law in tackling the abuse buyer power. *Briefing note 3*. [New York], 2010.

DONG, Yang; WANG, Yin-Zheng. Seed shattering: from models to crops. *Front Plant Sci*. 2015; 6: 476. Published online 2015 Jun. 24. Doi: 10.3389/fpls.2015.00476. p. Disponível em: [https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4478375/#:~:text=The%20non%2Dshattering%20or%20indefhiscent,characters%20\(Doebley%20et%20al.%2C. 2015.](https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4478375/#:~:text=The%20non%2Dshattering%20or%20indefhiscent,characters%20(Doebley%20et%20al.%2C. 2015.)

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. *Global food losses and food waste: extent, causes and prevention*. Rome: FAO, 2011.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. *Developing sustainable food value chains: Guiding principles*. Rome: FAO, 2014.

FERNANDEZ-CORNEJO, Jorge. The Seed Industry in U.S. Agriculture: an Exploration of Data and Information on Crop Seed Markets, Regulation, Industry Structure, and Research and Development. The seed industry in agriculture in USA. Economic Research Service/USDA. Agriculture/AINB. 2004.

FREIRE, C. E. T. *Biotecnologia no Brasil*: Uma atividade econômica baseada em empresa, academia e Estado. Teses USP. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em sociologia Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-14012015-180416/pt-br.php>. 2014. Acesso em: 22 mar. 2022.

HAYENGA, Marvin L. Structural change in the biotech seed and chemical industrial complex. *AgBioForum*. Missouri: University of Missouri-Columbia. v. 1. n. 2. p. 43-55, 1998.

HENDRICKSON, Mary; HEFFERNAN, William. *Concentration of agricultural markets*. Missouri: Institute of Agriculture & Trade Police (AITP). University of Missouri, 2007. Disponível em: https://www.iatp.org/sites/default/files/258_2_98195.pdf. Acesso em: 27 mar. 2022.

HOWARD, Philip. H. *Visualizing Consolidation in the global seed industry*. *Sustainability*, Michigan: Michigan State University v.1, 4.ed. p.1266-1287, 2009.

HOWARD, Philip. Intellectual Property and Consolidation in the Seed Industry. *Crop Science*, v. 55, 6 ed. p. 1-7, 2015. DOI: 10.2135/cropsci2014.09.0669.

HOWARD, Philip. *Concentration and power in the food system*: who controls what we eat? Londres: Bloomsbury Publishing Plc, 2016.

INTERNATIONAL PANEL OF EXPERTS ON SUSTAINABLE SYSTEMS – IPES FOOD. *Report 3. Too big to feed*. 2017. Disponível em: https://www.ipes-food.org/_img/upload/files/Concentration_FullReport.pdf Acesso em: 27 mar. 2022.

INSTITUTO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. *Entenda o que está em jogo com a aprovação do Pacote do Veneno*. O texto de Nishimori gerou indignação em 329 organizações de defesa do consumidor, saúde e do meio ambiente que, em 7 de maio de 2018.

KIMLE, K.L.; HAYENGA, M.L. Structural change among agricultural input industries. *Agribusiness: an International Journal*, v. 9, 10. ed. 1993, p. 15-27. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/wly/agribz/v9y1993i1p15-27.html> Acesso em: 27 mar. 2022.

KITTLAKSANAWONG, Wiboon; GATÉ, Gabrielle. Bayer-Monsanto: the challenges of a mega-merger. Londres, Ontario, Canada: Richard Ivey School of Business Foundation. 2017. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5167677/mod_resource/content/0/Grupo%201.pdf. 2017. Acesso em: 27 mar. 2022.

MONSANTO CORPORATION. Growing better together. *Sustainable Report*. Executive Summary. USA. 2017.

NEWTON, David E. *GMO food: a reference handbook*. California, United States: ABC-Clio. 2014.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT – OECD. *Market concentration*. Directorate for financial and enterprise affairs competition committee. Disponível em: [https://one.oecd.org/document/DAF/COMP/WD\(2018\)46/en/pdf](https://one.oecd.org/document/DAF/COMP/WD(2018)46/en/pdf). 2018. Acesso em: 27 mar. 2022.

PURUGGANAN, Michael. D. Evolutionary Insights into the Nature of Plant Domestication. *Current Biology*. North Carolina: Cell Press, v. 29, Issue 14, 22 July 2019, p. R705- R714.

SHIVA, Vandana; RUCHI, Shroff; LOCKHART, Caroline. *The toxic story of Roundup: Freedom from the Poison Cartel through Agroecology*. Rome, Italy: Navdanya. 2017.

SAMIR, Dani. *Food supply chain management and logistics: from farm to fork*. United Kingdom, London: Philadelphia, United States; New Delhi, India: Kogan Page, 2015. ISBN 978-0-7494-7365-5.

SASSEN, Saskia. *Sociologia da globalização*. Tradução Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre:Editora Artesmed, 2010.

SIQUEIRA, Soraia L de; KRUSE, Maria H.L. *Agrotóxicos e saúde humana: contribuição dos profissionais do campo da saúde*. Ver. Esc. Enfermagem USP. 2008. Encontrado em <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v42n3/v42n3a23.pdf>. 2008. Acesso em: 27 mar. 2022.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT – UNCTAD. *Tracking the trend towards market concentration: the case of the agricultural input industry*. April. 2006.

UNITED NATIONS. Report of the Special Rapporteur on the right to food: Promotion and protection of all human rights, civil, political, economic, social and cultural rights, including the right to development. Human Rights Council. Thirty-fourth session. USA. 2017.

WILKINSON, John; PEÇANHA, Lavinia; CASTRO, Biancca Scarpeline de. *A Monsanto e os transgênicos: reflexos para a agricultura familiar*. Rio de Janeiro: Action Aid. 2005.

A TRAJETÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA DEFESA NO BRASIL

Ao longo dos últimos duzentos anos, a administração pública brasileira foi se modificando, passando, basicamente, por três modelos: o patrimonialismo, durante o período do Império e os anos iniciais da República, onde a característica principal era a permeabilidade entre o público e o privado, quando o Estado era uma extensão do poder do rei e da nobreza e, posteriormente, a aristocracia rural; o burocrático, que permaneceria até os anos 90, baseado nas ideias de Max Weber de racionalidade, legitimidade e autoridade-legal, onde buscou-se a profissionalização do servidor público, através da meritocracia, da impessoalidade no trato da *res publica* e da formalização das normas e procedimentos; e o gerencialismo, que buscava a utilização de ferramentas de gestão do setor privado no setor público, com diminuição do aparato estatal, eficiência dos processos, redução de custos e qualidade na prestação de serviços, com foco nos resultados e, com isso, desenvolver uma cultura gerencial na administração pública.

Esse fórum pretende trazer uma visão geral dessa trajetória, sendo dividido em três partes: na primeira, Frederico Lustosa da Costa mostra, através da história, de narrativas e de representações do aparato estatal e social, a trajetória da administração pública brasileira nos anos iniciais de sua formação, em especial durante o período colonial, do Reino Unido e do Brasil independente. Na segunda parte, Paulo Roberto Motta apresenta uma visão geral da gestão contemporânea e como o progresso da globalização e da conectividade tem produzido uma nova era de interdependência e instantaneidade. Estilos de vida e de trabalho se assemelham e se interconectam de forma universal, instantânea e onipresente, trazendo novos desafios para a gestão pública, em especial para a liderança, que passa a ser baseada menos na capacidade e nos estilos pessoais e mais na competência interrelacional. Na terceira parte, Jacintho Maia Neto contextualiza a gestão no setor de defesa, apresentando suas peculiaridades e como ela passou a incorporar conceitos da gestão de empresas e das políticas públicas, tais como: governança, *compliance*, *accountability*, integridade, transparência e práticas gerenciais que proporcionassem um desempenho mais efetivo e eficiente do setor, principalmente, nas funções de planejamento, organização, liderança e controle.

Jacintho Maia Neto
Editor convidado

ESTADO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA HISTÓRIA DO BRASIL INDEPENDENTE*

Frederico Lustosa da Costa**

O Brasil, sede da monarquia, é a antessala do Brasil Império.

Roberto Macedo

RESUMO

As comemorações pela passagem dos 200 anos da Independência do Brasil não têm tido o mesmo destaque das efemérides do centenário e do sesquicentenário, celebradas com grande pompa. Os poucos eventos programados para o ano de 2022 não procuraram destacar a história da construção do Estado nacional e da formação da administração pública brasileira e contribuir para a historiografia institucional. Este artigo constituiu uma pequena contribuição nesse sentido, oferecendo um brevíssimo panorama das transformações por que passaram o Estado e a administração pública brasileira nos anos iniciais de sua formação, demarcando as fases de administração da colônia, de um país membro do Reino Unido (Portugal, Brasil, Algarves) e do Brasil independente.

Palavras-chave: Estado; administração; história administrativa; bicentenário da independência do Brasil.

STATE AND PUBLIC ADMINISTRATION IN THE HISTORY OF INDEPENDENT BRAZIL

ABSTRACT

The celebrations for the 200th anniversary of the Independence of Brazil have not had the same prominence as the centenary and sesquicentennial commemorations, celebrated with great splendor. The few events scheduled for the year 2022 did not intend to highlight the history of the construction of the national State and the formation of the Brazilian public administration and to contribute to the institutional historiography. This article constitutes a small contribution in this sense, offering a very brief overview of the transformations that the Brazilian State and public administration underwent in the early years of its formation, demarcating the phases of administration of the colony, of a member country of the United Kingdom (Portugal, Brazil and the Algarves) and of the independent Brazil.

Keywords: State; administration; administrative history; bicentennial of the Independence of Brazil

* Este artigo retoma, de forma mais resumida, argumentos expostos em Lustosa da Costa (2008).

** Doutor em Gestão pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE/IUL), Lisboa (Portugal) e Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGAd) da Universidade Federal Fluminense/UFF, contato: fredlustosa@gmail.com.

ESTADO Y ADMINISTRACIÓN PÚBLICA EN LA HISTORIA DEL BRASIL INDEPENDIENTE

RESUMEN

Las celebraciones por los 200 años de la Independencia de Brasil no han tenido el mismo protagonismo que las efemérides del centenario y sesquicentenario, celebradas con gran pompa. Los pocos eventos programados para el año 2022 no buscaron resaltar la historia de la construcción del Estado nacional y la formación de la administración pública brasileña y contribuir a la historiografía institucional. Este artículo constituye una pequeña contribución en ese sentido, ofreciendo un panorama muy breve de las transformaciones que el Estado brasileño y la administración pública sufrieron en los primeros años de su formación, demarcando las fases de la administración colonial, el Reino Unido y el Brasil independiente.

Palabras clave: Estado; administración; historia administrativa; bicentenario de la independencia de brasil.

1 INTRODUÇÃO

Em boa hora, a Escola Superior de Guerra resolve publicar uma edição especial de sua revista para marcar a passagem dos 200 anos da Independência do Brasil. Nestes tempos sombrios, têm sido raras as iniciativas de instituições de ensino e pesquisa e de historiadores para organizar eventos e publicações que coloquem em primeiro plano a constituição da nação soberana e de sua sociedade política. Mesmo as comemorações oficiais estão praticamente restritas a uma exposição sobre o Centenário da Independência no Museu Histórico Nacional¹, de maio a dezembro de 2022, a um seminário de maior porte promovido pela Câmara dos Deputados², no final do mês de junho, e à reinauguração do Museu do Ipiranga (Museu Paulista da Universidade de São Paulo), em setembro.

Todas as efemérides guardam controvérsias quanto à cronologia e à exatidão dos fatos, mas sempre ensejam reflexões úteis sobre a história do país e sua realidade contemporânea. Em 1922, houve celebrações de maior envergadura, a começar pela grandiosa Exposição Internacional do Centenário da Independência, que mudou a fisionomia do Rio de Janeiro (MOTTA, 1992) e contou com a presença de 20 chefes de Estado. Além disso, embora sem vinculação direta com essa data nacional, a Semana de Arte Moderna, com todas as suas contradições, é um marco na afirmação da brasiliidade, da emergência de uma cultura sincrética nascida da “antropofagia” modernista.

Em 1972, o governo militar fez questão de destacar a efeméride do sesquicentenário, em tons ufanistas, com exposições, torneios esportivos, eventos,

1 (MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, 2022)

2 (BRASIL, 2022)

publicações, jingles, canções e propagandas amplamente veiculadas, comemorações que culminaram com o traslado dos restos mortais do Imperador Dom Pedro I e da imperatriz-consorte Dona Leopoldina para o mausoléu do Museu do Ipiranga. Do ponto de vista da produção intelectual e, sobretudo, historiográfica, o período também deixou registros importantes, a começar pelos 17 volumes da Biblioteca do Sesquicentenário, publicada pelo Governo Federal em parceria com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) (SOSNOSKY, 2013). Nos anos seguintes, as duas comemorações deixaram atrás de si vasta bibliografia sobre as festas e sobre a própria independência.

Em 2008, durante a comemoração da transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, houve uma tentativa de antecipar a discussão sobre a formação do Estado nacional e o reaparelhamento da administração colonial para a constituição de um aparato capaz de afirmar a soberania e impor-se como autoridade legítima sobre o imenso território brasileiro (LUSTOSA DA COSTA, 2008; LUSTOSA DA COSTA; O'DONNELL, MENDES, 2009; LUSTOSA DA COSTA, ZAMOT, 2010).

Essas últimas iniciativas constituíram um embrião de pequeno movimento de resgate da tradição de estudos históricos no campo da administração pública, levando à realização de outros eventos, à edição de novas publicações e ao estabelecimento de seminários temáticos e temas permanentes em eventos como Encontro Nacional da ANAPAD (ENANPAD), o Encontro Nacional de Governo e Administração Pública (ENAPG, também da ANAPAD) e o Encontro Brasileiro de Administração Pública (EBAP) (LUSTOSA DA COSTA; MARINHO LUSTOSA DA COSTA, 2016).

Este texto vem acrescentar um pequeno tijolo a essa construção e contribuir para que data tão importante da história do Brasil, o bicentenário da Independência, não passe em branco. Ele representa um registro histórico em duas fases. Primeiro, trata-se de uma pequena nota sobre as grandes transformações que aconteceram na administração pública naqueles momentos tumultuosos que marcam a passagem da modesta superintendência colonial – distante, precária e quase impotente – ao aparato de um Estado nacional, primeiro português, e, em seguida, brasileiro, mais próximo dos objetos administrados, controlável e, supostamente, mais eficaz. Segundo, constitui a retomada do projeto de uma nova história da administração pública brasileira, incorporando novos temas aos propostos em iniciativas anteriores (LUSTOSA DA COSTA, 2010).

Assim, este trabalho apresenta, no capítulo que se segue, uma breve descrição da administração colonial; uma discussão sobre a constituição do aparato estatal constituído a partir da transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro; e, ainda, na mesma parte, registram-se, de maneira breve, as principais mudanças introduzidas na administração do novo Império durante o primeiro reinado.

As considerações finais resumem os achados assinalados e trazem novas perspectivas de pesquisa no campo da história da administração pública.

2 TRÊS MOMENTOS NA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO NACIONAL

Esta parte do texto expõe, de forma breve, como a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro e a diferenciação da administração colonial permitiram a legitimação de uma elite econômica local – a “burguesia” nacional (FERNANDES, 1976), a emergência de um espaço público ampliado na ex-colônia – a “opinião pública” (LUSTOSA, 2000) e a relativa autonomização da elite burocrático-patrimonial (CÂNDIDO, 2017), favorecendo a constituição do aparato administrativo que ensejou a formação de um Estado nacional nos trópicos e fortalecendo a presença do poder público, a soberania luso-brasileira e a corporificação do aparato burocrático nacional.

2.1 ADMINISTRAÇÃO COLONIAL

Não obstante a importância da transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, para a construção do Estado Nacional, não se pode dizer que nada existisse no país em termos de aparato institucional e administrativo. Havia no Brasil uma ampla, complexa e ramificada administração. Apesar da abrangência das atribuições e do grande número de cargos e instâncias, a administração da Colônia, do ponto de vista funcional, pouco se diferenciava internamente (PRADO JÚNIOR, 1979). Existia um emaranhado de ordenamentos, encargos, atribuições, circunscrições, disposições particulares e missões extraordinárias que não apresentavam uniformidade em termos de divisão de trabalho e hierarquia. Nesse cipóal legislativo, instituía-se em, determinado um lugar, funções que não existiam em outros; competências eram conferidas a um servidor quando já pertenciam a terceiros; subordinações diretas subvertiam a hierarquia e minavam a autoridade.

A administração colonial estava organizada em quatro níveis – as instituições metropolitanas (Coroa portuguesa), a administração central (Governo Geral), a administração regional (capitanias) e a administração local (câmaras das cidades e vilas). Essa estrutura tinha em seu topo, no nível metropolitano, o Conselho Ultramarino, subordinado ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Territórios Ultramarinos, que se ocupava de quase todos os aspectos da vida das colônias, deixando a cargo da Mesa de Consciência e Ordens os assuntos eclesiásticos.

Na sua organização territorial, o Brasil estava dividido em capitâncias, que constituíam as maiores unidades administrativas da Colônia. Seu território era dividido em comarcas e estas se compunham de termos sediados nas cidades ou vilas. Os termos eram formados por freguesias que coincidiam com as paróquias da circunscrição eclesiástica. Finalmente, as freguesias dividiam-se em bairros, cuja jurisdição era bastante imprecisa (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 306).

Em 1549, com o fracasso da administração privada da maioria das capitania hereditárias, a Coroa portuguesa assumiu diretamente o seu controle e preocupou-se em instituir uma administração central para se ocupar das prementes questões de defesa contra os ataques dos invasores e dos índios mais belicosos. Foi assim que constituiu o Governo Geral, com sede na Bahia, e, a partir de 1773, já no Rio de Janeiro, viria a se constituir no vice-reino. O vice-rei tinha maior proeminência sobre os demais governadores, mas seu poder era limitado. A maior autoridade da capitania era o governador ou capitão-general ou ainda capitão-mor. No Rio de Janeiro, o governador também era chamado de vice-rei. As capitania eram divididas em gerais³ e subalternas⁴. Os governadores das primeiras exerciam atribuições semelhantes a do vice-rei, chegando alguns a reivindicar tratamento de vice-rei. A autoridade do governador era, sobretudo, militar, mas sua jurisdição abarcava toda a administração.

Arno e Maria José Wehling (1999) retomam a síntese histórica de Caio Prado Júnior para apontar como principais características da administração colonial até a centralização, a ausência de diferenciação (de funções), o mimetismo, a profusão e minudência das normas, o formalismo e a morosidade. Apesar de certo anacronismo dessas categorizações, os autores reconhecem que essas “disfunções” decorriam, em grande medida, da transplantação para a Colônia de instituições existentes na Metrópole e do vazio de autoridade (e de obediência) no imenso território “brasileiro”.

Mas ao longo de três séculos desde o *achamento* do Brasil, houve um gradual processo de racionalização do governo colonial. A partir do século XVIII, na administração pombalina, viu-se substituir, pouco a pouco, o empirismo paternalista do absolutismo tradicional pelo racionalismo típico do despotismo esclarecido. Essa mudança se expressava principalmente nos métodos e processos de trabalho que davam lugar à emergência de uma incipiente burocracia.

2.2 BRASIL, SEDE DA MONARQUIA

Se, até 1808, existiu no Brasil e, sobretudo, na sede do Governo Geral (vice-reino) uma administração colonial relativamente aparelhada, foi a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro e, mais tarde, a formação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, com a instalação de sua sede na antiga colônia, que tornaram irreversível a constituição de um novo Estado nacional. Todo um aparato burocrático, transplantado de Lisboa ou formado aqui em paralelo à antiga administração metropolitana, teve que ser estruturado para que a soberania se

3 Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, São Paulo, Pará, Maranhão, Goiás e Mato Grosso.

4 São José do Rio Negro, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Espírito Santo, Rio Grande de São Pedro e Santa Catarina. As capitania do Ceará e da Paraíba tornaram-se autônomas em 1799 e do Rio Grande de São Pedro em 1802.

afirmasse, o Estado se constituísse e se projetasse sobre o território, e o governo pudesse tomar decisões, ditar políticas e agir.

Muitos historiadores acreditam que a mudança da Família Real portuguesa para o Brasil se deu de forma atabalhoadas. Com efeito, até o último instante, o Príncipe Regente hesitou em partir diante da remota possibilidade de os franceses aceitarem mais um suborno. Só se decidiu quando as tropas do General Junot já se encontravam em solo português, às portas de Lisboa. A barafunda apresentada em alguns dos relatos da partida para a longa travessia não é condizente o necessário planejamento que a inédita mudança de uma corte para outro continente deveria merecer (WILCKEN, 2005, p. 35-38). Como assegurava Calógeras (1980):

Todo o acervo administrativo estava a bordo: arquivos, documentos e papéis de governo, e de tal maneira arranjados que, ao desembarcar no Rio de Janeiro, nenhuma falta ou dificuldade especial se fez sentir, e a faina de dirigir a monarquia continuou no Novo Continente tão normalmente como se estivera o regente em Lisboa (p. 59).

D. João VI chegou ao Rio de Janeiro com um governo formado por apenas três ministros – o do Reino ou dos Negócios do Reino, cujo titular atuava também como ministro assistente ao Despacho do Gabinete e como Presidente do Erário Real; o da Guerra e Estrangeiros (ou dos Negócios da Guerra e Estrangeiros) e da Marinha (ou dos Negócios da Marinha) e o dos Domínios Ultramarinos. Quer dizer, três ministros para seis pastas.

A inversão metropolitana exigiu a constituição de uma série de organismos que existiam na antiga sede do Reino, alguns dos quais não tão necessários quanto outros que aqui se fazia urgente estabelecer. O governo que aqui se constituiu foi organizado de acordo com o Almanaque de Lisboa, oferecendo espaço para a criação de cargos e honrarias para tantos que haviam concordado em se mudar para o Rio de Janeiro a serviço de Sua Alteza Real. Desde logo, foram criados o Desembargo do Paço, o Conselho de Fazenda (e o Erário Real) e a Junta de Comércio, Agricultura Fábricas e Navegação do Brasil, sendo que, segundo Hipólito da Costa, o país precisava de “um conselho de minas, de uma inspeção para abertura de estradas, uma redação de mapas, um exame da navegação dos rios” (VINHOSA, 1984, p. 167).

Mas o Governo logo se dispôs a criar outras instituições úteis e necessárias, como a Academia de Marinha e a Academia de Artilharia e Fortificações, o Arquivo Militar, a Tipografia Régia e a Gazeta do Rio de Janeiro, a Fábrica de Pólvora, o Jardim Botânico e o Museu Real, a Biblioteca Nacional, a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios e a Academia de Belas Artes, o Banco do Brasil e os estabelecimentos ferríferos de Ipanema. Em pouco tempo, foram surgindo

muitas organizações e inovações institucionais, jurídicas e administrativas que tiveram amplo impacto na vida econômica, social, política e cultural do Brasil. São criações de toda ordem – leis, cidades, indústrias, estradas, edificações, leis, impostos, cadeias, festas e costumes que se vieram introduzir no pacato cotidiano da antiga Colônia.

A transferência da Corte e, mais tarde, a elevação do Brasil à parte integrante do Reino Unido de Portugal constituíram as bases do Estado nacional, com todo o aparato necessário à afirmação da soberania e ao funcionamento do autogoverno. A elevação à condição de corte de um império transcontinental fez da nova administração brasileira, agora devidamente aparelhada, a expressão do poder de um Estado nacional que jamais poderia voltar a constituir-se em mera subsidiária de uma Metrópole de além-mar. Tal foi o que de fato se verificou.

2.3 ADMINISTRAÇÃO DO BRASIL INDEPENDENTE

A derrocada de Napoleão I provocou a reorganização geopolítica da Europa e uma mudança no perfil das monarquias do Continente. Com as agitações dos liberais no Porto, D. João VI teve que retornar a Portugal e reassumir o controle político da Metrópole em 1821. O príncipe herdeiro permaneceu no Brasil, na condição de regente desta parte do Reino, governando com todo o aparato administrativo instalado pelo Rei. Com a partida dos antigos titulares, D Pedro I nomeou seu próprio ministério. O Ministério do Reino absorveu a pasta dos Negócios Estrangeiros que antes estava anexa à pasta da Secretaria da Guerra. Com maior autoridade política do país, o príncipe regente colocava-se no centro das disputas políticas locais e no contraponto dos interesses da Metrópole.

As propostas em discussão nas Cortes portuguesas apontavam para a retomada da condição colonial do Brasil e para a exigência do retorno do príncipe-herdeiro a Lisboa, o que acabou por colocaram-no em oposição aos interesses da Metrópole, ensejando a mobilização da população local e a realização de uma sequência de atos políticos de peso que culminaram com a Independência, pouco mais de um ano depois da partida de D. João VI. Após receber uma carta de Dona Leopoldina, informando sobre a reunião do Conselho de Estado que presidia, D. Pedro I proclamou a Independência às margens do Ipiranga, em sete de setembro de 1822. Institui o governo do Brasil, valendo-se do aparato administrativo da regência do Reino Unido que se rompia. Seguiu-se uma série de peripécias relacionadas com a constituição (política) do governo, o enfrentamento das resistências à Independência, a convocação, instalação, atuação e dissolução da Assembleia Constituinte e a outorga da Constituição de 1824.

Dissolvida a Assembleia Constituinte, o governante do Brasil independente criou um Conselho de Estado e a ele encomendou a redação da Carta que

outorgou ao País em 25 de março de 1824. Apesar do vício de origem, era uma carta liberal, melhor do que o projeto que estava em discussão na Constituinte. Bastante detalhada, a Constituição estava em dia com os princípios democráticos emergentes. A primeira constituição do Brasil mantinha a Monarquia, a dinastia da Casa de Orleans e Bragança e D. Pedro I como Imperador e defensor perpétuo do Brasil. Constituía um Estado Unitário e centralizador cujo território era dividido em províncias, que substituíam as antigas capitâncias.

Os poderes políticos eram em número de quatro – legislativo, moderador, executivo e judicial. Cada província era dirigida por um Presidente nomeado pelo Imperador, que tomava posse perante a Câmara de sua capital. Em cada uma delas havia também um conselho geral, cujos membros eram eleitos juntamente com a representação nacional. O Monarca exercia o poder moderador, com o apoio do Conselho de Estado, órgão de caráter consultivo, e, ao mesmo tempo, o poder executivo, auxiliado pelos seus ministros de Estado. O poder legislativo era exercido pela Assembleia Geral, formada pela Câmara dos Deputados e pela Câmara dos Senadores ou Senado do Império. O poder judicial era exercido pelos juízes de direito e pelos juízes de paz, para as tentativas de conciliação prévias a qualquer processo. Na capital do Império e nas Províncias havia um Supremo Tribunal de Justiça, composto de juízes letRADOS tirados das Relações. A organização dos municípios não mudou de forma significativa, tendo as Câmaras o mesmo papel que exerciam na Colônia.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse pequeno relato das transformações pelos quais passaram a administração e o Estado nascente na antiga colônia portuguesa na América do Sul num período de menos de 15 anos dá conta da necessidade e da importância de aprofundamento do estudo da história institucional do Brasil.

Com efeito, é quase impossível entender o papel do Estado moderno e suas mudanças mais recentes sem tentar reconstruir os processos de formação e diferenciação histórica das instituições políticas, do ordenamento jurídico e do aparato administrativo que lhe corporificam. Essa reconstrução passa não só pelo reconhecimento dos fatos, processos, atores e estruturas, mas também pelo resgate das narrativas, análises e sistematizações históricas que, ao valorizarem ou negligenciarem determinados aspectos da realidade, constroem nossas representações coletivas.

Trata-se de produzir uma nova história da administração pública sustentada em bases conceituais e metodológicas que levem em conta os avanços da historiografia contemporânea, superando definitivamente as fragilidades da história “événementielle”, vale de dizer, orientada para o relato de atos e fatos dos “grandes homens” (LUSTOSA DA COSTA; LUSTOSA DA COSTA, 2016).

Alguns avanços nessa direção já foram alcançados, conforme assinalado na introdução deste artigo. Mas a celebração dos duzentos anos da Independência do Brasil é uma oportunidade que não pode ser negligenciada. Que os eventos que ainda estão sendo realizados e publicações como esta contribuam para enriquecer o campo dos estudos históricos na área da administração pública e a bibliografia sobre o Estado brasileiro.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Câmara dos Deputados. *Câmara promove de 28 a 30 de junho seminário sobre os 200 anos da Independência do Brasil*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/assessoria-de-imprensa/886208-camara-promove-de-28-a-30-de-junho-seminario-sobre-os-200-anos-da-independencia-do-brasil/>. Acesso em: 2 ago. 2022.
- CALÓGERAS, J. Pandiá. *Formação histórica do Brasil*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.
- CÂNDIDO, Antônio. *Um funcionário da Monarquia*. São Paulo: Ouro sobre Azul, 2017.
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LUSTOSA DA COSTA, Frederico. 200 anos de Estado, 200 anos de administração pública, 200 anos de reforma. *Revista de Administração Pública – RAP*. Rio de Janeiro, 42(5): 829-74, set/out, 2008.
- LUSTOSA DA COSTA, Frederico; O'DONNELL, Júlia; MENDES, Pedro Barbosa. 1808-2008 – Por uma nova história da administração pública brasileira. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, a. 170 (443): 287-312, abr./jun. 2009.
- LUSTOSA DA COSTA, Frederico. Preâmbulo a uma nova história da administração pública brasileira. In LUSTOSA DA COSTA, Frederico; ZAMOT, Fuad. *Brasil: 200 anos de Estado, 200 anos de administração pública*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- LUSTOSA DA COSTA, Frederico; LUSTOSA DA COSTA, Elza Marinho. Nova história da Administração Pública; pressupostos teóricos e fontes alternativas. *Revista de Administração Pública – RAP*. Rio de Janeiro 50(2):215-236, mar./abr. 201, 2016.

MACEDO, Roberto. *História administrativa do Brasil*. Brasília, DF: DASP, 1964.

MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 1992.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Braziliense, 1979.

SOSNOSKY, Thaisy. *História e memória: Biblioteca do Sesquicentenário da Independência do Brasil (1972)*. Dissertação de Mestrado em História defendida junto à Universidade Federal de Goiás. Goiânia, UFG, 2013.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. M. *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

WILCKEN, Patrick. *Império à deriva*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

A ERA DA INSTANTANEIDADE E A GESTÃO CONTEMPORÂNEA

Paulo Roberto Motta*

RESUMO

A instantaneidade surge da ideia central de que, em um mundo mais globalizado e conectado, a velocidade das mudanças tem impactado a vida das pessoas e a ambiência das organizações, exigindo uma crescente capacidade de adaptabilidade e de contínua reconstrução do trabalho e do emprego. Nesse contexto, esse artigo apresenta reflexões sobre essa realidade e de como ela impacta a vida administrativa das organizações e reconfigura a sua relação com sua força de trabalho.

Palavras-chave: instantaneidade; gestão; conectividade; bicentenário da Independência do Brasil.

THE AGE OF INSTANTANEITY AND CONTEMPORARY MANAGEMENT

ABSTRACT

Instantaneity arises from the central idea that, in a more globalized and connected world, the speed of the changes has impacted people's lives and the environment of organizations, requiring a growing capacity for adaptability and continuous reconstruction of work and employment. In this context, this article presents reflections on this reality and how it impacts the administrative life of organizations and reconfigures their relationship with their workforce.

Keywords: Instantaneity; management; connectivity; bicentennial of the Independence of Brazil.

LA ERA DE LA INSTANTANEIDAD Y LA GESTIÓN CONTEMPORÁNEA

RESUMEN

La instantaneidad surge de la idea central de que, en un mundo más globalizado y conectado, la velocidad del cambio ha impactado la vida de las personas y el entorno de las organizaciones, requiriendo una creciente capacidad de adaptabilidad y reconstrucción continua del trabajo y el empleo. En este contexto, este artículo presenta reflexiones sobre esta realidad y cómo impacta la vida administrativa de las organizaciones y reconfigura su relación con su fuerza de trabajo.

Palabras clave: instantaneidad; administración; conectividad; bicentenario de la Independencia de Brasil.

* Doutor em Administração Pública pela University of North Carolina (EUA), Professor Emérito da Fundação Getulio Vargas (FGV) e do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da FGV, contato: paulo.motta@fgv.br.

1 INTRODUÇÃO

O progresso da globalização e da conectividade tem produzido uma nova era de interdependência e instantaneidade. A inserção da tecnologia de informação e comunicação no trabalho e nos modos de vida levou não só à interligação de arranjos produtivos como também às redes sociais de conectividade universal, instantânea e onipresente. Atualmente, parece haver uma realidade recriada, a cada instante. As comunicações ocorrem em mundos transformados pelos momentos do envio e da recepção.

Esse artigo objetiva oferecer um olhar interpretativo sobre a realidade administrativa do mundo contemporâneo centrado na instantaneidade dos eventos e nas reações organizacionais. Valoriza-se aqui menos a busca de explicações e mais o pensamento interpretativo sobre os significados individuais e coletivos das atuais mudanças. Há também uma intenção prática com relação à utilidade e eficácia dos modelos administrativos.

Na instantaneidade e na complexidade atual há maior número de dados e fatos para englobar a variedade do mundo. Portanto, há mais dificuldade para generalizações empíricas, pois as ocorrências de menos coisas óbvias induzem as mentes curiosas de gestores e colaboradores em suas tentativas de novas interpretações sobre a realidade administrativa.

Oferta de novas perspectivas expõe opções de pensamento, valorizando as especificidades de temas de análise e, assim, incentivam o mundo prático para o desenvolvimento de novos modelos de intervenção.

Esse artigo tem a atenção voltada para dois temas dos mais relevantes nessa era da instantaneidade: as novas práticas de pensar e reformular as intenções estratégicas e a reconstrução da organização do trabalho.

2 PENSAR E REFORMULAR AS INTENÇÕES ESTRATÉGICAS NA INSTANTANEIDADE

Atualmente, já se comprehende o ambiente criado pela digitalização como o ambiente natural do trabalho e representa, neste século XXI, a revolução mais universal e rápida da história, afetando significativamente o trabalho e a vida humana. As revoluções progridem pela inserção de novos saberes, competências e habilidades administrativas. As rupturas e os avanços diários deixam evidente a fragilidade dos mais sofisticados instrumentos de planejamento, da formulação de políticas e da organização do trabalho.

Incertezas, inovações e adaptações constantes sempre foram a característica da gestão organizacional moderna. No entanto, distingue-se, na época atual, a instantaneidade provocada pela chegada ultrarrápida do futuro em um mundo universalmente interconectado. Ao responder aos desafios da complexidade e da instantaneidade, as grandes empresas, bem como as instituições públicas, cada

vez mais reestruturam seus processos de trabalho, modelam-se em redes e com interações mais intensivas. As redes impactam as relações sociais, criando um sentido de interação e dependência para um desempenho mais eficiente (MOTTA, 2017).

Contempla-se o avanço nas formas comunicativas – ampliadas para um universo maior e exercitadas, simultaneamente, para mais de um interlocutor. Atualmente, manter-se interligado a um outro elo externo significa menos uma distração indevida e mais respeito à rede, vigília à novidade e disponibilidade para agir e colaborar.

Vê-se o interlocutor *on-line*, recém-intrometido na comunicação, como tão ou mais importante que o principal – presencial ou virtual. Percebe-se como fator de relevância a recenticidade das informações, uma vez que elas podem desatualizar as apresentadas na agenda da própria interlocução original. Manter-se conectado e priorizar a instantaneidade virtual transmite o sentido de segurança. Em princípio, não há razão lógica nem um momento apropriado para se desconectar. Desligar-se dá noção de perda de parâmetros, de desconsideração a novas solicitações e de desprezo pelas novidades.

Devido à sobrecarga de informações, colaboradores leem mais títulos, subtítulos e alguns parágrafos para se apropriar de uma visão do contexto, sem que, no entanto, haja algum aprofundamento. Para alguns, essa prática permite apenas conexões primárias, evita o domínio de um tema e significa uma decadência intelectual (CARR, 2010). Para outros, de visão mais otimista, retrata a mente humana avançando na lateralidade. Mesmo com base em conhecimentos vagos e análises superficiais, ao exercitar mais ligações entre saberes, as pessoas logram produzir maior criatividade (PALFREY; GASSE, 2010).

Diferentemente de um computador – construído para guardar imensas quantidades de dados –, a mente humana possui mais flexibilidade: guarda poucos detalhes de cada situação e extrai somente a informação útil para guiar soluções e decisões. Na era da instantaneidade, a inteligência não reside na mente da pessoa, mas na mente coletiva ou no capital social de cada um. Para funcionar melhor, colaboradores precisam usufruir do saber estocado no ambiente, nos computadores e, sobretudo, nas mentes alheias (SLOMAN; FERNBACH, 2017).

A expertise contemporânea mudou um pouco a sua natureza para acentuar a valorização das conexões entre dados e saberes. Os computadores guardam as informações detalhadas, mas especialistas conseguem produzir interpretações mais valiosas sobre os dados (SLOMAN; FERNBACH, 2017). O acesso e o aprendizado tecnológico não se constituem em um problema, mas pensar de estar nela todas as soluções sim. Para a gestão contemporânea, importa valorizar as pessoas, seus valores e suas interações, e não somente os instrumentos tecnológicos. Há o perigo de as novas tecnologias de trabalho ofuscarem as pessoas. Atrás das telas, dos softwares e das vozes da inteligência artificial, há colaboradores com sonhos, expectativas e imensa capacidade de discernimento.

Apesar do progresso, a coleta e análise de dados, cada vez mais automatizadas, ainda não eliminaram a necessidade das perspectivas criativas das mentes humanas. A inteligência artificial tem avançado e se concentrado em colocar robôs para coleta, guarda e processamento eletrônico de dados, mas ainda é subordinada a humanos e guiada por eles. Humanos desenvolvem as interpretações e interligações mais criativas. Presume-se ainda que partes significativas dessas atividades não serão substituídas por robôs.

Como uma nova oportunidade não só de interação, mas também de criação, o ambiente da instantaneidade emerge em contradição ao mundo real. Nele, idealizam-se, imaginam-se e propõem-se novas modalidades de ação e de solução de problemas. Nesse novo ambiente, a rapidez da tecnologia digital molda os comportamentos de todos: a natureza e a quantidade das informações determinam as escolhas e a solução dos problemas (VAN KNIPPENBERG *et al.*, 2015).

A consciência sobre a necessidade da atenção veloz às demandas convoca e une naturalmente as habilidades e competências disponíveis. Por isso, nas organizações contemporâneas parece haver manifestações simultâneas sobre o valor da assertividade individual e da solidariedade coletiva. A busca de rapidez nas respostas estratégicas facilita uma dupla atenção: o reconhecimento da individualidade de cada colaborador para a equipe e a organização, como também o reconhecimento do esforço grupal para a construção coletiva de respostas específicas. Constrói-se a união considerando a diversidade de pensamentos e dos comportamentos independentes como uma riqueza e não como um obstáculo. A consciência solidária invoca a participação de todos – direta ou indiretamente – não só para melhorar a capacidade de resposta, mas também para gerar entusiasmo e comprometimento na realização das tarefas.

A era da instantaneidade, portanto, pelas suas provocações de demandas e de respostas rápidas, impõe a necessidade de revisão de formas de decisão e de ação, sobretudo, nas formulações estratégicas como também na reestruturação dos processos de trabalho. Tempo e experiência, saber e intuição, acaso e racionalidade, lógica e ilógica, ordem e caos, visões e expectativas são preocupações sempre presentes nos modelos de decisões estratégicas e de políticas públicas.

A formulação estratégica contemporânea parece cada vez mais uma forma de transcender a realidade para enfrentar o futuro. Este precisa ser pensado, imaginado e sonhado para se justificarem e se desenharem novas ações. Assim, paradoxalmente, buscam-se “dados” sobre uma realidade inexistente – o futuro. “Dados” inexistentes não confirmam trilhas futuras nem os dados do presente, que, por obsolescência rápida, se tornam impróprios para fundamentar previsões e projeções sobre o futuro.

Na era da instantaneidade, o processo decisório estratégico se passa no meio de variações ambientais produzidas por demandas e expectativas de atendimento

rápido. De um lado, necessita de lógica, previsibilidade e tangibilidade como maneiras de dominar fatores relevantes. De outro, busca o vigor, o imediatismo e as convicções das emoções intuitivas para alcançar a velocidade da resposta.

Isoladamente, apesar de serem positivos, os recursos da lógica e ilógica se mostram insuficientes. Análises racionais sistemáticas ajudam a construção lógica das decisões estratégicas. O pensamento lógico, globalista e antecipatório sobre a realidade ensina interdependências, antecedentes e efeitos colaterais das ações estratégicas. Provoca confrontações de ideias, argumentos e justificativas do porquê se fazem determinadas coisas e outras não, além de gerar a consciência sobre riscos e incertezas.

Ao reacender a intuição, cria-se o valor da ilógica. Pelo seu imediatismo e por dispensar análises, a emoção intuitiva contradiz posturas passivas de esperar os eventos para se posicionar diante deles. A rapidez intuitiva traz o vigor da energia e da ilógica emocional de prover convicções e respostas velozes às provocações do mundo contemporâneo.

No julgamento sobre a realidade, gestores e colaboradores jogam no processo de análise e de decisão seus valores, emoções e percepções. Antes consideradas indevidas e contrárias à racionalidade, veem-se hoje as interferências ilógicas como formas naturais e inerentes ao ser humano – inalienáveis e até positivas, pelo vigor e rapidez concedem ao planejamento.

A emoção intuitiva incentiva a intervenção imediata quase como uma proação, em referência à realidade. No entanto, reduz a consciência do risco e incerteza, além de impossibilitar a participação e a compreensão da escolha. Vale lembrar que toda intervenção na realidade significa uma descoberta e, portanto, um aprendizado contínuo sobre dificuldades, erros de previsão e necessidades de adaptações à evolução dos acontecimentos.

Em um mundo exigente de respostas imediatas, a trilha estratégica contemporânea significa a reconstrução contínua e rápida, de uma visão estratégica – incompleta ou imperfeita – que se corrige com a aprendizagem ao longo do percurso. Por muito tempo, a ordenação burocrática estável serviu de modelo organizacional para se enfrentar os desafios do mundo moderno. Quando a desordem aparecia, mudanças estruturais restauravam a ordem e a estabilidade.

Por analogia com as ciências naturais, nota-se que as estruturas existentes se rompem e não buscam naturalmente o reequilíbrio. Inútil a tentativa de reconstrução por modelos de ordem e estabilidade, pois as inovações se produzem por mudanças qualitativas, interações não lineares ou transformacionais descontínuas (PRIGOGINE; STENGERS, 1984; PRIGOGINE; ALLEN, 1984).

A busca constante de novos modelos de reequilíbrio e da readaptação das organizações às provocações do meio levou à crença sobre a impossibilidade de uma concepção ordenada ou linear do processo estratégico e sobre as alterações constantes das relações sistêmicas (GLEICK, 2006).

Na verdade, a era da instantaneidade trouxe a preocupação maior com a efervescente complexidade ou variação das interdependências dos sistemas organizacionais (MCMILLAN, 2008; ALLEN *et al.*, 2011; JACKSON, 2019), inclusive para a decisão estratégica na organização pública (KIEL, 1989; 1993).

A perspectiva da instantaneidade e da complexidade avançou para revelar a surpresa, a imprevisibilidade, o risco e a incerteza como produtos de dinâmicas não lineares, inerentes aos sistemas organizacionais. Introduziu-se a perspectiva do universo administrativo como naturalmente imprevisível. Por ser um sistema interconectado, pequenas mudanças em um subsistema podem produzir grandes transformações em subsistemas muito distantes. Portanto, vale notar, nas formulações estratégicas, que subsistemas de aparência ordenada podem sofrer efeitos danosos e inesperados pela dificuldade de reconhecer pequenas rupturas em locais distantes.

A maior preocupação com a incerteza veio acompanhada de seu correlato, o risco. Nesse sentido, entendeu-se que toda decisão estratégica não escapa do risco e da incerteza. Apesar de se ter algumas informações confiáveis, elas são sempre incompletas (risco) e outras são inconfiáveis (incerteza).

Assim, reforçou-se a preocupação maior com a complexidade ou variação das interdependências dos sistemas organizacionais (MCMILLAN, 2008; ALLEN *et al.*, 2011; JACKSON, 2019), inclusive para a decisão estratégica na organização pública (KIEL, 1989; 1993).

Atualmente, gestores e colaboradores aprendem sobre suas previsões como sujeitas a alterações e oscilações imprevisíveis. É impossível tanto ignorá-las quanto conhecê-las. Haverá sempre o inesperado, como a sucessão de eventos aperiódicos. A era da instantaneidade ensina: nada tem longa duração e toda adaptação é efêmera. Portanto, a busca incessante torna-se o padrão comum.

Assim, apesar do crescente rigor dos métodos de planejar, analistas e gestores não deixam de ser surpreendidos por percepções contraditórias de propostas e conclusões, opções arbitrárias sobre a natureza dos dados e sentimentos de vulnerabilidade sobre a capacidade de resposta. O mundo contemporâneo potencializa a dificuldade, mas também a possibilidade das análises estratégicas. Na era da instantaneidade, a perspectiva estratégica avançou tanto no pensar e decidir sobre o futuro quanto nas formas de se relacionar com a sociedade. Redobra-se a ênfase na sensibilidade às demandas, apoios e pressões externas como o fator primordial do progresso organizacional.

Na rapidez da instantaneidade, a expressão reativa surge como mais frequente, mas também como mais fácil e realista do que qualquer análise proativa. Ao responder às provocações da espontaneidade, as análises reativas significam tanto descobrir como reinventar. A mente reativa é tanto analítica quanto espontânea e, assim, imaginativa e criativa.

Atualmente, as pessoas progridem em meio a interações sociais cotidianas. A intensidade da comunicação tem submetido as pessoas à diversidade de narrativas

e perspectivas. O aprendizado proveniente da experiência social e a adaptação a um contexto virtual de imensa descontinuidade, com atualizações frequentes, produzem atributos individuais dinâmicos e variáveis (BURR, 2015).

Assim, na era da instantaneidade, a identidade caracteriza-se por revelar, ao mesmo tempo, a singularidade de uma pessoa, bem como sua visibilidade social e sua maneira dinâmica de se integrar a uma organização. Na organização virtual, líderes e colaboradores interagem nas redes sociais de forma calculada e referenciada, usufruindo das perspectivas alheias, para valorizar mais as próprias opiniões e conquistas. Assim, impregnam o si-mesmo de sentimentos de independência, orgulho e autoestima e agem com mais competência e confiança na construção de uma nova realidade.

3 A RECONSTRUÇÃO DO TRABALHO E DO EMPREGO

A visualização tradicional do trabalho vincula colaboradores ao exercício de determinadas tarefas em que aprendem formas padronizadas de responder a demandas e se submeter a comportamentos regulados. Almeja-se o máximo possível de impessoalidade no processo decisório, nas orientações às metas e na visão comum do futuro. Especializa-se e reparte-se o trabalho; criam-se equipes colaborativas e desenvolvem-se lealdades únicas à equipe e à missão organizacional.

Essas formas, inspiradas na burocracia weberiana, ganharam espaço e serviram melhor a épocas de maior regularidade, vagarosidade e pressões para uniformizar ações organizacionais. Oportunidades individuais para respostas únicas e criativas eram obstaculizadas, pois colaboradores sentiam incentivos para a passividade.

Na evolução moderna, as organizações vêm perdendo formalidades clássicas como o divisionismo estrutural e o foco e nos processos formais de trabalho e no emprego.

Por outro lado, ganham formatos mais eficazes para se adaptar ao seu entorno como a valorização de equipes, de plataformas sociais, e do acervo de conhecimentos e habilidades. Ressaltam-se as interdependências entre equipes caracterizadas por estilos colaborativos, participativos, alianças estratégicas, e forte consciência sobre a necessidade de coordenação. A era da instantaneidade se distingue por um ambiente de grandes oportunidades, mas também de rupturas e incertezas. Para tanto as organizações necessitam mostrar uma intensa sensibilidade ambiental para usufruir das possibilidades externas, uma compulsão pela novidade e uma agilidade em todos os seus processos de trabalho.

A era da instantaneidade já revela tendências para a vinculação de pessoas mais ao trabalho e menos a organizações, fazendo prever um aumento desses tipos de relação do mundo produtivo e uma rápida transformação no conceito de trabalho e emprego. Atualmente buscam-se modelos mais afinados com a

tecnologia e as imposições da sociedade moderna centrados na desconstrução de funções e com reinterligação entre tarefas. O colaborador moderno tende a ser mais autônomo, vinculado diretamente a várias plataformas, e reativo a demandas diversas. Suas lealdades se dirigem mais à própria equipe e mesmo ao contexto social e menos à organização em si, favorecendo o orgulho pelo trabalho bem-feito e pelas conquistas do grupo (JESUTHASAN, 2022).

Ademais, em meio à efemeridade das funções, as pessoas buscam novos significados do trabalho, esforçando-se para estabelecer uma identidade pessoal singular na construção da realidade. Assim, mostram-se tendentes à iniciativa, à criatividade e à expressividade do si-mesmo. A vinculação mais com o trabalho e menos com a organização tende a valorizar habilidades e competências que se encontram escondidas e inaproveitadas (JESUTHASAN, 2022).

A comunicação intensa e constante deixa mais perceptíveis informações e conhecimentos armazenados nas mentes de colaboradores e suscitam uma outra visão da realidade. Assim, favorecem a compreensão das vivências individuais, tarefas e valores que sustentam o labor diário. Amplia-se o espaço para considerar a diversidade, reduzir diferenças e ampliar harmonia nas decisões e ações. As plataformas sociais abrem as fronteiras da comunicação para a variedade de pensamentos e para a geração de ideias novas. A compreensão das pessoas cresce na medida da divulgação de novas visões e reinterpretações da realidade. As redes sociais e de trabalho aproximam os colaboradores, fornecendo-lhes uma visão mais inteira sobre o habitual e o inusitado.

Ao acolher e usufruir da disponibilidade da informação e da comunicação virtual, colaboradores desenvolvem, de forma independente, novas perspectivas sobre suas tarefas, seus empregos e a organização sobre a sociedade. Portanto, parece mais apropriado, na era da instantaneidade, liberar o potencial criativo e de concretização existente nas pessoas, favorecendo a atenção a práticas inusitadas.

Assim, não só o cotidiano se torna mais eficiente e esperançoso como também leva os colaboradores a repensar suas próprias tarefas e a visualizar novos modos de relacionamento e de distribuição de informações. Ademais, mostra-se igualmente útil valorizar os *insights*, ou seja, as manifestações instantâneas e repentinhas, produtos de conhecimentos escondidos na mente humana. Trata-se de um momento único de discernimento, esclarecimento e intuição instantâneos, que revela a perspicácia humana em apreender rapidamente por meio da compreensão intuitiva.

Reconstrução significa adequar, redefinir e reinventar o trabalho e, depois de mudanças significativas na interação com outros e com o avanço da tecnologia, vislumbrar novas oportunidades e potencialidades tecnológicas. A busca da expressão criativa do si-mesmo revela a necessidade do ser humano de ser um participante singular e original na construção da realidade.

Atualmente, com uma atenção maior ao virtual, combinam-se tarefas

descontruídas com outras em formas inusitadas de complementação e de colaboração (JESUTHASAN, 2022). No mundo em que o futuro se aproxima rapidamente do presente e se dispõe de pouco tempo para definir e resolver problemas, todas as possibilidades de reflexão estratégica são essenciais para referenciar e apressar decisões.

Como organizações produtivas, os trabalhos continuarão a ser reinventados bem em função da constante e rápida transformação tecnológica e social. Não se pode mais prever que a mera existência dos empregos com funções e hierarquias bem-definidas irá sobreviver às inovações que alteram as tarefas e as relações de trabalho. Inovações estão em curso e irão atingir o mundo produtivo e os hábitos de vida.

Muitas empresas aprenderam a responder com êxito e rapidez às novas demandas por maior agilidade e agregação de valores em seus processos de trabalho (YEUNG; ULRICH, 2019). Grande parte das organizações públicas tem se adaptado e, mesmo, reinventado seus processos de trabalho, como demonstra a maioria criada antes da era digital.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, gestores e colaboradores se acostumaram com as ocorrências, as projeções e as surpresas das mudanças. Convivem com a ideia da inovação. Imaginam e constatam o aperfeiçoamento cotidiano da inteligência artificial bem como dos instrumentos de comunicação eletrônica e amplitude das plataformas digitais.

Mesmo quando idealizadas, as mudanças culturais e sociais são mais lentas. Na era da instantaneidade, as principais inovações são provocadas pelas tecnologias. Por estarem localizadas menos na sociedade e mais na tecnologia, as mudanças são inevitáveis (KELLY, 2017). No novo mundo da instantaneidade, a cada dia o trabalho se torna mais automatizado. A inteligência e a habilidade humana perdem espaço, e o aprendizado é cada dia mais virtual. Dimensões sociais recebem mais atenção, como o direcionamento comunitário e as recompensas menos monetárias (JESUTHASAN, 2022).

No sentido estratégico, vale também acompanhar atentamente a evolução tecnológica, referenciando-se na instantaneidade e na modernização e aperfeiçoamento dos processos de trabalho. O foco do trabalho tende a se direcionar mais para habilidades e competências e para a inteligência artificial. Tal como os produtos, as rotinas pessoais e as interações humanas de trabalho também tendem a se tornar obsoletas.

REFERÊNCIAS

ALLEN, Peter; MAGUIRE, Steve; MCKELVEY, Bill. (coord.). *The SAGE Handbook of Complexity and Management*. Londres: Sage Publication, 2011.

BURR, Vivien. *Social constructionism*. Londres: Routledge, 2015.

CARR, Nicholas. *Shallows: how the internet is changing the way we think, read and remember*. Nova York: W. W. Norton, 2010.

GLEICK, James. *Caos, a criação de uma nova ciência*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

JACKSON, Michael C. *Critical Systems Thinking and the Management of Complexity*. Nova York: Wiley 2019.

JESUTHASAN, Ravin. *Work Without Jobs*. Cambridge: MIT Press, 2022.

KELLY, Kevin. *The Inevitable*. Nova York: Penguin, 2017.

KIEL, L. Douglas. Nonequilibrium Theory and its implications for public administration. *Public Administration Review*, v. 49, n. 6, nov./dez. p. 544-551, 1989.

KIEL, L. Douglas. Nonlinear dynamical analysis: assessing systems concepts in a government agency. *Public Administration Review*, v. 53, n. 2, mar./abr., p. 143-153, 1993.

McMILLAN, Elizabeth. *Complexity, Management, and the Dynamics of Change: Challenges for Practice*. Londres: Routledge, 2008.

MOTTA, Paulo R. Liderança na era da instantaneidade: recuperando o valor do capital social. *Revista de Administração Municipal*, v. 291, p. 4-9, 2017.

PALFREY, John; GASSER, Urs. *Born Digital: Understanding the First Generation of Digital Natives*. Nova York: Basic Books, 2010.

PRIGOGINE, Ilya; ALLEN, Peter. The Challenge of Complexity. In: PRIGOGINE, Ilya and STENGERS, Isabelle. *Order Out of Chaos*. Nova York: Batan, 1984.

SLOMAN, Steven; FERNBACH, Philip. *The Knowledge Illusion: why we never think alone*. Londres: Macmillan, 2017.

YEUNG Arthur; ULRICH Dave. *Reinventing the Organization*. Boston: HBR Press, 2019.

VAN KNIPPENBERG, Daan; DAHLANDER, Linus; HAAS, Martine R.; GEORGE, Gerard. From the Editors: Information, Attention, and Decision Making. *Academy of Management Journal*, v. 58, n. 3, p. 649-657, 2015.

A GESTÃO DA DEFESA*

Jacinto Maia Neto**

RESUMO

A complexidade do aparato militar e a sua efetiva gestão são os temas centrais desse trabalho, que tem como pano de fundo as novas demandas da Defesa, sejam as oriundas da centralidade da guerra e de suas novas dimensões, tais como a espacial e a cibernética, ou as decorrentes de demandas da sociedade como o apoio na área de segurança pública, o auxílio nas catástrofes naturais, o apoio aos grandes eventos e no combate a endemias/pandemias como a dengue e a Covid-19. Com base em conceitos da área de gestão, em especial da gestão estratégica, a pesquisa apresenta a *Defense Management* e algumas proposições que permitam buscar uma maior eficiência e eficácia do setor de Defesa perante as suas novas demandas.

Palavras-chave: Gestão da Defesa; Gestão Estratégica; Forças Armadas.

DEFENSE MANAGEMENT

ABSTRACT

The complexity of the military apparatus and its effective management are the central themes of this work, which has as a backdrop the new demands of Defense, whether arising from the centrality of war and its new dimensions, such as space and cybernetics, or those arising from demands from society, such as support in the area of public security, assistance in natural disasters, support for major events, and in the fight against endemics/pandemics such as dengue and Covid-19. Based on concepts from the management area, especially strategic management, the research presents Defense Management and some propositions that make it possible to seek greater efficiency and effectiveness in the Defense sector in face of its new demands.

Keywords: Defense Management; Strategic Management; Armed Forces.

LA GESTIÓN DE LA DEFENSA

RESUMEN

La complejidad del aparato militar y su gestión eficaz son los temas centrales de esta obra, que tiene como contexto las nuevas exigencias de la Defensa, ya sean las derivadas de la centralidad de la guerra y sus nuevas dimensiones como la espacial y la cibernética

* Este artigo retoma argumentos expostos, inicialmente, em Maia Neto (2020).

** Doutor em Administração pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Professor do Programa de Pós-Graduação em Segurança Internacional e Defesa (PPGSID) da Escola Superior de Guerra/ESG. Contato: jacinto.neto@esg.br.

o las derivadas de las demandas de la sociedad como el apoyo en el área de seguridad pública, en la atención de desastres naturales, en el apoyo a grandes eventos, en la lucha contra endemias/pandemias como el dengue y el Covid-19. A partir de conceptos del área de gestión, especialmente de la gestión estratégica, la investigación presenta la Gestión de la Defensa y algunas propuestas que permitan buscar una mayor eficiencia y eficacia en el sector de la Defensa frente a sus nuevas exigencias.

Palabras clave: Gestión de la Defensa; Gestión estratégica; Fuerzas Armadas.

1 INTRODUÇÃO

A inserção da Defesa como objeto de estudo passa a ocorrer, inicialmente no contexto dos Estudos Estratégicos, de forma mais intensa nas comunidades acadêmicas estadunidenses e europeias após a Segunda Guerra Mundial, refletindo o contexto político da época. Naquele momento, havia a necessidade de entender a nova era que se anunciaava com a utilização de artefatos nucleares, que novas relações de poder ela traria entre os países. Em termos administrativos, como se daria a reconstrução – principalmente – dos países europeus, como as grandes massas de veteranos reagiriam ao retornar para seus países depois de quase seis anos de guerra e qual o impacto social e econômico que iriam produzir em suas comunidades. Em relação às estruturas, os antigos ministérios da guerra passariam a ser denominados de Ministérios da Defesa, como o Departamento de Defesa norte-americano em 1948.

No Brasil, inicialmente, as pesquisas acadêmicas em Defesa ficaram muito centradas nas relações civis-militares, no controle civil sobre o militar. Na temática do período do governo militar (1964-1985), poucas foram as pesquisas que buscassem uma visão mais focada no ambiente da gestão e que tratassesem de temas relacionados com estudos sobre a eficiência e a eficácia do aparato militar, os quais serão considerados, neste trabalho, como uma 2^a onda dos Estudos de Defesa.

O presente trabalho apresenta essa perspectiva da 2^a onda sob a ótica da gestão no contexto da Defesa, iniciando com uma base conceitual sobre a gestão estratégica que permite ao leitor uma visão mais abrangente da gestão, possibilitando um alargamento conceitual que será essencial para o entendimento da Gestão da Defesa. Em seguida, são apresentados os novos rumos que o setor de Defesa tem trilhado, seja para atender demandas da sociedade, das novas dimensões e tipologias da guerra, assim como de organismos internacionais. Posteriormente, descontina-se a *Defense Management* e suas peculiaridades, finalizando com algumas proposições para um gerenciamento da Defesa mais efetivo.

2 A GESTÃO ESTRATÉGICA

A vertente “gerencial” dos Estudos de Defesa busca entender como ocorre a gestão do setor de defesa, seja a dinâmica do seu planejamento estratégico

desde o mais alto nível até a implementação dos planos estratégicos das Forças, da utilização dos recursos ou das relações desse planejamento com o orçamento da União. Dentro desse escopo, a gestão estratégica se apresenta como uma ferramenta que permite uma visão mais holística das diversas demandas de gestão em um ambiente interdisciplinar e multifacetado como a Defesa.

Segundo Wright, Kroll e Parnell (2000), a Gestão Estratégica tem suas origens nos anos 50 do século XX como Administração Estratégica, quando a Fundação Ford e a Carnegie Corporation patrocinaram uma pesquisa no currículo das escolas de negócios americanas. Um resumo da pesquisa foi apresentado no relatório Gordon-Howell (GORDON; HOWELL, 1959), o qual recomendava que o ensino de *business* abrangesse uma maior gama de assuntos, integrasse o conhecimento de outras disciplinas, em especial “contabilidade, finanças, marketing, administração e economia” (IBIDEM, p. 28), além de apresentar aos alunos situações do mundo real que envolvessem a integração de diversas áreas das empresas e buscassem soluções integradoras para as suas diversas áreas funcionais. As propostas presentes no relatório foram adotadas por diversas universidades e escolas de negócios americanas, dando origem a uma nova disciplina denominada de *business policy*.

Ao longo do tempo, novos assuntos foram sendo introduzidos, tais como responsabilidade social, ética, análises da missão, dos objetivos, da formulação, implementação e controle das estratégias. No entanto, diferentemente do contexto do planejamento estratégico à época, passou-se a analisar os possíveis impactos dos ambientes políticos, legislativos e econômicos na implementação das estratégias. Com esse escopo expandido, a disciplina mudou de nome para Administração Estratégica (CERTO; PETER, 1993; WRIGHT; KROLL; PARRELL, 2000).

Mais tarde, uma nova terminologia seria utilizada por Harry Igor Ansoff (1965) ao apresentar o conceito de gerência estratégica que incorporava a perspectiva da arquitetura organizacional, que teve por base os estudos de Chandler (1962) três anos antes, demonstrando a relação de dependência entre a estrutura organizacional e os objetivos e estratégias de uma organização.

A década de 70 seria marcada pela ascensão do planejamento estratégico, baseado em um planejamento formal e racional, orientado por objetivos, estratégias, programas e orçamentos, como definiu Mintzberg (2004). No entanto, o planejamento estratégico e sua sistemática de formulação e implementação de estratégias não conseguiram atender às crescentes demandas decorrentes de um ambiente de “hostilidades e mudanças velozes” como Motta (2007, p.108) definiu o ambiente da era do Conhecimento. Era preciso expandir o planejamento para todos os setores da organização, envolvendo todos os níveis gerenciais (estratégico, tático e operacional) para produzir respostas rápidas e efetivas a esse novo ambiente. Não era mais possível permanecer com um planejamento estático, imutável, centrado em si mesmo para atingir objetivos que, face às mudanças ambientais, tornaram-se inatingíveis ou desnecessários para a organização (MINTZBERG, 2006).

Neste contexto, é que (re)surge a gestão estratégica, como um novo paradigma da gestão, que seria, na definição objetiva de Mintzberg (1994), “um processo dinâmico, sistemático e cíclico de análise, seleção e implementação” de estratégias.

Segundo Toft (1989), a gestão estratégica é uma “forma avançada e coerente de pensamento estratégico, tentando estender a visão estratégica por todas as unidades da organização, abrangendo todo o sistema administrativo”. A questão da visão estratégica é essencial nessa nova modelagem gerencial, anteriormente os gestores viam a formulação das estratégias de modo separado para cada nível e setor da organização, sendo a sua implementação feita de modo gradual e faseada em diferentes momentos.

Atualmente, inseridos em um ambiente de mudanças constantes e velozes, as fases de formulação e implementação das estratégias estão interconectadas e concomitantes, sem diferenças temporais relevantes, o que faz com que a implementação da visão estratégica da organização se concentre na busca constante de resultados, com o objetivo de aproveitar adequadamente as oportunidades desse novo ambiente e de realizar as correções de rumo no planejamento, a tempo de não impactar o atingimento dos objetivos (MAIA NETO, 2020).

Como forma de fazer uma pequena sinopse do caminho percorrido pelo planejamento até a gestão estratégica, segue-se o quadro abaixo:

Quadro 1 - A trajetória da gestão estratégica

	Formulação Estratégica	Planejamento Estratégico	Administração Estratégica	Gestão Estratégica
Década	1950	1960	1970	1980 =>
Características	<ul style="list-style-type: none"> - Orçamento Anual - Quantitativo - Curto prazo - Projeção de tendências de longo prazo limitada aos objetivos ou natureza do negócio 	<ul style="list-style-type: none"> - Define a direção da empresa - Análise de mudanças ambientais externas - Análise dos recursos - Implementação de longo prazo de forma integrada 	<ul style="list-style-type: none"> - Decisões administrativas - Foco na análise e na implementação de longo prazo - Integra o conhecimento de outras disciplinas 	<ul style="list-style-type: none"> - Pensamento Sistêmico - Integração entre planejamento e controle e avaliação - Gestão da mudança - Aprendizagem organizacional - Busca da eficiência e da eficácia organizacional
Deficiências	<ul style="list-style-type: none"> - Não se compromete com previsões de longo prazo de forma sistemática - Não faz previsão de alterações ambientais 	<ul style="list-style-type: none"> - Deficiência na implementação 	<ul style="list-style-type: none"> - Não desenvolve uma abordagem sistêmica 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de integração mais apurada com os modelos de Mudança Organizacional
Principais Teorias	<ul style="list-style-type: none"> - Teoria Clássica da Administração - Teoria da Administração por objetivos 	<ul style="list-style-type: none"> - Teoria das Organizações - Teoria da Contingência - Teoria Geral dos Sistemas 	<ul style="list-style-type: none"> - Teoria das Organizações - Teoria da Organização Industrial - Teoria da Contingência 	<ul style="list-style-type: none"> - Teoria das Organizações - Teoria da Contingência - Teoria da Complexidade

Fonte: Adaptado de MOTTA (2007), ESTRADA; ALMEIDA (2007) e MAIA NETO (2020).

Assim como o planejamento e a gestão foram modificando-se ao longo do tempo para se adequar às mudanças, veremos como esse novo ambiente tem impactado a Defesa com novas demandas internas e externas.

3 NOVOS TEMPOS NA DEFESA

Ao longo do tempo, as guerras têm mudado, trazendo novos desafios às Forças Armadas de todos os países. As três dimensões clássicas do campo de batalha – terrestre, naval e aérea – não conseguem mais abranger todas as facetas dos conflitos. A elas acrescentou-se a dimensão espacial, do ciberespaço, do ambiente em rede e de uma capacidade quase infinita de armazenamento de informações que permite a conexão do campo de batalha real com o virtual. O inimigo deixou de ser somente aquele materializado no campo de batalha, representando um país ou uma aliança, ele pode ser uma facção política, religiosa ou terrorista.

No caso brasileiro, outras demandas também emergem da sociedade brasileira, seja na área da segurança pública, no auxílio às catástrofes naturais, no apoio aos grandes eventos ou em demandas específicas como a das endemias e pandemias, como a dengue e a Covid-19. O impacto que esses desafios têm gerado sobre as Forças Armadas, em especial na sua estruturação, preparação e no seu emprego, passaram a exigir uma gestão mais eficiente e eficaz do aparato militar com vistas a atender às demandas da sociedade e aos interesses do País.

Ambientes altamente hierárquicos, como os militares, também precisam gerar e absorver conhecimento para sua sobrevivência, principalmente, em tempos de ambientes difusos e mudanças rápidas. Segundo Mintzberg (2004), o tempo de elaboração de uma formulação de planejamento ou estratégia com sua consequente implementação diminuiu e, muitas vezes, foi extinto, exigindo do planejador uma ação conjunta nos três níveis da organização (estratégico, operacional e tático).

Estruturas militares mais enxutas, especializadas e melhor equipadas tornaram-se, não somente uma exigência operacional do novo ambiente assimétrico do campo de batalha, mas uma exigência da sociedade que necessita de investimentos cada vez maiores em outros setores como educação, saúde e transporte (MAIA NETO, 2019). O Setor de Defesa precisa entender esse novo contexto, reestruturando-se e tornando-se dual. Dual no sentido de atuar eficientemente tanto no ambiente interno, como no externo, uma mesma organização militar precisará estar apta a atender demandas desses dois ambientes.

Nesse contexto, as Forças Armadas brasileiras vivenciam um paradoxo gerencial, necessitam aparelhar a mesma organização militar com o que existe

de mais atual para atuar no ambiente externo, direcionando sua atuação para a Defesa externa, para missões da ONU ou no âmbito da cooperação regional e, ao mesmo tempo, para atuar no ambiente interno, caracterizado pelas demandas que a sociedade lhe impõe, como o auxílio às catástrofes naturais, apoio aos grandes eventos, atuação em um ambiente policial (combate aos delitos transnacionais e ambientais, p. ex.) e em operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO).

O paradoxo gerencial se caracteriza por exigir uma eficiência e uma eficácia em dois ambientes distintos, e que, à medida que novas demandas surgem na área da segurança e da defesa e passam a exigir uma maior qualificação e especificidade dos integrantes das Forças Armadas, tornar-se eficiente e eficaz exige definir prioridades.

Atuar dualmente significa ultrapassar o paradigma atual de que todos devem receber tudo. Não está em debate o conceito de que todos os militares devem ou não serem capazes de atuarem tanto no ambiente interno como no externo, mas sua capacidade de gerirem estruturas e mecanismos que possam atender a esses dois ambientes de forma racional e com efetividade.

É nesse sentido que a gestão do setor de Defesa se diferencia de outros setores, demandas específicas e altamente diferenciadas exigem recursos distintos, mas coordenados, para que cada organização militar (OM) receba o investimento em material, equipamento e armamento em conformidade com o seu ambiente de atuação prioritário. Essa gestão também passa por definir quais OM devem ou não participarem de determinado ambiente e por definir quais são as capacidades que as Forças Armadas devem possuir para cada um (interno ou externo). A definição dessas capacidades é que determinará a aquisição do material, equipamento e do tipo de armamento (letal ou não letal) necessário.

Gerenciar os recursos na área de Defesa significa entender que a Defesa é um bem público e como tal as organizações que a compõe devem prestar contas de sua gestão de forma transparente, tanto para a sociedade como para os órgãos de controle, garantindo que os recursos (financiamento, pessoal, equipamento, instalações etc.) destinados as suas organizações sejam usados de forma eficiente e eficaz, contribuindo para o atingimento dos Objetivos e das Estratégias Nacionais de Defesa materializados nos documentos de Defesa (PND e END). É nesse contexto que emerge a *Defense Management* (Gestão da Defesa).

4 A GESTÃO DA DEFESA (DEFENSE MANAGEMENT)

Nos últimos cinquenta anos, essa noção de bem público se impôs a área da Defesa e, com isso, sua gestão passou a incorporar conceitos da gestão de empresas

e das políticas públicas, tais como governança, *compliance*, *accountability*, integridade, transparência e práticas gerenciais que proporcionassem um desempenho mais efetivo e eficiente do setor, principalmente, nas funções de planejamento, organização, liderança e controle.

Segundo Ratchev (2009, p. 24) a ideia de gestão como “um processo de planejamento, organização e provisão de pessoal, direção e controle de atividades dentro de uma organização de uma forma sistemática a fim de atingir um objetivo comum específico”, tendo por base quatro pilares: planejamento, organização e pessoal, direção e liderança e monitoramento e controle; também se aplica ao ambiente da Defesa.

Nesse sentido, o planejamento seria “a seleção e a ordem sequencial das tarefas necessárias para atingir a meta organizacional desejada”, enquanto organização e pessoal “são a avaliação e coordenação de funções, tarefas e deveres a serem desempenhados pelo pessoal e a distribuição dos recursos necessários para atingir uma meta desejada dentro de um período de tempo específico”, tais como o processo de recrutamento, seleção, treinamento, colocação e desenvolvimento de pessoal. A direção e liderança seriam “o processo de motivar, liderar e influenciar a equipe no caminho para alcançar o objetivo comum” e, por fim, monitoramento e controle teriam por finalidade “garantir que todas as unidades estão se movendo em direção ao objetivo de forma coordenada”, avaliando a eficácia e eficiência dos planos e decisões e corrigindo-os quando necessário (RATCHEV, 2009, p. 24 e 25).

No que se refere à Defesa, ao ser vista como um processo institucional, segundo Bucur-Marcu, Fluri e Tagarev (2009, p.5), “a gestão da defesa situa-se entre a formulação da política de defesa e o comando e controle efetivos das forças militares.” Essa abordagem inclui áreas como a “gestão de recursos de defesa, gestão de pessoal, gestão de aquisição” por exemplo. Os autores enfatizam que, na fase de implementação da política de defesa, é provável que as incertezas [e os riscos] inerentes exijam maior flexibilidade e decisões subsequentes, assim como podem surgir problemas inesperados, que venham a exigir a sua identificação e a busca de soluções adequadas, que não estavam previstas inicialmente.

Como se observa, a Gestão da Defesa abrange desde o processo de formulação da política e da estratégia nacional de defesa, passa pela sua implementação no contexto das Forças Armadas, pelo comando e controle dessas Forças, abordando a gestão de recursos, de pessoal, de aquisições e tudo aquilo que possibilita uma gestão eficaz e eficiente das forças de defesa. O quadro abaixo relaciona essas ideias de formulação de políticas de Defesa, planejamento estratégico e *defense management*, no contexto da gestão de um Ministério da Defesa:

Quadro 2 - A Gestão e os diferentes níveis organizacionais da Defesa

Nível	Política	Planejamento	Gestão
Estratégico	<ul style="list-style-type: none"> - Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa - Concepção Estratégica de Defesa 	<ul style="list-style-type: none"> - Diretrizes para o planejamento estratégico de Defesa - Plano de capacidades estratégicas 	<ul style="list-style-type: none"> - como implementar políticas e planos estratégicos - identificar e resolver problemas estratégicos
Operacional	<ul style="list-style-type: none"> - Estratégia Militar - Políticas Executivas (p. ex.: pessoal, aquisições, relações públicas etc.) - Doutrina de Operações Conjuntas 	<ul style="list-style-type: none"> - Planos operacionais - Programa de desenvolvimento de capacidades - Programa de aquisições - Programa de treinamento 	<ul style="list-style-type: none"> - como implementar políticas, estratégias e doutrinas operacionais - identificar e resolver problemas operacionais
Atual (Tático)	<ul style="list-style-type: none"> - Termos de referência - Missão da organização - Procedimentos Operacionais Padrão - Descrição dos cargos / funções 	<ul style="list-style-type: none"> - Planos de trabalho - Planos de exercícios - Planos de operações (de campanha) 	<ul style="list-style-type: none"> - como implementar políticas organizacionais e planos atuais - identificar e resolver problemas atuais

Fonte: Adaptado de BUCUR-MARCU, FLURI E TAGAREV, 2009.

Assim, a Gestão de Defesa teria por base política a Política Nacional de Defesa (PDN), onde se encontram os Fundamentos (com definições importantes como Poder Nacional, Segurança e Defesa Nacionais), uma análise do ambiente nacional e internacional, a Concepção Política de Defesa e os oito Objetivos Nacionais de Defesa (OND) (BRASIL, 2020) e, a Estratégia Nacional de Defesa (END), que apresenta a Concepção Estratégica de Defesa, as Capacidades Nacionais de Defesa e as ações e estratégias que deverão ser implementadas pelo Ministério da Defesa e as Forças Singulares (BRASIL, 2020).

Do processo de planejamento da Defesa, com base nesses dois documentos de mais alto nível, decorrem dois eixos, um conduzido pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e outro pela Assessoria Especial de Planejamento. O EMCFA elaborará a Política e a Estratégia Militar de Defesa e a ASPLAN a Política e a Estratégia Setorial de Defesa. Essas duas últimas, segundo o Planejamento Estratégico Setorial (PES), “orientarão a formulação do Plano Estratégico de Defesa (PED)” (BRASIL, 2019), considerado o produto final do PES e que é constituído pelos planos estratégicos das Forças e dos órgãos do MD. A figura abaixo, consolida essas ideias:

Figura 1 - Visão geral do planejamento estratégico do Ministério da Defesa



Fonte: O AUTOR, 2022

A absorção dos fundamentos que governam a gestão da defesa, como desempenho, análises constantes e integradas do novo ambiente em que os militares atuam, a interação dos níveis estratégicos, possibilitando a formação de estratégias emergentes, passa pelo entendimento de que isso não interfere na hierarquia, mas a consolida, assim como a adoção de novas dinâmicas que possibilitam a tomada de decisões diante de constantes mudanças.

As preocupações que o setor público em geral tem com abordagens de gestão diferenciadas, também são sentidas no ambiente militar, no entanto, assim como várias organizações públicas implementaram novos modelos de gestão para enfrentarem as mudanças em seus ambientes internos e externos, acredita-se que as novas demandas por segurança e defesa já exigem maior eficiência e eficácia do aparato militar, com a consequente revisão conceitual da gestão militar, para uma gestão da defesa.

No entanto, a gestão da defesa, não é um fim por si só, mas conduz a outras proposições, tais como (MAIA NETO, 2020):

- o conhecimento pode ser gerado em qualquer nível da organização, a hierarquia não impede que se possa ouvir, dar iniciativa e implementar propostas dos vários níveis hierárquicos da organização militar – na realidade essas ações consolidam a liderança;

- no setor público, incluindo o ambiente militar, as estruturas das organizações são governadas por um marco legal, que não permite mudanças complexas e rápidas, mas é considerado possível, com ações de médio e longo prazo formalizar legalmente a alteração dessas estruturas, tornando-as mais flexíveis e capazes de absorver ou extinguir certas partes componentes, além disso, novas estruturas podem ser criadas temporariamente, sem a necessidade de uma nova legislação a nível federal;

- o impacto das tecnologias no campo de batalha já mudou o modo de “fazer a guerra”, o mesmo acontecendo nas operações sob a égide da ONU, em calamidades públicas, em endemias (e pandemias), no contexto da *constabulary function* ou da rotina administrativa, são desafios que o gerente militar pode superar no contexto da gestão de defesa;

- a colaboração interna e externa deve ser buscada para atender às novas demandas, apenas a determinação de ordens, não significa a implementação de projetos; a colaboração dos membros da organização, da sociedade e dos três níveis governamentais, demonstram a capacidade de negociação, iniciativa e cumprimento de missões que devem ser peculiares a esse novo soldado estratégico; e

- integrar-se com outros atores estatais na inserção do Estado na arena internacional, isto é, em apoio à política externa. Essa inserção coloca a gestão da defesa na frente de novos ambientes que podem gerar impacto direto nas ações nacionais de segurança e defesa, definindo novas estratégias para o contexto organizacional, tanto no ambiente externo quanto no interno.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro desse contexto, verifica-se que a Gestão da Defesa perpassa os conceitos de gestão, alocando-se no ambiente da Defesa, tendo por *inputs*, entre outros, as demandas da sociedade, do ambiente das dimensões da guerra e das demandas de organismos internacionais, como ONU e OEA. Essas demandas necessitam ser materializadas nos documentos de Defesa de mais alto nível (PND e END) para que sejam traduzidas nos planejamentos estratégicos de Defesa e das Forças e, com isso, possam gerar *outputs*, que proporcionem o atingimento dos Objetivos Nacionais de Defesa e uma maior efetividade das estruturas de Defesa.

REFERÊNCIAS

ANSOFF, H. I. *Corporate Strategy*. New York: McGrawHill, Inc., 1965.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Planejamento Estratégico Setorial 2020-2031*. Brasília-DF, 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília, DF, 2020.

BUCUR-MARCU, Hari. Introduction. BUCUR-MARCU, Hari; Fluri, Philipp; Tagarev, Todor, (Eds.). *Defence Management: An Introduction*. Geneva: Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces, 2009.

CERTO, Samuel.; PETER, J. P. *Administração Estratégica: planejamento e implementação da estratégia*. São Paulo: Makron Books, 1993.

CHANDLER, Alfred. *D. Strategy and Structure: Chapters in the History of the American Industrial Enterprise*. Cambridge, MA: MIT Press, 1962.

ESTRADA, Rolando Juan S.; ALMEIDA, Martinho Isnard Ribeiro de. A eficiência e a eficácia da Gestão Estratégica: do planejamento estratégico à mudança organizacional. *Revista de Ciências da Administração*, v. 9, n. 19, p. 147-178, set. / dez. 2007.

GORDON, R. A.; HOWELL, J. E. *Higher education for business*. New York: Columbia University Press, 1959.

MAIA NETO, Jacinto. *A Gestão Estratégica da Defesa: Novos Tempos, Novos Desafios*. Hemisferio del Colegio Interamericano de Defensa, v.6, p.102 - 122, 2020.

MAIA NETO, Jacinto. La gestión estratégica en la defensa: nuevos caminos para el elefante (Las Fuerzas Armadas) In: *Seguridad y Defensa: estrategias y desafíos en un mundo globalizado*. 1 ed. Granada, Espanha: Editorial Universidad de Granada, v.1, p. 107-122, 2019.

MINTZBERG, Henry. *The rise and fall of strategic planning: reconceiving roles for planning, plans, planners*. New York: The Freepress, 1994.

MINTZBERG, Henry. *Ascenção e queda do planejamento estratégico*. Porto Alegre: Bookman, 2004.

MINTZBERG, Henry; LAMPEL, Joseph.; QUINN, J. B.; GHOSHAL, S. *O processo da estratégia*. Porto Alegre: Bookman, 2006.

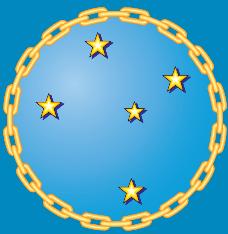
MOTTA, Paulo R. *Gestão contemporânea: a ciência e a arte de ser dirigente*. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

RATCHEV, Valeri. Governance, Management, Command, Leadership: setting the context for studies of Defence Management. BUCUR-MARCU, Hari; Fluri, Philipp; Tagarev, Todor, (Eds.). *Defence Management: An Introduction*. Geneva: Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces, 2009.

TOFT, G. S. Synoptic (One Best Way) approaches of strategic management. In: RABIN, J.; MILLER, G. J.; HILDRETH, W.B. *Handbook of Strategic Management*. New York: Marcel Dekker, Inc, p. 3-34. 1989.

WRIGHT, P.; KROLL, M.; PARRELL, L. *Administração estratégica: conceitos*. São Paulo: Atlas, 2000.

Esta revista foi impressa na gráfica da ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
Fortaleza de São João - Av. João Luís Alves, s/n - Urca - Rio de Janeiro - RJ
CEP 22291-090 - www.esg.br



Revista da Escola Superior de Guerra

Av. João Luís Alves, s/nº

Fortaleza de São João - Urca

22291-090 - Rio de Janeiro - RJ

www.esg.br - E-mail: revistadaesg@esg.br

